



**prgP**

Programas  
de Reordenamento  
e Gestão da Paisagem

biodesign

# PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA SERRA DO CALDEIRÃO (PRGP SC)

## RELATÓRIO DO PROGRAMA Versão para Discussão Pública

4.<sup>a</sup> Fase

outubro de 2023



DGT – DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO

PROGRAMA DE REORDENAMENTO  
E GESTÃO DA SERRA DO  
CALDEIRÃO  
(PRGP SC)

**EQUIPA TÉCNICA**

**COORDENAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA**

Jorge Cancela

**ÁREAS TEMÁTICAS – EQUIPA TÉCNICA**

**Gestão florestal e economia e desenvolvimento rural** – Carlos Rio Carvalho, Margarida Tomé e Cláudio Heitor

**Ecologia do fogo** – Nuno Guiomar e Sílvia Faria

**Avaliação, valoração e remuneração de serviços dos ecossistemas** – Rui Santos e Margarida Tomé

**Planeamento do território e gestão da paisagem** – Jorge Cancela, Sara Fernandes e João Pedro Carvalho

**Promoção de processos participativos** – Paula Antunes e Pedro Clemente

**Sistemas de Informação Geográfica** – Cristina Henriques e Júlio Almeida

**Avaliação Ambiental Estratégica** – Ana Neves Adelino, Rosa Silvério e Ana Jerónimo



# PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA SERRA DO CALDEIRÃO (PRGP SC)

## RELATÓRIO DO PROGRAMA

### Versão para Discussão Pública

#### ÍNDICE GERAL

ACRÓNIMOS E SIGLAS .....	1
PARTE I – INTRODUÇÃO .....	1
1 ENQUADRAMENTO .....	1
2 ENQUADRAMENTO LEGAL.....	2
3 OJETIVOS.....	4
4 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO .....	5
PARTE II – DESENHO DA PAISAGEM PROPOSTO .....	9
1 TEMAS E AÇÕES RELEVANTES NO DESENHO DA PAISAGEM.....	9
2 METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DO PRGP SC .....	12
2.1 ESQUEMA METODOLÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENHO DA PAISAGEM .....	16
2.2 SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA .....	20
2.3 FATORES DE TRANSFORMAÇÃO.....	27
2.3.1 Aptidões do Solo.....	27
2.3.1.1 Aptidão Biofísica .....	27
2.3.1.2 Aptidão Produtiva das Espécies Florestais.....	28
2.3.2 Regime e Ecologia do Fogo .....	30
2.3.2.1 Paisagem e ecologia do fogo .....	30
2.3.2.2 Breve descrição do regime de fogo.....	36
2.3.2.3 Gestão estratégica de combustíveis proposta .....	38
2.3.3 Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (SRUP).....	40
2.4 OUTROS TEMAS RELEVANTES.....	42
2.5 UNIDADES DE GESTÃO DA PAISAGEM .....	43
2.5.1 Unidades de Gestão da Paisagem do PRGP SC.....	44
3 ESTRUTURAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM .....	51
3.1 CENÁRIOS ALTERNATIVOS DE TRANSFORMAÇÃO .....	52
3.2 PROPOSTAS TERRITORIAIS E REGIMES DE GESTÃO.....	59

3.2.1	Propostas Territoriais .....	59
3.2.2	Regimes de Gestão .....	63
3.2.2.1	RG 1 – Regime de Gestão de Combustíveis.....	63
3.2.2.2	RG 2 – Regime de Gestão dos Povoamentos de Sobreiro .....	64
3.2.2.3	RG 3 – Regime de Gestão dos Povoamentos de Pinheiro-Manso.....	67
3.2.2.4	RG 4 – Regime de Gestão Cinegética .....	69
3.2.2.5	RG 5 – Regime Silvo-Pastoril.....	71
3.2.2.6	RG 6 – Regime de Gestão da Floresta Ripícola .....	74
3.2.3	Síntese .....	75
<b>4</b>	<b>DESENHO DA PAISAGEM PROPOSTO .....</b>	<b>81</b>
4.1	ORGANIZAÇÃO DO DESENHO DA PAISAGEM PROPOSTO .....	81
4.2	ÁREAS DE INTERVENÇÃO E ELEMENTOS DE REFERÊNCIA .....	82
4.3	ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA .....	82
4.4	MACROESTRUTURAS DA PAISAGEM.....	83
4.5	MACRO SISTEMAS DA PAISAGEM.....	84
4.6	ELEMENTOS SINGULARES DA PAISAGEM .....	86
<b>PARTE III</b>	<b>– MATRIZ DE TRANSIÇÃO E VALORAÇÃO .....</b>	<b>91</b>
<b>1</b>	<b>MATRIZ DE TRANSIÇÃO.....</b>	<b>91</b>
1.1	ALTERAÇÕES DE OCUPAÇÃO E REGIMES DE GESTÃO.....	91
1.2	VALORAÇÃO MATRICIAL DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS.....	91
1.2.1	Critérios de valoração matricial dos SE.....	93
1.2.2	Valoração matricial dos SE .....	94
1.3	AVALIAÇÃO DO IMPACTO NA VALORAÇÃO DOS SE E DA ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS.....	96
1.3.1	Impacto na valoração matricial dos SE.....	96
1.3.2	Avaliação da estratégia de gestão de combustíveis.....	98
1.3.2.1	Cenário Passivo .....	99
1.3.2.2	Cenário de Transição Positiva.....	99
1.3.2.3	Cenário Ideal .....	100
<b>2</b>	<b>MATRIZ DE CUSTOS DE TRANSIÇÃO.....</b>	<b>101</b>
2.1	ESTIMATIVA E FASEAMENTO DOS CUSTOS .....	101
2.2	QUADRO DE FINANCIAMENTO .....	107
<b>PARTE IV</b>	<b>– DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO.....</b>	<b>113</b>
<b>1</b>	<b>DIRETRIZES E NORMAS PARA A PROMOÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM.....</b>	<b>113</b>
1.1	ENQUADRAMENTO DO PRGP SC NOS IGT EM VIGOR E SUA COMPATIBILIDADE.....	113
1.2	DIRETRIZES E NORMAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM .....	121
1.2.1	Diretrizes de Planeamento e Gestão .....	121
1.2.1.1	Diretrizes a incorporar nos PDM.....	121
1.2.1.2	Diretrizes de transposição/aplicação do PROF Algarve e SGIFR.....	125

1.2.1.3 Diretrizes de articulação com o Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR) e os Planos de Gestão Florestal (PGF) .....	125
1.2.1.4 Diretrizes para os Instrumentos de Financiamento .....	126
1.2.2 Orientações para a transformação da paisagem.....	127
<b>PARTE V - ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS .....</b>	<b>129</b>
<b>1 ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS .....</b>	<b>129</b>
1.1 ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP) .....	129
1.2 SÍNTESE DAS ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS A IMPLEMENTAR .....	131
<b>PARTE VI – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E GOVERNANÇA .....</b>	<b>137</b>
<b>1 PROGRAMA DE EXECUÇÃO E GOVERNANÇA .....</b>	<b>137</b>
<b>PARTE VII – PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>142</b>
<b>1 MODELO DE ACOMPANHAMENTO E REPORTE DE RESULTADOS .....</b>	<b>142</b>
1.1 MODELO DE ACOMPANHAMENTO, REPORTE E MEDIÇÃO DE RESULTADOS.....	142
1.2 MODELO DE PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL .....	150
<b>PARTE VIII – PROCESSO PARTICIPATIVO.....</b>	<b>151</b>
<b>1 ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS NO ÂMBITO DO PRGP SC.....</b>	<b>151</b>
<b>2 ABORDAGEM DURANTE A FASE PROSPECTIVA.....</b>	<b>152</b>
<b>3 REUNIÕES COM AS ENTIDADES DE ACOMPANHAMENTO .....</b>	<b>154</b>
<b>4 DIAGNÓSTICO DAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PRESSÕES NA ÁREA DE INTERVENÇÃO .....</b>	<b>156</b>
<b>5 IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE FUTURO E ÁREAS/ELEMENTOS COM INTERESSE PARA VALORIZAÇÃO E GESTÃO NO ÂMBITO DO PRGP.....</b>	<b>160</b>
<b>6 REUNIÕES DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA ALARGADA.....</b>	<b>165</b>
<b>7 PRÓXIMOS PASSOS DOS MOMENTOS PARTICIPATIVOS.....</b>	<b>186</b>
<b>PARTE IX – BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>188</b>
<b>1 BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>188</b>
<b>PARTE X – ANEXOS.....</b>	<b>193</b>

## ÍNDICE FIGURAS

Figura 1 – Enquadramento nacional e regional da área de intervenção do PRGP SC .....	6
Figura 2 – Freguesias integradas na área de intervenção do PRGP SC .....	7
Figura 3 – Processo de construção do PRGP SC.....	15
Figura 4 – Esquema metodológico de chegada ao Desenho da Paisagem Proposto .....	17
Figura 5 – Esquema metodológico de construção do Desenho da Paisagem Proposto .....	19
Figura 6 – Situação de Referência da paisagem na área de intervenção do PRGP SC .....	25
Figura 7 – Distribuição espacial das áreas agrícolas (com culturas anuais) nos anos 1970 (de acordo com o MAF 1951-80) e das áreas de matos (de acordo com a COS 2018).....	30

Figura 8 – Distribuição da tendência no coberto arbóreo entre os anos 2000 e 2019 calculado a partir de dados do sensor MODIS .....	31
Figura 9 – Modelos de combustível usados nas simulações de propagação do fogo (Godinho e Guiomar, 2022) .....	32
Figura 10 – Séries de vegetação identificadas em áreas ardidas e não ardidas na Serra do Caldeirão (Pereira e Guiomar, 2019).....	36
Figura 11 – Recorrência do fogo entre 1975 e 2022 .....	37
Figura 12 – Mega-incêndios que afetaram a área de intervenção do PRGP da Serra do Caldeirão .....	38
Figura 13 – Exemplo dos outputs extraídos a partir das simulações efetuadas .....	39
Figura 14 – Distribuição das áreas estratégicas de gestão de combustível.....	40
Figura 15 – Unidades de Gestão da Paisagem (UGP) do PRGP SC .....	51
Figura 16 – Expressão territorial das Propostas Territoriais e dos Regimes de Gestão aplicáveis .....	76
Figura 17 – Corte esquemático da situação de referência (paisagem atual) .....	77
Figura 18 – Corte esquemático do Desenho da Paisagem Desejável.....	79
Figura 19 – Organização do Desenho da Paisagem Proposto do PRGP .....	81
Figura 20 – Desenho da Paisagem Proposto para a área de intervenção do PRGP SC .....	89
Figura 21 – Abordagem matricial para mapeamento de Serviços dos Ecossistemas (adaptado de Jacobs et al., 2015) .....	92
Figura 22 – Valoração do potencial de provisão de serviços dos ecossistemas na área de intervenção. .	95
Figura 23 – Valoração média dos SE para a situação atual e cenário de transição positiva.....	98
Figura 24 – Estimativa da intensidade linear da frente (à esquerda) e velocidade de propagação do fogo (à direita) para o Cenário Passivo .....	99
Figura 25 – Estimativa da intensidade linear da frente (à esquerda) e velocidade de propagação do fogo (à direita) para o Cenário de Transição Positiva.....	100
Figura 26 – Estimativa da intensidade linear da frente (à esquerda) e velocidade de propagação do fogo (à direita) para o Cenário Ideal .....	100
Figura 27 – Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) a criar na área de intervenção do PRGP SC .....	131
Figura 28 – Desenho da Paisagem Proposto – Áreas Prioritárias para a área de intervenção do PRGP SC .....	135
Figura 29 – Apresentação síntese dos aspetos mais relevantes do Diagnóstico Prospetivo.....	167
Figura 30 – Visões produzidas pelos grupos de trabalho .....	168
Figura 31 – Apresentação plenária das visões produzidas por cada grupo .....	169
Figura 32 – Votação pelos participantes nos serviços de ecossistemas prioritários.....	172
Figura 33 – Apresentação plenária das principais reflexões de cada grupo, pelo relator .....	182
Figura 34 – Faseamento dos momentos participativos .....	186

## ÍNDICE QUADROS

Quadro 1 – Freguesias que integram a área de intervenção do PRGP SC, respetiva área (ha) e percentagem da área.....	8
Quadro 2 – Temas, Linhas de Ação e Ações relevantes para o Desenho da Paisagem Proposto .....	10

Quadro 3 – Correspondência entre as classes de ocupação do solo da COS 2018 (DGT) integradas na área de intervenção do PRGP SC e as tipologias de ocupação atual.....	20
Quadro 4 – Área (ha) das tipologias da ocupação atual e respetiva representatividade relativamente à área total (%) .....	23
Quadro 5 – Variáveis da aptidão biofísica e respetivas classes e limiares definidos.....	28
Quadro 6 – Características-padrão dos modelos de combustível representados na Figura 9 de acordo com Fernandes (2009) e Fernandes et al. (2009) .....	33
Quadro 7 – Áreas nucleares do SNAC integradas na área de intervenção do PRGP SC .....	41
Quadro 8 – Descrição de Cenários Alternativos.....	53
Quadro 9 – Propostas Territoriais e Regimes de Gestão aplicáveis às tipologias de ocupação atual, para o Cenário de Transição Positiva .....	61
Quadro 10 – Critérios de definição dos macro sistemas da paisagem e tipologias de ocupação propostas .....	84
Quadro 11 – Regras de valoração dos SE.....	94
Quadro 12 – Matriz de valoração dos serviços dos ecossistemas para a situação de referência na área do PRGP SC .....	95
Quadro 13 – Matriz de valoração dos serviços dos ecossistemas para o cenário de transição positiva na área do PRGP SC.....	97
Quadro 14 - Estimativa dos custos da transição para o Cenário de Transição Positiva por tipologias de ocupação e modalidades de financiamento.....	103
Quadro 15 - Custos unitários utilizados na estimativa dos custos da transição para o Cenário de Transição Positiva por tipologias de transição e modalidades de financiamento .....	105
Quadro 16 - Custo da transição por tipologia de custo, por ha de área de intervenção e por ha.ano no horizonte do projeto.....	107
Quadro 17 – Enquadramento do PRGP SC nos instrumentos de gestão territorial na área de intervenção .....	113
Quadro 18 – Áreas e ações prioritárias do PRGP SC.....	132
Quadro 19 – Fontes de financiamento por tipologia de apoios .....	137
Quadro 20 – Quadro global de financiamento das áreas e ações prioritárias do PRGP SC .....	138
Quadro 21 – Montantes totais e por fonte de financiamento.....	139
Quadro 22 – Programa de Governança e respetivos indicadores de execução financeira, organizacional e territorial.....	139
Quadro 23 – Monitorização e avaliação da implementação do PRGP SC .....	144
Quadro 24 – Lista de entidades entrevistadas.....	153
Quadro 25 – Entidades presentes na sessão de lançamento do PRGP SC .....	154
Quadro 26 – Principais contributos recolhidos na sessão de lançamento do PRGP SC .....	155
Quadro 27 – Lista de entidades participantes na sessão .....	166
Quadro 28 – Visões construídas por cada grupo de trabalho.....	169
Quadro 29 – Lista de serviços de ecossistema prioritários .....	171
Quadro 30 – Ranking dos serviços de ecossistemas prioritários .....	172
Quadro 31 – Classificação das afirmações dispostas no inquérito de avaliação .....	183
Quadro 32 – Síntese das respostas abertas do inquérito de avaliação .....	185



## ACRÓNIMOS E SIGLAS

<b>AA</b>	Avaliação Ambiental
<b>AAE</b>	Avaliação Ambiental Estratégica
<b>AAP</b>	Albufeira da Águas Públicas
<b>AAT</b>	Área de Aptidão Turística
<b>AEGC</b>	Área(s) Estratégica(s) de Mosaicos de Gestão de Combustíveis
<b>AGIF</b>	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais
<b>AI</b>	Área de Intervenção
<b>AIGP</b>	Área Integrada de Gestão da Paisagem
<b>AL</b>	Alojamento Local
<b>ANEPC</b>	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
<b>APA-ARH</b>	Agência Portuguesa do Ambiente – Administração da Região Hidrográfica
<b>APPS</b>	Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança
<b>BH</b>	Bacia Hidrográfica
<b>CAE</b>	Código de Atividade Económica
<b>CAOP</b>	Carta Administrativa Oficial de Portugal
<b>CCDR</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
<b>CDOS</b>	Comando Distrital de Operações de Socorro
<b>CEE</b>	Comunidade Económica Europeia
<b>CEP</b>	Convenção Europeia da Paisagem
<b>CGPR</b>	Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica
<b>CICES</b>	Common International Classification of Ecosystem Services
<b>CML</b>	Câmara Municipal de Loulé
<b>CMSBA</b>	Câmara Municipal de São Brás de Alportel
<b>CMT</b>	Câmara Municipal de Tavira
<b>COS</b>	Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental
<b>CRUS</b>	Carta do Regime do Uso do Solo
<b>DA</b>	Declaração Ambiental
<b>DFCI</b>	Defesa da Floresta Contra Incêndios
<b>DGADR</b>	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
<b>DGT</b>	Direção-Geral do Território
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>DPH</b>	Domínio Público Hídrico
<b>DQA</b>	Diretiva-Quadro da Água
<b>DRAP</b>	Direção Regional de Agricultura e Pescas

<b>E</b>	Este
<b>EA</b>	Entidades de Acompanhamento
<b>E-O</b>	Este-Oeste
<b>EEM</b>	Estrutura Ecológica Municipal
<b>EGF</b>	Entidades de Gestão Florestal
<b>EN</b>	Estrada Nacional
<b>ENCNB 2030</b>	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030
<b>EPIC WebGIS</b>	Ecological Planning, Investigation and Cartography WebGIS
<b>ERAE</b>	Entidade com Responsabilidade Ambiental Específica
<b>ESRI</b>	Environmental Systems Research Institute
<b>ET</b>	Empreendimento Turístico
<b>FA</b>	Fatores Ambientais
<b>FA</b>	Fundo Ambiental
<b>FCD</b>	Fatores Críticos para a Decisão
<b>FCT</b>	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
<b>FCUL</b>	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
<b>FEADER</b>	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
<b>FEAGA</b>	Fundo Europeu de Garantia Agrícola
<b>FFP</b>	Fundo Florestal Permanente
<b>FGC</b>	Faixa de Gestão de Combustível
<b>FIC</b>	Faixas de Interrupção de Combustível
<b>GEE</b>	Gases com Efeito de Estufa
<b>GPP</b>	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
<b>Ha</b>	Hectare
<b>IBA</b>	Important Bird Area
<b>ICNF</b>	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
<b>IFN</b>	Inventário Florestal Nacional
<b>IGT</b>	Instrumento de Gestão Territorial
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IPCC</b>	Intergovernmental Panel on Climate Change
<b>IRC</b>	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
<b>IRS</b>	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
<b>ISA</b>	Instituto Superior de Agronomia
<b>IVA</b>	Imposto sobre o Valor Acrescentado
<b>Km / Km<sup>2</sup></b>	Quilómetro / Quilómetro quadrado
<b>KPI</b>	Key Performance Indicators
<b>LBPPSOTU</b>	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

<b>LEAF-ISA</b>	Linking Landscape, Environment, Agriculture and Food – Instituto Superior de Agronomia
<b>LIFE</b>	<i>L'Instrument Financier pour l'Environment</i>
<b>LNEG</b>	Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.
<b>m / m<sup>2</sup></b>	Metro / Metro quadrado
<b>MAES</b>	Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services
<b>MNT</b>	Modelo Numérico Topográfico
<b>MODIS</b>	Moderate Resolution Imaging Spectroradiometer
<b>MPGC</b>	Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível
<b>N</b>	Norte
<b>NW</b>	Noroeste
<b>N-S</b>	Norte-Sul
<b>NPA</b>	Nível de Pleno Armazenamento
<b>NUTS</b>	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
<b>O</b>	Oeste
<b>OGC</b>	Open Geospatial Consortium
<b>OIGP</b>	Operação Integrada de Gestão da Paisagem
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONGA</b>	Organização Não Governamental de Ambiente
<b>OOTU</b>	Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo
<b>OSGeo</b>	OpenSource Geospatial Foundation
<b>OTI</b>	Observatório Técnico Independente
<b>PAC</b>	Política Agrícola Comum da União Europeia
<b>PACLIP</b>	Plano de Ação para a Conservação do Lince-Ibérico
<b>PAF</b>	Programa de Ação Florestal
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PDR</b>	Programa de Desenvolvimento Rural
<b>PEOT</b>	Plano Especial de Ordenamento do Território
<b>PEP</b>	Pacto Ecológico Europeu
<b>PEPAC</b>	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
<b>PGBH</b>	Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica
<b>PGF</b>	Plano de Gestão Florestal
<b>PGRH</b>	Plano de Gestão da Região Hidrográfica
<b>PMOT</b>	Plano Municipal de Ordenamento do Território
<b>PMDFCI</b>	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
<b>PNAP</b>	Política Nacional de Arquitetura e Paisagem
<b>PNPOT</b>	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
<b>PR Algarve</b>	Plano Regional do Algarve

<b>PRGP</b>	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem
<b>PRGP SC</b>	Programa de Reordenamento e Gestão da Serra do Caldeirão
<b>PROF</b>	Programa Regional de Ordenamento Florestal
<b>PROT</b>	Plano Regional de Ordenamento do Território
<b>PRR</b>	Plano de Recuperação e Resiliência
<b>PSA</b>	Programa Sub-Regional de Ação
<b>PSE</b>	Pagamento por Serviços dos Ecossistemas
<b>PSRN2000</b>	Plano Setorial da Rede Natura 2000
<b>PTP</b>	Programa de Transformação da Paisagem
<b>QE</b>	Questões Estratégicas
<b>QRE</b>	Quadro de Referência Estratégica
<b>QUERCUS</b>	Associação Nacional de Conservação da Natureza
<b>RA</b>	Relatório Ambiental
<b>RAE</b>	Renda Anual Equivalente
<b>RAN</b>	Reserva Agrícola Nacional
<b>RCM</b>	Resolução do Conselho de Ministros
<b>RCP</b>	Representative Concentration Pathways
<b>REL</b>	Rendimento Empresarial Líquido
<b>RELAPE</b>	Espécies de Flora Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção
<b>REN</b>	Reserva Ecológica Nacional
<b>REOT</b>	Relatório de Estado do Ordenamento do Território
<b>RFCD</b>	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
<b>RGA</b>	Recenseamento Geral Agrícola
<b>RGN</b>	Rede Geodésica Nacional
<b>RICA</b>	Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas
<b>RJAAE</b>	Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica
<b>RJAAR</b>	Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização
<b>RJCNB</b>	Regime Jurídico de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
<b>RJIGT</b>	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
<b>RJРАН</b>	Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional
<b>RJREN</b>	Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional
<b>RJRP</b>	Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem
<b>RN2000</b>	Rede Natura 2000
<b>RNAP</b>	Rede Nacional de Áreas Protegidas
<b>RNT</b>	Resumo Não Técnico
<b>S</b>	Sul
<b>SAF</b>	Sistema Agroflorestal

<b>SAU</b>	Superfície Agrícola Utilizada
<b>SE</b>	Serviços dos Ecossistemas
<b>SGIFR</b>	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
<b>SIC</b>	Sítio de Importância Comunitária
<b>SIG</b>	Sistema de Informação Geográfica
<b>SIGTUR</b>	Sistema de Informação Geográfica do Turismo
<b>SNAC</b>	Sistema Nacional de Áreas Classificadas
<b>SNIAmb</b>	Sistema Nacional de Informação de Ambiente
<b>SNIG</b>	Sistema Nacional de Informação Geográfica
<b>SNIRH</b>	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
<b>SNIT</b>	Sistema Nacional de Informação Territorial
<b>SRH</b>	Sub-Regiões Homogéneas
<b>SRUP</b>	Servidões e Restrições de Utilidade Pública
<b>SW</b>	Sudoeste
<b>Ton C</b>	Toneladas de Carbono
<b>UF</b>	União de Freguesias
<b>UGF</b>	Unidades de Gestão Florestal
<b>UGP</b>	Unidade de Gestão da Paisagem
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UP</b>	Unidade de Paisagem
<b>UTA</b>	Unidade de Trabalho Ano
<b>VAB</b>	Valor Acrescentado Bruto
<b>VPP</b>	Valor da Produção Padrão
<b>W</b>	Oeste
<b>WFS</b>	Web Feature Service
<b>WMS</b>	Web Map Service
<b>ZCA</b>	Zona de Caça Associativa
<b>ZCT</b>	Zona de Caça Turística
<b>ZEC</b>	Zona Especial de Conservação
<b>ZIF</b>	Zona de Intervenção Florestal
<b>ZPE</b>	Zona de Proteção Especial



# PARTE I – INTRODUÇÃO

---

## 1 ENQUADRAMENTO

O presente documento constitui o Relatório do Programa – Versão para Discussão Pública, que corresponde à 4.<sup>a</sup> Fase de trabalho contratualmente prevista para a prestação de serviços especializados para a elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão (PRGP SC).

O PRGP SC é, desta forma, consubstanciado pelo presente documento onde se justificam as opções e os principais objetivos estratégicos, se definem as diretrizes e normas para a promoção da transformação da paisagem, se identificam as áreas e ações prioritárias e se estabelece o Programa de execução e governança, assim como o Programa de monitorização e avaliação. A par deste documento, as referidas matérias estão sintetizadas no Sumário Executivo que integra um volume autónomo e que resume os aspetos considerados essenciais na elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão (PRGP SC).

As peças gráficas que estão na base da construção do Desenho da Paisagem e das Áreas Prioritárias que suportam o Programa, integram um volume autónomo destinado à cartografia produzida neste âmbito.

A Avaliação Ambiental do PRGP SC encontra-se consubstanciada no Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico, constituindo ambos volumes autónomos ao do presente documento

No que diz respeito à composição do presente documento, na Parte II é apresentado o Desenho da Paisagem Proposto, incluindo os Temas e as Ações relevantes no desenho da paisagem, a metodologia para a construção da Proposta do PRGP SC, a Estruturação e Transformação da Paisagem incluindo os Cenários Alternativos, as Propostas Territoriais e os Regimes de Gestão, e o Desenho da Paisagem Proposto, de acordo com a organização estabelecida.

Na Parte III é apresentada a Matriz de Transição e Valoração que se subdivide na Matriz de Transição que inclui as Alterações de Ocupação e Regimes de Gestão, a avaliação do impacto na Valoração dos Serviços dos Ecossistemas e na Estratégia de Gestão dos Combustíveis, e na Matriz de Custos de Transição que contempla a Estimativa e Faseamento dos Custos e o Quadro de Financiamento.

Na Parte IV são apresentadas as Diretrizes de Planejamento e Gestão incluindo uma análise à Compatibilidade entre as Diretrizes do PRGP SC e as Normas dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor e as normas a incorporar nos IGT em vigor.

Na Parte V são indicadas as Áreas e Ações consideradas Prioritárias no âmbito do PRGP SC, incluindo as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) e as Áreas Estratégicas de Gestão de Combustíveis.

Na Parte VI e na Parte VII encontra-se o Programa de Execução e Governança e o Programa de Monitorização e Avaliação de Resultados, respetivamente.

Por fim, na Parte VIII são descritas as várias fases do Processo Participativo, onde se incluem os resultados dos principais momentos participativos e a identificação de tendências, pressões e oportunidades de futuro que deverão ser refletidas no PRGP SC.

De referir que a presente versão do Relatório do Programa integra as ponderações aos pareceres emitidos pelas entidades competentes em fases anteriores, tendo em vista a sua disponibilização para apoio à Discussão Pública.

## 2 ENQUADRAMENTO LEGAL

Com a revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) publicada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, é identificada a vulnerabilidade dos territórios de floresta e o reconhecimento e valorização do seu capital natural como ativos estratégicos para o desenvolvimento das áreas rurais, estabelecendo assim um conjunto de intervenções de base territorial, que pretendem a revitalização de atividades económicas, a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas e a valorização do território através da gestão da paisagem.

Neste contexto foram aprovados e publicados o Programa de Transformação da Paisagem (PTP) (Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho) e o regime jurídico da reconversão da paisagem (RJRP - Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho), que estabelecem um conjunto de medidas programáticas e um quadro de instrumentos jurídicos para definir, planear, programar e gerir os territórios florestais vulneráveis, atendendo à sua organização espacial, que viriam posteriormente, a ser delimitados e publicados pela Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro.

Uma das medidas programáticas de intervenção previstas no PTP e no RJRP correspondem aos PRGP, “destinados a promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos

territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas”, através da definição de diretrizes de planeamento e gestão e de ações prioritárias de intervenção, a partir da aptidão do solo e das necessidades de gestão e de ordenamento. Além disso, está ainda patente, e em linha de conta com o Pacto Ecológico Europeu (PEE), o reconhecimento dos serviços dos ecossistemas e a necessidade da sua remuneração.

Os territórios potenciais para delimitação das áreas a sujeitar a estes programas foram definidos no Anexo I da Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho.

É segundo esse enquadramento legal que surge o Programa de Reordenamento e Gestão da Serra do Caldeirão (PRGP SC), cuja determinação de elaboração é efetuada pelo Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro.

A elaboração do PRGP SC, enquanto programa setorial é determinada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial – RJIGT), e nos termos da legislação específica, Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho.

O processo de elaboração do PRGP SC, incluindo o conteúdo material e documental, acompanhamento, participação e aprovação, é elaborado em conformidade com o disposto nos Artigos 39.º, 40.º, 41.º, 46.º, 47.º, 48.º, 50.º e 51.º do RJIGT e nos Artigos 7.º e 10.º do RJRP.

Atendendo ao papel que desempenham no quadro de interação coordenada no sistema de gestão territorial, o PRGP emana diretrizes de planeamento e gestão que vincularão diretamente todas as entidades públicas, e direta e indiretamente os particulares, relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, como disposto no n.º 3 do Artigo 3.º do RJIGT.

As orientações e diretrizes de planeamento e gestão estabelecidas no PRGP SC são desenvolvidas, concretizadas e programadas nos planos diretores municipais, no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) no Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR) e nos instrumentos financeiros, nomeadamente no Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) e Plano Regional do Algarve (PR Algarve).

O PRGP SC inclui ainda um conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos, conforme disposto no n.º 5 do Artigo 41.º do RJIGT, tendo em vista suportar a avaliação (da adequação e concretização da disciplina neles consagrada) prevista no Capítulo VIII do mesmo diploma.

Face à sensibilidade da área de incidência do PRGP SC, bem como dos possíveis efeitos decorrentes da aplicação da proposta de desenho da paisagem nele considerada, este programa encontra-se

sujeito a avaliação ambiental nos termos do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

### 3 OBJETIVOS

Com a elaboração do PRGP SC pretende-se “(...) definir os referenciais para a transformação da paisagem nos territórios e estabelecer as diretrizes e medidas adequadas para a promoção de novas economias, promovendo a reconversão de espécies e culturas, a multifuncionalidade territorial, o restauro de ecossistemas e o incremento dos seus serviços, bem como identificar áreas de intervenção prioritárias para o desenvolvimento de operações integradas de gestão da paisagem e esquematizar o quadro de apoios e incentivos ao investimento e manutenção e à remuneração dos serviços dos ecossistemas.”, de acordo com o Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro.

Constituem **objetivos operacionais** do PRGP SC, de acordo com o n.º 4 do Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro e nos termos do n.º 7 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, os seguidamente apresentados:

- “Potenciar as características biofísicas dos territórios de floresta, as potencialidades produtivas dos solos e o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais;
- Aumentar a resiliência dos territórios aos riscos, em particular ao de incêndio, mas também a minimização de outras vulnerabilidades num quadro de alterações climáticas;
- Aumentar as interfaces de ocupação do solo pela constituição de mosaicos culturais geridos na perspetiva espacial e temporal, impulsionando a construção coletiva de paisagens mais sustentáveis;
- Estimular os produtores agrícolas e florestais e outros agentes ativos no terreno a executarem as várias formas de gestão e conservação dos espaços rurais;
- Aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais;
- Dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala”.

No n.º 4 do mesmo Despacho que determina a elaboração do PRGP SC, são definidos os seus **objetivos estratégicos**:

- “Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvo-pastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas

associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndio e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono;

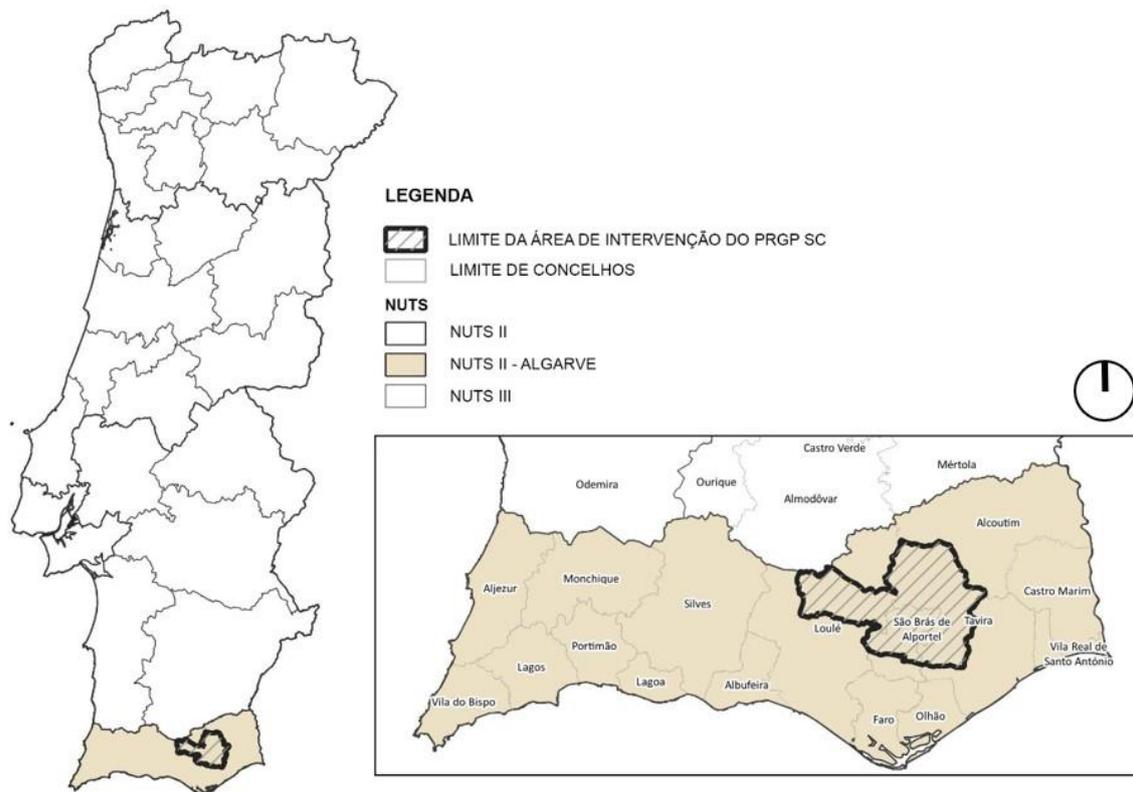
- Promover as atividades agrícolas, agro-pastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo da pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural;
- Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração
- dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvo pastoris, cinegéticas e turísticas;
- Promover uma nova economia para os territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem”.

Em síntese, constituem **objetivos principais** do PRGP SC:

- **Resiliência do território**, mediante a redução da sua vulnerabilidade aos fogos rurais;
- **Valorização do território**, promovendo a valorização da aptidão dos solos e a melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas;
- **Impulsionar uma nova economia**, através do aumento do valor dos ativos territoriais e da dinamização da economia.

## 4 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

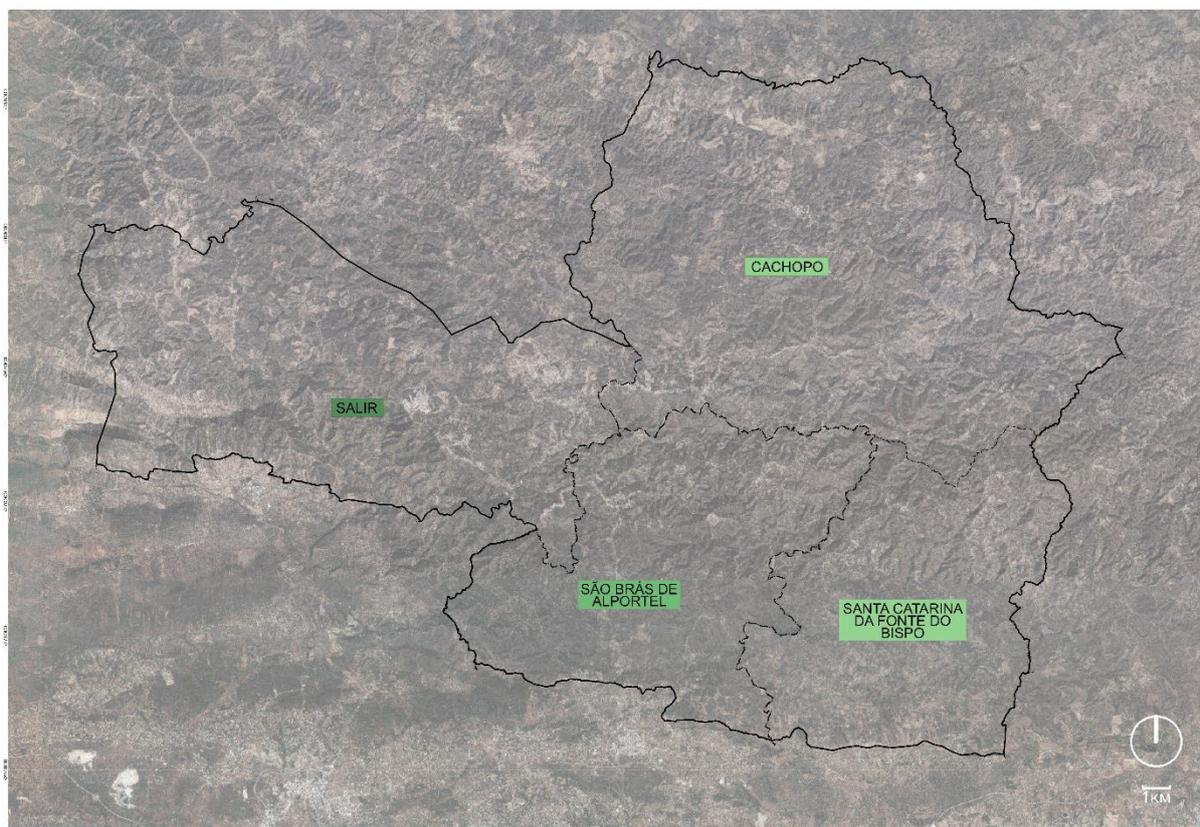
A área de intervenção do PRGP SC localiza-se na região do Algarve (NUTS II e III), e integra parte dos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira, conforme se ilustra na figura seguinte.



**Figura 1 – Enquadramento nacional e regional da área de intervenção do PRGP SC**

A definição dos limites da área de intervenção, ajustados à escala 1:10.000, tiveram em consideração os limites de base natural e os limites de base socioeconómica mais relevantes que permitem uma delimitação da Serra do Caldeirão, tão otimizada quanto possível.

Com uma expressão territorial de 56.348 hectares, a área de intervenção do PRGP SC, tal como indicado no Anexo I do Despacho n.º 11891/2021 de 2 de dezembro, integra a totalidade a freguesia de Cachopo pertencente ao concelho de Tavira e integra parcialmente as freguesias Santa Catarina da Fonte do Bispo (83%) também pertencente ao concelho de Tavira, Salir (83%) no concelho de Loulé e São Brás de Alportel (70%) no concelho homónimo.



▭ ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PRGP SC

**LIMITES ADMINISTRATIVOS**

- . - . - . LIMITE DE CONCELHO

- - - - - LIMITE DE FREGUESIA

**Figura 2 – Freguesias integradas na área de intervenção do PRGP SC**

No quadro seguinte apresentam-se as freguesias que compõem a área de intervenção do PRGP, de acordo com a listagem presente no referido Despacho, bem como a sua representatividade em termos de área.

**Quadro 1 – Freguesias que integram a área de intervenção do PRGP SC, respetiva área (ha) e percentagem da área**

NUTS II	NUTS III	Distrito	Concelho	Freguesia	Área (ha)	%
Algarve	Algarve	Faro	Loulé	Salir *	15 572,32	28%
			São Brás de Alportel	São Brás de Alportel*	10 711,51	19%
			Tavira	Santa Catarina da Fonte do Bispo*	9 712,14	17%
				Cachopo	20 352,22	36%

(\*) Freguesia não integrada na totalidade na área de intervenção do PRGP SC

## PARTE II – DESENHO DA PAISAGEM PROPOSTO

---

O desenho de uma nova paisagem surge como resposta à necessidade de mitigação das vulnerabilidades presentes em alguns territórios rurais, nomeadamente aqueles que são mais suscetíveis aos incêndios rurais e que, além disso, apresentam condicionalismos estruturais a nível económico, demográfico e social, como é o caso da Serra do Caldeirão.

Dessa forma, a resposta tem de passar pela mudança estrutural do modelo de ocupação e gestão dos solos orientada para o aumento da resiliência dos sistemas ecológicos, agrícolas, florestais e das comunidades.

Nos capítulos seguintes é apresentada a abordagem metodológica adotada, bem como os passos fundamentais de construção do Desenho da Paisagem Proposta.

### 1 TEMAS E AÇÕES RELEVANTES NO DESENHO DA PAISAGEM

As áreas temáticas relevantes no desenho de uma nova paisagem para a área de intervenção do PRGP SC, foram definidas com base no processo participativo que incluiu atores-chave no território, permitindo, a partir destes contributos, traçar as principais linhas de ação que orientarão a transformação da paisagem.

A compatibilização destas áreas temáticas com a componente de análise técnica, permitiu a identificação dos temas relevantes que respondem aos objetivos gerais que norteiam a ação dos PRGP, entre os quais se destaca a promoção de economias locais sustentáveis, assentes na valorização do capital natural e dos serviços dos ecossistemas, incluindo as componentes da diminuição da suscetibilidade ao fogo e a conservação da biodiversidade. Pretende-se, assim, concretizar a lógica do Programa de Transformação da Paisagem (conforme estabelecido na RCM n.º 49/2020 de 24 de junho, na sua redação atual), assente numa lógica de transformação da economia local e de internalização dos benefícios ambientais gerados pelos ecossistemas.

O Desenho da Paisagem Proposta teve como ponto de partida o Desenho da Paisagem Desejável estabelecido ao nível do diagnóstico prospetivo que precedeu a fase atual e que permitiu não só descrever a situação de referência desta paisagem, bem como apresentar as principais linhas de ação assentes na visão estratégica para a área de intervenção, de acordo com os temas considerados mais relevantes. Esta informação foi aferida com base nos pareceres recebidos das Entidades com

Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) ao Relatório de Fatores Críticos para a Decisão e nos contributos decorrentes da 1.ª Reunião de Participação Pública Alargada.

Os temas relevantes que constituem os pilares do Desenho da Paisagem Proposto, foram organizados em cinco principais linhas de ação (LA), conforme se apresenta no quadro seguinte.

**Quadro 2 – Temas, Linhas de Ação e Ações relevantes para o Desenho da Paisagem Proposto**

TEMAS	AÇÕES
Florestas	<p><b>LA – Recuperação e revitalização do coberto vegetal:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ <b>Promoção de uma abordagem integrada ao problema da perda de vitalidade dos povoamentos de quercíneas</b>, visando a melhoria do estado fitossanitário dos povoamentos e, conseqüentemente, a melhoria das suas funções produtivas e de conservação;</li> <li>▶ <b>Diversificação das espécies arbóreas</b> (eventual fomento de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>);</li> <li>▶ <b>Manutenção das áreas de pinheiro manso</b>, atendendo às suas funções de proteção e conservação do solo e da água, permitindo uma eventual diversificação produtiva (e.g resinagem), e a continuidade do apoio à manutenção dos povoamentos e a remuneração dos serviços dos ecossistemas;</li> <li>▶ <b>Gestão das áreas de matos</b> em função do declive, da integração nas ZEC e da localização nas áreas estratégicas de gestão de combustíveis (AEGC);</li> <li>▶ <b>Promoção da articulação do PRGP SC com as ZIF existentes no território</b>, tendo em vista a promoção de uma melhor gestão e valorização da floresta.</li> </ul>
Sistemas agro-silvopastoris	<p><b>LA – Manutenção e expansão de mosaicos com zonas abertas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ <b>Revitalização e desejável expansão de mosaicos agrícolas</b> (preferencialmente em áreas de RAN, áreas contíguas e áreas integradas nos aproveitamentos hidroagrícolas), promovendo a diversidade dos usos e funções;</li> <li>▶ <b>Manutenção das pastagens existentes e desejável expansão</b> em áreas com aptidão (transformação de matagais com declives compatíveis &lt;30%), tendo em vista o incremento do efetivo pecuário (caprinos e ovinos) e promovendo a criação de descontinuidades;</li> <li>▶ <b>Criação de áreas de pomares de medronho e/ou alfarroba</b> (transformação de matagais com declives compatíveis &lt;30%);</li> <li>▶ <b>Valorização dos produtos endógenos e tradicionais</b> (cortiça, medronho, mel, alfarroba...), beneficiando de apoios e subsídios a atividades económicas de pequena escala;</li> <li>▶ <b>Promoção da gestão agregada das propriedades e criação de bancos de terras</b>, combatendo a dispersão dos minifúndios e promovendo a sua viabilidade económica, quer para a sua exploração, quer para eventual aluguer/venda.</li> </ul>

TEMAS	AÇÕES
<p><b>Ecosistemas naturais</b></p>	<p><b>LA - Valorização e criação de habitats:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ <b>Conservação e melhoria dos habitats protegidos</b>, conforme disposições dos planos de gestão da ZEC Barrocal (PTCON0049) e da ZEC Caldeirão (PTCON0057), em elaboração, incluindo as aves e respetivos habitats que são parte integrante da ZPE Caldeirão (PTCON0057);</li> <li>▶ <b>Controlo da erosão nas bacias hidrográficas</b> com arborização de espécies autóctones melhoradoras do solo (zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvência de cursos de água);</li> <li>▶ <b>Revitalização e requalificação dos cursos de água existentes;</b></li> <li>▶ <b>Reforço das galerias ripícolas existentes com espécies autóctones e controlo de invasoras</b>, contribuindo para o incremento das descontinuidades e reforço da estrutura ecológica;</li> <li>▶ <b>Criação de galerias ripícolas em linhas de água principais</b>, contribuindo para o incremento das descontinuidades e reforço da estrutura ecológica;</li> <li>▶ <b>Recuperação de elementos de água</b> (como fontes, azenhas e chafarizes) e apoiar pequenas barragens e pontos de água para promover a maior disponibilidade de água;</li> <li>▶ <b>Apoio à gestão de populações de espécies cinegéticas</b>, em particular do veado (<i>Cervus elaphus</i>) pelo seu papel potencial na gestão de combustíveis, da perdiz vermelha (<i>Alectoris rufa</i>), do coelho-bravo (<i>Oryctolagus cuniculus</i>) pela necessidade de fomento da população de lince-ibérico (<i>Lynx pardinus</i>) e do javali (<i>Sus scrofa</i>) pela necessidade de controlo da população e valorização cinegética.</li> </ul>
<p><b>Turismo, recreio e património</b></p>	<p><b>LA - Promoção do património natural e cultural enquanto ativo turístico:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ <b>Incremento das atividades turísticas</b> (turismo de natureza, cinegético, científico e criativo e das atividades desportivas), <b>tradicionais e gastronómicas;</b></li> <li>▶ <b>Desenvolvimento de atividades associadas ao turismo de natureza</b> (birdwatching, percursos cicláveis e de caminhada);</li> <li>▶ <b>Divulgação dos produtos tradicionais e endógenos da região;</b></li> <li>▶ <b>Promoção da cerâmica de construção tradicional</b> (telhas artesanais, ladrilhos e tijolos de burro);</li> <li>▶ <b>Promoção de melhorias na acessibilidade à Serra e nas infraestruturas de telecomunicações</b>, que limitam a fixação de pessoas e a promoção de atividades;</li> <li>▶ <b>Criação de um corredor turístico ao longo da estrada N2</b>, que dê resposta crescente procura, disponibilizando espaços de alojamento, alimentação, estadia e visitação;</li> <li>▶ <b>Recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural</b>, tendo em vista a sua visitação e usufruto;</li> <li>▶ <b>Estruturação da rede de rotas pedestres existentes</b>, enquanto ativo turístico e económico a promover e a valorizar;</li> <li>▶ <b>Revitalização de aglomerados populacionais</b> onde exista atividade humana, com papel ativo na dinamização do território (agricultores, pastores...).</li> </ul>

TEMAS	AÇÕES
<p><b>Gestão de fogos rurais</b></p>	<p><b>LA - Aumento da resiliência do território aos fogos rurais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ <b>Integração da Rede Primária</b>, aplicando as ações preconizadas no Programa Regional de Ação para a gestão integrada de fogos rurais (em aprovação);</li> <li>▶ <b>Gestão de combustíveis ou diversificação das ocupações e/ou usos do solo nas Faixas de Gestão de Combustível</b> com usos compatíveis com as suas funções;</li> <li>▶ <b>Definição de áreas homogêneas para a gestão de matos</b>, onde poderão ser aplicadas técnicas de gestão de combustível ou autorizados fogos de gestão;</li> <li>▶ <b>Constituição de mosaicos agro-silvo-pastoris</b>, com áreas abertas com sobreiros, onde se pode privilegiar o pastoreio dirigido para gestão da vegetação sob-coberto, e aplicar medidas de recuperação dos povoamentos de sobreiro (o medronheiro pode ser utilizado em consociação com o sobreiro, ou nas clareiras como pomar);</li> <li>▶ <b>Constituição de mosaicos agrícolas heterogêneos</b> (culturas anuais, permanentes e pastagens), que correspondem à reduzida área de solos férteis, tendo em vista a manutenção da atividade agrícola;</li> <li>▶ <b>Controlo do crescimento do povoamento disperso</b> de modo a evitar a ocupação de áreas de elevado risco de fogos rurais.</li> </ul>

## 2 METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DO PRGP SC

A construção da proposta do PRGP SC comporta três processos interdependentes que são desenvolvidos em paralelo ao longo das várias fases de trabalho, designadamente o processo de construção do Desenho da Paisagem (DP), a processo de Participação Pública (PP) e o processo de Avaliação Ambiental (AA).

Ao nível do Desenho da Paisagem, na 2.<sup>a</sup> Fase foi realizada a compilação da Informação da Base que integra a designada Situação de Referência e que visa descrever o estado atual da paisagem da área de intervenção. Esta teve em consideração os potenciais fatores de transformação da paisagem, integrando as Aptidões do Solo, o Regime e Ecologia do Fogo e as Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (SRUP), bem como os Serviços dos Ecossistemas, a Valia Económica e Social de Produtos, Culturas e Funções e outros temas considerados relevantes. Em paralelo, durante a fase de Diagnóstico Prospetivo, dos momentos participativos (Entrevistas com atores locais e Sessão de lançamento do PRGP SC) resultaram os Temas e Ações relevantes que, em conjunto com a descrição da Situação de Referência contribuíram para a criação do Desenho da Paisagem Desejável. Ao nível da Avaliação Ambiental, que tem como objetivo apoiar o processo de decisão subjacente à elaboração do Programa e contribuir, de forma contínua e efetiva para a avaliação das consequências

ambientais da proposta, foi determinado nesta 2.<sup>a</sup> Fase o âmbito e alcance da mesma, as questões estratégicas e os fatores críticos para a decisão (FCD).

Com base nesse Desenho da Paisagem Desejável, foi iniciada a 3.<sup>a</sup> Fase da Proposta da Transformação da Paisagem, sendo para tal considerados três cenários alternativos – o Cenário Passivo, o Cenário de Transição Positiva e o Cenário Ideal – que foram estruturados de acordo com diferentes perspectivas de evolução do território.

Nesta fase, no âmbito do Relatório Ambiental foi efetuada uma avaliação comparativa destes cenários alternativos por forma a escolher a alternativa mais equilibrada e favorável, no que às questões ambientais e sócio económicas diz respeito, tendo a escolha recaído sobre o Cenário de Transição Positiva.

A descrição detalhada dos referidos cenários, assim como a justificação da escolha do cenário que sustenta a Proposta do PRGP SC, encontra-se no subcapítulo 3.1 da PARTE II – Desenho da Paisagem Proposta, do presente documento.

Desta forma, para a transformação da paisagem são contempladas, de acordo com os fatores de transformação e os critérios adotados, conforme explicado detalhadamente no subcapítulo 3.1 da PARTE II – Desenho da Paisagem Proposta, as Propostas Territoriais para **manutenção de usos e ocupações do solo ou a alteração dos usos e ocupações do solo e/ou a aplicação de regimes de gestão** que, no seu conjunto, dão origem a medidas de gestão aplicáveis ao nível da paisagem.

Estas medidas aplicáveis à nova paisagem terão assim por base o ajustamento das ocupações e dos usos do solo àquela que é a aptidão biofísica, edafoclimática e produtiva, bem como a alteração da lógica de gestão subjacente, estando estas dependentes dos investimentos previstos no âmbito do PRGP SC, assim como do grau de envolvimento e das iniciativas dos atores do território, em articulação com as entidades competentes.

As medidas e ações propostas no âmbito do cenário de Transição Positiva aplicam-se, por princípio, a áreas fora das Zonas Especiais de Conservação (ZEC), sob jurisdição do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), sendo que, dentro destas, aplicar-se-ão as normas que vierem a constar dos respetivos Planos de Gestão em elaboração. A este pressuposto excetuam-se as Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis (AEGC) propostas que são aplicáveis a toda a área de intervenção do PRGP SC.

Em conjunto com os contributos dos serviços dos ecossistemas e do regime e ecologia do fogo, é estruturado o Desenho da Paisagem, de acordo com a organização definida que contempla a vários

níveis as designadas macroestruturas, macro sistemas e elementos singulares da paisagem, conforme descrito no capítulo 4 da PARTE II, do presente documento.

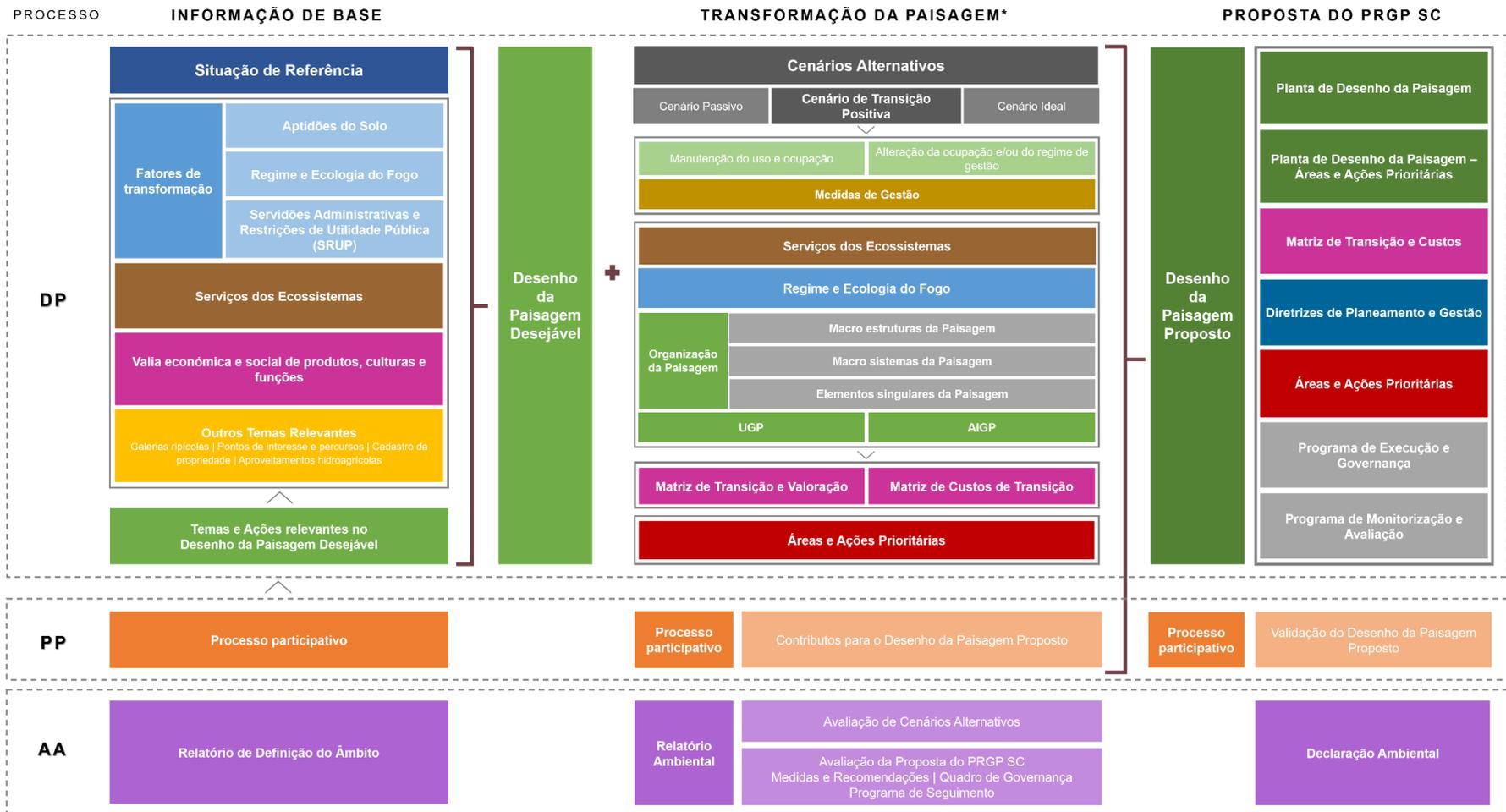
Da estruturação da proposta de transformação da paisagem são contruídas as Matrizes de Transição das ocupações do solo e de valoração/adicionalidade da provisão de Serviços dos Ecossistemas, bem como a Matriz de Custos que suportará essa transição para a paisagem proposta.

A partir da proposta formulada, são definidas as Áreas e as Ações Prioritárias Específicas do PRGP SC e as Ações Complementares no âmbito do PTP e do SGIFR.

Também durante a fase precedente, o processo participativo promoveu a 1.ª Reunião de Participação Pública Alargada que envolveu diversas partes interessadas e forneceu importantes contributos, a integrar no Desenho da Paisagem Proposto.

No âmbito da Proposta de Programa, o Desenho da Paisagem Proposto, foi apreciado com consulta às Entidades Territorialmente Competentes possuindo para tal, como elementos fundamentais, as Plantas do Desenho da Paisagem e das Áreas e Ações Prioritárias, a Matriz de Transição e Custos, as Diretrizes de Planeamento e Gestão, onde se incluem as normas a incorporar nos IGT em vigor, o quadro das Áreas e Ações Prioritárias, bem como os Programas de Execução e Governança e de Monitorização e Avaliação.

Na Figura 3 é apresentada de forma esquemática o processo de construção do PRGP SC.



**Nota**

\* As propostas do PRGP SC aplicam-se à área de intervenção fora das ZEC. | Nas ZEC aplicam-se as disposições dos futuros Planos de Gestão. | As AEGC propostas aplicam-se à totalidade da área de intervenção.

**Legenda**

AA – Avaliação Ambiental | AEGC – Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis | AIGP – Áreas Integradas de Gestão da Paisagem | DP – Desenho da Paisagem | PP – Participação Pública | PRGP SC – Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra do Caldeirão | SRUP – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública | UGP – Unidade de Gestão da Paisagem | ZEC – Zona Especial de Conservação

**Figura 3 – Processo de construção do PRGP SC**

## 2.1 ESQUEMA METODOLÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENHO DA PAISAGEM

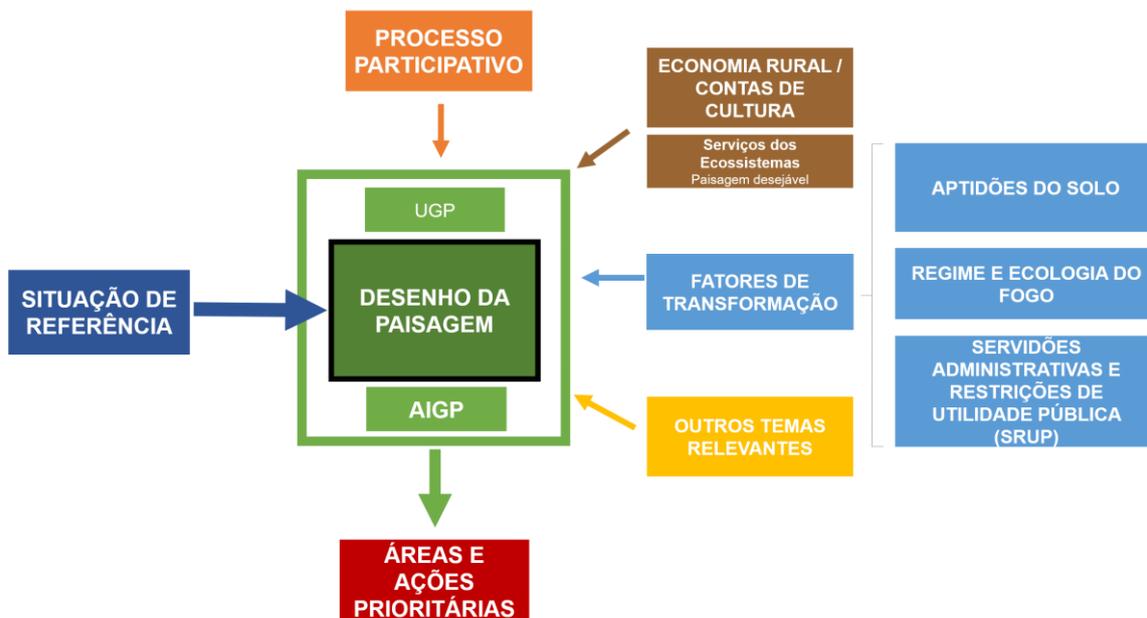
O desenho da paisagem possui um caráter agregador de informação e da análise extraída a partir da interpretação da mesma e propositor das estratégias de intervenção e das ações que deverão ser levadas a cabo para a concretização da visão para este território, constituindo por isso um dos pilares do reordenamento e da futura gestão da área de intervenção do PRGP SC.

Importa, por isso, estabelecer um esquema metodológico que permita, de forma clara, apresentar a informação considerada mais relevante na construção do Desenho da Paisagem Proposto, bem como a forma como a informação é integrada nessa construção.

O desenho da paisagem que assenta na sustentabilidade associada às dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural, resulta da ponderação de várias componentes, designadamente os contributos do processo participativo, a economia rural e a valorização dos serviços dos ecossistemas, os fatores determinantes de transformação da paisagem que integram, de forma genérica, as aptidões do solo, o regime e ecologia do fogo e as Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (SRUP), assim como outros temas considerados relevantes no âmbito do presente PRGP.

O processo de integração destas componentes resulta assim na construção do Desenho da Paisagem, organizado por Unidades de Gestão da Paisagem (UGP), que define as principais medidas de gestão aplicáveis, em particular no que respeita às Áreas e Ações Prioritárias, como é o caso das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP).

Na Figura 4 é apresentado o esquema metodológico de chegada ao Desenho da Paisagem Proposto.



**Figura 4 – Esquema metodológico de chegada ao Desenho da Paisagem Proposto**

A base do desenho da paisagem é constituída por um ficheiro em formato vetorial (shapefile) que integra o conjunto dos dados que foram considerados mais relevantes para a análise territorial e para a transformação que se pretende obter.

Esta base é construída tendo como suporte a informação da Situação de Referência, que contém as tipologias que definem a ocupação atual do solo. Com esta são cruzados diversos dados que decorrem de várias fontes e de análises aplicáveis a temáticas particulares.

Destes dados fazem parte, como referido anteriormente, os contributos resultantes do Processo Participativo, com papel fundamental na formulação e validação do diagnóstico territorial, e que possuem um carácter informativo para a construção do desenho da paisagem. De carácter informativo, são também as análises decorrentes das dinâmicas socioeconómicas e da economia rural que permitem, em conjunto com a valoração dos serviços dos ecossistemas, apoiar a formulação do Desenho da Paisagem e estabelecer pressupostos que viabilizem a sua concretização.

No que respeita aos Fatores de Transformação, os mesmos são determinantes para o desenho da paisagem, uma vez que têm implicação direta na definição de áreas com características homogéneas e que, dessa forma, permitirão definir a transformação da paisagem e as tipologias de ocupação proposta que daí resultam.

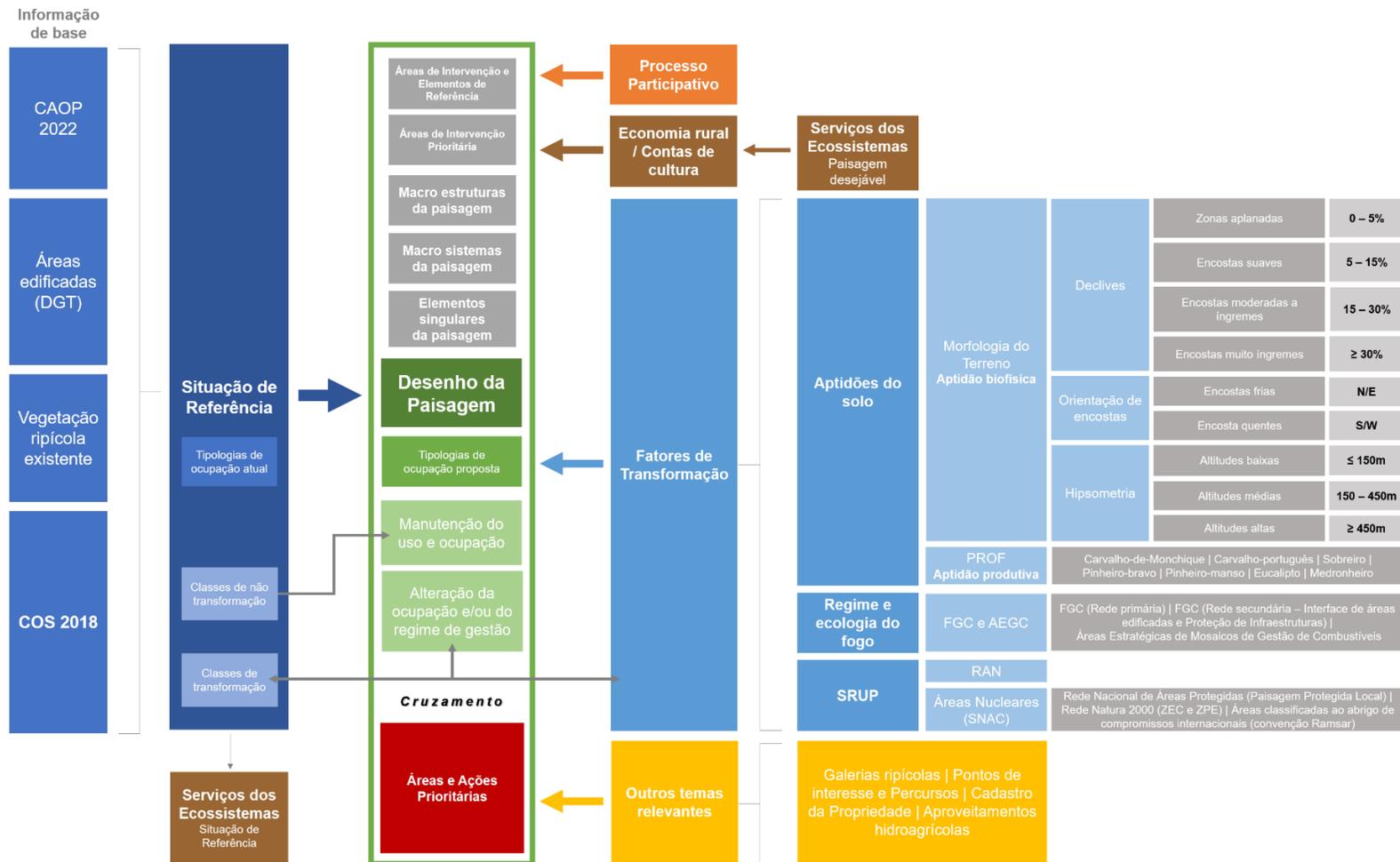
Além destes fatores, são ainda considerados Outros Temas Relevantes para o desenho da paisagem. A inclusão destes temas específicos contribui para o reforço de características particulares na paisagem,

tanto para a adicionalidade da provisão dos serviços dos ecossistemas, como para o desenvolvimento de novas dinâmicas socioeconômicas e para a coerência da proposta global.

Dessa forma, o Desenho da Paisagem Proposto resulta do exercício de análise e ponderação técnica da Situação de Referência em conjunto com as componentes consideradas, o que viabiliza a identificação das Propostas Territoriais, isto é, as áreas sujeitas a alteração da ocupação do solo e/ou do regime de gestão, bem como das restantes áreas onde ocorrerá a manutenção do uso e da ocupação do solo atuais.

Deste produto resultante são ainda identificadas as Áreas e as Ações Prioritárias para a transformação da paisagem na área de intervenção do Programa.

O conjunto dos dados que concorrem para a construção do Desenho da Paisagem Proposto são apresentados detalhadamente no esquema metodológico da Figura 5.



**Legenda**

AEGC – Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis | CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal | COS – Carta de Ocupação do Solo | DGT – Direção-Geral do Território | FGC – Faixas de Gestão de Combustível N/E – Norte-Este | PROF – Programa Regional de Ordenamento Florestal | RAN – Reserva Agrícola Nacional | SNAC – Sistema Nacional de Áreas Classificadas | SRUP – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública | S/W – Sul-Oeste | ZEC – Zona Especial de Conservação | ZPE – Zona de Proteção Especial

**Figura 5 – Esquema metodológico de construção do Desenho da Paisagem Proposto**

## 2.2 SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

A Situação de Referência constitui o retrato da paisagem atual, no que respeita às principais classes de ocupação do solo, designadas por tipologias de ocupação atual.

Essas tipologias têm como base fundamental a Carta da Ocupação do Solo (COS) de 2018 (DGT), segundo a qual são efetuadas análises específicas que permitem a integração de outros níveis de informação necessários à caracterização da paisagem atual e à formulação das propostas enquadradas no Desenho da Paisagem.

Dessa forma, tendo como base a COS é, primeiramente, realizado um agrupamento de classes que vá ao encontro do nível de desagregação da informação necessário e se enquadre no âmbito do presente Programa.

No quadro seguinte encontra-se a correspondência entre as classes de ocupação do solo da COS 2018 integradas na área de intervenção do PRGP SC e as tipologias de ocupação atual que integram a Situação de Referência.

**Quadro 3 – Correspondência entre as classes de ocupação do solo da COS 2018 (DGT) integradas na área de intervenção do PRGP SC e as tipologias de ocupação atual**

COS 2018				Tipologias de ocupação atual	
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4		
Agricultura	Áreas agrícolas heterogêneas	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Agricultura	
		Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a culturas permanentes	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival		
		Mosaicos culturais e parcelares complexos	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a pomar		
			Mosaicos culturais e parcelares complexos		
	Culturas permanentes	Olivais	Olivais		
		Pomares	Pomares		
		Vinhas	Vinhas		
	Culturas temporárias	Culturas temporárias de sequeiro e regadio e arrozais	Culturas temporárias de sequeiro e regadio		

COS 2018				Tipologias de ocupação atual	
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4		
Florestas	Florestas	Florestas de folhosas	Florestas de azinheira	Florestas de azinheira	
			Florestas de espécies invasoras	Florestas de espécies invasoras	
			Florestas de eucalipto	Florestas de eucalipto	
			Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	
			Florestas de sobreiro	Florestas de sobreiro	
		Florestas de resinosas	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro manso	Vegetação ripícola existente
Massas de água superficiais	Massas de água interiores	Cursos de água	Cursos de água naturais	Massas de água naturais	
		Planos de água	Albufeiras de barragens	Massas de água artificiais	
			Charcas		
		Lagos e lagoas interiores artificiais			
Matos	Matos	Matos	Matos	Matos	
Pastagens	Pastagens melhoradas e pastagens espontâneas	Pastagens espontâneas	Pastagens espontâneas	Pastagens	
		Pastagens melhoradas	Pastagens melhoradas		
Superfícies agroflorestais (SAF)	Superfícies agroflorestais (SAF)	Superfícies agroflorestais (SAF)	SAF de azinheira	Superfícies agroflorestais (SAF)	
			SAF de outras misturas		
			SAF de pinheiro manso		
			SAF de sobreiro		
			SAF de sobreiro com azinheira		
Territórios artificializados	Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	Áreas de deposição de resíduos	Aterros	Outros territórios artificializados	
		Áreas em construção	Áreas em construção		
	Equipamentos	Equipamentos desportivos	Instalações desportivas		
		Outros equipamentos e instalações turísticas	Outros equipamentos e instalações turísticas		
	Indústria, comércio e instalações agrícolas	Comércio	Comércio		
		Indústria	Indústria		
		Instalações agrícolas	Instalações agrícolas		
	Infraestruturas	Infraestruturas de produção de energia	Infraestruturas de produção de energia não renovável		Infraestruturas de produção de energia renovável
			Infraestruturas de produção de energia renovável		

COS 2018				Tipologias de ocupação atual
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	
Territórios artificializados	Tecido edificado	Tecido edificado contínuo	Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	Áreas edificadas
			Tecido edificado descontínuo	
			Tecido edificado descontínuo	
			Tecido edificado descontínuo esparso	

No que se refere à identificação da Vegetação ripícola existente, foi realizada uma análise da informação da classe de Florestas de outras folhosas e diferenciadas as áreas que correspondem a vegetação ripícola, através de fotointerpretação dos ortofotomapas de Portugal Continental de 2018.

Por forma a garantir uma homogeneização das propostas e a articulação entre fontes de informação, a classe relativa ao Tecido edificado (nível 2 da COS 2018) foi substituída pelas Áreas edificadas, que resulta da delimitação com base na Base de Dados de Edifícios Residenciais Clássicos 2011-2019 (INE) igualmente elaborada pela DGT.

A construção da Situação de Referência é ainda complementada com a informação dos limites administrativos abrangidos pela área de intervenção do PRGP SC, dada pela Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2022).

A Situação de Referência, tal como referido, constitui o referencial de base para a construção das Propostas Territoriais que estão na base do Desenho da Paisagem, contendo estas o conjunto das tipologias caracterizadoras da paisagem atual que se classificam em dois tipos:

- classes de não transformação, que designam as atuais ocupações e usos do solo que, pela sua natureza ou pela importância que detém a nível económico, de provisão de serviços de ecossistemas e de controlo dos fogos rurais, serão mantidas no Desenho da Paisagem Proposto, transitando assim diretamente como tipologias de ocupação propostas, podendo a estas estar ou não, associados novos regimes de gestão.
- classes de transformação, que designam as atuais ocupações e usos do solo que, do ponto de vista técnico, serão potencialmente alvo de reconversão, isto é, alteração da ocupação e uso do solo para outro tipo de ocupação que garanta a viabilidade económica, adicionalidade na provisão dos serviços dos ecossistemas e o controlo da progressão de fogos rurais, assim como a aplicações de novos regimes de gestão adequados às intenções de transformação da paisagem.

**Quadro 4 – Área (ha) das tipologias da ocupação atual e respectiva representatividade relativamente à área total (%)**

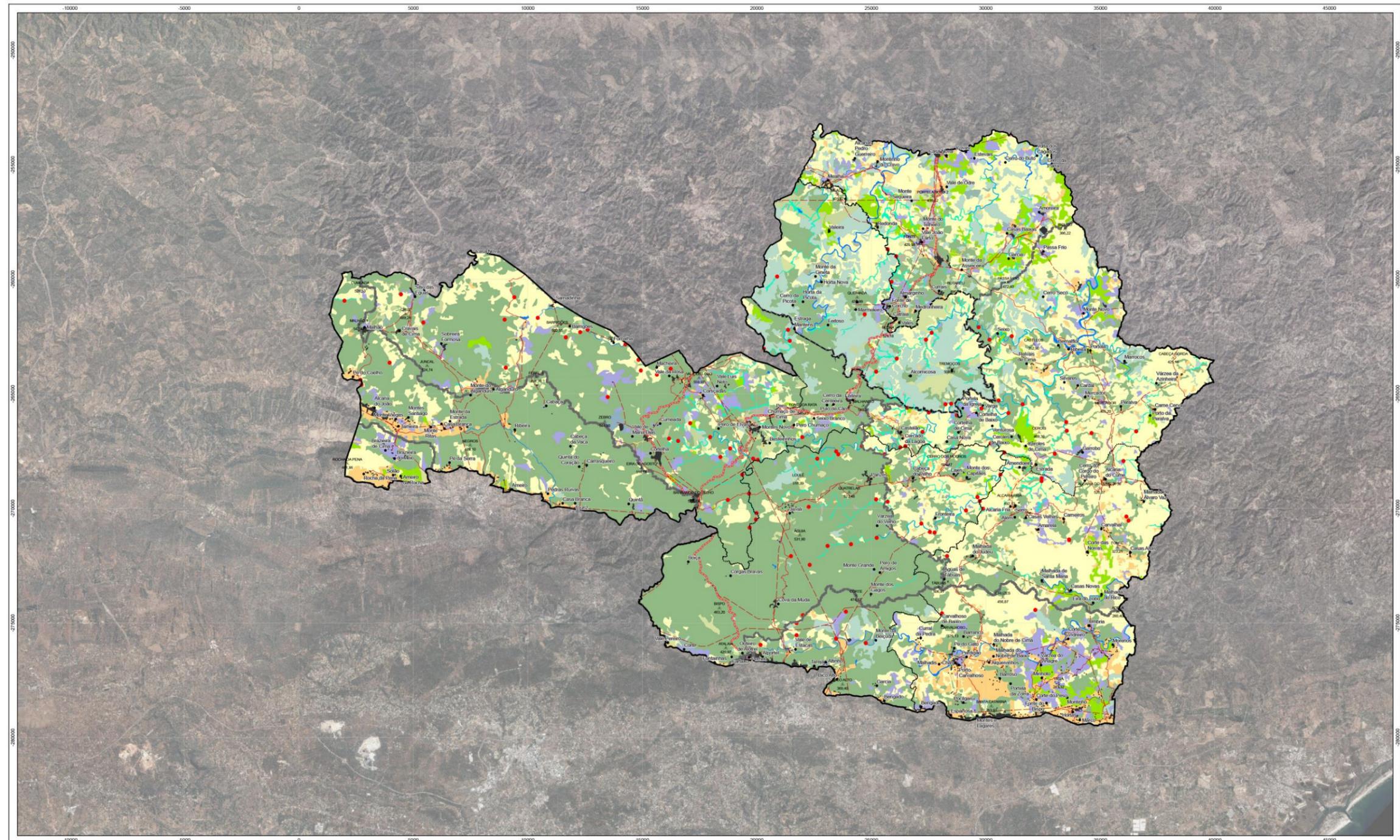
Tipologias da ocupação atual	Área (ha)	Percentagem relativa à área total (%)
Florestas de sobreiro	24.715,41	43,9%
Matos	16.198,95	28,7%
Florestas de pinheiro manso	4.451,60	7,9%
Superfícies agroflorestais (SAF)	2.521,72	4,5%
Agricultura	2.520,65	4,5%
Florestas de azinheira	1.773,25	3,1%
Vegetação ripícola existente	1.198,73	2,1%
Florestas de pinheiro bravo	762,53	1,4%
Áreas edificadas	551,19	1,0%
Florestas de eucalipto	549,25	1,0%
Pastagens	464,93	0,8%
Florestas de outras folhosas	320,37	0,6%
Massas de água naturais	250,00	0,4%
Outros territórios artificializados	51,81	0,1%
Massas de água artificiais	12,79	0,02%
Florestas de espécies invasoras	5,02	0,01%
<b>Total Geral</b>	<b>56.348,19</b>	<b>100,00%</b>

A construção desta Situação de Referência resulta assim da etapa analítica que permite identificar o alcance da transformação da paisagem, decorrendo essa identificação de uma decisão técnica informada sobre a definição das classes de transformação e não transformação, a partir de fontes de diversas naturezas que decorrem do diagnóstico efetuado.

A partir da definição da Situação de Referência é possível caracterizar a paisagem em termos da provisão de serviços dos ecossistemas, constituindo esta análise a base para a avaliação e ponderação relativa à adicionalidade que se pretende promover ao nível da provisão dos serviços prestados por determinados ecossistemas.

Na figura seguinte apresenta-se o cartograma referente à Situação de Referência da área de intervenção do PRGP SC.





<p><b>ÁREAS DE INTERVENÇÃO E ELEMENTOS DE REFERÊNCIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Toponímia</li> <li>▲ Vértices geodésicos</li> <li>ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PRGP SC <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Área de intervenção</li> </ul> </li> <li>UNIDADES E SUB-UNIDADES DE GESTÃO DA PAISAGEM <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Unidades de gestão da paisagem</li> <li>□ Sub-unidades de gestão da paisagem</li> </ul> </li> <li>LIMITES ADMINISTRATIVOS <ul style="list-style-type: none"> <li>□ Limite de freguesia</li> <li>□ Limite de concelho</li> <li>□ Limite NUTIII</li> <li>□ Limite NUTII</li> </ul> </li> </ul>	<p><b>ÁREAS EDIFICADAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Áreas edificadas</li> </ul> <p><b>REDES DE ACESSIBILIDADE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Rede rodoviária nacional e regional</li> <li>— Rede rodoviária municipal e vicinal</li> </ul> <p><b>REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Rede de distribuição de eletricidade</li> </ul> <p><b>REDE HIDROGRÁFICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Linhas de água</li> <li>■ Planos de água</li> </ul> <p><b>REGIME DE FOGO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Pontos de abertura</li> </ul>	<p><b>SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA</b></p> <p><b>FLORESTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Florestas de sobreiro</li> <li>■ Florestas de azinheira</li> <li>■ Florestas de eucalipto</li> <li>■ Vegetação ripícola existente</li> <li>■ Florestas de outras folhosas</li> <li>■ Florestas de pinheiro manso</li> <li>■ Florestas de pinheiro bravo</li> <li>■ Florestas de espécies invasoras</li> </ul> <p><b>AGRICULTURA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Agricultura</li> </ul>	<p><b>SUPERFÍCIES AGROFLORESTAIS (SAF)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Superfícies agroflorestais (SAF)</li> </ul> <p><b>PASTAGENS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Pastagens</li> </ul> <p><b>MATOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Matos</li> </ul> <p><b>MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Massas de água naturais</li> <li>■ Massas de água artificiais</li> </ul> <p><b>TERRITÓRIOS ARTIFICIALIZADOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Áreas edificadas</li> <li>■ Outros territórios artificializados</li> </ul>
--	--	---	--

Figura 6 – Situação de Referência da paisagem na área de intervenção do PRGP SC



## 2.3 FATORES DE TRANSFORMAÇÃO

Os Fatores de Transformação são determinantes para o desenho da paisagem, uma vez que têm implicação direta na definição de áreas com características homogêneas que definirão as tipologias de ocupação proposta.

A ponderação técnica que permite definir os fatores de transformação aplicáveis a essas classes de transformação, é efetuada através da análise de dados de várias naturezas que possibilitem a construção de um modelo fiel à realidade do território e capaz de garantir uma representação adequada dos temas e das ações mais relevantes que conduzirão à efetiva transformação daquela paisagem.

Estes fatores englobam em si as várias componentes ligadas às aptidões do solo que são dadas pela aptidão biofísica (hypsometria, declives e orientação das encostas) e pela aptidão produtiva de determinadas espécies florestais (considerando a informação do PROF Algarve), bem como pelo regime e ecologia do fogo que inclui as redes de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) e as Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis (AEGC), assim como as Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (SRUP) que maior influência direta têm na transformação da ocupação do solo, no contexto específico do PRGP SC.

Do cruzamento direto entre a Situação de Referência e os Fatores de Transformação ponderados, resultam as tipologias da ocupação proposta que, englobam no seu conjunto as áreas de manutenção do uso e ocupação do solo e as de alteração do uso e ocupação e/ou do regime de gestão, traduzindo assim o cenário de transição que se pretende alcançar na paisagem, viabilizando dessa forma a construção da matriz de transição e valoração.

Seguidamente são descritos com maior detalhe os Fatores de Transformação considerados.

### 2.3.1 Aptidões do Solo

#### 2.3.1.1 **Aptidão Biofísica**

Atendendo às características do território do PRGP, a altitude, os declives e a orientação das encostas são variáveis muito importantes para análise da morfologia do terreno, constituindo este um elemento crucial na transformação da paisagem, particularmente no que respeita à diferenciação de áreas onde se aplicam potencialmente alterações da ocupação do solo.

A informação que traduz essa morfologia do terreno integra a aptidão do solo, em conjunto com a aptidão produtiva das espécies florestais analisada no capítulo seguinte.

A combinação desta informação permitirá, em termos computacionais e de construção da base vetorial, gerar polígonos com atributos definidos para cada uma dessas variáveis, de acordo com classes e limiares pré-definidos que decorrem da análise prévia individual de cada uma dessas variáveis.

No quadro seguinte apresentam-se as classes de altimetria, declives e orientação das encostas definidas e os respetivos limiares utilizados na construção da aptidão biofísica traduzida pela morfologia do terreno.

**Quadro 5 – Variáveis da aptidão biofísica e respetivas classes e limiares definidos**

Variável	Classe	Limiares
Hipsometria	Altitudes baixas	< 150 m
	Altitudes médias	150 – 450 m
	Altitudes altas	≥ 450 m
Declives	Zonas aplanadas	0 – 5%
	Encostas suaves	5 – 15%
	Encostas moderadas a íngremes	15 - 30%
	Encostas muito íngremes	≥ 30%
Orientação das encostas	Encostas frias	N / E
	Encostas quentes	S / W

Por forma a construir uma base que não gere a multiplicação de pequenos polígonos, devido à natureza deste tipo de informação, são levadas a cabo, sempre que mostra necessário, operações espaciais que permitam obter um grau de generalização adequado da informação.

### 2.3.1.2 Aptidão Produtiva das Espécies Florestais

A consideração da aptidão produtiva das espécies de árvores é relevante no desenho da paisagem, apoiando critérios de manutenção, transformação ou melhoria da gestão dos respetivos povoamentos.

A fonte utilizada para classificar a aptidão produtiva foi o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF-Algarve) (Capítulos B e D), onde se encontra especificada a metodologia e os valores utilizados. As opções de ordenamento florestal resultante do PROF – Algarve são fundamentadas na avaliação do potencial produtivo realizada especificamente para esse fim. Assim, a

utilização da informação sobre aptidão produtiva com origem no PROF-Algarve, garante homogeneidade no tratamento deste tema entre os dois IGT (PROF e PRGP).

Foi utilizada a informação sobre aptidão produtiva do sobreiro (*Quercus suber*), pinheiro-manso (*Pinus pinea*), pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), eucalipto (*Eucalyptus globulus*), azinheira (*Quercus rotundifolia*), medronheiro (*Arbutus unedo*), carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*) e carvalho-de-Monchique (*Quercus canariensis*), nos termos da metodologia descrita no PROF-Algarve.

Como o próprio documento do PROF indica, a aptidão produtiva das espécies é bastante sensível às condições micro-ambientais, especialmente às condições edáficas. Assim, a avaliação da aptidão fornece um enquadramento geral, não sendo apropriada para a avaliação em escalas cartográficas superiores a 1: 100.000, escala à qual foram aplicados na elaboração dos PROF.

Por outro lado, a avaliação da aptidão produtiva refere-se a dados climáticos (essenciais na avaliação). No PROF é feita uma avaliação da aptidão produtiva de base (clima atual) em que se baseou o ordenamento, mas foi também realizada uma análise aplicada a cenários climáticos futuros.

Para tal, utilizaram-se dois dos cenários climáticos - Representative Concentration Pathways (RCP) - o RCP4.5, mais moderado, e o RCP 8.5, com uma alteração mais intensa e dois horizontes (2030 e 2050). Na análise da aptidão produtiva do sobreiro nos cenários climáticos futuros verifica-se (quando utilizada a modelação preditiva, um dos métodos utilizados na avaliação) uma tendência para uma menor aptidão produtiva, tendendo para uma situação de baixa aptidão produtiva no longo prazo. A avaliação pelo método fitossociológico, também utilizada no PROF, apresenta resultados mais favoráveis para os mesmos modelos e horizontes. A utilização destes resultados é feita com a prudência que as limitações metodológicas da avaliação aconselham, não deixando, porém, de representar uma informação de grande relevância na apreciação de alternativas de transformação da paisagem.

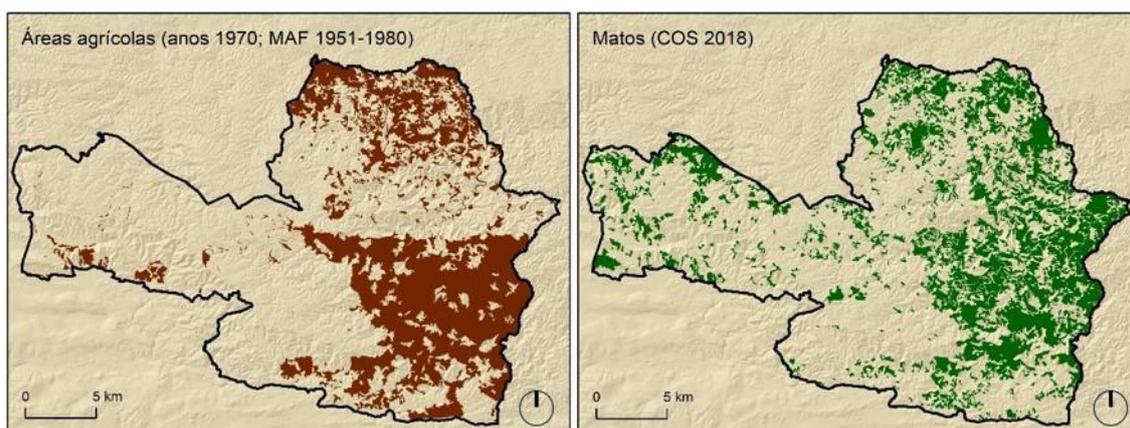
Com utilização das informações pode dizer-se, a título de exemplo, que a aptidão produtiva para o clima atual, na AI, será boa em mais de 90% da área para o sobreiro ou para o carvalho-de-Monchique. No caso do pinheiro-manso a aptidão produtiva será baixa em cerca de 90% e do pinheiro-bravo será regular ou baixa em 100% da AI.

## 2.3.2 Regime e Ecologia do Fogo

### 2.3.2.1 Paisagem e ecologia do fogo

A paisagem e a vegetação da área de intervenção do PRGP da Serra do Caldeirão sofreram transformações consideráveis nos últimos 50 anos, e isso reflete-se na estrutura horizontal e vertical dos combustíveis disponíveis para serem consumidos pelo fogo.

De acordo com o Mapa Agrícola e Florestal de Portugal Continental (MAF) 1951-1980 (MAF 1951-80) (Sequeira et al., 2022) <sup>1</sup>, em meados dos anos 1970 esta área era dominada por matos (39,3%), culturas anuais (29,0%) e povoamentos de sobreiro (19,6%). A Carta de Ocupação do Solo de 2018 (DGT) evidencia uma área muito maior de sobreiro (46,7%), e áreas substancialmente menores de matos (28,8%) e de culturas anuais (0,3%). A compreensão da transição de espaços de uso agrícola outrora relevantes não gera dúvidas. Resultaram de processos de abandono, tal como se pode observar na Figura 7, uma vez que a mudança se traduz numa colonização destas áreas por matos.



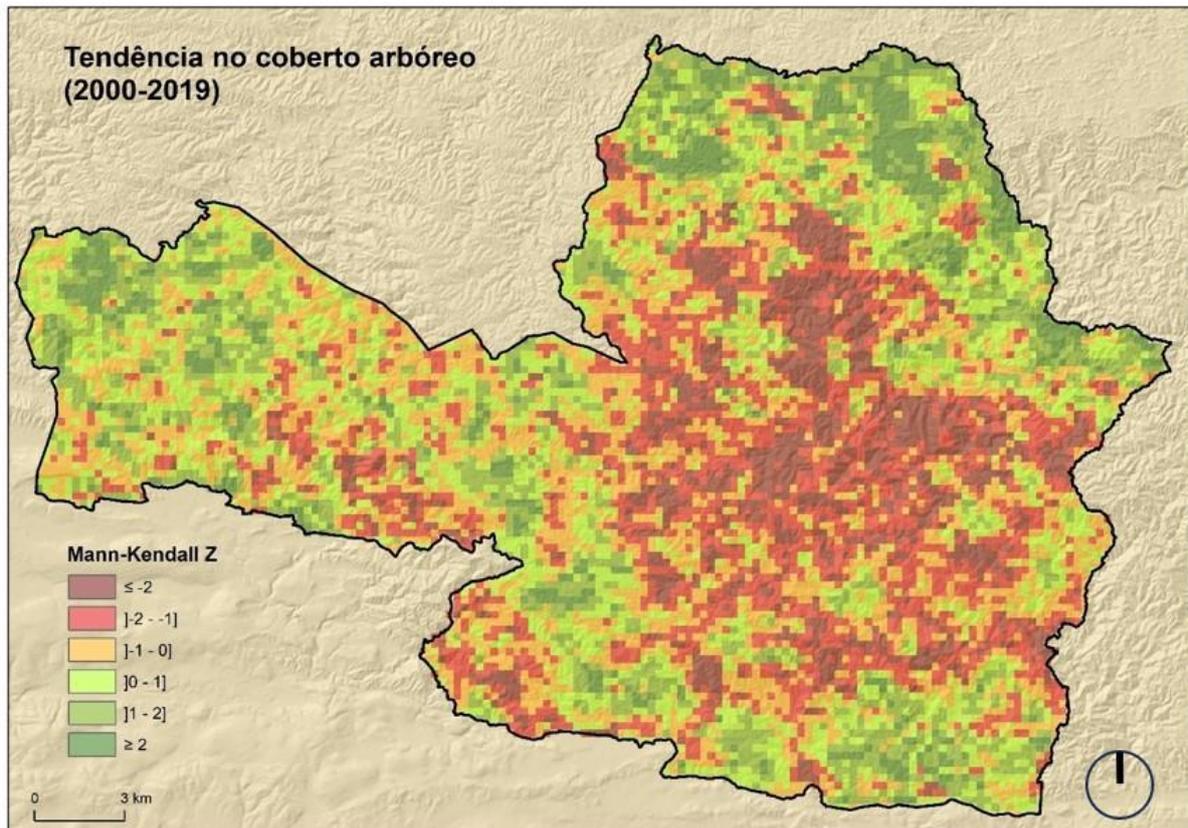
**Figura 7 – Distribuição espacial das áreas agrícolas (com culturas anuais) nos anos 1970 (de acordo com o MAF 1951-80) e das áreas de matos (de acordo com a COS 2018)**

As dinâmicas relacionadas com o sobreiro são muito menos compreensíveis. Se restringirmos a análise aos conjuntos de dados de ocupação do solo, concluiríamos que esta é uma espécie em ascensão na área de intervenção do PRGP, contrariando a percepção generalizada que é uma espécie em declínio e os estudos que constituem uma evidência desse processo (e.g., Godinho et al., 2016).

A análise incluída na Figura 8 constitui uma evidência desse declínio. A tendência no coberto arbóreo é marcadamente negativa em quase toda a área de intervenção do PRGP da Serra do Caldeirão, com

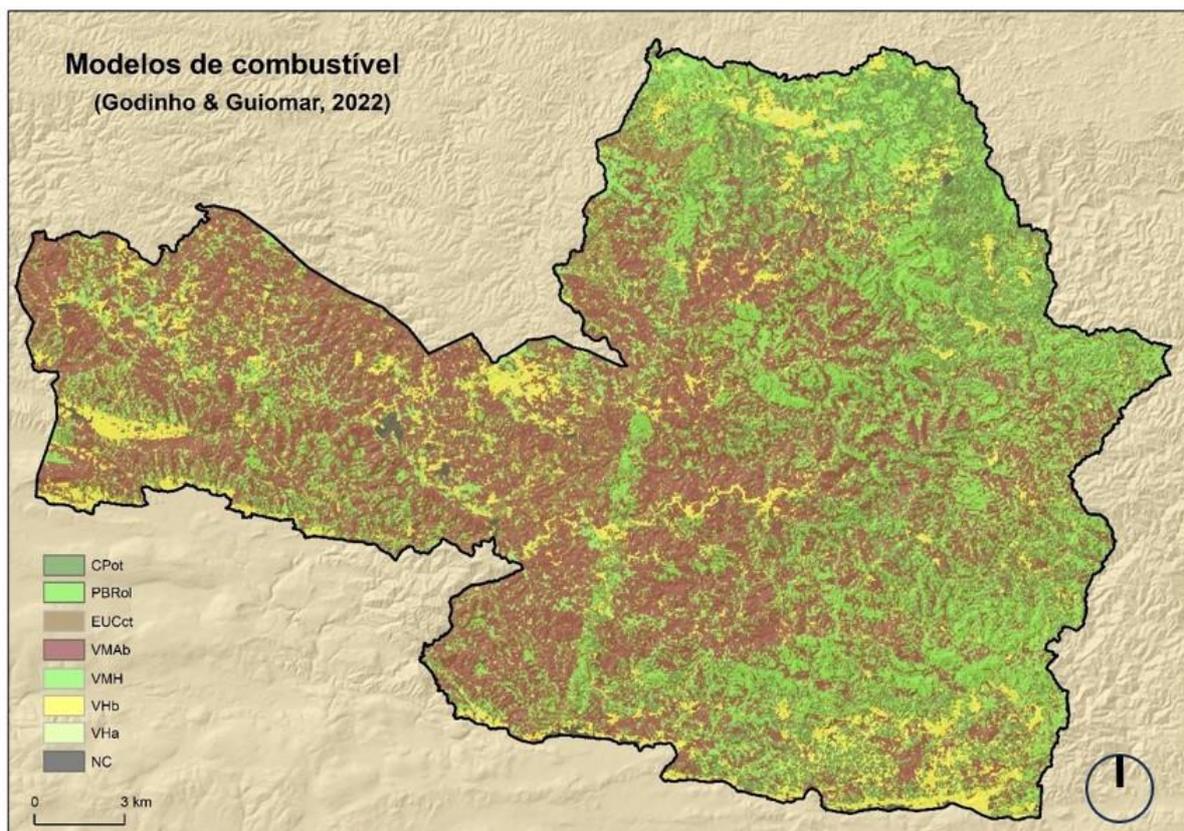
<sup>1</sup> Na área de intervenção do PRGP da Serra do Caldeirão, 59,3% da área foi cartografada em meados dos anos 1970 durante os trabalhos do 2º Inventário Florestal Nacional, e a restante resulta dos trabalhos de elaboração da 2ª Carta Agrícola e Florestal (ocorreram entre 1951 e 1978).

especial relevância para o setor oeste, onde é bem visível a “cicatriz” deixada pelo incêndio rural da Catraia em 2012 (24.833,45 ha; Caldeira, 2012; Pedras et al., 2012; Viegas et al., 2012). Também é relevante salientar que há ainda evidências da ausência de recuperação das áreas ocupadas por sobreiro afetadas pelo grande incêndio rural de 2004 (23.219,26 ha), no eixo mais central com uma orientação NO-SE.



**Figura 8 – Distribuição da tendência no coberto arbóreo entre os anos 2000 e 2019 calculado a partir de dados do sensor MODIS**

Os objetivos e critérios que estão na base da produção de uma carta de ocupação do solo não são definidos especificamente para atestar a resiliência dos sistemas ecológicos a perturbações como o fogo, a este nível de detalhe. Dessa forma, a diferença entre os momentos mencionados pode resultar apenas de diferenças nos critérios usados na produção cartográfica. Neste caso, é expetável que, mesmo nas áreas que ainda tenham uma densidade de árvores que permita a sua classificação como povoamentos de sobreiro ou azinheira (independentemente do regime de uso do solo), dominem as etapas típicas do início da sucessão (comunidades herbáceas e arbustivas primo-colinizadoras). O mapa de modelos de combustível elaborado por Godinho e Guiomar (2022) evidencia essa dominância (Figura 9 e Quadro 6). Este mapa foi desenvolvido com base em dados de satélite através de abordagem metodológica assente em três etapas principais: i) extração da altura da vegetação a partir do sensor LiDAR GEDI; ii) mapeamento contínuo da altura da vegetação; e iii) classificação de modelos de combustíveis.



**Figura 9 – Modelos de combustível usados nas simulações de propagação do fogo (Godinho e Guiomar, 2022)**

De acordo com este mapa, 51,35% da área de intervenção do PRGP da Serra do Caldeirão, corresponde a modelos de combustível de matos e de mosaicos de matos e herbáceas (VMAB e VMH). De salientar ainda que a percentagem de área classificada por modelos de combustível típicos de pinhais corresponde a mais do dobro daquela que está classificada na COS 2018 como povoamentos florestais de pinheiro bravo e pinheiro manso (21,05% e 9,36%, respetivamente). O modelo de combustível mais característico dos povoamentos adultos de carvalhos perenifólios está representado apenas em 12,57% da área em análise.

**Quadro 6 – Características-padrão dos modelos de combustível representados na Figura 9 de acordo com Fernandes (2009) e Fernandes et al. (2009)**

	Carga de combustível (t/ac)					Rácio Superfície/Volume (1/ft)			Espessura (ft)	Mx (%)	HC (kJ/kg)		Tipo de povoamento florestal ou comunidade vegetal	
	Combustíveis mortos			Combustíveis vivos		1h	Herbáceas (vivas)	Arbustivas (vivas)			Lfuels	Dfuels		
	1h	10h	100h	Herbáceas	Arbustivas									
EUCct	2,09	1,15	0,51	0,00	0,87	1753	-	1524	0,9	28	20979	20979	Eucalipto (DA)	Fernandes, 2009
PBRol	0,75	0,42	0,00	0,00	0,96	1311	-	1829	1,2	36	21444	21444	Pinheiro-bravo (AB)	Fernandes, 2009
CPot	0,56	0,07	0,00	0,00	0,23	1827	-	1676	1,3	28	20412	20412	Sobreiro (AA)	Fernandes, 2009
VMAb	1,62	0,20	0,00	0,00	2,83	914	-	914	3,0	20	20500	20500	Matos baixos de giesta, esteva, etc.	Fernandes et al., 2009
VMH	0,40	0,40	0,00	0,61	2,23	1372	2591	1219	1,8	25	19500	19500	Matos jovens com herbáceas	Fernandes et al., 2009
VHb	0,12	0,00	0,00	0,49	0,00	1829	1829	-	1,1	24	19000	19000	Vegetação herbácea baixa	Fernandes et al., 2009
VHa	0,26	0,06	0,00	0,95	0,16	1219	1676	1219	2,0	24	19000	19000	Vegetação herbácea alta	Fernandes et al., 2009

Legenda

EUCct: Eucalipto (DA); PBRol: Pinheiro-bravo (AB); CPot: Sobreiro (AA); VMAb: Matos baixos de giesta, esteva, etc; VMH: Matos jovens com herbáceas; VHb: Vegetação herbácea baixa; VHa: Vegetação herbácea alta.

Mx: Humidade de extinção do combustível morto; HC: Calor de combustão; Lfuels: Combustíveis vivos; Dfuels: Combustíveis mortos.

AA: Povoamentos florestais abertos e altos; AB: Povoamentos florestais abertos e baixos; DA: Povoamentos florestais densos e altos; DB: Povoamentos florestais densos e baixos

O efeito do fogo neste tipo de transições entre povoamentos de quercíneas perenifólias (*Quercus suber* e *Quercus rotundifolia*) e matos e pastagens já havia sido avaliado por Guiomar et al. (2015). De acordo com os autores os povoamentos de quercíneas perenifólias com baixa continuidade espacial são mais propensos a transitarem para matos e a perderem densidade arbórea (ver também Acácio et al., 2007; Costa et al., 2014). A composição e estrutura destas paisagens refletem igualmente os efeitos cumulativos e interativos dos regimes de perturbação passados, das características biofísicas e de processos transicionais durante um longo período de tempo (Blondel et al., 2010; Naveh e Carmel, 2004). Este tipo de povoamentos fragmentados é mais típico de áreas de produtividade marginal associadas a elevada xericidade e baixa fertilidade do solo, como se observa na Serra do Caldeirão. Assim, essas transições entre quercíneas perenifólias e matos não são surpreendentes considerando que 98% da área de intervenção do PRGP da Serra do Caldeirão está coberta por solos de muito baixa fertilidade (solos Ex - Solos Incipientes - Litossolos dos Climas de Regime Xérico, de xistos ou grauvaques).

Por outro lado, os fragmentos limitados nas suas orlas por vegetação muito suscetível ao fogo, como a que compõe a generalidade dos matos Mediterrânicos, estão mais expostos a perturbações por fogos intensos e passíveis de gerar danos nas copas, mesmo com baixa carga de combustível nos estratos inferiores, diminuindo assim a sua resiliência. A severidade do fogo é fator determinante na diminuição do coberto arbóreo (Moreira et al., 2009; Fernandes e Guiomar, 2017). De acordo com Fernandes e Guiomar (2017) a cobertura arbórea de sobreiro diminui em função da severidade do fogo (este indicador do regime de fogo explica por si só 57,08% da variabilidade da amostra). A maior severidade em alguns momentos da propagação dos fogos que afetaram a área em análise terão afetado o legado biológico necessário à recuperação pós-fogo.

As pressões de longo prazo sobre estes ecossistemas estão ainda frequentemente relacionadas com défices na regeneração natural e conseqüente envelhecimento da estrutura arbórea, resultando num progressivo e acentuado aumento na sua vulnerabilidade a novas perturbações. Neste contexto, a perturbação pelo fogo cria condições para o adensamento de matos e matagais dos estágios iniciais da sucessão ecológica e que são dominados por espécies propensas para arderem, resistentes à seca e, que, também colonizam paisagens abandonadas e outros ambientes perturbados (Acácio et al., 2009; Baeza et al., 2011). Na área de intervenção do PRGP os matos dominantes são essencialmente estevais, comunidades primo-colonizadoras de espaços pouco férteis e degradados.

Uma vez que a colonização de comunidades arbustivas pode igualmente contribuir (per se) para a interrupção da sucessão (e.g., Acácio et al., 2007), as sinergias entre todos estes mecanismos ecológicos podem promover ciclos de retroalimentação dificultando o desenvolvimento do estrato arbóreo. Guiomar et al. (2015) também destacaram o efeito de transições anteriores entre carvalhais perenifólios e matos, observando-se uma relação temporal no processo de transição. Verifica-se assim uma trajetória contínua de colonização por matos quer após o abandono agrícola, quer no pós-fogo,

mais relevante em áreas marginais e fragmentadas conectadas com matagal existente. É ainda relevante destacar que a cobertura arbustiva pode afetar a densidade de recrutamento de sobreiros nestas áreas fragmentadas marginais (Pausas et al., 2006). A sobrevivência das sementes e o recrutamento de carvalhos perenifólios, bem como as respostas fisiológicas à colonização de comunidades arbustivas, dependem fortemente da composição da vegetação sob-coberto (e.g., Ramírez e Díaz, 2008; Rivest et al., 2011), que por sua vez pode ser determinado pelos modelos de gestão, intensidade de uso do solo e condições biofísicas. Neste sentido podem verificar-se limitações na regeneração natural de sobreiros e azinheiras em resultado da rápida colonização de arbustos de germinação obrigatória após perturbação e que simultaneamente produzem e acumulam compostos alelopáticos como os *Cistus* spp. (Acácio et al., 2007; Rivest et al., 2011).

Guiomar et al. (2015) colocaram em evidência o efeito dos grandes incêndios rurais na transição destas áreas para matos no pós-fogo. A extensão desses grandes incêndios resulta num padrão de área ardida mais homogêneo e menos afetado pelos diferentes tipos de vegetação (Nunes et al., 2005). Os grandes incêndios podem afetar direta e indiretamente a resiliência do montado, contribuindo para o seu declínio progressivo. Pereira et al. (2011) observaram a substituição de carvalhais marcescentes por comunidades dominadas por *Cistus ladanifer* (esteva) na sequência de grandes incêndios, onde se verificou perda de legado biológico e de conectividade com a orla não ardida. Neste caso, grandes incêndios favorecem o surgimento de espécies capazes de limitar o recrutamento de carvalhos, afetando a sua persistência a longo prazo e consequentemente atribuindo maior probabilidade de mudança de povoamentos de sobreiro e azinheira para matos como observado por Acácio et al. (2009).

As Cistaceae têm um ciclo de vida curto com rápida recuperação e crescimento após perturbações, uma vez que o primeiro período de reprodução ocorre apenas ao fim de 1 a 2 anos, e plena capacidade de reprodução em 5 anos e uma larga produção de sementes todos os anos (Roy e Sonié, 1992; Thanos et al., 1992; Ne'eman e Izhaki, 1999). A esteva (*Cistus ladanifer*) é uma espécie de germinação obrigatória no pós-fogo colonizando rapidamente a área ardida com uma grande densidade de indivíduos a partir de um banco de sementes dormentes (as sementes têm tegumento duro e a sua germinação pode ser induzida por fontes de calor ou escarificação mecânica por (Thanos et al., 1992)). Nos levantamentos efetuados pós-fogo na Serra do Caldeirão (Figura 10), Pereira e Guiomar (2019) concluíram que os medronhais de *Phillyreo angustifoliae*-*Arbutetum unedonis* (primeira etapa de substituição dos sobreirais pertencentes à série *Teucro baetici*-*Quercetum suberis*) apresentavam uma recuperação vigorosa, mas que a elevada resiliência dos matos da série *Cisto-Ulicetum minoris* (segunda etapa de substituição do sobreiral típico da área em análise) eram uma evidência na área ardida passível de conduzir a uma alteração do ciclo de incêndios.

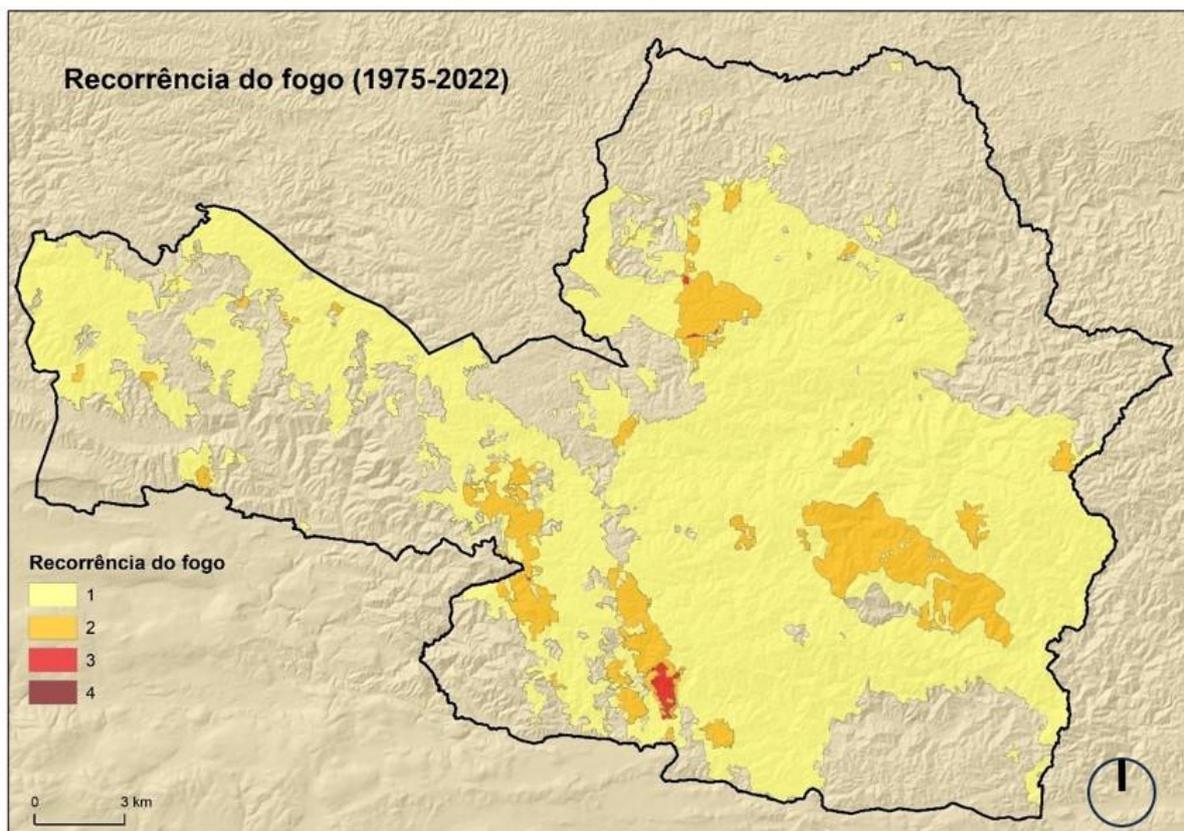
VEGETAÇÃO NATURAL	VEGETAÇÃO PÓS-INCÊNDIO
<b>SÉRIE CLIMATÓFILA DA SERRA DO CALDEIRÃO</b>	
Série termomediterrânica, luso-extremadurens, sub-húmida, silicícola do sobreiro ( <i>Quercus suber</i> ). <i>Teucro baetici-Querceto suberis sigmetum</i>	
<i>Teucro baetici-Quercetum suberis</i> ↓↑ <i>Phillyreo angustifoliae-Arbutetum unedonis</i> ↓↑ <i>Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi</i> e <i>Cisto ladaniferi-Ulicetum argentei</i> e <i>Polygalo microphyllae-Cistetum populifolii</i> ↓↑ <i>Senecio lopezii-Cheirolophetum sempervirentis</i> ↓↑ <i>Stipo giganteae-Agrostietea castellananae</i> e <i>Tuberarietea guttatae</i>	<i>Teucro baetici-Quercetum suberis</i> ↓↑ <i>Phillyreo angustifoliae-Arbutetum unedonis</i> ↓↑ <i>Cisto ladaniferi-Ulicetum argentei</i> e <i>Polygalo microphyllae-Cistetum populifolii</i> ↓↑ <i>Stipo giganteae-Agrostietea castellananae</i> e <i>Tuberarietea guttatae</i>

**Figura 10 – Séries de vegetação identificadas em áreas ardidas e não ardidas na Serra do Caldeirão (Pereira e Guiomar, 2019)**

A maior severidade em alguns momentos da propagação do fogo nos maiores incêndios rurais que percorreram a Serra do Caldeirão terá afetado o legado biológico necessário à recuperação pós-fogo. A frequência e extensão das secas, a presença de sobreiros com problemas fitossanitários (*Phytophthora cinnamomi*) e a dominância de solos muito pobres contribuem cumulativamente para a baixa resiliência destas paisagens. Estas dinâmicas sinérgicas podem potencialmente aumentar a homogeneidade espacial das comunidades arbustivas, aumentando o potencial de propagação do fogo e promovendo mudanças no regime do fogo.

### 2.3.2.2 Breve descrição do regime de fogo

Cerca de 57,5% da área de intervenção do PRGP na Serra do Caldeirão ardeu entre 1975 e 2022, de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) no seu geocatálogo. Contudo, a recorrência do fogo nesta área é muito baixa (Figura 11). Grande parte da área afetada por incêndios rurais (88,8%) ardeu apenas uma vez no período considerado.

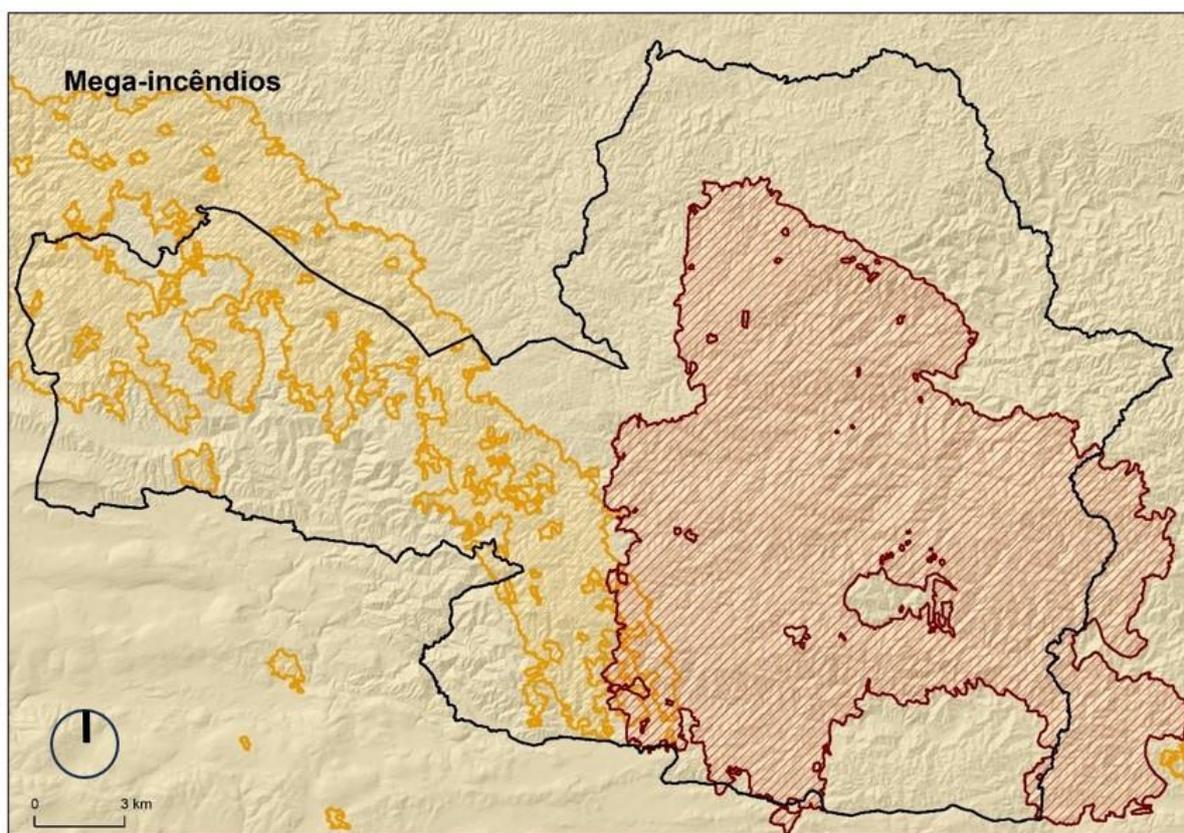


**Figura 11 – Recorrência do fogo entre 1975 e 2022**

Fonte dos dados: ICNF

Esta grande percentagem de área ardida está associada a apenas dois eventos (Figura 12): o incêndio rural de Almodôvar/São Barnabé que afetou 23.219,26 ha de área ardida em 2004, e o incêndio rural de Catriia/São Brás de Alportel que consumiu 24.833,45 ha de área ardida em 2012. Sem desprezo da rugosidade topográfica, a intensidade do vento foi um fator determinante na dimensão destas duas ocorrências. Os incêndios rurais nas comunidades arbustivas dominantes (*Cistus ladanifer*) costumam propagar-se mais lentamente do que noutros tipos de matos (Fernandes, 2001), devido à descontinuidade dos estratos e copa relativamente esparsa (Cruz e Monteiro-Alves, 1987), apresentando alguma resistência à propagação do fogo em condições de ventos fracos a moderados.

Pereira et al. (2022) elaboraram a primeira classificação e cartografia de regimes de fogo em Portugal continental (1980-2017), tendo como unidade de referência as freguesias, sobre as quais e com base em sete variáveis descritoras de padrões de ocorrência do fogo no espaço e no tempo. Os autores identificaram nove regimes de fogo. A área de intervenção do PRGP SC insere-se no regime 4A: “poucos fogos, distribuídos por uma época relativamente curta e tendo ocorrência muito esporádica. Ocorre predominantemente em montados de sobro e azinho e pastagens, em clima quente e seco, e em regiões com muito baixa densidade populacional. Localiza-se sobretudo na metade Sul de Portugal e nalgumas freguesias da região litoral do Centro”.



**Figura 12 – Mega-incêndios que afetaram a área de intervenção do PRGP da Serra do Caldeirão**

Fonte dos dados: ICNF

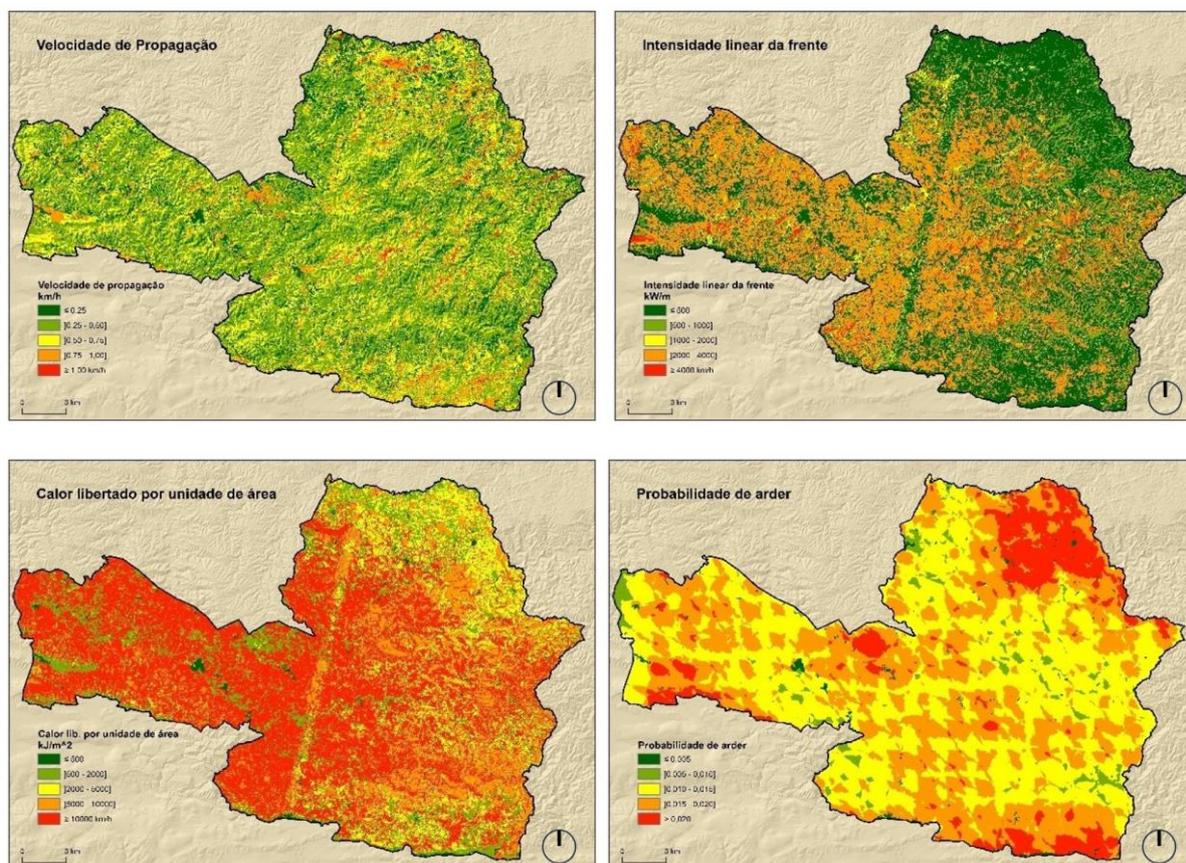
Numa abordagem estritamente focada em variáveis de distribuição espacial do número de incêndios rurais e da área ardida Guiomar et al. (2022) <sup>2</sup> determinaram 14 regimes de fogo distribuídos por 5 macro-regimes. A área de intervenção do PRGP da Serra do Caldeirão integra o macro-regime dos “grandes e mega-incêndios” e no regime de fogo correspondente aos “hot spots dos mega-incêndios com intervalos de retorno do fogo até 15 anos, baixa densidade de ocorrências com tendência temporal decrescente, e baixa pirodiversidade”.

### **2.3.2.3 Gestão estratégica de combustíveis proposta**

A composição da vegetação do sob coberto, os padrões de mudança da paisagem e o histórico recente de incêndios favorecem incêndios extremos (e difíceis de prever) na região de estudo, sendo independente da frequência de ocorrências. Estas dinâmicas paisagísticas podem levar a alterações de grande escala no comportamento do fogo, exigindo estratégias de gestão adequadas e ajustadas às novas circunstâncias.

<sup>2</sup> Fire regimes in mainland Portugal (não publicado).

A definição das áreas estratégicas foi suportada pelo histórico de incêndios e por simulações do comportamento do fogo (simulações para 12h sobre uma grelha regular de pontos, considerando um vento de 20 km/h, e 8 direções de vento, num total de 2.880 simulações) (Figura 13).



**Figura 13 – Exemplo dos outputs extraídos a partir das simulações efetuadas**

Considerando o potencial de propagação do fogo, o histórico de incêndios rurais, e as dinâmicas da vegetação, propõem-se as áreas estratégicas elencadas na Figura 14, distribuídas por 5 tipos:

- Rede Primária: corresponde às áreas disponibilizadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), e que ainda carecem de aprovação no Programa de Ação Regional;
- Gestão de matos: corresponde a áreas homogêneas ocupadas essencialmente ocupadas com esteva (eventualmente medronheiros esparsos), e onde podem ser aplicadas várias técnicas de gestão de combustível (muito provavelmente terão que ser combinadas técnicas, tal como demonstrado por Guiomar et al. (2011)) ou autorizados fogos de gestão;
- Mosaico agro-silvo-pastoril: correspondem a áreas abertas com sobreiros com clareiras, onde se pode privilegiar o pastoreio dirigido para gestão da vegetação sob-coberto, e aplicar medidas de recuperação dos povoamentos de sobreiro (o medronheiro pode ser utilizado em consociação com o sobreiro, ou nas clareiras como pomar);
- Mosaico agrícola heterogêneo: corresponde à reduzida área de solos mais férteis, e onde se pretende manter a atividade agrícola;

- Recuperação de galerias ripícolas: espaços de vale com dimensão para recuperar uma galeria com potencial para ter efeito no comportamento do fogo.

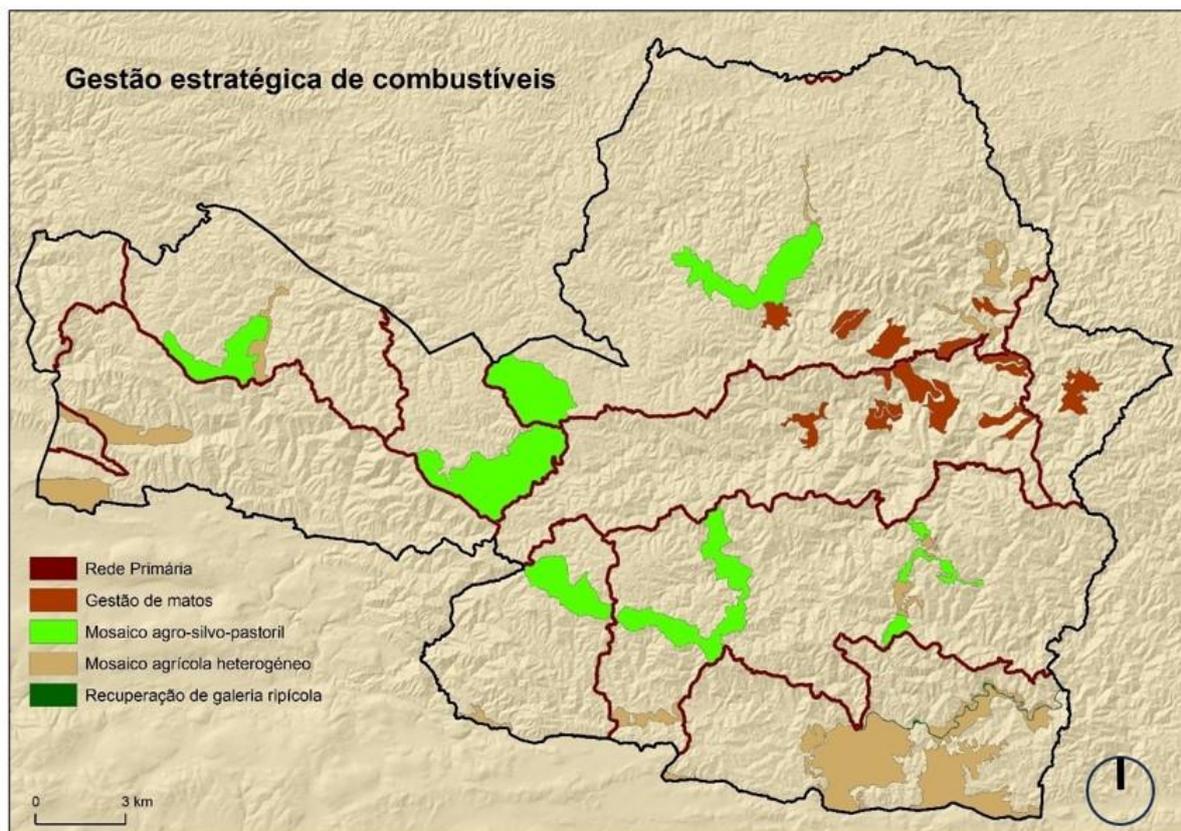


Figura 14 – Distribuição das áreas estratégicas de gestão de combustível

### 2.3.3 Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (SRUP)

A articulação do PRGP SC com os IGT em vigor e com as Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (SRUP) abrangidas pela área do Programa, é desenvolvida com base na análise do condicionamento destas às atuais ocupações do solo, bem como das que são consideradas no Desenho da Paisagem Proposto.

Desta forma, as SRUP constituem outro dos Fatores de Transformação determinantes para o desenho da paisagem, dada a influência direta que algumas delas têm nessas ocupações e usos do solo e, conseqüentemente, na transformação da paisagem.

Na área do PRGP SC está abrangido um conjunto alargado de SRUP, associadas a recursos naturais e infraestruturas, que se foram identificadas e analisadas no âmbito do Diagnóstico Prospetivo, encontrando-se presentes no respetivo relatório.

Assim, tendo em vista garantir a sua integração e compatibilização no Desenho da Paisagem Proposta, consideram-se que no contexto específico da área de intervenção do PRGP SC, a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e as Áreas Nucleares que fazem parte do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), constituem as SRUP que, pela sua natureza e pela expressão territorial que possuem, se consideraram como determinantes para a transformação da paisagem.

A área da RAN na área de intervenção do PRGP SC corresponde a cerca de 1.325 ha, traduzidos maioritariamente por pequenas parcelas localizadas ao longo das linhas de água.

Das áreas nucleares que fazem parte do Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integradas na Rede Fundamental de Conservação da Natureza, encontram-se abrangidas na área de intervenção do PRGP SC, as áreas da Rede Natura 2000, da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e classificadas ao abrigo de compromissos internacionais que se apresentam no Quadro 7.

**Quadro 7 – Áreas nucleares do SNAC integradas na área de intervenção do PRGP SC**

Designação da Área de Conservação (AC)	Área total (ha)	Área integrada na Área de Intervenção do PRGP SC (ha)	% da área integrada na área total*
<b>Rede Natura 2000</b>			
<b>ZEC Caldeirão (PTCON0057)</b>	47 192,99	22 877,99	48 %
<b>ZEC Barrocal (PTCON0049)</b>	20 844,82	535,67	3 %
<b>ZPE Caldeirão (PTCON0057)</b>	47 192,99	22 877,99	48 %
<b>Rede Nacional de Áreas Protegidas</b>			
<b>Paisagem Protegida Local – Rocha da Pena</b>	671,82	491,09	73 %
<b>Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais</b>			
<b>Sítio Ramsar – Ribeira do Vascão (3PT030)</b>	44 329,90	5 574,45	13 %

\* representa a percentagem da área de conservação (AC) integrada na área de intervenção do PRGP, com relação à totalidade da AC

De referir que as servidões associadas à Rede de Faixas de Gestão de Combustível estão consideradas no âmbito do Regime e Ecologia do Fogo que integra igualmente os Fatores de Transformação que concorrem para o Desenho da Paisagem Proposta.

## 2.4 OUTROS TEMAS RELEVANTES

Os outros temas relevantes englobam questões específicas que possuem importância no contexto da área de intervenção e que são importantes para o Desenho da Paisagem Proposto.

Esses temas incluem, no contexto do PRGP SC, a vegetação ripícola a criar dada a importância que os corredores ecológicos formados pelas linhas de água e as respetivas galerias ripícolas que lhe estão associadas possuem para a transformação da paisagem, não só pela biodiversidade que promovem e os múltiplos serviços dos ecossistemas que prestam, mas também como estrutura fundamental da paisagem e enquanto elemento de descontinuidade e de “barreira” à progressão de fogos rurais.

Os pontos de interesse e os percursos estão englobados nos elementos de interesse no território, dos quais muitos deles se encontram ligados a diversas atividades turísticas com relevância no contexto da área de intervenção, dada a apetência natural que a Serra possui e sendo estes fulcrais no desenho de uma estratégia de intervenção no território, enquanto ativo turístico e económico a promover e a valorizar.

Igualmente a questão da propriedade está entre os desafios mais relevantes, dada a questão do registo cadastral e da sua inexistência em muitos casos, como também a dimensão dos prédios, designadamente a reduzida escala que os mesmos possuem e a inexistência de uma gestão conjunta dos mesmos. Esta conjugação de fatores de origens várias tem influência direta na gestão do território e no sucesso da transformação da paisagem.

Integram ainda estes temas relevantes, as áreas associadas aos aproveitamentos hidroagrícolas existentes, que possuem no contexto da área de intervenção um potencial de expansão e de utilização produtiva de áreas agrícolas atualmente existentes, permitindo a dinamização desse setor de atividade.

Dessa forma é importante definir ou identificar as áreas e os locais que sejam mais relevantes para a transformação, do ponto de vista destes temas referidos, conforme se apresenta seguidamente.

No que respeita à vegetação ripícola a criar, esta centra-se na colmatação das galerias ripícolas existentes de forma a promover a sua continuidade, bem como na introdução de nova vegetação ripícola nas linhas de água hierarquicamente mais relevantes. Desta forma, serão consideradas as seguintes linhas de água: Rio Arade, Ribeira de Alportel, Ribeira do Freixo Seco, Ribeira dos Moinhos, Ribeira do Vascanito, Ribeira do Vascão, Ribeira de Vasconcilhos, Ribeira da Fornalha, Ribeira de Odeleite, Barranco de Marrocos, Barranco Grande, Ribeira da Fronteira, Ribeiro do Leiteijo, Ribeira da Foupanilha, Ribeira da Foupana e Ribeirinha.

Relativamente aos pontos de interesse e percursos importa considerar o património arqueológico e o património histórico e natural tal como, igrejas, miradouros, fontes, parques, etc., bem como os percursos pedestres, como por exemplo a Via Algarviana.

Quanto ao cadastro da propriedade rústica são identificadas as áreas onde ocorre maior predominância de prédios com área mais reduzida, que se localizam essencialmente nas proximidades dos aglomerados / conjunto de aglomerados de Alcaria do João – Freixo Seco, Rocha da Pena, Javali, Parizes, Cabeça do Velho, Cabanas – Monte dos Capitães, Chãs – Pé do Gato e Espartosa – Pocilgais.

No que toca aos aproveitamentos hidroagrícolas verifica-se a existência na área de intervenção de duas áreas com regadios em exploração, designadamente Mealha (A13) e Grainho (A21), localizados na parte norte da mesma, assim como a ocorrência de parte do bloco D4.1 do Sistema de Aproveitamento Hidráulico do Sotavento Algarvio (Aproveitamento Hidráulico de Odeleite-Beliche), junto ao limite sudeste.

## **2.5 UNIDADES DE GESTÃO DA PAISAGEM**

A identificação das características biofísicas e das especificidades territoriais decorre da etapa analítica que precede o desenho da paisagem e a formulação das medidas de gestão do território às quais esse mesmo desenho da paisagem deve atender, sejam elas de natureza económica, ambiental ou de diminuição de risco.

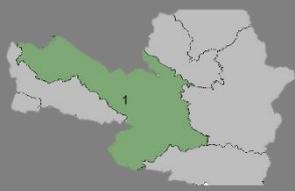
As Unidades de Gestão da Paisagem (UGP) decorrem não só do agrupamento espacial de características biofísicas e culturais homogéneas, mas também da identificação de lógicas de transformação semelhantes, quer sejam ou não contínuas no espaço. Isto é, o critério da sua delimitação corresponderá à lógica da transformação subjacente, bem como do programa de ação e não apenas do resultado da análise das componentes biofísicas.

Dessa forma, as UGP afirmam-se como elemento de avaliação do carácter da paisagem e da territorialização de ações específicas, bem como de diretrizes de gestão que permitirão uma replicação das mesmas à unidade homogénea em que se enquadra o PRGP SC.

As UGP constituem, por isso, um suporte da territorialização das diretrizes de gestão que traduzirá a base identitária de desenvolvimento das comunidades locais, que se pretende resiliente em termos naturais e socioeconómicos.

### **2.5.1 Unidades de Gestão da Paisagem do PRGP SC**

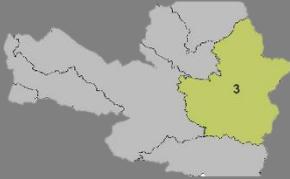
Com base na análise das múltiplas componentes que compõem a paisagem, foram delimitadas as Unidades de Gestão da Paisagem (UGP) que permitem traduzir as especificidades inerentes à paisagem integrada na área de intervenção do PRGP SC, definindo dessa forma áreas com características próprias e homogêneas, que são sintetizadas seguidamente.

UGP 1	Cabeceira da Serra do Caldeirão	
-------	---------------------------------	--

Área	17.558,79 ha (31% da área de intervenção)	
Concelho(s) e Freguesias	Loulé	Salir
	São Brás de Alportel	São Brás de Alportel
	Tavira	Cachopo
Morfologia do terreno	Zona de planáltica de declives moderados (até 30%) e variação altimétrica entre os 300 e os 500 m	
Bacias e sub-bacias hidrográficas	R.H. do rio Guadiana – Ribeira do Vascão, Ribeira da Corte e Ribeira da Foupana; Ribeira de Odeleite e Ribeiro do Leiteijo R.H. das ribeiras do Algarve – Ribeira de Alportel e Ribeira das Mercês	
Geologia	Formação de Mira: turbiditos (grauvaques, siltitos e pelitos)	
Solos	Litossolos, Aluviosolos modernos, Barros e Solos argiluiados pouco insaturados – solos mediterrânicos	
Ocupações do solo dominantes	Florestas de sobreiro e Matos	
Habitats naturais (RN 2000)	Montados de Quercus spp. de folha perene (6310), Cursos de água mediterrânicos intermitentes da Paspalo-Agrostidion (3290)	
Ordenamento agrícola / florestal	Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) Algarve – Sub-região homogénea Serra do Caldeirão Planos de Gestão Florestal (PGF) Privados – ZIF Serra do Caldeirão-Tavira (PTZIF026), ZIF Serra do Caldeirão-Tavira II (PTZIF151), ZIF Serra do Caldeirão-São Brás de Alportel (PTZIF029), ZIF Serra do Caldeirão-Loulé (PTZIF004), ZIF Serra do Caldeirão-Loulé II-Vale da Rosa (PTZIF226), ZIF Serra do Caldeirão-Loulé III-Carrasqueiro (PTZIF227), ZIF Serra do Caldeirão-Loulé IV-Besteiros (PTZIF228), ZIF São Brás de Alportel II – Cova da Muda (PTZIF247), ZIF São Brás de Alportel III – Cabeça do Velho (PTZIF251), ZIF Tavira-Aba do Caldeirão (PTZIF271)	
Planos Especiais / Setoriais	Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Zona Especial de Conservação do Caldeirão (PTCON0057) e da Zona de Proteção Especial do Caldeirão (PTCON0057)	
Estrutura do povoamento	Povoamento escasso e relativamente concentrado ao longo das principais vias de comunicação	
Elementos turístico-culturais de destaque	Igreja de Barranco do Velho Via Algarviana Miradouro do Alto da Ameixeira / Miradouro da Menta / Miradouro do Bispo Parque Temático da Serra do Caldeirão Cortelha Motocross Circuit Ponto de observação de aves de Parizes Fonte dos Cravais / Catraia /Rata / Lagar Barragem da Menta / Montes Novos / Barranco do Velho / Sanardinha	

<b>UGP 2</b>	<b>Pinhais de Alcaria e Relevos de Cachopo</b>	
UGP 2a   Pinhais de Alcaria UGP 2b   Relevos de Cachopo		

Área	UGP 2a   5.212,94 ha (9% da área de intervenção)	
	UGP 2b   5.748,67 ha (10% da área de intervenção)	
Concelho(s) e Freguesias	Tavira	Cachopo
Morfologia do terreno	Zona de altitudes médias (150-450m) com declives moderados a íngremes (15-30%)	
Bacias e sub-bacias hidrográficas	UGP 2a   R.H. do rio Guadiana – Ribeira da Foupana e Ribeira da Foupanilha; Ribeira de Odeleite e Ribeiro do Leiteijo	
	UGP 2b   R.H. do rio Guadiana – Ribeira da Foupana e Ribeira da Foupanilha	
Geologia	UGP 2a   Formação de Mira: turbiditos (grauvaques, siltitos e pelitos)	
	UGP 2b   Formação de Mira: turbiditos (grauvaques, siltitos e pelitos) e Formação de Mértola: turbiditos (grauvaques, siltitos e pelitos) e conglomerados	
Solos	Litossolos e Aluviossolos modernos	
Ocupações do solo dominantes	UGP 2a   Florestas de pinheiro-manso e Matos	
	UGP 2b   Matos	
Habitats naturais (RN 2000)	UGP 2a   Montados de Quercus spp. de folha perene (6310), Cursos de água mediterrânicos intermitentes da Paspalo-Agrostidion (3290), Charcos temporários mediterrânicos (3170)	
	UGP 2b   Montados de Quercus spp. de folha perene (6310),	
Ordenamento agrícola / florestal	Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) Algarve – Sub-região homogénea Serra do Caldeirão	
	Planos de Gestão Florestal (PGF) Privados – ZIF Serra do Caldeirão-Tavira (PTZIF026), ZIF Serra do Caldeirão-Tavira II (PTZIF151), ZIF Cachopo Norte (PTZIF178), ZIF Cachopo Sul (PTZIF026)	
Planos Especiais / Setoriais	UGP 2a   Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Zona Especial de Conservação do Caldeirão (PTCON0057) e da Zona de Proteção Especial do Caldeirão (PTCON0057)	
Estrutura do povoamento	UGP 2a   Presença humana praticamente inexistente	
	UGP 2b   Aglomerados urbanos de pequena dimensão com um padrão de ocupação disperso	
Elementos turístico-culturais de destaque	UGP 2a   Anta das Pedras Altas Via Algarviana Barragem no afluente da Ribeirinha UGP 2b   Igreja de Santo Estevão Anta da Masmorra Núcleo Museológico de Cachopo Fonte Férrea de Cachopo Via Algarviana Estação da Biodiversidade do Cachopo Percurso da Masmorra Moinho Branco de Cachopo	

UGP 3	Encostas de Odeleite	
-------	----------------------	--

Área	14.225,5 ha (25% da área de intervenção)	
Concelho(s) e Freguesias	Tavira	Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo
	São Brás de Alportel	São Brás de Alportel
Morfologia do terreno	Zona de vales encaixados com declives acentuados (>30%) e variação altimétrica entre os 150 e os 400 m	
Bacias e sub-bacias hidrográficas	R.H. do rio Guadiana – Ribeira de Odeleite, Ribeiro do Leiteijo, Barranco Grande e Barranco de Marrocos; R.H. das ribeiras do Algarve – Ribeira de Alportel	
Geologia	Formação de Mira: turbiditos (grauvaques, siltitos e pelitos), Formação de Mértola: turbiditos (grauvaques, siltitos e pelitos) e conglomerados e rochas intrusivas filoneanas: doleritos do Alentejo e outras rochas máficas	
Solos	Litossolos, Aluviossolos modernos e Solos argiluvitados pouco insaturados – solos mediterrânicos	
Ocupações do solo dominantes	Matos e Florestas de sobreiro	
Habitats naturais (RN 2000)	Montados de Quercus spp. de folha perene (6310), Cursos de água mediterrânicos intermitentes da Paspalo-Agrostidion (3290), Charcos temporários mediterrânicos (3170)	
Ordenamento agrícola / florestal	Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) Algarve – Sub-região homogénea Serra do Caldeirão Planos de Gestão Florestal (PGF) Privados – ZIF Serra do Caldeirão-Tavira (PTZIF026), ZIF São Brás de Alportel II-Cova da Muda (PTZIF247), ZIF São Brás de Alportel III-Cabeça do Velho (PTZIF251), ZIF Cachopo Sul (PTZIF169), ZIF Tavira-Aba do Caldeirão (PTZIF271)	
Planos Especiais / Setoriais	Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Zona Especial de Conservação do Caldeirão (PTCON0057) e da Zona de Proteção Especial do Caldeirão (PTCON0057)	
Estrutura do povoamento	Aglomerados urbanos de muito pequena dimensão com um padrão de ocupação disperso	
Elementos turístico-culturais de destaque	Moinhos de Vento da Cabeça do Velho Moinho de Carneiros Miradouro Cabeça do Velho Via Algarviana Barragem do Grainho Áreas de caminhadas de Barranco das Lajes / Lajes / Monte Capitães / Cortelha de Baixo	

UGP 4	Vale agrícola de Alportel	
-------	---------------------------	--

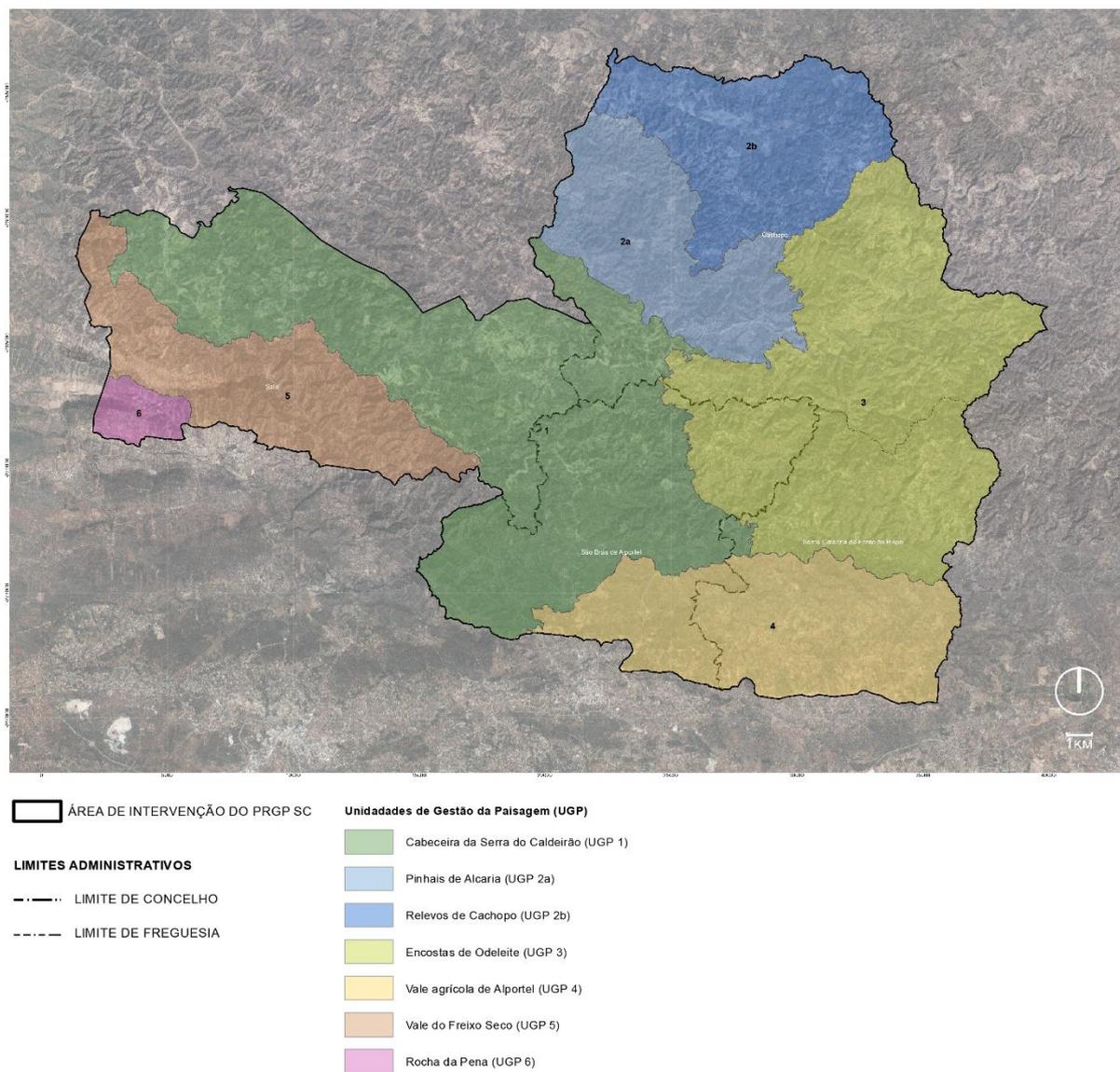
Área	7.158,9 ha (13% da área de intervenção)	
Concelho(s) e Freguesias	Tavira	Santa Catarina da Fonte do Bispo
	São Brás de Alportel	São Brás de Alportel
Morfologia do terreno	Zona de vale encaixados com declives moderados a íngremes (a partir de 15 %) e variação altimétrica entre os 150 e os 300 m	
Bacias e sub-bacias hidrográficas	R.H. das ribeiras do Algarve – Rio Séquia e Ribeira de Alportel	
Geologia	Formação de Mira: turbiditos (grauvaques, siltitos e pelitos), Arenito de Silves, Complexo margo-carbonatado-evaporítico de Silves, Complexo margo-carbonatado-evaporítico de Silves, Calcários Bioconstruídos de Cerro da Cabeça e “Brecha de Tavira” e Calcários de Escarpão e Aluviões, areias e lodos	
Solos	Litossolos, Aluviosolos modernos, Solos argiluvitados pouco insaturados – solos mediterrânicos, Solos calcários, Solos litólicos, não húmicos e Barros	
Ocupações do solo dominantes	Florestas de sobreiro, Matos e Áreas edificadas	
Ordenamento agrícola / florestal	Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) Algarve – Sub-região homogénea Serra do Caldeirão Planos de Gestão Florestal (PGF) Privados – ZIF São Brás de Alportel II-Cova da Muda (PTZIF247), ZIF Tavira-Aba do Caldeirão (PTZIF271)	
Planos Especiais / Setoriais	Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Zona Especial de Conservação do Caldeirão (PTCON0057) e da Zona de Proteção Especial do Caldeirão (PTCON0057)	
Estrutura do povoamento	Aglomerados urbanos de média dimensão com padrão de ocupação concentrado junto ao limite sul da área de intervenção e aglomerados urbanos com grande dispersão	
Elementos turístico-culturais de destaque	Plano de Pormenor (PP) “Monte da Ribeira” (sítio do Arimbo) Estação da Biodiversidade da Ribeira de Alportel Barragem do Arimbo / Bico Alto / Bengado Fonte Férrea de Alportel Mina de Água	

UGP 5	Vale do Freixo Seco	
-------	---------------------	--

Área	5.671,2 ha (10% da área de intervenção)	
Concelho(s) e Freguesias	Loulé	Salir
Morfologia do terreno	Zona de vale com declives ingremes a muito ingremes (a partir de 15%) e variação altimétrica entre os 300 e os 450 m	
Bacias e sub-bacias hidrográficas	R.H. das ribeiras do Algarve – Rio Arade, Ribeira do Freixo Seco e Ribeira da Fonte Menalva	
Geologia	Formação de Mira: turbiditos (grauvaques, siltitos e pelitos), Arenito de Silves e Aluviões, areias e lodos	
Solos	Litossolos, Solos litólicos, não húmicos e Aluviossolos modernos	
Ocupações do solo dominantes	Florestas de sobreiro	
Ordenamento agrícola / florestal	Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) Algarve – Sub-região homogénea Serra do Caldeirão Planos de Gestão Florestal (PGF) Privados – ZIF Serra do Caldeirão-Loulé (PTZIF004), ZIF Serra do Caldeirão-Loulé III-Carrasqueiro	
Planos Especiais / Setoriais	Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Zona Especial de Conservação do Caldeirão (PTCON0057) e da Zona de Proteção Especial do Caldeirão (PTCON0057)	
Estrutura do povoamento	Aglomerados pequena dimensão com um padrão de ocupação relativamente concentrado	
Elementos turístico-culturais de destaque	Via Algarviana Estação da Biodiversidade de Barranco do Velho Ponto de observação de aves de Barranco do Velho	

UGP 6	Rocha da Pena	
-------	---------------	--

Área	773,5 ha (2% da área de intervenção)	
Concelho(s) e Freguesias	Loulé	Salir
Morfologia do terreno	Zona de vales e cabeceira com declives suaves a moderados (5 a 30%) e variação altimétrica entre os 300 e os 400 m	
Bacias e sub-bacias hidrográficas	R.H. das ribeiras do Algarve – Ribeira de Quarteira e Ribeira da Fonte Menalva	
Geologia	Formação de Mira: turbiditos (grauvaques, siltitos e pelitos), Arenito de Silves, Complexo margo-carbonatado-evaporítico de Silves, Complexo margo-carbonatado-evaporítico de Silves, Calcários Bioconstruídos de Cerro da Cabeça e “Brecha de Tavira” e Calcários de Escarpão, Formação de Picavessa, Dolomitos e Brechas Dolomíticas e Aluviões, areias e lodos	
Solos	Litossolos, Solos litólicos, não húmicos, Barros e Solos argiluiados pouco insaturados – solos mediterrânicos	
Ocupações do solo dominantes	Florestas de sobreiro e Matos	
Habitats naturais (RN 2000)	Matos termomediterrânicos pré-desérticos (5330), Prados rupícolas calcários ou basófilos da Alysso-Sedion albi (6110), Substepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea (6220), Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica (8210), Grutas não exploradas pelo turismo (8310), Carvalhais ibéricos de Quercus faginea e Quercus canariensis (9240), Florestas endémicas de Juniperus spp. (9560), Florestas de Quercus ilex e Quercus rotundifolia (9340)	
Ordenamento agrícola / florestal	Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) Algarve – Sub-região homogénea Serra do Caldeirão e Sub-região homogénea Barrocal Planos de Gestão Florestal (PGF) Privados – ZIF Freixo Verde (PTZIF103)	
Planos Especiais / Setoriais	Plano Setorial da Rede Natura 2000 da Zona Especial de Conservação do Caldeirão (PTCON0057) e da Zona de Proteção Especial do Caldeirão (PTCON0057) e Zona Especial de Conservação do Barrocal (PTCON0049)	
Estrutura do povoamento	Aglomerados urbanos de muito pequena dimensão com um padrão de ocupação relativamente concentrado	
Elementos turístico-culturais de destaque	Parque da Rocha da Pena Moinhos da Rocha da Pena Via Algarviana Ponto de observação de aves de Rocha da Pena	



**Figura 15 – Unidades de Gestão da Paisagem (UGP) do PRGP SC**

### 3 ESTRUTURAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

A estruturação da paisagem é feita a partir da espacialização dos padrões que ajudam a compreender a sua organização funcional, sendo esses padrões reflexo da heterogeneidade inerente à paisagem, que nela traduzem a matriz ecológica e cultural que estão na base da sua própria formação.

A partir da estruturação existente, são aplicadas lógicas de transformação específicas para a paisagem da área de intervenção do PRGP SC, encontrando-se as mesmas descritas nos capítulos seguintes, onde são apresentados os cenários alternativos de transformação avaliados e as Propostas Territoriais aplicáveis a cada tipologia de ocupação.

### 3.1 CENÁRIOS ALTERNATIVOS DE TRANSFORMAÇÃO

Por forma a justificar as propostas de transformação da paisagem preconizadas, foi realizado um exercício de cenarização que permitiu estabelecer três Cenários Alternativos, organizados de acordo com diferentes perspetivas de evolução do território, designadamente através de um Cenário Passivo, Cenário de Transição Positiva e Cenário Ideal.

Os cenários desenvolvidos, englobaram diversas dinâmicas do território, tendo sido estruturados de acordo com as seguintes áreas de ação:

- Gestão de áreas protegidas e classificadas;
- Ocupação do solo;
- Gestão de fogos rurais;
- Economia do território;
- Regime de apoios e investimentos;
- Governança.

O diagnóstico da área de intervenção evidenciou que a melhoria da gestão implica a obtenção de informação específica do local sobre: i) a vitalidade povoamentos de sobreiro e os fatores que interferem nessa mesma vitalidade; ii) a economia da produção suberícola; iii) o impacto da gestão no habitat e populações de espécies classificadas pela Rede Natura 2000, em particular dos valores-alvo identificados no Plano de Gestão da ZEC Caldeirão; iv) o impacto da gestão nas populações cinegéticas.

Na maior parte do território, as transformações incidirão principalmente na melhoria da gestão de atividades onde existem disfunções que diminuem a provisão dos serviços dos ecossistemas e que se relacionam com a suscetibilidade ao fogo ou com o impacto dos incêndios rurais.

As transformações na gestão substanciam-se em seis regimes de gestão que serão apoiados no quadro dos sistemas de incentivo associados ao PRGP SC.

- RG1 – Regime de gestão de combustíveis que se destina a diminuir a probabilidade da ocorrência de incêndios de grande extensão e elevada severidade. Este regime tem componentes associadas a todos os outros regimes;
- RG2 – Regime de gestão dos povoamentos de sobreiro que se destina a melhorar a vitalidade dos povoamentos de sobreiro;
- RG3 – Regime de gestão dos povoamentos de pinheiro-manso que se destina a manter a sua função de proteção e a promover opções de utilização produtiva;

- RG4 – Regime de gestão cinegética que se destina a melhorar os habitats do coelho-bravo, perdiz-vermelha e veado, a melhorar a gestão das populações cinegéticas, nomeadamente através da obtenção de informação de censos, e a evidenciar os resultados da exploração cinegética;
- RG5 – Regime silvo-pastoril que se destina a aumentar o número de caprinos e ovinos em pastoreio nas áreas florestais;
- RG6 – Regime de gestão da floresta ripícola que se destina a controlar as espécies exóticas invasoras em ambiente ripícola e reforço da conectividade funcional do sistema hídrico e biodiversidade associada.

No capítulo 3.2.2 – Regimes de Gestão, são apresentadas as suas descrições completas.

No Quadro 8 é apresentada a descrição dos Cenários Alternativos formulados, estruturados pelas áreas de ação acima referidas.

**Quadro 8 – Descrição de Cenários Alternativos**

CENÁRIO PASSIVO	CENÁRIO DE TRANSIÇÃO POSITIVA	CENÁRIO IDEAL
<b>GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E CLASSIFICADAS</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nas áreas sobre jurisdição do ICNF aplicam-se as disposições dos Planos de Gestão das ZEC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As propostas para o desenho da paisagem do PRGP SC aplicam-se fora das áreas da ZEC Caldeirão e ZEC Barrocal sendo que, dentro destas, aplicar-se-ão as normas que constarem dos respetivos Planos de Gestão em elaboração</li> <li>▪ Os PRGP “ (...) destinam-se a planear e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas”, tendo, assim, objetivos específicos, associados à vulnerabilidade aos fogos rurais. Atendendo ainda ao disposto na alínea d) do Artigo 7º do Decreto-lei nº 82/2021 de 13 de outubro, e ao facto dos Planos de Gestão das ZEC serem articulados com o SGIFR, propõe-se incluir no presente cenário, as propostas relativas às AEGC, dentro das áreas classificadas pela Rede Natura 2000</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As propostas do PRGP SC aplicam-se à totalidade da área de intervenção e nas áreas sobre jurisdição do ICNF, articulando-se sinergicamente com os Planos de Gestão das ZEC</li> </ul>
<b>OCUPAÇÃO DO SOLO</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Manutenção da ocupação do solo atual na generalidade da área de intervenção, no horizonte do programa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 2 488,30 ha de <b>áreas de agricultura</b> são mantidos, desejavelmente expandidas para áreas inseridas em RAN e para outras áreas contíguas com potencial agrícola, contribuindo para o mosaico agrícola heterogéneo com áreas abertas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As <b>áreas de agricultura</b> ocupam também as áreas de RAN que não estão atualmente em modo produtivo e, desejavelmente, expandem-se para outras áreas contíguas com potencial agrícola, contribuindo para o mosaico agrícola heterogéneo com áreas abertas</li> </ul>

CENÁRIO PASSIVO	CENÁRIO DE TRANSIÇÃO POSITIVA	CENÁRIO IDEAL
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 953,37 ha de <b>galerias ripícolas</b> são valorizados (755,59 ha) e plantados (201,78 ha) nas principais linhas de água fora da área das ZEC, sendo promovido o controlo das espécies exóticas invasoras em ambiente ripícola (aplica-se o RG6), contribuindo para o reforço da conectividade funcional do sistema hídrico e biodiversidade associada</li>   <li>▪ 109,12 ha de <b>pastagens</b> fora das áreas de ZEC são mantidos, desejavelmente expandidos para áreas de matos com declive &lt; 30% (decorrente dos RG1, RG4 e RG5), contribuindo para o mosaico com áreas abertas e para o fomento da pecuária de pequenos ruminantes</li>   <li>▪ 424,24 ha de <b>matos</b> em áreas com declive &gt; 30%, dentro das AEGC propostas e dentro das ZEC, são convertidos em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos (aplica-se o RG1)</li>   <li>▪ 686,36 ha de <b>matos</b> em áreas com declive &gt; 30%, dentro das AEGC propostas e fora das ZEC, são convertidos em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)</li>   <li>▪ 9 504,26 ha de <b>matos</b> em áreas com declive &gt; 30%, fora das AEGC propostas e fora das ZEC, são geridos mediante promoção de fogos controlados e/ou de gestão, pastoreio e cortes seletivos, contribuindo para o mosaico com áreas abertas (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)</li>   <li>▪ 119,09 ha de <b>matos</b> em áreas com declive &lt; 30%, dentro das AEGC propostas e dentro das ZEC, são convertidos em mosaico agrícola heterogêneo ou em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos (aplica-se o RG1)</li>   <li>▪ 139,51 ha de <b>matos</b> em áreas com declive &lt; 30%, dentro das AEGC propostas e fora das ZEC, são convertidos em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)</li>   <li>▪ 1 697,97 ha de <b>matos</b> em áreas com declive &lt; 30%, fora das AEGC propostas e fora das ZEC, são convertidos em áreas heterogêneas de matos geridos, culturas permanentes e áreas abertas, contribuindo para a constituição do mosaico agro-silvo-pastoril e fomento da pecuária de pequenos ruminantes (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As <b>galerias ripícolas</b> são valorizadas e plantadas em todas as linhas de água fora e dentro das áreas da ZEC sendo promovido o controlo das espécies exóticas invasoras em ambiente ripícola (aplica-se o RG6), promovendo o aumento da área dos habitats 92D0 e 92A0 e contribuindo para o reforço da conectividade funcional do sistema hídrico e biodiversidade associada</li>   <li>▪ As áreas de <b>pastagens</b>, fora e dentro das áreas da ZEC, são expandidas para todas as áreas com aptidão para tal, de que são exemplo as áreas de matos com declive &lt; 30% (decorrente dos RG1, RG4 e RG5), contribuindo para o mosaico com áreas abertas e para o fomento da pecuária de pequenos ruminantes</li>   <li>▪ Os <b>matos</b> em áreas com declive &gt; 30%, quer estejam dentro ou fora das AEGC propostas, são convertidos em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)</li>           <li>▪ Os <b>matos</b> em áreas com declive &lt; 30% dentro das AEGC propostas são convertidos em mosaico agrícola heterogêneo ou em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)</li>   <li>▪ Os <b>matos</b> em áreas com declive &lt; 30% fora das AEGC propostas, são convertidos em áreas heterogêneas de matos geridos, culturas permanentes e áreas abertas, contribuindo para a constituição do mosaico agro-silvo-pastoril e fomento da pecuária de pequenos ruminantes (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)</li> </ul>

CENÁRIO PASSIVO	CENÁRIO DE TRANSIÇÃO POSITIVA	CENÁRIO IDEAL
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 13 611,29 ha de <b>povoamentos de sobreiro e de SAF de sobreiro e de azinheira</b>, fora das ZEC, são mantidos, mas melhorando a sua vitalidade e, conseqüentemente a sua produtividade (aplicam-se os RG1, RG2, RG4 e RG5)</li> <li>▪ 204,57 ha de <b>florestas de outras folhosas</b> são mantidos (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)</li> <li>▪ 547,83 ha de <b>florestas de eucaliptos</b> são mantidos, com possível rearborização nos termos da legislação em vigor (aplica-se o RG1)</li> <li>▪ 203,70 ha de <b>florestas de pinheiro bravo</b> em áreas com declive &gt; 30% e fora da ZEC, são mantidos até ao termo da exploração e deverão evoluir para uso compatível com o regime de gestão de combustível (aplicam-se os RG1 e RG4)</li> <li>▪ 77,38 ha de <b>florestas de pinheiro bravo</b> em áreas com declive &lt; 30% e fora da ZEC, são transformados no termo da exploração, em culturas permanentes, contribuindo para o mosaico com áreas abertas (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)</li> <li>▪ 3 272,59 ha de <b>floresta de pinheiro manso</b> fora da ZEC são mantidos, assegurando a sua função de proteção do solo e promovendo opções de utilização produtiva (aplicam-se os RG1, RG3, RG4 e RG5)</li> <li>▪ 5,02 ha de <b>florestas de espécies invasoras</b> em áreas com declive &gt; 30% são erradicados e transformados em mata de proteção, contribuindo para o mosaico com áreas abertas (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Os povoamentos de sobreiro e de SAF de sobreiro e de azinheira, dentro e fora das ZEC, são mantidos, mas melhorando a sua vitalidade e, conseqüentemente a sua produtividade (aplicam-se o RG1, RG2, RG4 e RG5), sendo que uma fração dos povoamentos evolui para áreas de habitat 9330 e 6310 com bom grau de conservação</li> <li>▪ As florestas de outras folhosas são mantidas (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)</li> <li>▪ As florestas de eucaliptos são mantidas, com possível rearborização nos termos da legislação em vigor (aplica-se o RG1)</li> <li>▪ As florestas de pinheiro bravo em áreas com declive &gt; 30%, dentro e fora da ZEC, são mantidos até ao termo da exploração e deverão evoluir para uso compatível com o regime de gestão de combustível (aplicam-se os RG1 e RG4)</li> <li>▪ As florestas de pinheiro bravo em áreas com declive &lt; 30% dentro e fora da ZEC, são transformados, no termo da exploração, em culturas permanentes, contribuindo para o mosaico com áreas abertas (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)</li> <li>▪ As florestas de pinheiro manso dentro e fora da ZEC, são mantidas assegurando a sua função de proteção do solo e promovendo opções de utilização produtiva (aplicam-se os RG1, RG3, RG4 e RG5)</li> <li>▪ As florestas de espécies invasoras em áreas com declive &gt; 30% são erradicadas e transformadas em mata de proteção, contribuindo para o mosaico com áreas abertas (aplicam-se os RG1, RG4 e RG5)</li> </ul>
<b>GESTÃO DE FOGOS RURAIS</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ---</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O regime de gestão de combustíveis tem componentes associadas aos outros regimes e aplica-se a todas as áreas de mato e floresta dentro e fora da área de ZEC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O regime de gestão de combustíveis tem componentes associadas aos outros regimes e aplica-se a todas as áreas de mato e floresta, não incluindo as áreas de habitats alvo, na área de ZEC</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A implementação e manutenção das Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) da Rede Primária segue o padrão atual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As FGC da Rede Primária são implementadas e geridas de acordo com as metas estabelecidas no Programa Regional de Ação para a Gestão Integrada de Fogos Rurais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A Rede Primária de FGC é implementada na sua totalidade associando-se a estas tipos de ocupações e usos do solo compatíveis com as suas funções e que permitam manter a longevidade dos tratamentos iniciais e reduzir os custos de manutenção</li> </ul>

CENÁRIO PASSIVO	CENÁRIO DE TRANSIÇÃO POSITIVA	CENÁRIO IDEAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão de combustíveis em mosaicos com o padrão atual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nas AEGC pratica-se a gestão anual de 5-10% das áreas de matos inseridos em mosaicos previamente estabelecidos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nas AEGC pratica-se a gestão anual de 15-20% das áreas matos em mosaicos previamente estabelecidos, combinando-se técnicas de gestão de combustível (e.g., técnicas mecânicas + fogo controlado + pastoreio) para aumentar a longevidade das ações</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Não é preconizada a constituição de mosaicos agro-silvo-pastoris e mosaicos agrícolas heterogêneos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nas AEGC são constituídos anualmente 5-10% dos mosaicos agro-silvo-pastoris e mosaicos agrícolas heterogêneos previamente definidos, como áreas de descontinuidades para o aumento da resiliência aos fogos rurais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nas AEGC são constituídos anualmente 15-20% dos mosaicos agro-silvo-pastoris e mosaicos agrícolas heterogêneos previamente definidos, e estabelecida uma estratégia de cogestão e expansão do mosaico</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Operações de fogo controlado mantém o padrão e intensidade atual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nas AEGC as áreas de matos integram um programa regional de fogo controlado abrangendo anualmente 5-10% da sua área</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nas AEGC as áreas de matos integram um programa regional de fogo controlado abrangendo anualmente 10-15% da sua área, e são definidas áreas a ser complementares passíveis de serem percorridas por fogos de gestão (fogos resultantes de ignições não programadas, que ocorram dentro em matos, matos com árvores dispersas ou complexos de combustível com herbáceas e arbustivas, dentro da janela de prescrição para o fogo controlado ou de outras prescrições que venham a ser definidas pelas autoridades públicas)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>A perigosidade de fogo rural mantém o seu padrão atual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As classes de perigosidade alta e muito alta de incêndio rural reduzem a sua área em 10%, com uma periodicidade que depende da avaliação do ICNF</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As classes de perigosidade alta e muito alta de incêndio rural reduzem a sua área em 20%, com uma periodicidade que depende da avaliação do ICNF</li> </ul>
ECONOMIA DO TERRITÓRIO		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Economia do território sem alterações significativas no horizonte do programa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No horizonte do programa, a <b>economia do território</b> beneficia do financiamento assegurado pela implementação do PRGP, e designadamente dos mecanismos de remuneração dos serviços dos ecossistemas, particularmente dos serviços de regulação e culturais que não são devidamente remunerados pelos mercados</li> <li>São implementadas ações de recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e cultural, tendo em vista a sua visitação e usufruto</li> <li>As atividades turísticas promovidas na Serra do Caldeirão constituem uma oferta diferenciada e complementar, relativamente aos habituais produtos “Sol e Mar”, com particular foco na procura de outubro a maio</li> <li>As atividades turísticas relacionadas com o turismo de natureza, cinegético, científico e criativo, bem como as atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas, são estruturadas e incrementadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os patrimónios natural e cultural em presença são reconhecidos como os principais ativos de valorização do território e são assegurados financiamentos públicos e privados que permitem o aproveitamento de todo o seu potencial para a criação de infraestruturas e a dinamização de atividades socioeconómicas compatíveis com a sua preservação</li> <li>A alteração estrutural da economia do território associada à dinamização das atividades socioeconómicas, bem como a melhoria das condições de acessibilidade e a oferta de serviços básicos, promovem a criação de emprego, a fixação de novos habitantes nos aglomerados populacionais e o aumento da atratividade de visitantes</li> <li>Verifica-se a revitalização e crescimento controlado de todos os aglomerados populacionais com interesse para o ordenamento da paisagem da Serra do Caldeirão e impede-se o crescimento do</li> </ul>

CENÁRIO PASSIVO	CENÁRIO DE TRANSIÇÃO POSITIVA	CENÁRIO IDEAL
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O corredor turístico ao longo da estrada N2 é reforçado e melhor articulado com as infraestruturas existentes, incluindo a melhoria da rede de percursos cicláveis e de caminhada que é estruturada, sinalizada e divulgada</li> <li>▪ É aumentada a oferta e a divulgação de produtos tradicionais e endógenos da região</li> <li>▪ Em respostas às dinâmicas socioeconómicas imprimidas no território verifica-se um aumento de população a residir e/ou a trabalhar na Serra do Caldeirão</li> <li>▪ Os principais aglomerados populacionais são revitalizados (e.g. Cachopo e Cabeça do Velho), bem como outros “pontos de atividade humana” com capacidade para catalisarem ações de intervenção na gestão da paisagem (AIGP a criar) e possibilidade de constituição de Condomínios de Aldeia</li> <li>▪ O crescimento do povoamento disperso é controlado de modo a evitar a ocupação de áreas de elevado risco de fogos rurais, a perturbação de ecossistemas sensíveis e a necessidade de assegurar a prestação de serviços essenciais com custos muito elevados (e.g. recolha de resíduos)</li> </ul>	<p>povoamento disperso indesejável (se possível com a sua regressão nalgumas áreas). Dessa forma é possível otimizar o investimento em infraestruturas, assegurar os serviços essenciais ao bem-estar da população residente e visitantes, reduzir as pressões negativas sobre ecossistemas sensíveis e criar melhores condições para a prevenção e combate de fogos rurais</p>
REGIME DE APOIOS E INVESTIMENTOS		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O regime de apoios ao investimento florestal e manutenção mantém o padrão atual</li> <li>▪ Inexistência de um esquema de remuneração por serviços dos ecossistemas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Para as áreas e ações prioritárias do PRGP SC são efetivados financiamentos públicos e ações que promovam a provisão de SE (fundamentalmente SE de regulação e culturais), incluindo a cobertura de custos de investimento, de manutenção, de oportunidade e de compensação pela criação de externalidades espaciais positivas (spillover benefits), por um período de 10 a 15 anos, acompanhados por um programa de monitorização e avaliação de ações e resultados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Em toda a área do PRGP SC são efetivados financiamentos públicos a ações que promovam a provisão de SE (fundamentalmente SE de regulação e culturais), incluindo a cobertura de custos de investimento, de manutenção, de oportunidade e de compensação pela criação de externalidades espaciais positivas (spillover benefits), por um período de 20 anos, revistos ao fim de 10 anos de acordo com os resultados de um programa de monitorização e avaliação de ações e resultados</li> <li>▪ Complementarmente, fomenta-se o financiamento privado através do estabelecimento de parcerias voluntárias com organizações que estejam disponíveis para participar no âmbito das suas estratégias ou de compromissos no âmbito da responsabilidade ambiental ou social</li> </ul>
GOVERNANÇA		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ -----</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O reforço do envolvimento das entidades com responsabilidades no território, o estabelecimento de parcerias e o dinamismo dos atores locais e beneficiários viabiliza a concretização das áreas e ações prioritárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O reforço do envolvimento das entidades com responsabilidades no território, o estabelecimento de parcerias e o dinamismo dos atores locais e beneficiários viabiliza a concretização das ações previstas para a totalidade do</li> </ul>

CENÁRIO PASSIVO	CENÁRIO DE TRANSIÇÃO POSITIVA	CENÁRIO IDEAL
	previstas no PRGP SC, assegurando a sua monitorização e avaliação periódicas	território do PRGP SC, assegurando a sua monitorização e avaliação periódicas <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O modelo de governança alcançado permite a replicação das medidas e ações previstas no PRGP SC a toda a unidade homogénea</li> <li>▪ Promoção de parcerias público-privadas que permitam a participação de organizações privadas nas atividades de financiamento, gestão e monitorização</li> </ul>

No âmbito do Relatório Ambiental foi efetuada uma avaliação comparativa destes cenários alternativos por forma a escolher a alternativa mais equilibrada e favorável, no que às questões ambientais e sócio económicas diz respeito.

A escolha do cenário a adotar para o PRGP SC recaiu sobre o **Cenário de Transição Positiva**, justificada por apresentar efeitos potencialmente positivos em relação à situação atual (situação de referência), tendo sido considerado globalmente mais integrador e exequível, atendendo ao horizonte temporal definido para o Programa (10 anos), durante o qual serão efetivados financiamentos públicos ao investimento, manutenção dos investimentos e remuneração dos SE para as áreas e ações identificadas como prioritárias e atendendo ao conjunto de propostas, das quais se salientam:

- A alteração da ocupação do solo, nomeadamente de áreas de matos reconvertidas em mosaicos de áreas abertas, beneficiando de regimes de gestão de combustíveis, de cinegética e silvo-pastoril, contribuindo para o aumento da resiliência aos fogos rurais e para o fomento dos pequenos ruminantes;
- O incremento na gestão de fogos rurais decorrente das FGC da Rede Primária, a serem implementadas e geridas de acordo com as metas estabelecidas no Programa Regional de Ação para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais;
- A continuidade da gestão de áreas protegidas e classificadas da Rede Natura 2000, atendendo a existência dos futuros Planos de Gestão das ZEC Caldeirão e Barrocal;
- A economia do território, prevendo uma progressiva internalização dos benefícios resultantes da remuneração dos serviços dos ecossistemas de regulação e culturais, aumento das atividades turísticas de forma ordenada, relacionadas com o turismo de natureza, cinegético, científico e criativo, bem como das atividades desportivas, tradicionais e gastronómicas e aumento da oferta e divulgação de produtos de base local;

- A revitalização dos principais aglomerados populacionais (e.g. Cachopo e Cabeça do Velho), bem como de outros “pontos de atividade humana” com capacidade para catalisarem ações de intervenção e gestão da paisagem;
- A aplicação dos apoios ao investimento florestal, dando continuidade aos modelos de financiamento previsto no Programa de Transformação da Paisagem (PTP) e Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente para as áreas e ações que vierem a ser consideradas prioritárias;
- A governança no sentido do envolvimento das entidades com responsabilidades no território e no estabelecimento de parcerias com os atores locais, tendo em vista ações de consciencialização, dinamização e promoção das iniciativas previstas no Programa.

Este cenário adotado pelo PRGP SC permitirá uma transição gradual da paisagem atual para o desenho da paisagem proposto no horizonte temporal de 10 anos, admitindo-se, contudo, a possibilidade de uma futura evolução no sentido do Cenário Ideal, num horizonte temporal mais alargado de 20 anos.

## 3.2 PROPOSTAS TERRITORIAIS E REGIMES DE GESTÃO

### 3.2.1 Propostas Territoriais

Uma vez selecionado o Cenário de Transição Positiva, enquanto cenário a adotar para a Proposta do PRGP SC, a transformação da paisagem idealizada para a área de intervenção contempla assim um conjunto de Propostas Territoriais que atendem aos fatores de transformação e aos critérios adotados, e que compreendem medidas de gestão concretas, aplicáveis às tipologias da ocupação do solo. Destas, são parte integrante a manutenção de usos e ocupações do solo, a alteração dos usos e ocupações do solo, e/ou a aplicação de regimes de gestão.

De referir que a aplicação das Propostas Territoriais tem em consideração a existência das Zonas Especiais de Conservação (ZEC) existentes, sendo que as mesmas se aplicam fora destas, à exceção das Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis (AEGC) definidas no âmbito do PRGP SC, segundo o cenário de transição adotado. Às áreas integradas nas ZEC e não integradas nas AEGC definidas, aplicar-se-ão as normas dos futuros Planos de Gestão, quando da sua aprovação.

A transformação da paisagem proposta que compreende a efetiva alteração dos usos e ocupação atuais do solo, centra-se essencialmente sobre as tipologias de ocupação de Matos e Florestas de espécies invasoras.

No caso das áreas ocupadas por Matos, e que totalizam quase 30% do total da área de intervenção do PRGP SC, a sua transformação está dependente de um conjunto de critérios dos quais depende a ocupação proposta. Estes critérios incluem o declive da área (superior ou inferior a 30%), a integração em áreas da ZEC e a existência de AEGC definidas, no sentido de se diferenciar a transformação em mosaicos agro-silvo-pastoris, mosaicos agrícolas heterogêneos e área de matos geridos. A reconversão de áreas de matos com declive inferior a 30% em mosaicos agro-silvo-pastoris, constituídos por áreas heterogêneas de matos geridos, culturas permanentes e áreas abertas, contribuindo para o fomento da pecuária de pequenos ruminantes. Contudo, esta reconversão deve privilegiar as áreas com declive inferior a 20%, enquanto que nas áreas com declive entre 20% e 30%, a possibilidade da sua aplicação deverá salvaguardar o estado de conservação do solo.

No caso das áreas ocupadas por Matos que se encontram integradas nas ZEC, mas não integradas nas AEGC definidas, prevê-se a manutenção do uso atual, seguindo, contudo, as orientações de gestão próprias definidas nas áreas de ZEC para a gestão de matos.

Quanto às Florestas de espécies invasoras, propõem-se que as mesmas sejam erradicadas e transformadas em Mata de Proteção constituída por espécies autóctones, contribuindo dessa forma para a diversificação da paisagem e para a criação de mosaico com áreas abertas.

As galerias ripícolas propostas que contemplarão a Vegetação ripícola a criar, deverão ser instaladas nas linhas de água principais identificadas, conforme descrito no subcapítulo 2.4 da PARTE II do presente documento, em áreas fora das ZEC, mantendo-se as galerias ripícolas existentes conforme as orientações de gestão próprias definidas nas áreas de ZEC.

Para as restantes tipologias, é proposto a manutenção da sua ocupação do solo atual, podendo, contudo, serem aplicados regimes de gestão específicos, conforme é apresentado no capítulo seguinte.

Nos casos da agricultura e das pastagens, está contemplada a manutenção das suas áreas prevendo-se ainda assim a sua expansão para áreas contíguas e/ou com aptidão para tal.

A agricultura deverá ser desejavelmente expandida para áreas inseridas na Reserva Agrícola Nacional (RAN) e para as áreas afetadas a aproveitamentos hidroagrícolas. As pastagens deverão ser desejavelmente expandidas para áreas atualmente ocupadas por Matos com declives inferiores a 30%, fora das ZEC.

No Quadro 9 encontram-se descritas as propostas territoriais e os regimes de gestão aplicáveis às tipologias de ocupação atual, para o Cenário de Transição Positiva.

Quadro 9 – Propostas Territoriais e Regimes de Gestão aplicáveis às tipologias de ocupação atual, para o Cenário de Transição Positiva

Tipologias da ocupação atual	Área (ha)	%	Critérios e subcritérios relevantes de Transformação		Propostas territoriais	Regimes de Gestão	Tipologias de ocupação proposta (cenário de transição positiva)	Área (ha)	%
Áreas edificadas	551,19	1,0%	Não aplicável		-	-	Áreas edificadas	551,19	1,0%
Outros territórios artificializados	51,81	0,1%	Não aplicável		-	-	Outros territórios artificializados	51,81	0,1%
Massas de água naturais	250,00	0,4%	Não aplicável		-	-	Massas de água naturais	250,00	0,4%
Massas de água artificiais	12,79	0,02%	Não aplicável		-	-	Massas de água artificiais	12,79	0,02%
Agricultura	2.520,65	4,5%	-	-	As áreas de agricultura são mantidas, desejavelmente expandidas para áreas inseridas em RAN, para outras áreas contíguas com potencial agrícola e para as áreas dos aproveitamentos hidroagrícolas existentes, contribuindo para o mosaico com áreas abertas.	Não aplicável	Agricultura	2.488,22	4,4%
Vegetação ripícola	1.198,73	2,1%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Vegetação ripícola existente	443,14	0,8%
				Fora da ZEC	As galerias ripícolas são valorizadas e plantadas nas principais linhas de água sendo promovido o controlo das espécies exóticas invasoras em ambiente ripícola, contribuindo para o reforço da conectividade funcional do sistema hídrico e biodiversidade associada.	RG6 - regime de gestão de floresta ripícola	Vegetação ripícola existente / Vegetação ripícola a criar	755,59 / 201,78	1,3% / 0,4%
Pastagens	464,93	0,8%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Pastagens	109,12	0,2%
				Fora da ZEC	As pastagens são mantidas, desejavelmente expandidas para áreas de matos com declive <30%, contribuindo para o mosaico com áreas abertas e para o fomento da pecuária de pequenos ruminantes.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Pastagens	353,07	0,6%
Matos	16.198,94	28,7%	Declives >30%	Dentro das AEGC propostas no PRGP SC e dentro da ZEC	Os matos são convertidos em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos.	RG1 - regime de gestão de combustíveis	Mosaico agro-silvo-pastoril	86,38	0,2%
				Dentro das AEGC propostas no PRGP SC e fora da ZEC	Os matos são convertidos em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Matos geridos	337,86	0,6%
				Fora das AEGC e dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Mosaico agro-silvo-pastoril	281,84	0,5%
				Fora das AEGC e fora da ZEC	Os matos são geridos mediante promoção de fogos controlados e/ou de gestão, pastoreio e cortes seletivos, contribuindo para o mosaico com áreas abertas.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Matos geridos	404,52	0,7%
			Declives <30%	Fora das AEGC e dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Matos	2.903,43	5,2%
				Fora das AEGC e fora da ZEC	Os matos são geridos mediante promoção de fogos controlados e/ou de gestão, pastoreio e cortes seletivos, contribuindo para o mosaico com áreas abertas.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Matos geridos	9.504,26	16,9%
				Dentro das AEGC propostas no PRGP SC e dentro da ZEC	Os matos são convertidos em mosaico agrícola heterogéneo ou em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos.	RG1 - regime de gestão de combustíveis	Mosaico agrícola heterogéneo	67,13	0,1%
				Dentro das AEGC propostas no PRGP SC e fora da ZEC	Os matos são convertidos em mosaico agrícola heterogéneo ou em mosaico agro-silvo-pastoril ou matos geridos.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Mosaico agro-silvo-pastoril	47,89	0,1%
				Fora das AEGC e dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Matos geridos	4,07	0,01%
				Fora das AEGC e fora da ZEC	Os matos poderão ser convertidos em áreas heterogéneas de matos geridos, culturas permanentes e áreas abertas, contribuindo para a constituição do mosaico agro-silvo-pastoril e fomento da pecuária de pequenos ruminantes.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Mosaico agrícola heterogéneo	53,66	0,1%
Mosaico agro-silvo-pastoril	78,13	0,1%							
Matos geridos	7,72	0,01%							
Matos	679,52	1,2%							
Mosaico agro-silvo-pastoril	1.697,97	3,0%							
SAF	2.521,72	4,5%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Sistemas agroflorestais	644,41	1,1%
				Fora da ZEC	Manter o uso.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG2 - regime de gestão dos sobreiros e montado RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril		1.864,94	3,3%
Florestas de azinheira	1.773,25	3,1%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de azinheira	207,53	0,4%
				Fora da ZEC	Manter o uso.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Florestas de azinheira	1.552,84	2,8%

Tipologias da ocupação atual	Área (ha)	%	Critérios e subcritérios relevantes de Transformação		Propostas territoriais	Regimes de Gestão	Tipologias de ocupação proposta (cenário de transição positiva)	Área (ha)	%
Florestas de sobreiro	24.715,41	43,9%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de sobreiro	15.090,25	26,8%
				Fora da ZEC	Os <b>povoamentos de sobreiro</b> são mantidos, com melhoria da sua vitalidade e produtividade	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG2 - regime de gestão dos sobreirais e montado RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Florestas de sobreiro	9.549,10	16,9%
Florestas de outras folhosas	320,37	0,6%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de outras folhosas	115,00	0,2%
				Fora da ZEC	As <b>florestas de outras folhosas</b> são mantidas, contribuindo para o mosaico com áreas abertas.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Florestas de outras folhosas	204,57	0,4%
Florestas de eucalipto	549,25	1,0%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de eucalipto	132,12	0,2%
				Fora da ZEC	As <b>florestas de eucaliptos</b> são mantidas, com possível rearborização nos termos da legislação em vigor.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética		415,72	0,7%
Florestas de pinheiro bravo	762,53	1,4%	Declives >30%	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de pinheiro bravo	412,35	0,7%
				Fora da ZEC	As <b>florestas de pinheiro bravo</b> são mantidas até ao termo da exploração e deverão evoluir para uso compatível com o regime de gestão de combustível.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética	Florestas de pinheiro bravo	203,70	0,4%
			Declives <30%	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de pinheiro bravo	68,51	0,1%
				Fora da ZEC	As <b>florestas de pinheiro bravo</b> poderão ser transformadas, no termo da exploração, em culturas permanentes em locais compatíveis, contribuindo para o mosaico com áreas abertas.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Florestas de pinheiro bravo	77,38	0,1%
Florestas de pinheiro manso	4.451,60	7,9%	-	Dentro da ZEC	Manter o uso.	-	Florestas de pinheiro manso	1.161,11	2,1%
				Fora da ZEC	As <b>florestas de pinheiro manso</b> são mantidas, assegurando a sua função de proteção do solo e promovendo opções de utilização produtiva.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG3 - regime de gestão dos povoamentos de pinheiro-manso RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Florestas de pinheiro manso	3.272,59	5,8%
Florestas de espécies invasoras	5,02	0,01%	-	-	As <b>florestas de espécies invasoras</b> são erradicadas e transformadas em mata de proteção constituída por espécies autóctones, contribuindo para o mosaico com áreas abertas.	RG1 - regime de gestão de combustíveis RG4 - regime de gestão cinegética RG5 - regime silvo-pastoril	Mata de proteção	5,02	0,01%
	56.348,19	100%						56.348,19	100%

Nota: O diferencial de áreas verificado nas tipologias de ocupação cuja proposta territorial é a manutenção do uso, é justificado pela subtração de áreas que passam a estar associadas à implantação de novas galerias ripícolas (vegetação ripícola a criar).

### 3.2.2 Regimes de Gestão

Apresenta-se nos pontos seguintes a descrição e aplicabilidade de cada um dos Regimes de Gestão estabelecidos:

- RG1 – Regime de gestão de combustíveis;
- RG2 – Regime de gestão dos povoamentos de sobreiro
- RG3 – Regime de gestão dos povoamentos de pinheiro-manso;
- RG4 – Regime de gestão cinegética;
- RG5 – Regime silvo-pastoril;
- RG6 – Regime de gestão da floresta ripícola.

#### 3.2.2.1 **RG 1 – Regime de Gestão de Combustíveis**

##### 3.2.2.1.1 Enquadramento

O regime de gestão de combustíveis destina-se a diminuir a probabilidade da ocorrência de incêndios rurais de grande extensão e elevada severidade. Este regime tem componentes associadas a todos os outros regimes e aplica-se a toda as áreas de matos, floresta, sistemas agroflorestais, pastagens e agricultura.

##### 3.2.2.1.2 Limitações

O regime diminui a probabilidade da ocorrência de incêndios rurais muito extensos e de elevada severidade, mas não anula a possibilidade da ocorrência de incêndios.

##### 3.2.2.1.3 Descrição do Regime de Gestão de Combustíveis

O Regime inclui o estabelecimento das Áreas Estratégicas de Gestão de Mosaicos de Combustíveis (AEGC) definidas e mapeadas no capítulo 2.3.2.1 do Diagnóstico Prospetivo, com as seguintes cinco tipologias de intervenção:

- 1) Rede Primária: corresponde às áreas disponibilizadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), e que ainda carecem de aprovação no Programa de Ação Regional;

- 2) Gestão de matos: corresponde a áreas homogêneas ocupadas essencialmente com esteva (eventualmente medronheiros esparsos), e onde podem ser aplicadas várias técnicas de gestão de combustível (muito provavelmente terão que ser combinadas técnicas, tal como demonstrado por Guiomar et al. (2011)) ou autorizados fogos de gestão;
- 3) Mosaico agro-silvo-pastoril: correspondem a áreas abertas com sobreiros com clareiras, onde se pode privilegiar o pastoreio dirigido para gestão da vegetação sob coberto, e aplicar medidas de recuperação dos povoamentos de sobreiro (o medronheiro pode ser utilizado em consociação com o sobreiro, ou nas clareiras como pomar);
- 4) Mosaico agrícola heterogéneo: corresponde à reduzida área de solos mais férteis, e onde se pretende manter a atividade agrícola;
- 5) Recuperação de galerias ripícolas: espaços de vale com dimensão para recuperar uma galeria com potencial para ter efeito no comportamento do fogo.

As tipologias 2), 3) e 5) são aplicáveis autonomamente fora das AEGC na implementação de áreas sujeitas a outros regimes de gestão.

#### 3.2.2.1.4 Sistema de incentivos

Nas áreas de AEGC:

- Apoio a ações de gestão de matos (tipologia 2 acima descrita);
- Apoios relativos aos RG2 a RG6.

#### 3.2.2.1.5 Estimativa inicial de custos associados

Gestão de matos (tipologia 2 acima mencionada): € 200 - € 1000 /ha de acordo com as especificidades das ações necessárias.

Custos associados aos RG2 a RG6.

### 3.2.2.2 **RG 2 – Regime de Gestão dos Povoamentos de Sobreiro**

#### 3.2.2.2.1 Enquadramento

O contexto geral da gestão dos povoamentos de sobreiro é marcado pela carência de informação sobre aspetos essenciais da sua vitalidade atual, dinâmica do declínio e sobre a rentabilidade da produção de cortiça na Serra do Caldeirão em geral e na área de intervenção (AI) em particular.

Contudo, a informação apresentada no capítulo 2.7 do Diagnóstico Prospetivo, fornece um enquadramento fundamentado, que permite uma melhor compreensão dos determinantes do declínio dos povoamentos de sobreiro na AI e a sua associação aos incêndios rurais.

A 1.ª Reunião de Participação Pública alargada permitiu confirmar qualitativamente alguns elementos do diagnóstico: i) uma diminuição acentuada e continuada da vitalidade dos povoamentos de sobreiro; ii) reduzida rentabilidade de atividade de produção de cortiça; iii) a inexistência de informação quantificada e georreferenciada de caracterização dos povoamentos; iv) inexistência de informação atualizada sobre a economia da produção suberícola na AI.

Assim, a conceção e aplicação de um regime gestão dos povoamentos de sobreiro na AI deve considerar os conteúdos objetivos acima mencionados e, simultaneamente, promover a atualização ou obtenção da informação necessária à gestão do processo no longo prazo. É essencial dispor de informação com resolução suficiente para poder gerir o processo à escala da exploração.

O regime de gestão destina-se a melhorar a vitalidade dos povoamentos de sobreiro, procurando limitar o processo de transição para matagal que se encontra em curso.

Admite-se que existem áreas em que os povoamentos de sobreiro podem evoluir para áreas de habitat 9330 e 6310 com bom grau de conservação ou para áreas de produção de cortiça, com aplicação simultânea dos RG1 e RG4, ou, para áreas de SAF, com aplicação simultânea dos RG1, RG4 e RG5. O regime aplica-se a toda a área de povoamentos ou SAF de sobreiro. Nas áreas de ZEC a gestão dos povoamentos e áreas de SAF serão realizadas de acordo com definido no respetivo Plano de Gestão.

#### 3.2.2.2.2 Limitações

A falta de controlo sobre as dinâmicas já instaladas de declínio dos povoamentos de sobreiro e, como tal, sobre as soluções que revertam a perda de vitalidade associada, em conjunto com o longo período necessário à recuperação dos povoamentos, limitam os efeitos potenciais da gestão nas dimensões produtiva e de conservação da natureza.

#### 3.2.2.2.3 Descrição do Regime de Gestão dos Povoamentos de Sobreiro

##### **i) Capacitação através da obtenção de informação**

- Caracterização e mapeamento dos povoamentos quanto aos parâmetros dendrométricos relevantes, à vitalidade e à composição do estrato arbustivo. Esta caracterização é essencial

ao desenvolvimento do regime de gestão, uma vez que não se encontram disponíveis dados de inventário suficientemente desagregados para informar a gestão dos povoamentos;

- A caracterização da economia da produção suberícola através de um inquérito aos proprietários e gestores da floresta é essencial à definição de um sistema de incentivos eficiente.

## ii) Gestão dos povoamentos (considerando a informação obtida em i))

- Aplicação do RG1;
- Em áreas com baixa perda de vitalidade e com economia da exploração suberícola potencialmente viável, manter a exploração suberícola, promovendo e protegendo a regeneração;
- Em áreas com baixa perda de vitalidade e sem viabilidade económica da exploração suberícola, suspender a exploração de cortiça, proteger a regeneração e considerar a evolução para os habitat 9330 ou 6310 conforme as condições de densidade dos povoamentos e a dinâmica silvo-pastoril;
- Nas áreas de ocorrência atual do habitat 9330, promover a conservação, incluindo a cessação de atividades que interfiram negativamente com todas as características que lhe estão associadas, em particular as que interferem com os estratos lianóide e herbáceo vivaz ombrófilo;
- Nas áreas de ocorrência atual do habitat 6310, promover a conservação do habitat, incluindo as atividades que contribuem para a sua conservação, em particular com aplicação do RG4;
- Em áreas com média ou alta perda de vitalidade, suspender a exploração de cortiça e considerar a possibilidade de intervenções nos domínios fitossanitário e da correção do solo.

Nas áreas de ZEC a intervenção nos povoamentos será feita de acordo com as normas inscritas no respetivo Plano de Gestão.

### 3.2.2.2.4 Sistema de incentivos

- Avaliação do estado e economia dos povoamentos;
- Capacitação de entidades gestoras para a monitorização;
- Intervenções de proteção e promoção da regeneração natural;
- Intervenções no âmbito da fitossanidade ou fertilização;
- Compensação pela perda de rendimento (povoamentos sem utilização produtiva);
- Pagamentos por serviços dos ecossistemas.

### 3.2.2.2.5 Estimativa inicial de custos associados

Ação	Custo estimado
Avaliação do estado e economia dos povoamentos	€ 75 000 - € 150 000
Capacitação de entidades gestoras para a monitorização	€ 15 000 - € 20 000/ano
Intervenções de proteção e promoção da regeneração	€ 220 /ha
Intervenções no âmbito da fitossanidade ou fertilização	€ 500/ha
Compensação pela perda de rendimento	€ 180 /ha.ano
Pagamentos por serviços dos ecossistemas	€ 100/ha.ano

### 3.2.2.3 **RG 3 – Regime de Gestão dos Povoamentos de Pinheiro-Manso**

#### 3.2.2.3.1 Enquadramento

O regime de gestão dos povoamentos de pinheiro-manso destina-se a manter a sua função de proteção e a criar opções de utilização produtiva. Aplica-se em simultâneo com o RG1, RG4 e RG5 a toda a área de pinheiro-manso.

A 1.ª Reunião de Participação Pública Alargada permitiu confirmar a perceção de que a gestão dos povoamentos de pinheiro-manso na A1 nas últimas três décadas esteve bastante associada a ajudas à manutenção e perda de rendimento, existindo neste momento um vazio de apoio em muitas das áreas destes povoamentos.

Por outro lado, verifica-se que a fração de povoamentos com capacidade para a produção de fruto é praticamente nula, não existindo também na AI, experiências de utilização produtiva (e.g. resinagem) que indiquem alternativas de gestão.

Por outro lado, na ausência de alternativas (no horizonte temporal do PRGP) que envolvam alteração de ocupação do solo com justificação produtiva, importa reforçar o potencial da área de pinheiro-manso para a atividades produtivas compatíveis com o aumento da provisão de serviços ecossistémicos de regulação (e.g. controlo da erosão, diminuição da perigosidade de incêndios rurais, biodiversidade).

#### 3.2.2.3.2 Limitações

As limitações decorrem da própria manutenção dos povoamentos. Isto é, i) as atividades (e.g. silvo pastorícia) decorrerão sob coberto dos povoamentos pinheiro-manso com as limitações daí

decorrentes; ii) são necessárias intervenções nos povoamentos (e.g. desramações) sem finalidade produtiva imediata.

O sistema de incentivos deverá ser suficiente para desincentivar o corte raso dos povoamentos, o qual poderá ser considerado uma opção expectável, tendo em atenção a inexistência de outras opções de aproveitamento produtivo.

#### 3.2.2.3.3 Descrição do Regime de Gestão de Povoamentos de Pinheiro-Manso

As opções de gestão para os povoamentos de pinheiro-manso, no contexto da diminuição da suscetibilidade ao fogo por aplicação do RG1, serão:

- Manutenção do povoamento em boas condições, conduzido para com o objetivo da produção de lenho, mas com corte raso posterior ao horizonte do PRGP;
- Manutenção do povoamento em boas condições, aplicando desbastes que gerem densidades compatíveis com a instalação de pastagem no sob coberto no contexto do fomento da caça e da silvo pastorícia, nas modalidades “culturas para a fauna”, “pastagens semeadas biodiversas” ou mista das duas modalidades, com aplicação dos RG4 e RG5;
- Manutenção dos povoamentos florestais em boas condições, com atividades de produção não lenhosa.

Estas opções poderão necessitar de uma combinação das seguintes operações:

- Intervenções de manutenção dos povoamentos florestais (desbastes, desramações e gestão do estrato arbustivo);
- Instalação de culturas para a fauna e pastagens;
- Apoio ao investimento associado à produção não lenhosa.

#### 3.2.2.3.4 Sistema de incentivos

- Investimentos associados a atividades produtivas;
- Pagamento à manutenção;
- Pagamentos por serviços dos ecossistemas.

### 3.2.2.3.5 Estimativa inicial de custos associados

Ação	Custo estimado
Investimentos associados a atividade produtiva	Até € 800 /ha
Ajudas à manutenção	€ 200 /ha.ano
Pagamentos por serviços dos ecossistemas em % variável da área de acordo com o regime de financiamento multifundo	€ 100/ha.ano

### 3.2.2.4 **RG 4 – Regime de Gestão Cinegética**

#### 3.2.2.4.1 Enquadramento

O regime de gestão cinegética destina-se a melhorar os habitats do coelho-bravo, perdiz-vermelha, veado e corço e a melhorar a gestão das populações cinegéticas, nomeadamente através da obtenção de informação de censos, e a evidenciar os resultados da exploração cinegética com aplicação simultânea dos RG1, RG3 e RG5.

A gestão cinegética é realizada pelos gestores das zonas de caça que na AI são maioritariamente associações de caçadores. Assim, será na capacitação e ação destas entidades que deverá, em primeiro lugar, ser ativado este regime. De notar que a gestão racional do habitat e das populações cinegéticas é uma tarefa exigente do ponto de vista técnico, com aplicação de metodologias próprias, sem as quais não serão de esperar resultados coerentes.

A atividade cinegética enfrenta desafios culturais e demográficos (com aumento da idade média e diminuição do número de caçadores ativos) que afetam o seu potencial de intervenção no terreno.

A aplicação deste regime atribui aos gestores da caça uma função de gestores da transformação da paisagem que não tem um carácter pontual, ou emblemático, mas sim continuado e estrutural, que poderá também contribuir para uma reativação do setor.

#### 3.2.2.4.2 Limitações

Para uma ação continuada e estrutural é necessário encontrar um equilíbrio entre os incentivos e compromissos a assumir pelos gestores cinegéticos, o qual pode constituir uma limitação.

Os fatores de mortalidade associados a doenças (e.g. Doença Hemorrágica Vírica 2 do coelho-bravo) são fatores limitantes de superação bastante problemática.

Os prejuízos provocados pela fauna bravia nas culturas agrícolas e florestais podem por vezes assumir dimensões muito relevantes. Em particular, a destruição de plantações de quercíneas por javalis e veados, sem que exista qualquer mecanismo de compensação que permita atenuar os impactos desses prejuízos, pode constituir um fator de conflito importante.

#### 3.2.2.4.3 Descrição do Regime de Gestão Cinegética

A evidência da aplicação do regime será a existência de exploração cinegética, isto é, após um período inicial de investimento os incentivos decorrerão dos resultados da exploração e da boa articulação com os restantes regimes de gestão. No caso da exploração cinegética a mesma deverá conformar-se com os princípios da exploração racional, suportada pelos resultados dos censos das populações. A articulação com os restantes regimes de gestão terá a sua sede na entidade que coordene a aplicação do PRGP com base numa programação de periodicidade bienal.

##### i) Gestão das populações cinegéticas e caça

Pretende-se um regime de gestão das populações assente no conhecimento da sua dinâmica, sinérgica com a conservação da biodiversidade (e.g. ligação da gestão das populações de coelho-bravo com a expansão das populações de linco-ibérico) e com a gestão de combustíveis. É esta ação sinérgica que justifica o regime de incentivos e torna indispensável o conhecimento formal e quantificado da dinâmica das populações cinegéticas.

Por outro lado, a atividade cinegética tem de gerar benefícios económicos diretos (predominantemente o valor das vendas no caso das ZCT ou predominantemente satisfação dos associados no caso das ZCA ou ZCM geridas por associações), que contribuam para a sustentabilidade da atividade.

##### ii) Gestão dos habitat

A gestão dos habitat articula com o RG1 (e.g. utilização de AEGP e FGC), com o RG2 no sentido de ser coerente com a conservação dos habitats, com RG3 (culturas para a fauna e pastagens em povoamentos de pinheiro manso) e com o RG4 no sentido da localização das áreas de habitat aberto com capacidade forrageira.

iii) Na consideração do regime de gestão cinegética deve ser tido em conta o papel potencial dos gestores cinegéticos no dispositivo de vigilância dos incêndios rurais.

#### 3.2.2.4.4 Sistema de incentivos

- Capacitação para a realização de censos veado, perdiz-vermelha e coelho-bravo;
- Apoio à instalação de culturas para a fauna e pontos de água;
- Apoio aos repovoamentos com coelho-bravo incluindo a constituição de dois parques de criação em cativeiro;
- Apoio a repovoamento com veado e corço, incluindo a instalação de cercado;
- Apoio ao funcionamento das associações de caçadores.

#### 3.2.2.4.5 Estimativa inicial de custos associados

Ação	Custo estimado
Capacitação para a realização de censos veado, perdiz-vermelha e coelho-bravo	€ 25 000
Apoio à instalação de culturas para a fauna e pontos de água	€ 15 000/ano
Apoio aos repovoamentos com coelho-bravo incluindo a constituição de dois parques de criação em cativeiro	Parques: € 120 000 Apoio ao funcionamento: € 20 000/ano
Apoio a repovoamento com veado e corço, incluindo a instalação de cercado	€ 75000
Apoio ao funcionamento das associações de caçadores	€ 20 /ha superfície cinegética.ano

#### 3.2.2.5 **RG 5 – Regime Silvo-Pastoril**

##### 3.2.2.5.1 Enquadramento

O regime silvo-pastoril destina-se a aumentar o número de caprinos e ovinos em pastoreio nas áreas florestais com aplicação simultânea dos RG1, RG2, RG3 e RG4. Aplica-se a todas as áreas florestais, de pastagens e de mato que não estejam incluídas nas áreas de expansão dos habitats 9330, 92D0 e 92A0.

O contexto deste regime de gestão é o da diminuição do número de explorações e de animais em pastoreio nos últimos 30 anos. Isto significa que os sistemas de incentivo existentes no âmbito da PAC, incluindo as ajudas as raças autóctones, não foram suficientes para inverter o processo e manter a atividade.

A silvo-pastorícia como ferramenta de gestão de combustíveis é uma aspiração mais do que uma realidade no contexto da AI. A 1.ª Reunião de Participação Pública Alargada permitiu confirmar as

baixas expectativas relativas a um aumento do número de explorações, isto é, ao aumento do número de pastores. Existe assim um bloqueio estrutural ao desenvolvimento de uma atividade de elevadíssima importância para a gestão da paisagem da AI, uma vez que todos os regimes de gestão a ela estão associados.

Assim, a silvo-pastorícia é, simultaneamente, um dos principais determinantes do sucesso da gestão da paisagem da AI e aquele com uma probabilidade mais elevada de não se concretizar com a intensidade necessária. A atratividade do incentivo deverá responder às necessidades decorrentes do que atrás se afirmou.

#### 3.2.2.5.2 Limitações

A atividade silvo-pastoril eficiente depende de trabalho especializado e intensivo de pastoreio, com riscos elevados, baixa remuneração e necessidade de investimento. Mesmo num contexto de um sistema de incentivo eficiente este facto que poderá constituir um dos fatores de limitação da atividade, pela simples inexistência de potenciais candidatos à atividade.

O desenvolvimento técnico silvo-pastoril é também essencial quer quanto à eficiência da produção pecuária, quer quanto à provisão dos serviços dos ecossistemas (e.g. ciclo de nutrientes no solo, biodiversidade). Este desenvolvimento técnico é específico do contexto regional e local onde se desenvolve (características da vegetação e herbivoria, raças e organização do pastoreio, articulação com gestão do fogo, impacto no controlo de espécies exóticas e invasoras, conservação de habitats e espécies). Isto significa que o impacto da atividade será fortemente limitado pela capacitação dos gestores do processo (ao nível do PRGP e das explorações).

A atividade silvo pastoril pode ter impacto negativo na regeneração do sobreiro, azinheira e espécies arbóreas ripícolas, assim como de matos compostos por vegetação autóctone, essenciais à manutenção da biodiversidade, pelo que a sua utilização é limitada por essa circunstância.

#### 3.2.2.5.3 Descrição do Regime Silvo-Pastoril

O regime silvo-pastoril proposto consiste na definição de zonas utilizáveis para a constituição de percursos e áreas de pastoreio incluindo capacidade forrageira com origem herbácea, arbustiva e arbórea, organizadas para dar resposta a necessidades específicas dos rebanhos que as irão pastorear e integradas nas estratégias de gestão de combustível e de gestão de habitats.

O regime pressupõe:

- A existência de uma Bolsa de Pastores <sup>3</sup> (seleção de pastores tendo em consideração o seu registo profissional e o efetivo (espécie/raças utilizadas, estatuto sanitário), que poderão gerir;
- A formação profissional de pastores, ou seja, capacitar empreendedores que aceitem o desafio de desenvolver um projeto de futuro ligado à produção pecuária baseado na pastorícia e queiram apostar numa formação especializada e prática, com vista a conseguirem uma alternativa profissional num setor que tem na atualidade problemas de renovação geracional;
- Facilitação do acesso de pastores aos percursos e áreas de pastoreio, isto é, intermediar a ligação com os proprietários da terra e excluir áreas onde os impactos do pastoreio sejam inadequados no contexto do PRGP (e.g. áreas de expansão do habitat 9330);
- Apoio técnico aos projetos individuais e a monitorização de impactos, em particular a monitorização de impactos sobre a vegetação;
- Um regime de incentivos com atratividade adequada.

As entidades gestoras presentes no terreno (e.g. entidades gestoras de ZIF e de AIGP) serão encorajadas a definir e disponibilizar áreas com conjuntos de percursos de pastoreio coerentes com a gestão de combustíveis e gestão de habitats. Desta forma, as iniciativas individuais de desenvolvimento silvo-pastoril poderão ser orientadas para a maior eficiência da produção pecuária e provisão dos serviços dos ecossistemas.

A composição dos rebanhos quanto às espécies e raças (às quais estão associadas diferentes características de herbivoria) e a forma como o pastoreio é ordenado e orientado (parqueamento através vedações fixas ou temporárias, incluindo vedações elétricas) ou controlo de animais através seguimento permanente (identificadores GPS), constituem fatores de sucesso na produção e no impacto ambiental da atividade. A orientação do pastoreio e seleção de espécies consumidas por diferentes espécies de pequenos ruminantes herbívoros pode também ser produzida através da suplementação alimentar ou instalação de pastagens.

A AI inclui zonas com características e aptidões diferentes para a definição do regime silvo-pastoril, as quais têm a sua sede de identificação ao nível dos projetos individuais.

Para que possa ser efetivo quanto à gestão de combustível e na gestão de habitat, o regime silvo-pastoril necessita de orientação técnica especializada, sendo este um aspeto a considerar no modelo de governança do PRGP.

---

<sup>3</sup> Designação proposta pela DRAP – Algarve.

#### 3.2.2.5.4 Sistema de incentivos

O incentivo à atividade silvo-pastoril deverá conter as seguintes componentes:

- Capacitação de entidades gestoras para apoio técnico à atividade silvo-pastoril;
- Capacitação de entidades gestoras para a gestão de marcas associadas ao valor ambiental da atividade (e.g. <https://www.rebanhosmais.pt/>);
- Apoios ao investimento, incluindo instalações e equipamentos de maneio (e.g. currais, equipamento de ordenha, vedações) e animais, utilizando o regime multi-fundos para permitir uma elevada taxa de comparticipação necessária ao estímulo da atividade;
- Pagamentos de apoio à manutenção da atividade ajustados à manutenção do rendimento dos pastores a níveis atrativos, tendo em conta os riscos associados à atividade;
- Pagamentos por serviços dos ecossistemas.

#### 3.2.2.5.5 Estimativa inicial de custos associados

Consideram-se projetos de silvo pastorícia com as seguintes características:

- Utilizando em média 500 ha;
- Com um volume médio de investimento para instalação de € 70.000 por cada 500 ha;
- Com pagamentos anuais de apoio à atividade de € 100/ha.ano.

Pagamentos por serviços dos ecossistemas em % variável da área de acordo com o regime de financiamento multifundo.com o valor de € 100/ha.ano

### 3.2.2.6 **RG 6 – Regime de Gestão da Floresta Ripícola**

#### 3.2.2.6.1 Enquadramento

A invasão por exótica nomeadamente Arundo donax e Acacia sp. é já hoje uma ameaça à integridade dos habitats ripícolas e às comunidades de fauna dulçaquícola.

Regime de gestão de floresta ripícola destina-se a controlar as espécies exóticas invasoras em ambiente ripícola e a aumentar a área dos habitats 92D0 e 92A0 com bom grau de conservação, através de uma intervenção continuada. A eficácia no controlo de invasoras necessita de intervenções reiteradas e de longo prazo.

#### 3.2.2.6.2 Limitações

O controlo de invasoras é uma tarefa continuada no tempo e com alta probabilidade de recorrência de núcleos de vegetação invasora. A manutenção destes núcleos favorece a nova invasão de áreas previamente tratadas, diminuindo a eficiência das operações de controlo.

#### 3.2.2.6.3 Descrição do Regime de Gestão da Floresta Ripícola

O regime incluirá:

- A identificação e marcação de áreas de intervenção de controlo de invasoras;
- O controlo de invasoras de acordo com protocolos adequados a cada espécie (ver <https://invasoras.pt/>);
- Adensamento com árvores e arbustos ripícolas associados aos habitats 92A0 e 92D0.

#### 3.2.2.6.4 Sistema de incentivos

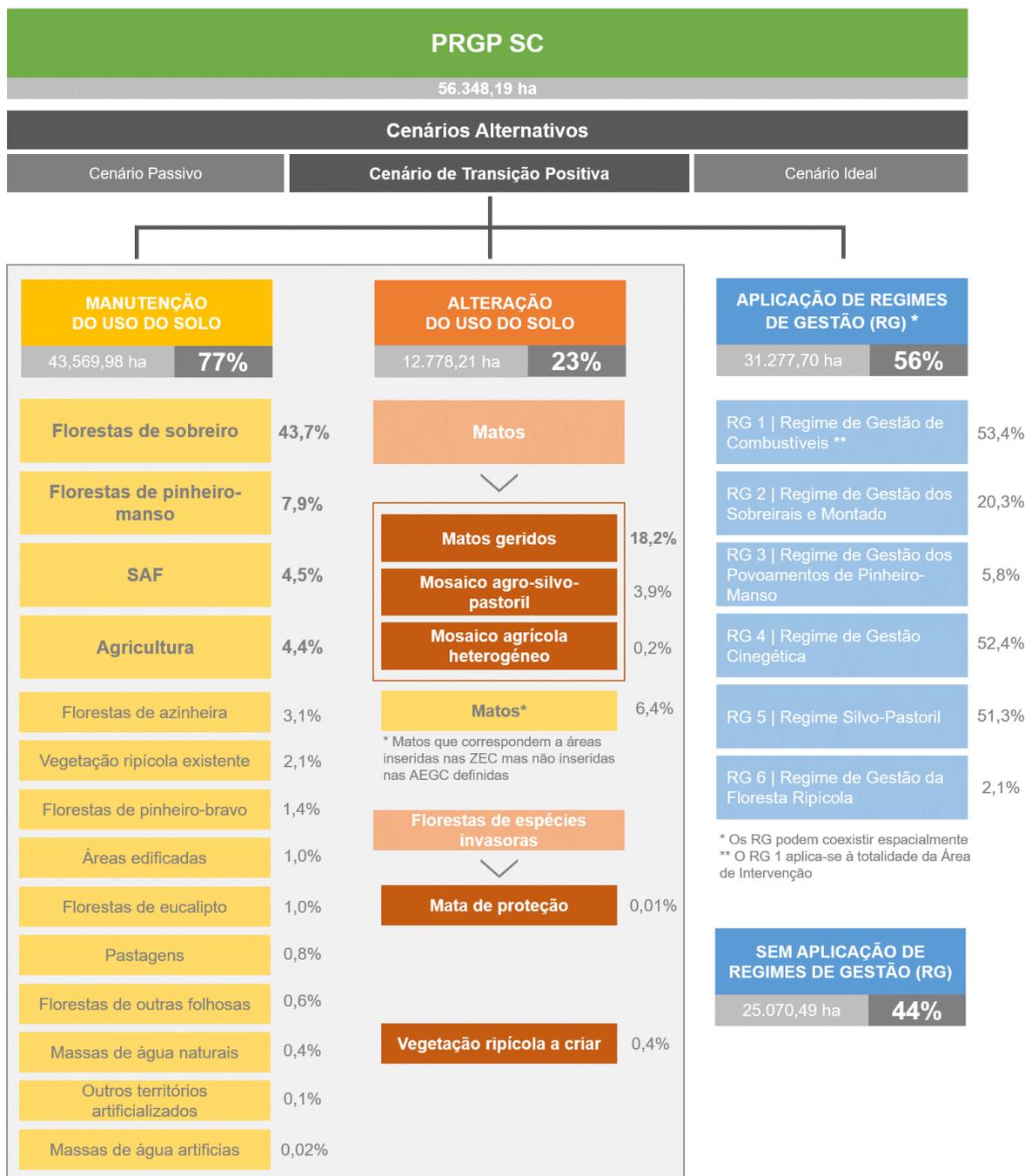
- Investimentos no controlo de invasoras;
- Investimentos em adensamento com árvores e arbustos ripícolas;
- Pagamento de manutenção;
- Pagamento serviços dos ecossistemas

#### 3.2.2.6.5 Estimativa inicial de custos associados

Ação	Custo estimado
Investimentos no controlo de invasoras	€ 900/ha
Investimentos em adensamento com árvores e arbustos ripícolas.	€ 1000/ha
Pagamento de manutenção	€ 200/ha
Pagamento serviços dos ecossistemas	€ 100/ha.ano

### 3.2.3 Síntese

Na Figura 16 é apresentada, em termos sintéticos, a expressão territorial das propostas contempladas para a transformação da paisagem da área de intervenção do PRGP SC, englobando estas, as áreas com Propostas Territoriais e as áreas com e sem aplicação dos referidos Regimes de Gestão, que podem coexistir espacialmente.



**Figura 16 – Expressão territorial das Propostas Territoriais e dos Regimes de Gestão aplicáveis**

Com base nas lógicas de construção do desenho da paisagem, são seguidamente apresentados cortes esquemáticos que permitem a visualização e representação de algumas das principais ações a desenvolver na área do PRGP SC, de acordo com as tipologias de ocupação atuais e propostas.

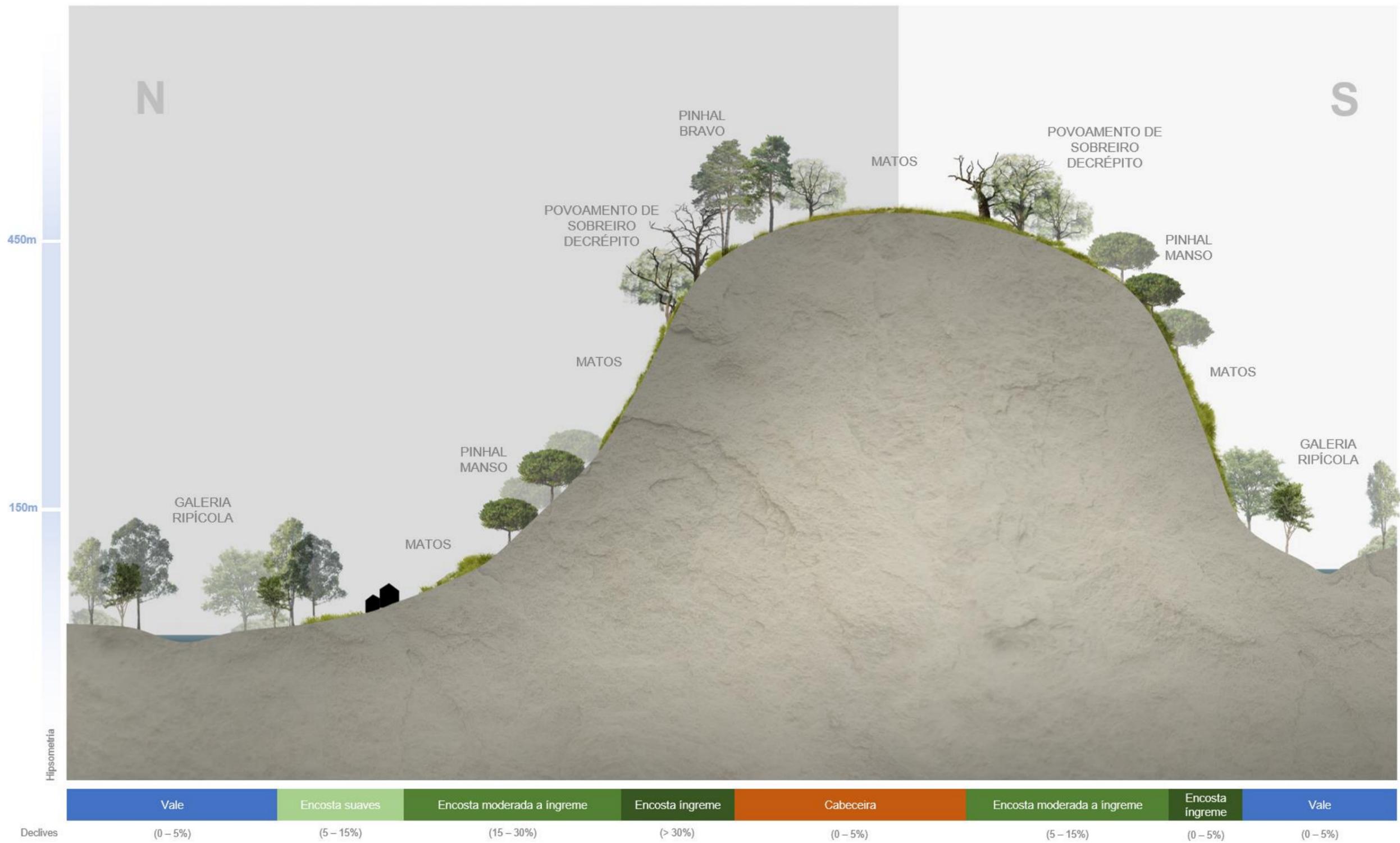


Figura 17 – Corte esquemático da situação de referência (paisagem atual)



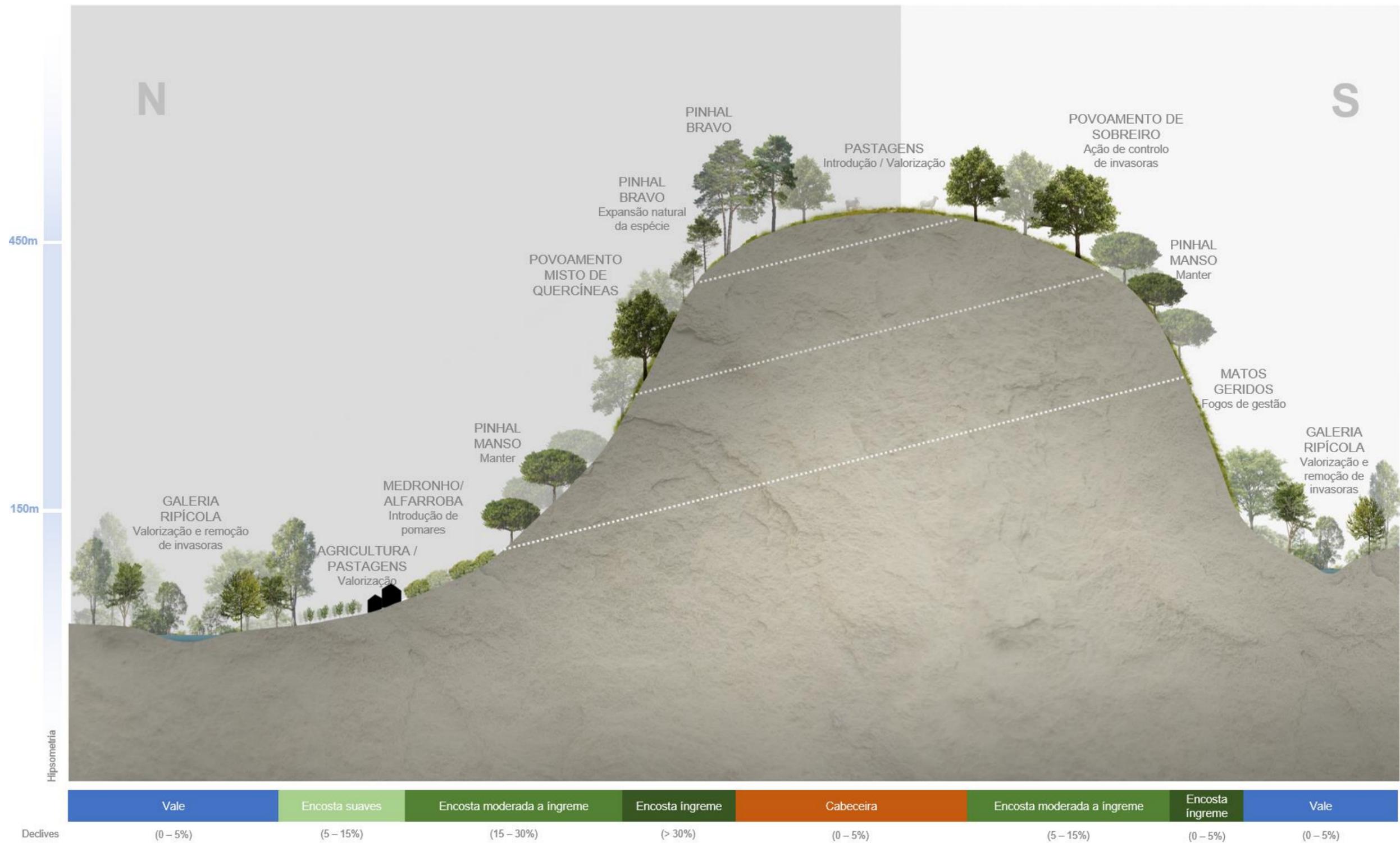


Figura 18 – Corte esquemático do Desenho da Paisagem Desejável



## 4 DESENHO DA PAISAGEM PROPOSTO

### 4.1 ORGANIZAÇÃO DO DESENHO DA PAISAGEM PROPOSTO

O Desenho da Paisagem Proposto integra em si várias camadas de informação que definem as estruturas, os sistemas e os elementos que traduzem a realidade territorial da área de intervenção do PRGP SC e que permitem, a diferentes níveis, o estabelecimento de estratégias de intervenção que promovam o reordenamento e a gestão desta paisagem.

O PRGP SC está articulado com a designada Unidade Homogénea em que se insere, conforme se pode observar no esquema de organização do Desenho da Paisagem Proposto, presente na Figura 19. Neste esquema encontra-se ilustrada essa relação, bem como o desenvolvimento do Programa nas várias componentes que o constituem, nomeadamente nas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) e nas Operação Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) a elas associadas.

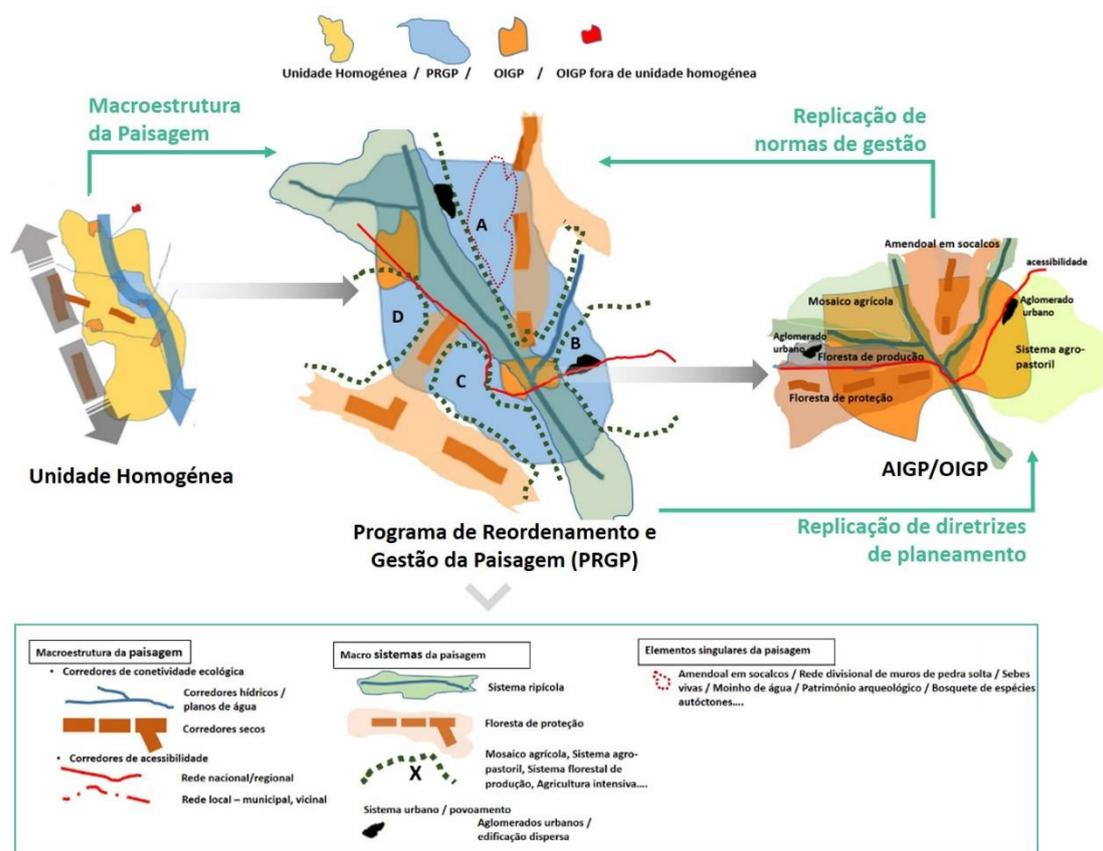


Figura 19 – Organização do Desenho da Paisagem Proposto do PRGP

Fonte: Adaptado de DGT (2021)

A organização do Desenho da Paisagem Proposto do PRGP SC integra assim três componentes fundamentais: as **macroestruturas**, os **macro sistemas** e os **elementos singulares da paisagem**, além da identificação das áreas de intervenção e dos elementos de referência do território em causa, bem como das áreas de intervenção prioritária.

No capítulo seguinte é apresentada a construção do Desenho da Paisagem Proposto segundo a referida organização dos componentes fundamentais sendo este consubstanciado, em termos estratégicos, pelas Propostas Territoriais e pelos Regimes de Gestão aplicáveis.

## 4.2 ÁREAS DE INTERVENÇÃO E ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

A construção do Desenho da Paisagem Proposto é, em primeiro plano, estruturada a partir da Área de Intervenção do PRGP SC estabelecida com base em critérios definidos, bem como nas respetivas Unidades de Gestão da Paisagem.

Além destas áreas, também os elementos de referência presentes no território fazem parte da base de construção do desenho da paisagem. Estes elementos incluem as áreas edificadas constituídas pelos principais aglomerados urbanos e rurais, as redes de acessibilidade (rede rodoviária viária nacional e regional e rede rodoviária municipal e vicinal), as redes de distribuição de energia, a rede hidrográfica onde se incluem as linhas e planos de água que estruturam a paisagem, bem como os pontos de abertura de incêndio associados ao regime do fogo e os pontos associados aos vértices geodésicos.

São incluídos neste grupo também os limites administrativos, referentes às freguesias, concelhos e NUT III.

## 4.3 ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

As Áreas de Intervenção Prioritária integram, no contexto dos PRGP, as Áreas Integradas de Gestão de Paisagem (AIGP) quer as existentes, já constituídas pelos Despachos n.º 7109-A/2021 de 16 de julho e n.º 12447-D/2021 de 21 de dezembro, como também as propostas de novas AIGP a criar.

Na área de intervenção definida para o presente PRGP, não está integrada nenhuma das AIGP já definidas nos referidos diplomas legais. No entanto, foi contemplada a proposta de constituição da AIGP ZIF Carrasqueiro, no concelho de Loulé, apresentada pela APFSC – Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão. Além desta proposta, foram ainda apontadas duas localizações possíveis para o posicionamento dessas AIGP a constituir.

Os critérios que estiveram na base da definição das localizações para as possíveis AIGP integradas na área de intervenção do PRGP SC, encontram-se descritos no subcapítulo 1.1 da PARTE V, do presente documento.

#### **4.4 MACROESTRUTURAS DA PAISAGEM**

Nas macroestruturas da paisagem estão integrados os elementos de carácter estruturador que definem os pilares fundamentais da abordagem territorial ao Desenho da Paisagem, quer ao nível das áreas e corredores de conectividade ecológica como das estruturas de resiliência ao fogo.

A este nível, os corredores configuram estruturas lineares que se apresentam como elementos com funções específicas, que possibilitam a conexão e o controlo de fluxos na paisagem, promovendo o continuum naturale.

Neste âmbito estão integradas as Áreas e Corredores de Conetividade Ecológica que contemplam os corredores húmidos que são, no âmbito do presente PRGP, compostos pelos planos de água (albufeiras de barragens, charcas, lagos e lagoas interiores artificiais), pela vegetação ripícola existente e a criar, bem como pelas áreas afetadas ao perímetro de rega do Aproveitamento Hidráulico do Sotavento Algarvio e dos aproveitamentos hidroagrícolas de Mealha e Grainho.

Além destes corredores, fazem ainda parte desta componente os corredores secos que constituem as áreas definidas em torno das linhas de festo, contemplando os festos primários, secundários e terciários.

Englobam ainda outras áreas de conservação, onde se incluem as diversas áreas do SNAC, designadamente da Paisagem Protegida Local – Rocha da Pena, a Zona Especial de Conservação (ZEC) do Caldeirão (PTCON0057), a ZEC Barrocal (PTCON0049), a Zona de Proteção Especial (ZPE) Caldeirão (PTCON0057), o Sítio Ramsar – Ribeira do Vascão, o Corredor Ecológico definido no âmbito do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF - Algarve).

Nas macroestruturas da paisagem estão ainda integradas Outras Estruturas de Resiliência ao Fogo. Estas estruturas contemplam as Redes Primária e Secundária de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC), bem como as designadas Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis (AEGC). A rede secundária de faixas de gestão de combustíveis aqui presente, contempla a informação relativa à proteção e infraestruturas (rede viária e rede de transporte de energia elétrica) e a interface de áreas edificadas (aglomerados populacionais e edifícios em espaço rural).

No que se refere às Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis (AEGC), estas designam as áreas implantadas em locais estratégicos e com lógicas de gestão de combustíveis próprias, que visam a minimização dos efeitos e dimensão dos fogos rurais, condicionando o comportamento e propagação do fogo na paisagem e minimizando os seus impactos.

Nelas incluem-se os Mosaicos Agro-Silvo-Pastoris, os Mosaicos Agrícolas Heterogéneos e as áreas de Gestão de Matos.

#### 4.5 MACRO SISTEMAS DA PAISAGEM

A paisagem é formada por um conjunto de sistemas complexos inter-relacionados que abrangem vários tipos de usos e ocupações do solo, traduzindo estes as principais formas de aproveitamento do território e as aptidões do mesmo para determinadas funções.

Ao nível dos designados Macro sistemas que compõem a paisagem, os mesmos pretendem agrupar usos e ocupações propostas da mesma natureza ou complementares, sendo estes segmentados em: sistemas florestais, sistemas agrícolas, sistemas agroflorestais, sistemas de mosaicos agro-silvo-pastoris, pastagens, vegetação ripícola, espaços descobertos ou com pouca vegetação e matos.

Os macro sistemas da paisagem possuem uma relação direta com as tipologias da ocupação proposta que decorrem do cruzamento entre a Situação de Referência e os Fatores de Transformação que resultam no Desenho da Paisagem Proposta, conforme é descrito metodologicamente no capítulo 2.3 da PARTE II.

Desta forma, apresenta-se no Quadro 10 a relação entre os Macro sistemas da paisagem definidos e as tipologias de ocupação propostas que resultam do Desenho da Paisagem Proposta.

**Quadro 10 – Critérios de definição dos macro sistemas da paisagem e tipologias de ocupação propostas**

Macro sistemas da Paisagem		Tipologias de ocupação propostas
<b>Sistemas Florestais</b>	Sistemas Florestais de Conservação	Florestas de azinheira e Florestas de sobreiro (integradas em ZEC)
	Sistemas Florestais de Proteção	Florestas de azinheira, Florestas de pinheiro-manso e Mata de proteção
	Sistemas Florestais de Produção	Florestas de eucalipto, Florestas de pinheiro-bravo e Florestas de sobreiro
	Outras Áreas de Floresta (sem matos)	Florestas de outras folhosas
<b>Sistemas Agrícolas</b>		Mosaico agrícola heterogéneo e Agricultura

Macro sistemas da Paisagem		Tipologias de ocupação propostas
Sistemas Agroflorestais		Sistemas agroflorestais
Sistemas de Mosaicos Agro-Silvo-Pastoris		Mosaico agro-silvo-pastoril e Matos geridos
Pastagens		Pastagens
Vegetação Ripícola	Vegetação Ripícola Existente	Vegetação ripícola existente
	Vegetação Ripícola a Criar	Vegetação ripícola a criar
Espaços Descobertos ou com Pouca Vegetação	Áreas Rochosas ou de Vegetação Esparsa	Não aplicável
Matos		Matos
Macro sistemas Específicos da Paisagem		<b>Sistemas de Mosaicos Agro-Silvo-Pastoris</b> (Mosaico agro-silvo-pastoril e Matos geridos) e <b>Sistemas Agrícolas</b> (Mosaicos Agrícolas Heterogéneos)

No contexto dos Sistemas Florestais, estes são diferenciados entre Sistemas Florestais de Conservação que englobam áreas de Florestas de azinheira e Florestas de sobreiro integradas nas ZEC, Sistemas Florestais de Proteção que incluem as áreas de Florestas de azinheira (fora das ZEC), Florestas de pinheiro-manso e Mata de proteção (que resulta da reconversão de Florestas de espécies invasoras), Sistemas Florestais de Produção que contemplam as áreas de Florestas de eucalipto, Florestas de pinheiro-bravo e Florestas de sobreiro (fora das ZEC), assim como Outras Áreas de Floresta sem matos, que abrangem essencialmente as áreas de Florestas de outras folhosas que não foram identificadas como vegetação ripícola existente, conforme é descrito no subcapítulo 2.2 da PARTE II.

Nos Sistemas Agrícolas estão integradas as áreas de Agricultura existente a manter, bem como as áreas de Mosaico agrícola heterogéneo proposto (resultantes da reconversão de áreas de Matos com declives inferior a 30% e integrados em AEGC) e nos Sistemas Agroflorestais as ocupações referentes às superfícies agroflorestais (SAF).

Quanto aos Sistemas de Mosaicos Agro-Silvo-Pastoris, são parte integrante dos mesmos as áreas propostas como Mosaico agro-silvo-pastoril e de Matos geridos (Matos em áreas com declives superiores a 30%, dentro ou fora das ZEC e integrados ou não em AEGC e Matos em áreas com declives inferiores a 30% e integrados nas AEGC).

No que se refere aos restantes macro sistemas definidos, designadamente Pastagens, Vegetação ripícola existente, Vegetação ripícola a criar e Matos, integram as tipologias de ocupação propostas com a mesma designação, respetivamente.

A par destes macro sistemas descritos são ainda definidos Macro Sistemas Específicos da Paisagem, que englobam as áreas cuja transformação se considera mais relevante para os objetivos do PTP. Deste modo, foram integrados nestes os Sistemas de Mosaicos Agro-Silvo-Pastoris que incluem as tipologias de ocupação propostas de Mosaico agro-silvo-pastoril e de Matos geridos, bem como os Sistemas Agrícolas, embora neste se incluam apenas os Mosaicos agrícolas heterogêneos definidos.

#### **4.6 ELEMENTOS SINGULARES DA PAISAGEM**

Os Elementos Singulares traduzem o cariz identitário da paisagem, revelando um processo de humanização que introduziu elementos ou valores reconhecíveis como únicos ou com caráter particular de determinada região ou local.

No caso concreto da área do PRGP SC, estes elementos relacionam-se em grande medida com o património natural em presença e que estabelece a base identitária desta paisagem.

Nesta vertente destacam-se alguns Elementos de Interesse para o Território, tais como Pontos de Interesse que incluem miradouros (Alto da Ameixeira, Alto do Malhão, miradouro da Menta, miradouro do Bispo e Cabeça do Velho), parques (Rocha da Pena e Parque Temático da Serra do Caldeirão), estações da biodiversidade (Barranco do Velho, Cachopo e Ribeira de Alportel), pontos de observação de aves (Rocha da Pena, Barranco do Velho e Parizes), fontes/nascentes (Fonte Férrea de Cachopo e Alportel, Fontes dos Cravais, Fonte da Catraia, Fonte do Lagar, Fonte da Rata e Mina de Água) e barragens (Arimbo, Bico Alto, Menta, Barranco do Velho, Bengado, Grainho Montes Novos e afluente da Ribeirinha).

Do ponto de vista do património histórico-cultural destaca-se a presença de património arqueológico, monumentos megalíticos (Anta das Pedras Altas e Anta da Masmorra) e de património histórico de interesse local, tal como igrejas (Igreja de Santo Estevão e Igreja de Barranco do Velho), museus (Núcleo Museológico de Cachopo) e moinhos (Cabeça do Velho, Carneiros, Cachopo e Rocha da Pena).

Além destes, identificam-se ainda Outros Locais de Interesse, representados no contexto da área de intervenção pelas unidades de alojamento turístico existentes e por outros locais de interesse turístico, tais como pistas de desportos motorizados (Cortelha Motocross Circuit).

São ainda integrados nestes elementos singulares os Percursos de Interesse que englobam os percursos de carácter turístico, tais como percursos pedestres (Via Algarviana e outros percursos e trilhos de interesse local) e áreas de caminhadas (Barranco das Lajes, Lajes, Monte Capitães, Cortelha de Baixo e Masmorra).

Na figura seguinte encontra-se representado o Desenho da Paisagem Proposto para a área de intervenção do PRGP SC, que engloba as componentes fundamentais acima mencionadas, estando o mesmo em conformidade com o modelo de dados estabelecidos pela DGT (junho 2023).



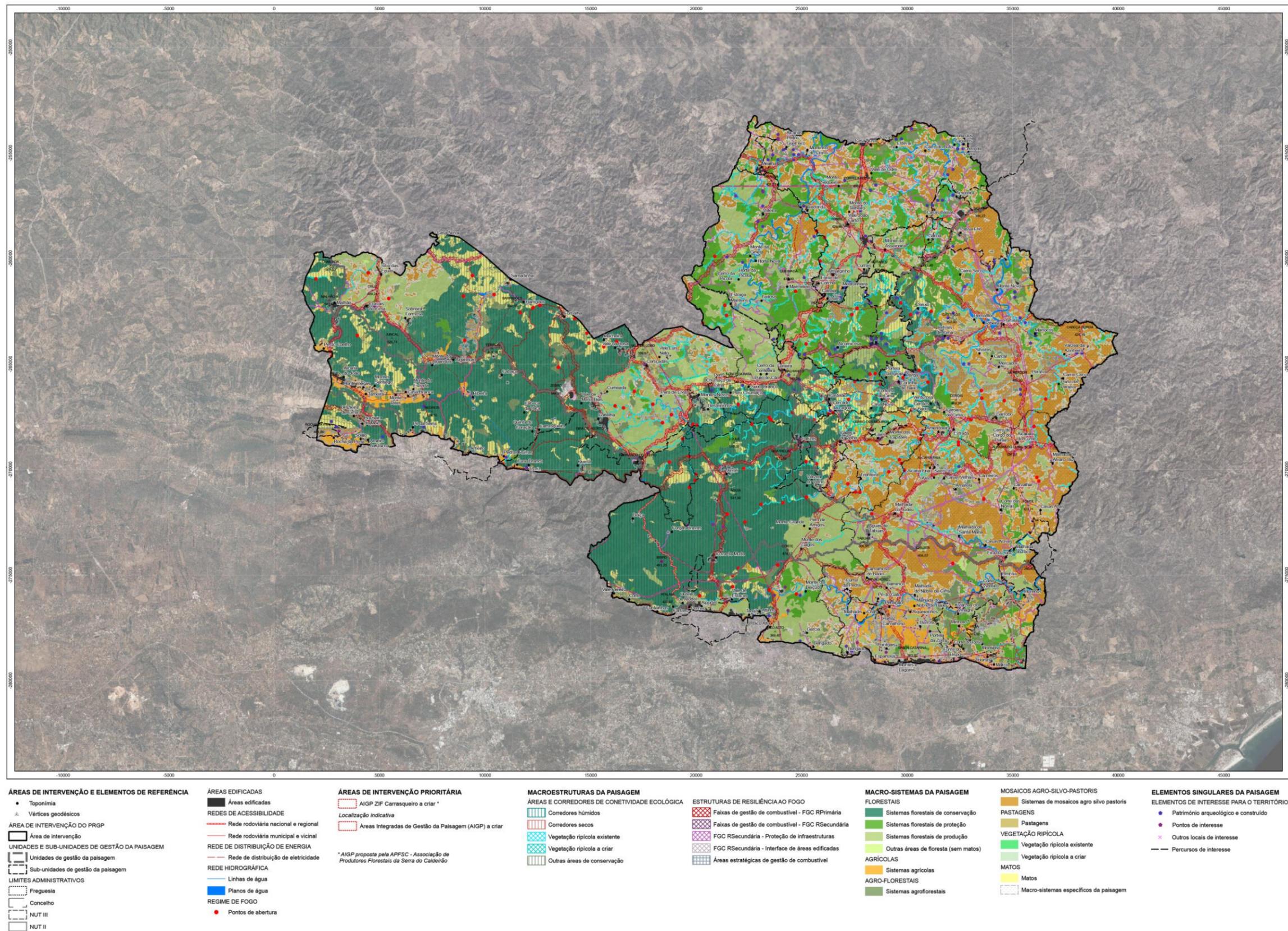


Figura 20 – Desenho da Paisagem Proposto para a área de intervenção do PRGP SC



# PARTE III – MATRIZ DE TRANSIÇÃO E VALORAÇÃO

---

## 1 MATRIZ DE TRANSIÇÃO

### 1.1 ALTERAÇÕES DE OCUPAÇÃO E REGIMES DE GESTÃO

O Desenho da Paisagem Proposto compreende, como já referido, um conjunto de Propostas Territoriais, onde se incluem as áreas afetadas à alteração do uso e ocupação atuais para novas ocupações, bem como a aplicação de regimes de gestão que, no seu conjunto, visam a transformação da paisagem preconizada para a área de intervenção do PRGP SC.

Estas propostas de estruturação e transformação da paisagem foram detalhadamente descritas no subcapítulo 3.2 referente às propostas territoriais e regimes de gestão, integrado na PARTE II – Desenho da Paisagem Proposto, do presente documento.

### 1.2 VALORAÇÃO MATRICIAL DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

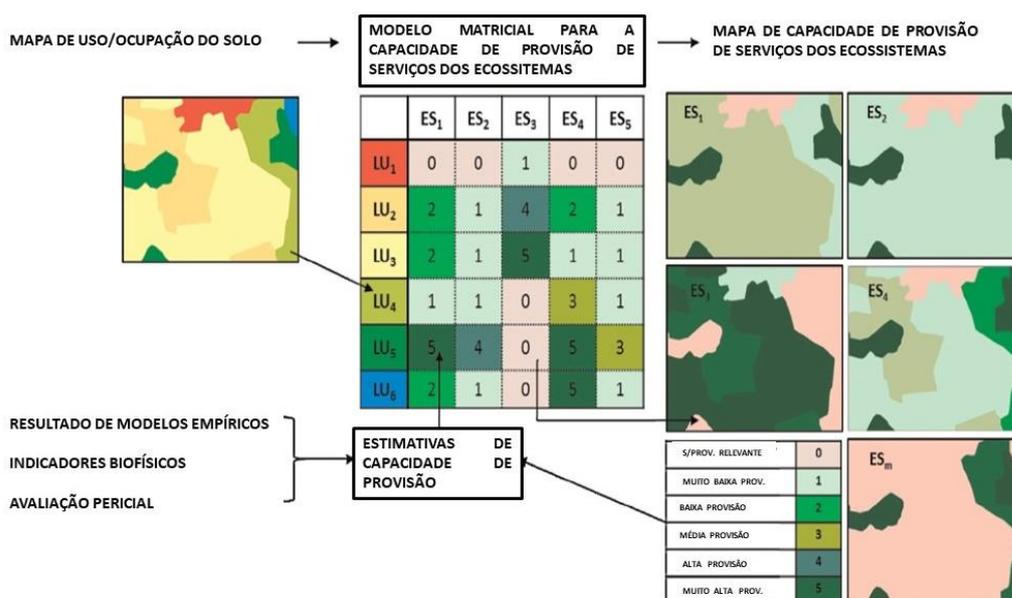
O mapeamento dos serviços dos ecossistemas é uma ferramenta essencial para suportar a determinação do potencial de provisão dos serviços dos ecossistemas (SE) do território, e assim avaliar as alterações associadas à transformação da paisagem, bem como para expressar o seu valor para os beneficiários desses serviços.

De acordo com o MAES (Erhard et al., 2016) o **potencial de provisão dos serviços dos ecossistemas** é a capacidade potencial de um ecossistema (ou área) para prestar serviços independentemente de serem utilizados ou não. Por sua vez, a **procura de serviços de ecossistema** é a quantidade de um determinado serviço desejado pelas pessoas por período temporal.

Neste trabalho são utilizadas diferentes metodologias para avaliar o potencial e a procura de serviços dos ecossistemas na área de intervenção, escolhidas de acordo com a natureza de cada serviço e ajustadas face à informação disponível e características do trabalho. Na seleção de SE a mapear e dos indicadores a utilizar foram tidas em conta as recomendações e indicadores sugeridos no documento “Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services – Indicators for ecosystem assessments under Action 5 of the EU Biodiversity Strategy to 2020 – 2nd Report” (Maes et al., 2015), bem como a disponibilidade de informação e a experiência da equipa de trabalho.

Têm vindo a ser desenvolvidas e aplicadas diversas abordagens e metodologias para mapeamento e avaliação de serviços dos ecossistemas. As metodologias mais simples, são baseadas no chamado ‘modelo matricial’ (Burkhard et al., 2009; 2012), que assenta na elaboração de uma matriz relacionando as diferentes categorias de ocupação do solo (ou outras categorias relevantes da paisagem), com o potencial de oferta dos vários SE que lhes está associado. Nesta matriz o potencial de cada classe considerada para fornecer os diversos SE é expressa numa escala entre 0 (sem potencial de provisão do serviço) e 5 (potencial de provisão muito elevado). Estes valores podem ser obtidos através de outras matrizes existentes na literatura, ou com base no conhecimento de especialistas, ou ainda utilizando indicadores biofísicos como base para a atribuição dos valores (Burkhard et al., 2012; Campagne et al., 2017; Jacobs et al., 2015; Lima et al., 2017).

Através do cruzamento dos valores desta matriz com a cartografia de ocupação do solo, e outra informação pertinente, para a área de intervenção é possível obter mapas com a distribuição da capacidade potencial de fornecer serviços dos ecossistemas no território associada a diferentes cenários de uso e gestão do território.



**Figura 21 – Abordagem matricial para mapeamento de Serviços dos Ecossistemas (adaptado de Jacobs et al., 2015)**

Outras metodologias de mapeamento de SE, preconizadas no MAES, incluem o mapeamento de um conjunto de indicadores relevantes (por exemplo, para o caso da biodiversidade), a modelação biofísica dos processos naturais (por exemplo, a produção de biomassa florestal, regulação hidrológica, controlo de erosão, ou o serviço de polinização), ou a representação espacial de valores observados (e.g. das taxas de visitação/utilização dos serviços), úteis sobretudo para o caso dos serviços culturais.

A avaliação biofísica utiliza um conjunto de indicadores considerados como proxies da capacidade de o território suportar a provisão de serviços de ecossistemas ou da sua utilização. A partir destes indicadores é possível produzir mapas com a distribuição espacial dos serviços dos ecossistemas.

Além do mapeamento do potencial de produção biofísica dos serviços dos ecossistemas do território, o mapeamento dos valores dos serviços dos ecossistemas (procura) também fornece informação relevante para a tomada de decisão. Neste caso, pode optar-se por mapear a distribuição do valor monetário do serviço (Schägner et al., 2013), ou outros valores, tais como a dependência das culturas do serviço de polinização (Fernandes et al, 2020), ou as taxas de visitação ou de apreciação dos serviços (Clemente et al., 2019; Ferraz et al, 2020).

A utilização de abordagens matriciais para mapeamento e avaliação de serviços dos ecossistemas é útil para se obter uma primeira aproximação da distribuição de SE numa determinada área, mas apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, o pressuposto de que a capacidade de um determinado território fornecer SE está unicamente dependente da ocupação do solo nem sempre é válido, ignorando, por exemplo, a influência da condição dos ecossistemas ou das práticas de gestão adotadas. A categorização efetuada no presente trabalho minimiza esta limitação, expandindo ou detalhando as regras de valoração de acordo com outras variáveis, sempre que pertinente. É o caso, por exemplo, da consideração dos declives para o caso do serviço de regularização hidrológica e controlo de erosão, ou da manutenção de populações e habitats.

Em segundo lugar, este tipo de abordagem ignora as dinâmicas espaciais e a conectividade do território: a capacidade de uma parcela fornecer determinados SE, como a polinização ou a conservação de espécies e habitats não é independente do que acontece nas parcelas adjacentes. Esta limitação é muito difícil de ultrapassar sem recurso a modelação das dinâmicas que operam na paisagem que está para além do âmbito deste trabalho, com exceção da dinâmica subjacente aos incêndios florestais que foi objeto de tratamento específico (c.f. capítulo 0 – Regime e Ecologia do Fogo).

### **1.2.1 CrITÉRIOS DE VALORAÇÃO MATRICIAL DOS SE**

O mapeamento dos SE selecionados foi realizado utilizando para cada serviço de ecossistema as metodologias/indicadores mais adequadas face à sua natureza e procurando tirar o máximo partido da informação disponível, adotando-se assim uma abordagem flexível e customizada, como sugerido em MAES (Maes et al., 2013). O Quadro 11 sintetiza a abordagem seguida para mapeamento dos serviços dos ecossistemas.

**Quadro 11 – Regras de valoração dos SE**

Serviços dos Ecossistemas	Regra de valoração dos SE
Plantas terrestres cultivadas para fins nutricionais	Agricultura: 5; Mosaico agrícola heterogêneo: 4; Mosaico agro-silvo-pastoril: 3; Superfícies agroflorestais: 1. Restantes ocupações: 0
Fibras e outros materiais de plantas cultivadas para uso ou processamento direto	Pontuações da matriz em função da ocupação do solo e do estado dos povoamentos na área de intervenção (ver matriz).
Animais criados para fins nutricionais	Pontuações da matriz em função da ocupação de solo. Ex: pastagens: 5 (ver matriz).
Plantas e cogumelos silvestres para nutrição	Pontuações da matriz em função da ocupação do solo. Ex: SAF, florestas de azinheira, pinheiro manso e sobreiro: 4; matos: 3 (ver matriz).
Animais silvestres para nutrição (caça)	Valoração segundo ocupação de solo (ver matriz).
Controle de erosão e regulação do ciclo hidrológico	O SE de controle de erosão é avaliado através da diferença do potencial de perda de solo associado a uma determinada ocupação, quando comparado com solo nú. A classificação foi efetuada de acordo com o fator C da USLE segundo Pimenta (1999) modificado por Laporta et al., (2021), associado a cada ocupação de solo, tomando ainda em conta os declives, conforme explicitado na matriz. Distinguem-se as situações de declives acima ou abaixo de 30%.
Proteção contra incêndios	Modelado separadamente com metodologia específica (ver capítulo 2.3.2 Regime e Ecologia do Fogo).
Polinização e dispersão de sementes	Foi tomado como indicador a média dos valores dos coeficientes de disponibilidade floral e adequação para nidificação de polinizadores para cada ocupação do solo definidos em Fernandes et al. 2020. Regra de classificação: $V < 0,2$ : 1; $0,2 \leq V < 0,4$ : 2; $0,4 \leq V < 0,6$ : 3; $0,6 \leq V < 0,8$ : 4; $V \geq 0,8$ : 5.
Manutenção de populações e habitats	Pontuações atribuídas com base no potencial associado a cada ocupação de solo, distinguindo entre áreas inseridas em ZECs, ou não (ver matriz).
Sequestro de carbono	Pontuações da matriz determinadas com base no stock de carbono total associado a cada ocupação do solo, de acordo com o Inventário Nacional de Emissões 2021 (APA).
Recreio e turismo de natureza	Valores da matriz de acordo com o potencial associado a cada classe de ocupação do solo na área de estudo.
Cultura e património	Valores da matriz de acordo com o potencial associado a cada classe de ocupação do solo na área de estudo.
Apreciação estética da paisagem	Ver matriz de valoração.
Características dos sistemas naturais que têm valor de existência ou legado	Ver matriz de valoração.

### 1.2.2 Valoração matricial dos SE

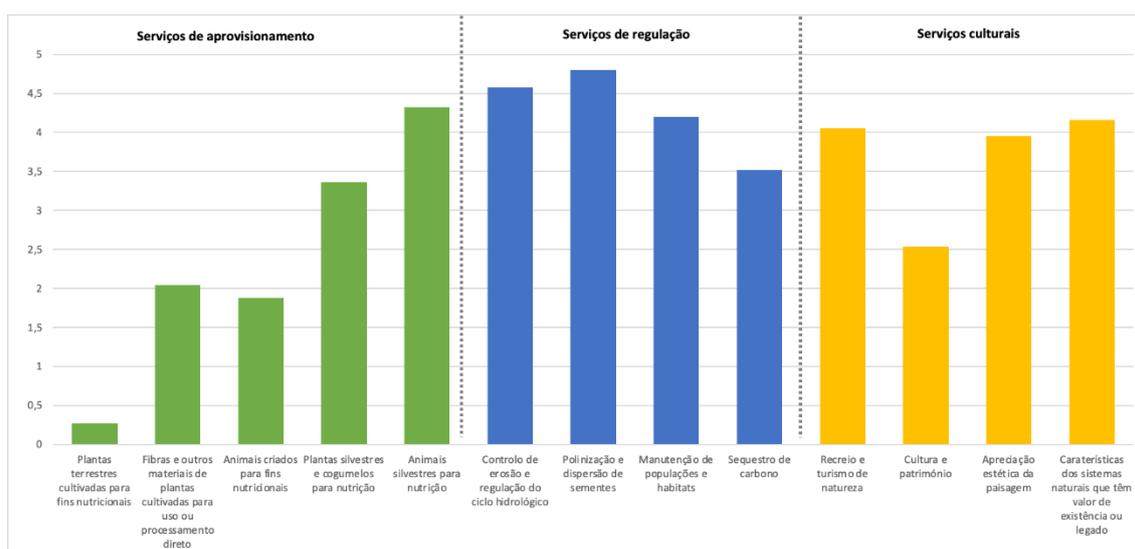
O Quadro 12 apresenta a matriz de valoração dos serviços dos ecossistemas elaborada com base nos critérios de valoração matricial indicados. Aplicando esta matriz de valoração ao território atual é

possível obter um mapeamento da distribuição espacial dos serviços dos ecossistemas no território para a situação de referência (atual).

**Quadro 12 – Matriz de valoração dos serviços dos ecossistemas para a situação de referência na área do PRGP SC**

Descrição	Plantas terrestres cultivadas para fins nutricionais	Fibras e outros materiais de plantas cultivadas para uso ou processamento direto	Animais criados para fins nutricionais	Plantas silvestres e cogumelos para nutrição	Animais silvestres para nutrição	Controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico (por classe de declive)		Polinização e dispersão de sementes	Manutenção de populações e habitats		Sequestro de carbono	Recreio e turismo de natureza	Cultura e património	Apreciação estética da paisagem	Características dos sistemas naturais que têm valor de existência ou legado
						<30%	≥30%		Fora da ZEC	Dentro da ZEC					
						Agricultura	5		0	2					
Áreas edificadas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	4	2	1
Florestas de azinheira	0	1	2	4	5	4	5	5	4	5	4	5	3	4	5
Florestas de espécies invasoras	0	1	0	1	3	3	4	4	2	2	4	1	1	1	0
Florestas de eucalipto	0	3	0	2	3	3	4	4	2	2	4	1	1	1	1
Florestas de outras folhosas	0	2	2	4	4	4	5	4	4	5	5	4	3	4	4
Florestas de pinheiro bravo	0	3	1	2	3	4	5	5	3	4	5	3	2	3	3
Florestas de pinheiro manso	0	3	1	4	3	4	5	5	3	4	4	4	2	4	3
Florestas de sobreiro	0	3	2	4	5	4	5	5	4	5	4	5	3	4	5
Massas de água artificiais	0	0	0	0	3	5	5	1	2	3	3	4	2	4	3
Massas de água naturais	0	0	0	0	3	5	5	2	4	5	3	4	2	5	4
Matos	0	1	2	3	4	4	5	5	4	5	3	3	2	4	4
Outros territórios artificializados	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	2	1
Pastagens	0	0	4	1	4	4	5	3	3	4	3	2	2	3	1
Superfícies agroflorestais (SAF)	1	2	3	4	5	3	4	5	4	5	3	4	3	5	4
Vegetação ripícola	0	0	0	0	4	5	5	4	4	5	3	4	2	5	4

A Figura 22 sintetiza a valoração do potencial médio do território para fornecer os diferentes serviços dos ecossistemas, que resulta da ponderação dos valores obtidos pela aplicação da matriz a cada polígono de acordo com a respetiva área.



**Figura 22 – Valoração do potencial de provisão de serviços dos ecossistemas na área de intervenção.**

Esta valoração demonstra a importância que os serviços de regulação, que não são normalmente valorizados pelos mercados (ou são apenas valorizados de forma insuficiente), assumem na área de intervenção, justificando a necessidade de uma política de remuneração dos serviços dos ecossistemas. Nos serviços de aprovisionamento destaca-se o serviço ‘animais silvestres para nutrição’, que reflete o potencial cinegético da área. Salienta-se também o elevado potencial de provisão de serviços culturais, associados sobretudo a atividades de recreio e turismo de natureza e apreciação estética da paisagem, que releva para a pertinência de uma estratégia de valorização do capital natural da área para apoio à socio-economia local, incluindo a atração de visitantes e a fixação de população.

### **1.3 AVALIAÇÃO DO IMPACTO NA VALORAÇÃO DOS SE E DA ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS**

#### **1.3.1 Impacto na valoração matricial dos SE**

A valoração dos SE para o cenário de transição positiva foi efetuada considerando as transformações de uso e ocupação de solo, bem como a aplicação dos regimes de gestão que consubstanciam a transformação da paisagem preconizada para a área de intervenção do PRGP SC. Por forma a avaliar o impacto destas transformações, foi elaborada uma nova matriz de valoração dos SE introduzindo as novas classes de ocupação de solo previstas na transformação, bem com o potencial efeito da aplicação dos regimes de gestão preconizados. No Quadro 13 apresenta-se a matriz de valoração dos SE para o cenário de transição positiva.

**Quadro 13 – Matriz de valoração dos serviços dos ecossistemas para o cenário de transição positiva na área do PRGP SC**

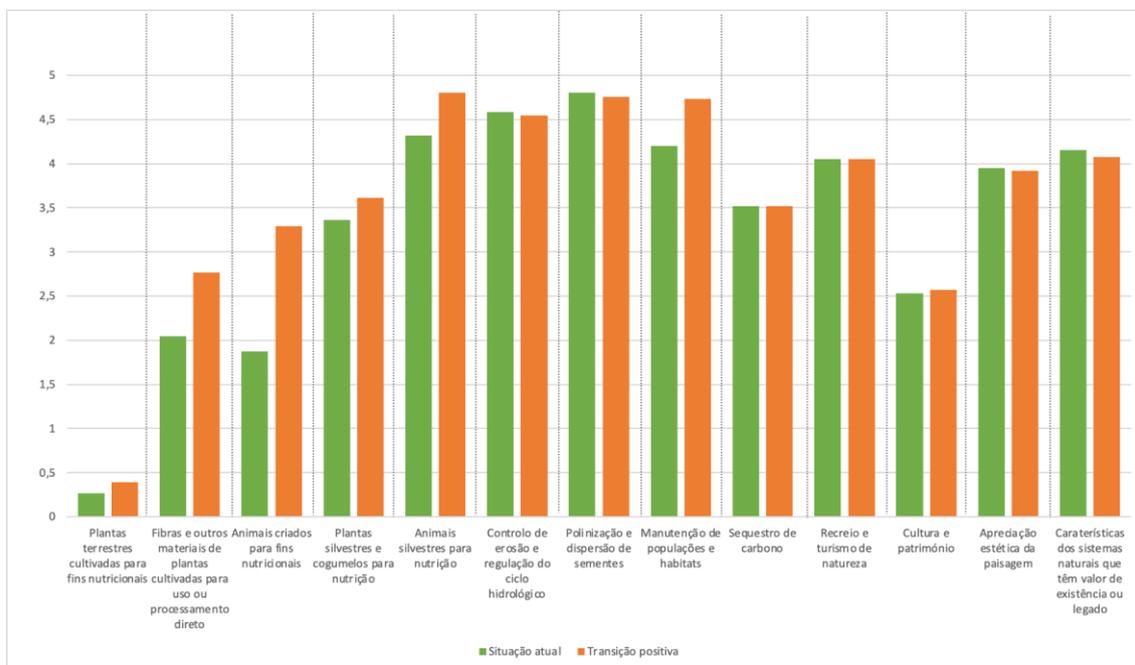
Descrição	Plantas terrestres cultivadas para fins nutricionais	Fibras e outros materiais de plantas cultivadas para uso ou processamento direto	Animais criados para fins nutricionais	Plantas silvestres e cogumelos para nutrição	Animais silvestres para nutrição	Controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico (por classe de declive)		Polinização e dispersão de sementes	Manutenção de populações e habitats		Sequestro de carbono	Recreio e turismo de natureza	Cultura e património	Apreciação estética da paisagem	Caraterísticas dos sistemas naturais que têm valor de existência ou legado
						<30%	≥30%		Fora da ZEC	Dentro da ZEC					
						Agricultura	5		0	2					
Áreas edificadas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	4	2	1
Florestas de azinheira	0	2	4	4	5	4	5	5	5	5	4	5	3	4	5
Florestas de espécies invasoras	0	1	0	1	3	3	4	4	2	2	4	1	1	1	0
Florestas de eucalipto	0	4	0	2	3	3	4	4	2	2	4	1	1	1	1
Florestas de outras folhosas	0	2	4	4	5	4	5	4	5	5	5	4	3	4	4
Florestas de pinheiro bravo	0	4	2	3	5	4	5	5	4	4	5	3	2	3	3
Florestas de pinheiro manso	0	5	3	4	5	4	5	5	4	4	4	4	2	4	3
Florestas de sobreiro	0	4	4	4	5	4	5	5	5	5	4	5	3	4	5
Massas de água artificiais	0	0	0	0	3	5	5	1	2	3	3	4	2	4	3
Massas de água naturais	0	0	0	0	3	5	5	2	4	5	3	4	2	5	4
Matos	0	1	4	4	5	4	5	5	5	5	3	3	2	4	4
Outros territórios artificializados	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	2	1
Pastagens	0	0	5	2	5	4	5	3	4	4	3	2	2	3	1
Superfícies agroflorestais (SAF)	1	3	4	4	5	3	4	5	5	5	3	4	3	5	4
Vegetação ripícola	0	0	0	0	4	5	5	4	5	5	3	4	2	5	4
Mosaico agrícola heterogéneo	4	0	4	3	5	3	4	4	5	5	2	3	3	3	1
Mosaico agro-silvo-pastoril	3	2	5	3	5	3	4	4	5	5	3	3	3	3	2
Matos geridos	0	1	2	4	5	4	5	5	5	5	3	3	2	4	4
Vegetação ripícola a criar	0	0	0	0	4	5	5	4	5	5	3	4	2	5	4
Mata de proteção	0	1	0	4	5	4	5	5	5	5	5	5	3	5	5

Nas plantas constantes do volume da Cartografia apresentam-se as plantas com o mapeamento dos serviços dos ecossistemas considerados na área de intervenção do PRGP SC para a situação atual e para o cenário de transição positiva, apresentando-se na Figura 23 a valoração média de cada um dos serviços dos ecossistemas para os dois casos.

As propostas do PRGP SC são concebidas para garantir um contributo generalizadamente positivo, e nalguns casos expressivo, em SE. Destaca-se o aumento potencial de SE de aprovisionamento, associado com a melhoria da vitalidade dos povoamentos de sobreiro e da produtividade do pinheiro manso, bem como o aumento do pastoreio e do potencial de aproveitamento cinegético, que irão contribuir para a dinamização da economia local, não comprometendo, ou até melhorando o potencial do território para fornecer outros SE. Destaca-se ainda o aumento esperado do potencial de manutenção de populações e habitats, associado à transformação de áreas degradadas e à gestão da conectividade e funcionalidade da paisagem, nomeadamente através da criação e melhoria das galerias ripícolas.

Algumas das transformações preconizadas podem conduzir a um menor potencial de provisão de determinados SE (e.g. transformação de matos para novas ocupações, designadamente mosaico

agrícola heterogêneo e mosaico agro-silvo-pastoril, que comparativamente com os matos possuem um menor potencial relativo para o controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico), mas essas reduções são muito pouco expressivas no contexto global da paisagem, e largamente compensadas pelas melhorias noutros serviços.



**Figura 23 – Valoração média dos SE para a situação atual e cenário de transição positiva**

### 1.3.2 Avaliação da estratégia de gestão de combustíveis

No processo de avaliação dos três cenários descritos anteriormente, considerámos os dois indicadores de comportamento do fogo que são determinantes no sucesso das equipas de supressão. Para cada cenário determinámos a percentagem de área com potencial para gerar propagações com intensidades superiores 4000 kW/m, condicionando o ataque direto a meios aéreos pesados sem sucesso garantido enquanto os meios terrestres apenas têm possibilidade de operar nos flancos e na cauda (Palheiro et al., 2006), e com velocidade superior a 0,6 km/m, que são fogos de propagação rápida ou muito rápida e que geralmente envolvem a copa das árvores, excetuando povoamentos com descontinuidade vertical acentuada (Fernandes & Palheiro, 2007). É relevante referir que, na área de intervenção deste PRGP, o fator meteorológico que determina a expansão do fogo em grandes extensões é o vento, e dessa forma a variação nas estimativas da velocidade de propagação são aquelas que importam reduzir mais. A estrutura dos matos dominantes (estevais) tende a perder alguma conetividade vertical com a idade, mas mantém continuidade horizontal nas copas.

### 1.3.2.1 Cenário Passivo

O cenário passivo resume-se praticamente a intervenções em estruturas lineares definidas previamente nos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios. A variação em relação à situação de referência (3,59% e 22,67% de área acima dos limiares para a intensidade linear da frente e para a velocidade de propagação, respetivamente) não é significativa. A área com intensidades superiores a 4000 kW/m reduziu para 3,59% e com velocidades de propagação acima de 0,6 km/h para 20,65%.

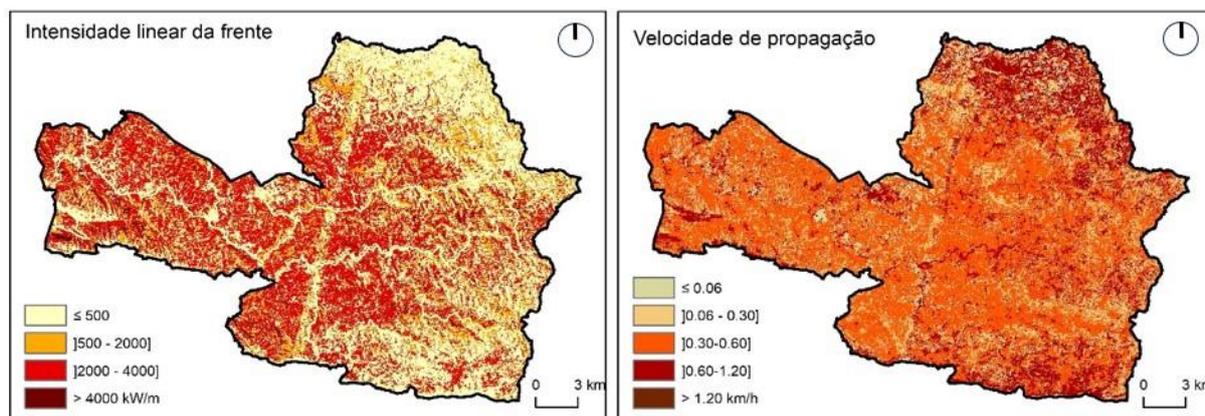
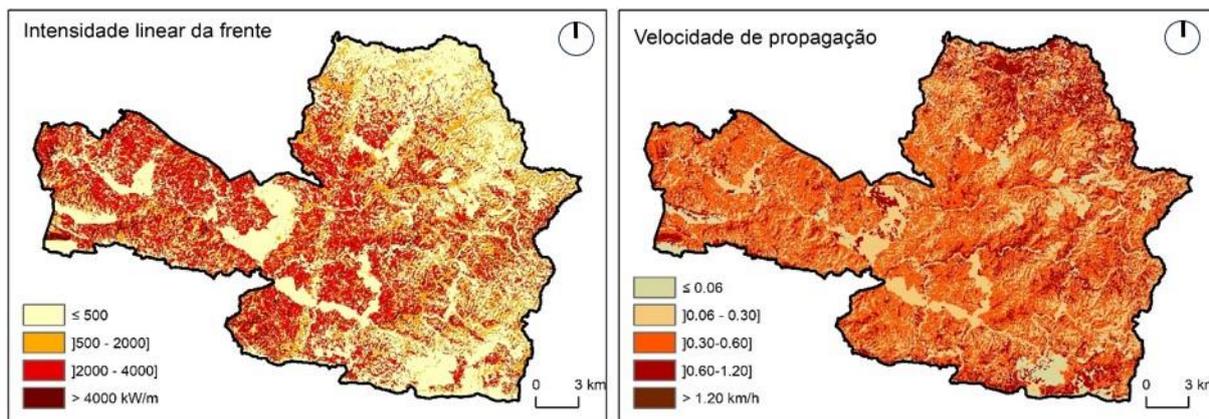


Figura 24 – Estimativa da intensidade linear da frente (à esquerda) e velocidade de propagação do fogo (à direita) para o Cenário Passivo

### 1.3.2.2 Cenário de Transição Positiva

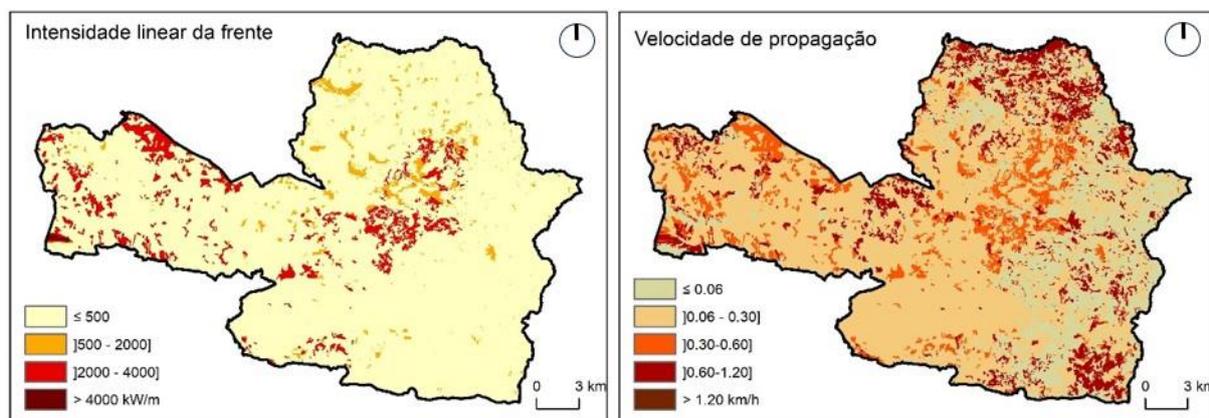
No cenário transição positiva já são visíveis algumas mudanças relevantes na distribuição dos indicadores. A área com intensidades superiores a 4000 kW/m reduziu para 2,03%, mas há uma diferença ainda mais substancial na percentagem de área cujas estimativas da velocidade de propagação se fixam acima de 0,6 km/h (17,30%). A disposição das áreas estratégicas permitiria ainda aumentar consideravelmente o número de oportunidades para os recursos de supressão.



**Figura 25 – Estimativa da intensidade linear da frente (à esquerda) e velocidade de propagação do fogo (à direita) para o Cenário de Transição Positiva**

### 1.3.2.3 Cenário Ideal

O cenário ideal é aquele onde as mudanças no comportamento do fogo são mais impactantes no comportamento do fogo. A área com estimativas da intensidade linear da frente superiores a 4000 kW/m reduziu para 0,17%, sendo de muito pequena dimensão e dispersas na área de intervenção do PRGP. A percentagem de área cujas estimativas da velocidade de propagação se fixam acima de 0,6 km/h, reduziu ainda de forma mais significativa, para 11,47%.



**Figura 26 – Estimativa da intensidade linear da frente (à esquerda) e velocidade de propagação do fogo (à direita) para o Cenário Ideal**

## **2 MATRIZ DE CUSTOS DE TRANSIÇÃO**

### **2.1 ESTIMATIVA E FASEAMENTO DOS CUSTOS**

O Quadro 14 apresenta a estimativa dos custos da transição para o Cenário de Transição Positiva por tipologias de ocupação e modalidades de financiamento (ver capítulo 2.2 - Quadro de Financiamento da PARTE III) no horizonte do PRGP SC (10 anos).

O Quadro 15 apresenta a discriminação dos custos unitários utilizados na estimativa dos custos da transição para o Cenário de Transição Positiva, por tipologias de ocupação e modalidades de financiamento. O faseamento geral dos custos pressupõe que os investimentos são realizados até o oitavo ano do projeto, prolongando-se os custos de manutenção pelo período de 10 anos após o investimento.



Quadro 14 - Estimativa dos custos da transição para o Cenário de Transição Positiva por tipologias de ocupação e modalidades de financiamento

Cod	Tipologias de Ocupação	Área (ha)	Cenário de Transição Positiva Tipologias de Transição	Modalidades de Financiamento				Total (€)
				FEADER/FA		FEADER/PRR/FA		
				Investimento (€)	Manutenção e Gestão (€)	Investimento (€)	Pagamentos incluindo dos SE (€)	
1	Agricultura integrada nas ZEC	333,2	ZEC	-	-	-	-	- €
2	Agricultura integrada nas ZEC e nas AEGC	312,3	ZEC + RG1	46 843,50 €	156 145,00 €	-	-	202 988,50 €
3	Agricultura fora das ZEC	998,1	Agricultura	-	-	-	698 698,00 €	698 698,00 €
4	Agricultura fora das ZEC e integrada nas AEGC	824,2	Agricultura	123 622,50 €	412 075,00 €	-	576 905,00 €	1 112 602,50 €
5	Agricultura + Vegetação ripícola a criar	52,8	Agricultura + RG6	10 560,00 €	10 560,00 €	-	47 520,00 €	68 640,00 €
6	Florestas de sobreiro integradas nas ZEC	13897,2	ZEC	-	-	-	-	- €
7	Florestas de sobreiro integradas nas ZEC e nas AEGC	1100,7	ZEC + RG1	165 105,00 €	550 350,00 €	-	-	715 455,00 €
9	Florestas de sobreiro fora das ZEC	8220,8	RG1 + RG2 + RG4 + RG5	2 425 147,80 €	4 110 420,00 €	452 146,20 €	10 111 633,20 €	17 099 347,20 €
10	Florestas de sobreiro fora das ZEC e integradas nas AEGC	1328,3	RG1 + RG2 + RG4 + RG5	391 836,70 €	664 130,00 €	73 054,30 €	1 633 759,80 €	2 762 780,80 €
13	Florestas de sobreiro + Vegetação ripícola a criar	168,4	RG1 + RG2 + RG4 + RG5 + RG6	83 377,80 €	117 908,00 €	9 264,20 €	207 181,20 €	417 731,20 €
15	Florestas de pinheiro manso integradas nas ZEC	1110,2	ZEC	-	-	-	-	- €
16	Florestas de pinheiro manso integradas nas ZEC e nas AEGC	48,8	ZEC + RG1	7 317,00 €	24 390,00 €	-	-	31 707,00 €
17	Florestas de pinheiro manso fora das ZEC	3201,3	RG1 + RG3 + RG4 + RG5	960 390,00 €	3 201 300,00 €	163 266,30 €	3 361 365,00 €	7 686 321,30 €
19	Florestas de pinheiro manso fora das ZEC e integradas nas AEGC	71,3	RG1 + RG3 + RG4 + RG5	35 635,00 €	85 524,00 €	3 634,77 €	74 833,50 €	199 627,27 €
20	Florestas de pinheiro manso + Vegetação ripícola a criar	20,1	RG1 + RG3 + RG4 + RG5 + RG6	10 040,00 €	24 096,00 €	1 024,08 €	21 084,00 €	56 244,08 €
22	Matos integrados nas ZEC	3457,1	ZEC	-	-	-	-	- €
23	Matos integrados nas ZEC e nas AEGC	642,7	ZEC + RG1	96 408,00 €	321 360,00 €	-	-	417 768,00 €
24	Matos fora das ZEC	11202,2	RG1 + RG4 + RG5	-	-	571 313,73 €	11 762 341,50 €	12 333 655,23 €
25	Matos fora das ZEC e integrados nas AEGC	825,9	RG1 + RG4 + RG5	-	-	42 118,35 €	867 142,50 €	909 260,85 €
26	Matos + Vegetação ripícola a criar	71,0	RG1 + RG4 + RG5 + RG6	14 200,00 €	14 200,00 €	3 621,00 €	74 550,00 €	106 571,00 €
27	Sistemas agroflorestais integrados nas ZEC	561,0	ZEC	-	-	-	-	- €
29	Sistemas agroflorestais integrados nas ZEC e nas AEGC	78,9	ZEC + RG1	11 835,00 €	39 450,00 €	-	-	51 285,00 €
30	Sistemas agroflorestais fora das ZEC	1407,0	RG1 + RG4 + RG5	-	-	71 757,00 €	1 477 350,00 €	1 549 107,00 €
31	Sistemas agroflorestais fora das ZEC e integrados AEGC	458,0	RG1 + RG4 + RG5	-	-	23 358,00 €	480 900,00 €	504 258,00 €
33	Sistemas agroflorestais + Vegetação ripícola a criar	16,8	RG1 + RG4 + RG5 + RG6	3 360,00 €	3 360,00 €	856,80 €	17 640,00 €	25 216,80 €
34	Vegetação ripícola a criar integrada nas ZEC	423,3	ZEC	-	-	-	-	- €
35	Vegetação ripícola a criar integrada nas ZEC e nas AEGC	19,8	ZEC + RG1	2 971,50 €	9 905,00 €	-	-	12 876,50 €
36	Vegetação ripícola a criar fora das ZEC	675,5	RG1 + RG6	-	135 094,00 €	-	-	135 094,00 €
37	Vegetação ripícola a criar fora das ZEC e integrada nas AEGC	80,1	RG1 + RG6	-	16 024,00 €	-	-	16 024,00 €
38	Florestas de azinheira integradas nas ZEC	186,1	ZEC	-	-	-	-	- €
39	Florestas de azinheira integradas nas ZEC e nas AEGC	18,6	ZEC + RG1	2 782,50 €	9 275,00 €	-	-	12 057,50 €
40	Florestas de azinheira fora das ZEC	1461,1	RG1 + RG4 + RG5	-	-	74 516,61 €	1 534 165,50 €	1 608 682,11 €
42	Florestas de azinheira fora das ZEC e integradas nas AEGC	91,7	RG1 + RG4 + RG5	-	-	4 677,72 €	96 306,00 €	100 983,72 €
43	Florestas de azinheira + Vegetação ripícola a criar	15,8	RG1 + RG4 + RG5 + RG6	3 152,00 €	3 152,00 €	803,76 €	16 548,00 €	23 655,76 €
44	Florestas de pinheiro bravo integradas nas ZEC	468,6	ZEC	-	-	-	-	- €
45	Florestas de pinheiro bravo integradas nas ZEC e nas AEGC	11,0	ZEC + RG1	1 650,00 €	5 500,00 €	-	-	7 150,00 €
46	Florestas de pinheiro bravo fora das ZEC	263,7	RG1 + RG4 + RG5	-	-	13 448,70 €	276 885,00 €	290 333,70 €
47	Florestas de pinheiro bravo fora das ZEC e integradas AEGC	17,4	RG1 + RG4 + RG5	-	-	886,38 €	18 249,00 €	19 135,38 €

Cod	Tipologias de Ocupação	Área (ha)	Cenário de Transição Positiva Tipologias de Transição	Modalidades de Financiamento				Total (€)
				FEADER/FA		FEADER/PRR/FA		
				Investimento (€)	Manutenção e Gestão (€)	Investimento (€)	Pagamentos incluindo dos SE (€)	
48	Florestas de pinheiro bravo + Vegetação ripícola a criar	1,8	RG1 + RG4 + RG5 + RG6	368,00 €	368,00 €	93,84 €	1 932,00 €	2 761,84 €
49	Florestas de eucalipto integradas nas ZEC	125,9	ZEC	-	-	-	-	- €
50	Florestas de eucalipto integradas nas ZEC e nas AEGC	3,3	ZEC + RG1	496,50 €	1 655,00 €	-	-	2 151,50 €
51	Florestas de eucalipto fora das ZEC	390,9	RG1 + RG4	-	-	19 933,35 €	410 392,50 €	430 325,85 €
52	Florestas de eucalipto fora das ZEC e integradas nas AEGC	24,9	RG1 + RG4	-	-	1 268,37 €	19 896,00 €	21 164,37 €
53	Florestas de eucalipto + Vegetação ripícola a criar	4,4	RG1 + RG4 + RG6	870,00 €	870,00 €	221,85 €	3 480,00 €	5 441,85 €
55	Pastagens integradas nas ZEC	64,1	ZEC	-	-	-	-	- €
57	Pastagens integradas nas ZEC e nas AEGC	42,8	ZEC + RG1	6 412,50 €	21 375,00 €	-	-	27 787,50 €
59	Pastagens fora das ZEC	281,7	RG1 + RG4 + RG5	-	-	14 365,17 €	295 753,50 €	310 118,67 €
60	Pastagens fora das ZEC e integradas nas AEGC	71,4	RG1 + RG4 + RG5	-	-	3 640,89 €	74 959,50 €	78 600,39 €
62	Pastagens + Vegetação ripícola a criar	5,0	RG1 + RG4 + RG5 + RG6	994,00 €	994,00 €	253,47 €	5 218,50 €	7 459,97 €
63	Florestas de outras folhosas integradas nas ZEC	114,8	ZEC	-	-	-	-	- €
64	Florestas de outras folhosas integradas nas ZEC e nas AEGC	0,3	ZEC + RG1	42,00 €	140,00 €	-	-	182,00 €
65	Florestas de outras folhosas fora das ZEC	194,7	RG1 + RG4 + RG5	-	-	9 931,23 €	204 466,50 €	214 397,73 €
67	Florestas de outras folhosas integradas fora das ZEC e integradas nas AEGC	9,8	RG1 + RG4 + RG5	-	-	501,33 €	10 321,50 €	10 822,83 €
71	Florestas de outras folhosas integradas + Vegetação ripícola a criar	0,8	RG1 + RG4 + RG5 + RG6	160,00 €	160,00 €	40,80 €	840,00 €	1 200,80 €
74	Florestas de espécies invasoras fora das ZEC	5,0	Mata de proteção	10 040,00 €	1 004,00 €	-	- €	11 044,00 €
<b>TOTAL das tipologias de transição com financiamento</b>		<b>34 741,1</b>		<b>4 415 617,30€</b>	<b>9 940 784,00 €</b>	<b>1 559 998,20 €</b>	<b>34 382 317,20 €</b>	<b>50 298 716,70 €</b>
TOTAL das tipologias de transição		55 482,2						

Nota: As tipologias de transição apresentadas no quadro decorrem das Propostas Territoriais, bem como da aplicação dos Regimes de Gestão que podem coexistir espacialmente.

**Quadro 15 - Custos unitários utilizados na estimativa dos custos da transição para o Cenário de Transição Positiva por tipologias de transição e modalidades de financiamento**

Cenário de Transição Positiva Tipologias de Transição	Modalidades de Financiamento							
	FEADER/FA		FEADER/PRR/FA		FEADER/FA		FEADER/PRR/FA	
	Investimento (€)	Manutenção e Gestão (€)	Investimento (€)	Pagamentos incluindo dos SE (€)	Investimento (€)	Manutenção e Gestão (€)	Investimento (€)	Pagamentos incluindo dos SE (€)
<b>ZEC</b>	Não aplicável							
<b>ZEC + RG1</b>	150	500	-	-	▪ Gestão de matos em 30% área com um custo de € 450/ha	▪ Manutenção da gestão de matos durante 10 anos a € 50/ha.ano	-	-
<b>Agricultura</b>	-	-	-	700	-	-	-	▪ PSE € 100/ha.ano em 70% da área
<b>Agricultura + RG6</b>	200	200	-	900	▪ Estabelecimento de galeria ripícola em 10% da área (€ 2.000/ha)	▪ Manutenção de galeria ripícola a € 200 /ha.ano durante 10 anos em 10% da área	-	▪ PSE € 100/ha.ano em 90% da área
<b>RG1 + RG2 + RG4 + RG5</b>	295	500	55	1230	▪ Intervenções no âmbito da fitossanidade e correção do solo a € 500/ha em 25% da área (€ 125/ha); ▪ Intervenções de condução da regeneração natural a € 220/ha em 50% da área (€ 110/ha); ▪ Gestão de matos a € 200/ha em 30% da área (€60/ha)	▪ Condução da regeneração natural e controlo do mato durante 10 anos a € 50/ha.ano.	▪ € 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha); ▪ € 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha); ▪ € 170.000 de estudos para a totalidade da área (55482 ha) aproximadamente €4/ha.	▪ Durante 10 anos: ▪ PSE € 100/ha.ano em 70% da área; ▪ Perda de rendimento povoamentos em 10% da área a €180/ha.ano (€ 18/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à silvopastorícia € 100/ha.ano em 25% da área (€25/ha.ano)
<b>RG1 + RG2 + RG4 + RG5 + RG6</b>	495	700	55	1230	▪ Intervenções no âmbito da fitossanidade e correção do solo a € 500/ha em 25% da área (€ 125/ha). ▪ Intervenções de condução da regeneração natural (€220/ha) em 50% da área (€ 110/ha) + gestão de matos em 30% da área € 200/ha ▪ Restabelecimento de galeria ripícola em 10% da área a € 2.000 /ha	▪ Durante 10 anos: ▪ Condução da regeneração natural e controlo do mato €50/ha.ano; ▪ Manutenção da galeria ripícola a 200/ha.ano em 10% da área.	▪ € 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha); ▪ € 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha); ▪ € 170.000 de estudos para a totalidade da área (55482 ha) aprox €4 /ha.	▪ Durante 10 anos: ▪ PSE € 100/ha.ano em 70% da área; ▪ Perda de rendimento povoamentos em 10% da área a €180/ha.ano (€ 18/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à silvopastorícia € 100/ha.ano em 25% da área (€25/ha.ano)
<b>RG1 + RG3 + RG4 + RG5</b>	300	1000	51	1050	▪ Melhoria de povoamentos a €600/ha em 50% da área (€ 300/ha)	▪ Manutenção a € 200 /ha.ano em 50% da área, durante 10 anos	▪ € 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha); ▪ € 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha)	▪ Durante 10 anos: ▪ PSE € 100/ha.ano em 70% da área; ▪ Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à silvopastorícia € 100/ha.ano em 25% da área (€25/ha.ano)
<b>RG1 + RG3 + RG4 + RG5 + RG6</b>	500	1200	51	1050	▪ Melhoria de povoamentos a €600/ha em 50% da área (€ 300/ha). ▪ Restabelecimento de galeria ripícola em 10% da área a € 2000/ha	▪ Durante 10 anos: ▪ Manutenção a € 200 /ha.ano em 50% da área; ▪ Manutenção da galeria ripícola a 200/ha.ano em 10% da área	▪ € 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha); ▪ € 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha)	▪ Durante 10 anos: ▪ PSE € 100/ha.ano em 70% da área; ▪ Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à silvopastorícia € 100/ha.ano em 25% da área (€25/ha.ano)
<b>RG1 + RG4 + RG5</b>	-	-	51	1050	-	-	▪ € 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha); ▪ € 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha)	▪ Durante 10 anos: ▪ PSE € 100/ha.ano em 70% da área; ▪ Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano); ▪ Pagamento apoio à silvopastorícia € 100/ha.ano em 25% da área (€25/ha.ano)

Cenário de Transição Positiva	Modalidades de Financiamento							
	FEADER/FA		FEADER/PRR/FA		FEADER/FA		FEADER/PRR/FA	
	Investimento (€)	Manutenção e Gestão (€)	Investimento (€)	Pagamentos incluindo dos SE (€)	Investimento (€)	Manutenção e Gestão (€)	Investimento (€)	Pagamentos incluindo dos SE (€)
<b>RG1 + RG4 + RG5 + RG6</b>	200	200	51	1050	<ul style="list-style-type: none"> <li>Restabelecimento de galeria ripícola em 10% da área a € 2.000/ha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção da galeria ripícola a € 200 /ha.ano em 10% da área, durante 10 anos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>€ 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha);</li> <li>€ 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Durante 10 anos:</li> <li>PSE € 100/ha.ano em 70% da área;</li> <li>Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano);</li> <li>Pagamento apoio à silvopastorícia € 100/ha.ano em 25% da área (€25/ha.ano)</li> </ul>
<b>RG1 + RG4</b>	-	-	51	800	-	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>€ 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha);</li> <li>€ 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Durante 10 anos:</li> <li>PSE € 100/ha.ano em 70% da área;</li> <li>Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano)</li> </ul>
<b>RG1 + RG4 + RG6</b>	200	200	51	800	<ul style="list-style-type: none"> <li>Restabelecimento de galeria ripícola em 10% da área a € 2.000/ha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção da galeria ripícola a 200/ha.ano em 10% da área, durante 10 anos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>€ 70.000 de investimento em silvopastorícia para unidades 500 ha em 25% da área (35€/ha);</li> <li>€ 495.000 de investimento na caça para 32.013 ha (de área de intervenção fora da ZEC) (16€/ha)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Durante 10 anos:</li> <li>PSE € 100/ha.ano em 70% da área;</li> <li>Pagamento apoio à gestão cinegética em 50% da área a 20€/ha.ano (€10/ha.ano)</li> </ul>
<b>RG1 + RG6</b>	-	200	-	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>Restabelecimento de galeria ripícola em 10% da área a € 2.000/ha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção da galeria ripícola a 200/ha.ano em 10% da área, durante 10 anos</li> </ul>	-	-
<b>Mata de proteção</b>	2000	200	-	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimento de mata de proteção em 10% da área (€ 2.000/ha)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção GR a € 200 /ha.ano durante 10 anos em 10% da área</li> </ul>	-	-

Na estimativa de custos não foram incluídos os custos com a Rede Primária de Gestão de Combustível nem os pagamentos Rede Natura, aplicáveis à Superfície Agrícola Utilizada dentro da ZEC Caldeirão, custos que não se encontram associados à transformação da paisagem, uma vez que dizem respeito a condicionantes previamente estabelecidas.

Conforme Quadro 14, estima-se para o cenário de Transição Positiva um custo global de € 50 298 717 para a transição, sendo € 5 975 616 (11,9%) correspondentes a Investimento, € 9 940 784 (19,8%) a Manutenção e Gestão de investimento pelo período de 10 anos e € 34 382 317 (68,4%) a Pagamentos associados a Regimes e à Remuneração dos SE.

**Quadro 16 - Custo da transição por tipologia de custo, por ha de área de intervenção e por ha.ano no horizonte do projeto**

	Área com Intervenção e financiamento		Área total do PRGP SC	
	Custo/ha	Custo/ha.ano	Custo/ha	Custo/ha.ano
Investimento	172,01 €	17,20 €	106,05 €	10,60 €
Manutenção	286,14 €	28,61 €	176,42 €	17,64 €
Pagamentos	989,68 €	98,97 €	610,18 €	61,02 €
<b>Total (€)</b>	1 447,83 €	<b>144,78 €</b>	892,64 €	<b>89,26 €</b>
<b>Total (ha)</b>	<b>34 741</b>		<b>56 348</b>	

Como indica o Quadro 16, o custo global da transição por ha.ano para a área não incluída na ZEC é estimado em € 89,3, durante o período de 10 anos, sendo o valor do mesmo custo unitário para a Área com Intervenção e Financiamento (34.741 ha) de € 144,8.

Os regimes de transição previstos – RG1 - Regime de Gestão de Combustíveis; RG2 - Regime de gestão dos povoamentos de sobreiro; RG3 - Regime de gestão dos povoamentos de pinheiro-manso; RG4 - Regime de Gestão Cinegética; RG5 - Regime Silvo-pastoril; RG6 - Regime de Gestão da Floresta Ripícola) – incidem transversalmente, em cada uma das macroestruturas e dos macro sistemas da paisagem, promovendo a adicionalidade na provisão dos serviços dos ecossistemas.

## 2.2 QUADRO DE FINANCIAMENTO

O financiamento das ações propostas no PRGP Serra do Caldeirão, designadamente a implementação dos regimes propostos para a transformação da paisagem que garanta a resiliência, a sustentabilidade e a valorização do território, deve enquadrar-se no disposto na **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 2/2022, de 7 de janeiro**, que adapta o Programa de Transformação da Paisagem (PTP) ao

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A RCM n.º 2/2022 aplica-se às medidas do PTP em curso à data da sua entrada em vigor (8 de janeiro de 2022), pelo que abrange as medidas propostas no PRGP Serra do Caldeirão.

A RCM n.º 2/2022 pretende introduzir ajustamentos para melhorar a eficiência dos mecanismos de operacionalização do PTP, e designadamente adaptar o **Modelo Multifundos** de apoios ao investimento, à manutenção e à gestão dos territórios abrangidos, ao previsto na componente C08 – Florestas do PRR, reforçando desta forma a capacidade de financiamento das transformações da paisagem propostas.

O Modelo de Financiamento Multifundos do PTP, incluindo os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) e as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), envolve, no atual período de programação comunitária, a **canalização de recursos financeiros provenientes de diferentes fontes de financiamento**, designadamente do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), do Fundo Ambiental (FA), do Fundo Florestal Permanente (FFP) e de outras fontes com origem em fundos da União Europeia. Estas fontes serão mobilizadas para os apoios aos investimentos, à manutenção e gestão e à remuneração dos serviços dos ecossistemas, de acordo com os modelos de gestão, as tipologias das operações e a dotação orçamental definidos no âmbito dos procedimentos de apoio financeiro previstos na lei. Por exemplo, as operações passam a poder beneficiar de apoios ao investimento por via do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) ou dos programas que lhe venham a suceder, e de apoios à manutenção, por via do Fundo Ambiental, desde que enquadrados com as normas dos respetivos avisos.

A remuneração de serviços de ecossistemas, além dos apoios ao investimento e à manutenção e gestão a médio prazo, constitui um elemento marcante da RCM n.º 2/2022 de 7 de janeiro, para impulsionar a transformação e gestão da paisagem, pretendendo-se desta forma reforçar os incentivos às entidades locais e proprietários e alinhar os seus interesses com os da sociedade. Estabelece-se expressamente que os PRGP visam, além da “valorização dos produtos da floresta, silvopastorícia, caça e pesca, da agricultura e do fomento das atividades de turismo, lazer e recreio”, suportar o modelo de transformação da paisagem na valorização dos serviços dos ecossistemas, o que está aliás traduzido nas propostas do PRGP SC. Contudo, **apenas as AIGP beneficiam de apoios à remuneração dos serviços dos ecossistemas**, como se referirá adiante, que deve tomar a forma de uma remuneração-base em função da área gerida, permitindo condições de remuneração estáveis e previsíveis a médio prazo.

Do ponto de vista conceptual, a RCM n.º 2/2022 de 7 de janeiro vem reconhecer expressamente a orientação defendida em Santos et al. (2019) que “(...) os espaços florestais e agroflorestais podem fornecer, para além dos produtos lenhosos e não-lenhosos transacionados nos mercados, muitos

outros contributos para o bem-estar da sociedade. Exemplos destes últimos contributos, relevantes numa perspetiva de curto, médio e longo prazos, são o controlo da erosão, a regulação do ciclo hidrológico, a conservação da biodiversidade, a redução da suscetibilidade ao fogo, a qualidade da paisagem, as oportunidades de recreio e lazer ou a identidade cultural. Todos estes contributos dos ecossistemas para o bem-estar humano, são enquadrados no conceito de serviços dos ecossistemas. Nesta designação incluem-se os designados serviços de aprovisionamento (e.g. produtos lenhosos e não lenhosos das florestas), que dizem respeito aos produtos extraídos dos ecossistemas, os serviços de regulação e manutenção, que se referem aos benefícios associados ao controlo dos processos naturais (e.g. controlo de erosão, regulação hidrológica) e os serviços culturais, que se relacionam com os benefícios não materiais dos ecossistemas (e.g. oportunidades de recreio, identidade cultural)”. Contudo, limita a aplicação da remuneração de serviços dos ecossistemas que não são valorizados nos mercados, ou apenas valorizados de forma insuficiente, e que simultaneamente contribuam para a facilitar a prevenção e combate de incêndios, apenas às AIGP.

Os apoios previstos no modelo de financiamento Multifundos enquadram-se nas seguintes tipologias:

1. Apoio às **ações de investimento**, incluindo, por exemplo, arborizações, rearborizações, beneficiações e aproveitamento da regeneração natural - serão financiadas pelo **FEADER**, respeitando as operações e regulamentos previstos nos programas financiados por este fundo. O nível de apoio varia de acordo com o tipo de operação, a tipologia dos beneficiários e a localização dos investimentos, favorecendo-se os projetos submetidos por entidades de gestão coletiva para intervenções com escala territorial relevante, nos territórios vulneráveis e em regiões de montanha. Deve ser considerada a **possibilidade de publicação de avisos dedicados**, com dotação específica, como previsto na RCM n.º 2/2022 de 7 de janeiro, para áreas alvo definidas no âmbito do PRGP Serra do Caldeirão ou de AIGP, que prevejam intervenções estruturais de reconversão da paisagem, como a criação de mosaicos. Os apoios ao investimento também podem ser atribuídos por via do **PRR**, nos termos aprovados nesse plano, ou de outras fontes de financiamento com origem em fundos da União Europeia. O **FA** pode complementar os apoios concedidos por outras fontes de financiamento, mas apenas para Operações Integradas de Gestão da Paisagem (**OIGP**) que não sejam apoiadas pelo PRR.
2. Apoios às **ações de manutenção e gestão**, em complemento com as operações de investimento - serão compensados, através de um pagamento anual, os custos de manutenção e gestão para os projetos de investimento aprovados no âmbito das operações florestais dos programas financiados pelo FEADER. Os apoios à manutenção e gestão serão financiados através do **FEADER** e **FA**.
3. Apoios à **gestão da paisagem e remuneração de serviços dos ecossistemas**: estes apoios serão suportados pelo **FA** e **destinam-se às explorações integradas nas AIGP** que não estejam a beneficiar diretamente de apoios à manutenção e gestão decorrentes das operações de investimento identificadas no ponto anterior, e que contribuam ativamente para a conservação da biodiversidade, redução da perigosidade de incêndio rural, controlo da erosão,

sequestro de carbono, regulação do ciclo hidrológico e melhoria da qualidade da paisagem. Nesta categoria incluem-se duas tipologias de apoios:

- a. **apoio a investimentos de reabilitação e regeneração** (e.g. reabilitação de construções tradicionais; instalação de redes de estacionamento de gado, aquisição de animais, manutenção de faixas de vegetação ribeirinha), com o valor dos apoios baseado em preços de mercado, e com condições e taxas de financiamento a serem definidas nos avisos a publicar;
- b. **pagamento anual de serviços de ecossistemas, abrangendo os custos de oportunidade** que resultam de perdas de rendimento potencial pela manutenção ou reconversão da ocupação e gestão do solo. **Este pagamento, que se concretiza através da celebração de contratos de gestão de longa duração (20 anos) com as entidades gestoras das AIGP**, inclui: a) as explorações agrícolas e silvopastoris, desde que em regime extensivo, de sequeiro, ou biológico; b) a criação de mosaicos; c) a manutenção e proteção de áreas ocupadas por espécies de elevado interesse natural e cultural (e.g. lince, lobo), designadamente espécies endémicas, culturas importantes para preservação da fauna ou espécies e habitats protegidos no âmbito da Rede Natura 2000. O acesso aos recursos financeiros do Fundo Ambiental será realizado através de processo concorrenciais dirigidos às entidades gestoras das AIGP, não estando definido na RCM n.º 2/2022 de 7 de janeiro o âmbito geográfico desses concursos. O estabelecimento de contratos de longa duração tem implícito a implementação de um plano de monitorização que permita realizar o acompanhamento da execução do contrato, assegurando o apoio técnico e a aplicação de sanções em caso de incumprimento, bem como a recolha de dados para avaliar os impactos nos serviços dos ecossistemas, permitindo corrigir e ajustar o que se mostrar necessário.

Em síntese, a articulação do PRR, através da publicação de avisos dedicados, com as principais fontes públicas de financiamento previstas (FEADER, FA) é fundamental, como revela da RCM n.º 2/2022 de 7 de janeiro, não excluindo o potencial papel do financiamento privado, nomeadamente através de fundos florestais.

Existem diversos fundos de investimento privados direcionados à floresta no norte da Europa que são geridos por sociedades de investimento (e.g. Norway Forest Fund). A maioria desses fundos não apresentam ligação direta com objetivos de política pública, limitando-se a procurar rentabilidade financeira no médio e longo prazo e a inserirem-se na perspetiva de favorecer o investimento socialmente responsável. Embora não exista evidência de investimento público nesta tipologia de fundos, alguns deles estão estruturados seguindo a lógica das limited partnerships, como é o caso do Sustainable Irish Forestry Fund na Irlanda.

Este tipo de estrutura pode ser utilizado por atores governamentais no cumprimento de metas de política pública em que o Estado se apresenta como investidor inicial, permitindo que outros investidores invistam como parceiros limitados em bases comerciais em projetos que também atendem aos objetivos das políticas. É assim possível ampliar o efeito económico dos investimentos iniciais por meio de investimento privado.

Por exemplo, a União Europeia tem desenvolvido instrumentos de financiamento alinhado com estas estruturas de parceria como os fundos de investimento de longo prazo (ELTIF), os fundos de capital de risco (EuVECA) e de Empreendedorismo Social (EuSEF). Em Portugal, já existem fundos de investimento ligados à floresta (e.g. Fundo Floresta Atlântica, Portuguese Forest Fund). Os fundos de investimento têm potencial para se constituírem como um mecanismo financeiro de apoio a projetos/iniciativas em linha com as políticas públicas definidas que utilizam esse fundo para financiarem projetos concretos.

O Fundo Ambiental (FA) tem um papel muito relevante no enquadramento que é dado pela RCM n.º 2/2022 de 7 de janeiro. O FA tem por finalidade “apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, (...), designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, (...) e à conservação da natureza e biodiversidade”, financiando entidades, atividades ou projetos que sirvam:

- i) a mitigação das alterações climáticas;
- ii) a adaptação às alterações climáticas;
- iii) o uso eficiente da água e a proteção dos recursos hídricos;
- iv) a prevenção e reparação de danos ambientais;
- v) a proteção e conservação da natureza e da biodiversidade.

No caso dos projetos desenvolvidos na Serra do Açor e no Parque Natural do Tejo Internacional, para teste de uma nova política de remuneração de serviços de ecossistemas em espaços rurais, o FA apoiou uma tipologia de ações que se enquadram nas suas finalidades e objetivos e que se encontra igualmente prevista no PRGP SC. Por outro lado, “O Fundo pode estabelecer mecanismos de articulação com outras entidades públicas e privadas, designadamente com outros fundos públicos ou privados nacionais, europeus ou internacionais, relacionados com o desenvolvimento de políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável”, o que sugere a possibilidade de uma intervenção articulada através do FA, mas utilizando de forma eficiente os fundos da PAC e de outras origens também relevantes.

Nesta conformidade, no caso do PRGP SC, o Fundo Ambiental poderá apoiar, nomeadamente:

- i) os custos decorrentes do modelo de governança;
- ii) os custos do programa de monitorização ambiental destinada a avaliar os efeitos na provisão de serviços dos ecossistemas;

- iii) os custos de intervenções nas AIGP, incluindo investimentos e pagamentos por serviços de ecossistemas, incluindo custos de oportunidade);
- iv) complementar financiamentos comunitários, nomeadamente dos assegurados através da PAC e do PRR.

A orientação da PAC para os objetivos ambientais, incluindo a ação climática, é hoje a mais pronunciada da já longa história desta política. Acresce que, pelo menos nos documentos comunitários, perpassa uma exigência de eficácia ambiental que deverá ser concretizada na programação realizada pelos Estados Membros, aos quais é conferida também uma maior flexibilidade na aplicação da política.

O PRGP SC concretizará, num território de dimensão relevante, um conjunto de objetivos ambientais da PAC. Assim, na primeira linha das opções para o financiamento estarão os fundos da política agrícola como previsto na RCM n.º 2/2022 de 7 de janeiro. Não sendo conhecidos os contornos definitivos das orientações para a aplicação dos fundos agrícolas no período 2021-2027, não é possível detalhar que intervenções do PRGP SC poderão ser alocadas às diferentes medidas, de modo a garantir a utilização eficaz e eficiente dos financiamentos disponíveis. Em concreto, a articulação dos pagamentos “Eco-regime” com os “Regimes Clima-ambiente” poderão, dependendo da interpretação nacional, ser virtuosamente combinados para obter efeitos ambientais com impacto mensurável. A obtenção de impactos para além da condicionalidade básica, essencial à elegibilidade para um conjunto alargado de pagamentos da PAC, pode ser evidenciada pela monitorização dos serviços dos ecossistemas e eventualmente reconhecida a priori em sede de programação.

# PARTE IV – DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO

## 1 DIRETRIZES E NORMAS PARA A PROMOÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

### 1.1 ENQUADRAMENTO DO PRGP SC NOS IGT EM VIGOR E SUA COMPATIBILIDADE

O PRGP SC constitui um programa setorial ao abrigo do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial – RJGT), e nos termos da legislação específica, Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho (regime jurídico da reconversão da paisagem – RJRP).

Atendendo ao papel que desempenham no quadro de interação coordenada no sistema de gestão territorial, o PRGP irá emanar diretrizes de planeamento e gestão que vincularão diretamente todas as entidades públicas, e direta e indiretamente os particulares, relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, como disposto no n.º 3 do Artigo 3.º do RJGT.

As orientações e diretrizes de planeamento e gestão estabelecidas no PRGP SC deverão ser desenvolvidas, concretizadas e programadas nos planos diretores municipais, no SGIFR e PROF, no RJARR e/ou nos PGF e nos instrumentos financeiros, nomeadamente no PEPAC e PR Algarve.

Neste sentido foi efetuado o enquadramento do PRGP SC nos instrumentos de gestão territorial (de âmbito nacional, regional e municipal) aplicáveis à sua área de intervenção, por forma a assegurar a articulação e compatibilização entre estes.

**Quadro 17 – Enquadramento do PRGP SC nos instrumentos de gestão territorial na área de intervenção**

INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL APLICÁVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO	
Instrumento	Enquadramento aplicável
<b>Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)</b> Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro	<p>O PNPOT encontra-se suportado em 5 grandes Desafios Territoriais subdivididos em 15 opções estratégicas de base territorial, de entre as quais têm aplicação da área do PRGP SC:</p> <p>D1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"><li>1.1. Valorizar o capital natural</li><li>1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano</li><li>1.3. Aumentar a resiliência socio ecológica</li></ul> <p>D2. Promover um sistema urbano policêntrico</p> <ul style="list-style-type: none"><li>2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna</li><li>2.3. Promover a qualidade urbana</li></ul>

INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL APLICÁVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO	
Instrumento	Enquadramento aplicável
	<p>D3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial</p> <p>3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral</p> <p>3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização</p> <p>D4. Reforçar a conectividade interna e externa</p> <p>4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica</p> <p>D5. Promover a governança territorial</p> <p>5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível</p> <p>5.2. Promover redes colaborativas de base territorial</p> <p>O Modelo Territorial do PNPOT, traduz a estratégia anterior, através dos seus 5 domínios territoriais – d1. natural, d2. social, d3. económico, d4. conectividade e d5. governança territorial, que enquadram as 50 medidas de política, de entre as quais tem aplicação na área do PRGP SC:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 1.1 Gerir o recurso água num clima em mudança</li> <li>▪ 1.2 Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício</li> <li>▪ 1.3 Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial</li> <li>▪ 1.4 Valorizar o território através da paisagem</li> <li>▪ 1.6 Ordenar e revitalizar os territórios da floresta</li> <li>▪ 1.7 Prevenir riscos e adaptar o território à mudança climática</li> <li>▪ 2.1 Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica</li> <li>▪ 3.1 Reforçar a competitividade da agricultura</li> <li>▪ 3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural</li> <li>▪ 3.3 Afirmar os ativos estratégicos turísticos nacionais</li> <li>▪ 3.4 Valorizar os ativos territoriais patrimoniais</li> <li>▪ 3.8 Desenvolver ecossistemas de inovação de base territorial</li> <li>▪ 3.11 Organizar o território para a economia circular</li> <li>▪ 3.12 Promover a competitividade da silvicultura</li> <li>▪ 4.2 Otimizar a conectividade ecológica nacional</li> <li>▪ 5.3 Potenciar e qualificar a cooperação territorial</li> <li>▪ 5.6 Reforçar as abordagens integradas de base territorial</li> <li>▪ 5.8 Fortalecer as articulações rurais-urbanas</li> <li>▪ 5.9 Dinamizar as articulações interurbanas e os subsistemas territoriais</li> </ul>
<p><b>Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007, de 3 de agosto</p>	<p>O PROTAL tem como objetivos estratégicos aplicáveis à área do PRGP SC:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Definir estratégias adequadas à diversidade territorial que ocorre na Região através de propostas diferenciadas que se adaptem à especificidade dos sítios, das áreas ou dos fenómenos emergentes;</li> <li>▪ Enquadrar a atividade turística como fator central de desenvolvimento, associado à necessária revitalização de outros sectores com menor dinâmica de crescimento;</li> <li>▪ Definir e articular, a nível regional, as políticas de proteção de áreas ecologicamente sensíveis, bem como dos recursos naturais e culturais indispensáveis à manutenção da identidade regional;</li> </ul>

## INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL APLICÁVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO

Instrumento	Enquadramento aplicável
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Articular o desenvolvimento urbano, habitacional e turístico, com a necessária proteção aos sistemas ecológicos regionais, com especial incidência nas áreas protegidas ou classificadas e no litoral</li> <li>▪ Definir orientações estratégicas para o espaço rural, integrando a proteção da natureza e da paisagem e a revitalização económica e social das áreas agroflorestais ou periféricas, dando suporte à melhoria das condições de vida da população.</li> </ul> <p>No que se refere ao Modelo Territorial (MT) do PROTAL, a área do PRGP SC insere-se nas unidades e subunidades homogéneas, que se apresentam, bem como as respetivas normas específicas de carácter territorial dispostas no diploma:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Baixo Guadiana:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Alcoutim/Martim-Longo                             <ul style="list-style-type: none"> <li>* Promoção de oferta de terrenos para fins habitacionais e turísticos, orientando a procura para a envolvente dos núcleos e aglomerados rurais existentes, podendo implicar o alargamento dos perímetros urbanos, incluindo a definição de espaços urbanos de baixa densidade;</li> </ul> </li> <li>– Castro Marim/Vila Real da Santo António                             <ul style="list-style-type: none"> <li>* Gestão florestal abrangendo a globalidade do território rural;</li> <li>* Orientação da construção para os núcleos e áreas rurais, com definição de perímetros em sede de PDM.</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>▪ <b>Serra</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Caldeirão                             <ul style="list-style-type: none"> <li>* Gestão agroflorestal, conciliando o aproveitamento económico e dos recursos existentes com as condicionantes de paisagem e dos valores ecológicos, das áreas da Rede Natura 2000;</li> <li>* Orientação da procura de edificação, independentemente da sua tipologia, para os núcleos e áreas rurais e suas envolventes próximas, com definição de perímetros urbanos em sede de PDM.</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul> <p>Ainda no MT do PROTAL, a área do PRGP SC incide sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ áreas de “ocupação turística” com “incidência preferencial”;</li> <li>▪ ao nível dos “Centros / Polós” surge a Freguesia de Cachopo; a área de influência do “aglomerado urbano de Loulé, São Brás de Alportel, Faro e Olhão; no eixo de articulação que liga “S. Bartolomeu de Messines – Alte - Nenafim, Salir, Martim Longo, ligações complementares existentes e propostas;</li> <li>▪ na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA).</li> </ul> <p>Em termos de ERPVA a área de intervenção abrange:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Áreas Nucleares</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Áreas Protegidas: Rocha da Pena (parcialmente);</li> <li>– Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial da Rede Natura 2000: Barrocal e Caldeirão.</li> </ul> </li> <li>▪ <b>Corredores Ecológicos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Guadiana</li> <li>– Meridional</li> </ul> </li> </ul> <p>O diploma preconiza no seu ponto 4.1 Normas Específicas de Caracter Setorial para a ERPVA.</p> <p>De entre os Programas Estratégicos/Medidas estabelecidos no diploma, importam destacar no âmbito do PRGP SC:</p>

**INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL APLICÁVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO**

Instrumento	Enquadramento aplicável
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PE 01 Pacto regional para a coesão social, qualificação e emprego                             <ul style="list-style-type: none"> <li>– - Apoio à formação de ativos e de jovens saídos do sistema de ensino</li> <li>– - Fomento da empregabilidade e promoção da inclusão social</li> </ul> </li> <li>▪ PE 03 Valorização e Requalificação Ambiental                             <ul style="list-style-type: none"> <li>– Discriminação positiva de áreas classificadas</li> <li>– Intervenções na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental</li> <li>– Fomento de energias renováveis</li> <li>– Ordenamento e valorização de zonas húmidas</li> </ul> </li> <li>▪ PE 09 Desenvolvimento sustentável das áreas de baixa densidade                             <ul style="list-style-type: none"> <li>– Desenvolvimento rural</li> <li>– Correção de assimetrias regionais</li> <li>– Valorização dos recursos endógenos para a fixação de população</li> <li>– Estímulo às iniciativas económicas e empresariais</li> </ul> </li> </ul> <p>Também no ponto 4.3 do mesmo diploma são estabelecidas Normas Complementares para a Gestão de Áreas Florestais.</p>
<p><b>Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho</p>	<p>O PSRN2000 tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios;</li> <li>▪ Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;</li> <li>▪ Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE;</li> <li>▪ Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação;</li> <li>▪ Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;</li> <li>▪ Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores;</li> <li>▪ Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.</li> </ul> <p>Para o Sítio Caldeirão (PTCON0057), atual Zona Especial de Conservação (ZEC) define as seguintes orientações de gestão “dirigidas prioritariamente para a conservação dos montados e recuperação de áreas de matagal mediterrânico, habitats que são igualmente importantes para a conservação de várias espécies da fauna:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhar as ações de ordenamento e gestão florestal, nomeadamente através de:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>– definição e implementação de modelos de uso múltiplo do montado, baseado em sistemas extensivos;</li> <li>– conservação das manchas florestais naturais mais desenvolvidas – azinhais, sobreirais e medronhais (condicionar cortes);</li> <li>– controlo da instalação de novos povoamentos florestais, no que respeita a localização (preservando montado e azinhais), dimensão, composição e infraestruturas de apoio (rede viária, corta-fogos, etc.), assim como a sua gestão futura; promoção da regeneração natural nos montados e bosques de sobre e azinho;</li> <li>– manutenção de faixas de matos, medida a compatibilizar com as ações necessárias à prevenção de incêndios florestais.</li> </ul> </li> </ul>

**INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL APLICÁVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO**

Instrumento	Enquadramento aplicável
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Deverá ser também assegurada a manutenção do mosaico silvo-pastoril e a utilização de boas práticas agrícolas, o que contribuirá para o aumento das populações de espécies-presa.</li> <li>▪ Importa igualmente ordenar a atividade cinegética, tendo em conta a preservação de áreas mais sensíveis.</li> </ul> <p>Para o Sítio Barrocal (PTCON0049), atual Zona Especial de Conservação (ZEC) define as seguintes orientações de gestão “dirigidas prioritariamente para a conservação dos afloramentos rochosos, das grutas e algares, dos matagais altos e matos baixos e prados calcícolas, assim como para a flora rupícola e ainda para várias espécies de morcegos que ocorrem nesta paisagem cársica”:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Para o efeito, é necessário acautelar os impactes de alterações de uso do território.</li> <li>▪ Importa assegurar o mosaico de habitats e manter a ocupação agro-silvo-pastoril extensiva, tendo presente a preservação dos afloramentos rochosos e ecossistemas rupícolas.</li> <li>▪ Necessidade de ordenar a expansão urbano-turística e a extração de inertes.</li> </ul> <p>Para o Sítio Barrocal (PTCON0049), atual Zona Especial de Conservação (ZEC) define as seguintes orientações de gestão “dirigidas prioritariamente para a conservação dos afloramentos rochosos, das grutas e algares, dos matagais altos e matos baixos e prados calcícolas, assim como para a flora rupícola e ainda para várias espécies de morcegos que ocorrem nesta paisagem cársica”:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Para o efeito, é necessário acautelar os impactes de alterações de uso do território.</li> <li>▪ Importa assegurar o mosaico de habitats e manter a ocupação agro-silvo-pastoril extensiva, tendo presente a preservação dos afloramentos rochosos e ecossistemas rupícolas.</li> <li>▪ Necessidade de ordenar a expansão urbano-turística e a extração de inertes.</li> </ul> <p>O PSRN2000 define ainda para cada uma destas áreas orientações de gestão com referência aos valores naturais.</p>
<p><b>Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF Algarve)</b></p> <p>Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro, com Declaração de Retificação n.º 12/2019, de 12 de abril</p>	<p>O PROF Algarve prossegue os objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;</li> <li>▪ Especialização do território;</li> <li>▪ Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;</li> <li>▪ Internacionalização e aumento do valor dos produtos;</li> <li>▪ Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;</li> <li>▪ Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.</li> </ul> <p>A área do PRGP SC abrange as Sub-regiões homogéneas (SRH):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Barrocal;</li> <li>▪ Nordeste;</li> <li>▪ Serra do Caldeirão.</li> </ul> <p>Na SRH Barrocal (Artigo 16.º) devem ser privilegiadas as funções gerais dos espaços florestais: de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; de produção; de silvo pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores. As normas de silvicultura a aplicar correspondem às normas das funções referidas.</p> <p>Nesta SRH devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Espécies a privilegiar (Grupo I): Alfarrobeira (<i>Ceratonia síliqua</i>); Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>); Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i>); Cipreste-da-califórnia (<i>Cupressus macrocarpa</i>); Cipreste-do-arizona (<i>Cupressus arizonica</i>); Pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>).</li> </ul>

**INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL APLICÁVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO**

Instrumento	Enquadramento aplicável
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Outras espécies a privilegiar (Grupo II): Carvalho-de-monchique (<i>Quercus canariensis</i>); Cerejeira -brava (<i>Prunus avium</i>); Choupos (<i>Populus spp.</i>); Cipreste-comum (<i>Cupressus sempervirens</i>); Freixos (<i>Fraxinus spp.</i>); Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>); Pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>); Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>); Sobreiro (<i>Quercus suber</i>); Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>).</li> </ul> <p>Na SRH Nordeste (Artigo 20.º) devem ser privilegiadas as funções gerais dos espaços florestais: de produção; de proteção; de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores. As normas de silvicultura a aplicar correspondem às normas das funções referidas.</p> <p>Nesta SRH devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Espécies a privilegiar (Grupo I): Alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>); Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>); Cipreste-do-arizona (<i>Cupressus arizonica</i>); Pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>);</li> <li>▪ Outras espécies a privilegiar (Grupo II): Carvalho-de-monchique (<i>Quercus canariensis</i>); Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i>); Cerejeira-brava (<i>Prunus avium</i>); Choupos (<i>Populus spp.</i>); Freixos (<i>Fraxinus spp.</i>); Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>); Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>); Pinheiro-de-alepo (<i>Pinus halepensis</i>); Sobreiro (<i>Quercus suber</i>); Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>).</li> </ul> <p>Na SRH Serra do Caldeirão (Artigo 23.º) devem ser privilegiadas as funções gerais dos espaços florestais: de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; de produção; de silvo pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores. As normas de silvicultura a aplicar correspondem às normas das funções referidas.</p> <p>Nesta SRH devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Espécies a privilegiar (Grupo I): Carvalho-de-monchique (<i>Quercus canariensis</i>); Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i>); Cerejeira -brava (<i>Prunus avium</i>); Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>); Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>); Sobreiro (<i>Quercus suber</i>); Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>).</li> <li>▪ Outras espécies a privilegiar (Grupo II): Alfarrobeira (<i>Ceratonia siliqua</i>); Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>); Cipreste-do-arizona (<i>Cupressus arizonica</i>); Pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>).</li> </ul>
<p><b>Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana – RH7 2016-2021 (PRGRH7)</b></p> <hr/> <p><b>Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve – RH8 (PRGRH8 2016-2021)</b></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro</p> <p>(Os planos atrás referidos correspondem ao 2.º Ciclo de planeamento (2016-2021), os</p>	<p>O PGRH7 tem como áreas temáticas, objetivos estratégicos (OE) e objetivos operacionais (OO) aplicáveis à área do PRGP SC:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Governança             <ul style="list-style-type: none"> <li>OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água                     <ul style="list-style-type: none"> <li>OO1.1 - Adequar e reforçar o modelo de organização institucional da gestão da água</li> <li>OO1.2 - Aprofundar e consolidar os exercícios de autoridade e de regulação da água</li> </ul> </li> <li>OE8 - Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais                     <ul style="list-style-type: none"> <li>OO8.1 - Assegurar a integração da política da água com as políticas setoriais</li> <li>OO8.2 - Assegurar a coordenação setorial da gestão da água na região hidrográfica</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>2. Qualidade da água             <ul style="list-style-type: none"> <li>OE2 - Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água                     <ul style="list-style-type: none"> <li>OO2.1 – Assegurar a existência de sistemas de classificação do estado adequados a todas as tipologias estabelecidas para cada categoria de massas de água</li> <li>OO2.2 – Atingir e manter o Bom estado das massas de água reduzindo ou eliminando os impactes através de uma gestão adequada das pressões</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>3. Quantidade de água</li> </ol>

**INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL APLICÁVEIS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO**

Instrumento	Enquadramento aplicável
<p>correspondentes ao 3.º Ciclo (2022-2027) já foram sujeitos ao período de discussão pública, encontrando-se a aguardar aprovação e publicação).</p>	<p>OE3 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras</p> <p>OO3.2 - Assegurar os níveis de garantia adequados a cada tipo de utilização minimizando situações de escassez de água através de um licenciamento eficiente e eficaz, de uma fiscalização persuasiva e do uso eficiente da água</p> <p>OO3.3 - Promover as boas práticas para um uso eficiente da água</p> <p>4. Investigação e conhecimento</p> <p>OE4 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos</p> <p>OO4.1 - Assegurar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água</p> <p>5. Gestão de riscos</p> <p>OE5 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água</p> <p>OO5.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição</p> <p>OO5.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação</p>
<p><b>Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM Loulé)</b></p> <p>Resolução de Conselho de Ministros n.º 81/1995, de 24 de agosto, com a 5.ª Alteração publicada pelo Aviso n.º 782/2022, de 13 de janeiro</p>	<p>O PDM Loulé tem por objetivos (Artigo 3.º) com importância para o PRGP SC:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover o desenvolvimento integrado do concelho, através da distribuição racional das atividades, da implementação de infraestruturas e de equipamentos e de uma política de solos que contribua para a resolução das carências habitacionais;</li> <li>▪ Proteção e gestão dos recursos naturais e culturais, com vista à melhoria de qualidade de vida das populações;</li> <li>▪ Valorizar:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– O turismo no interior do concelho;</li> <li>– A agricultura e pescas;</li> <li>– As áreas ecológicas mais sensíveis</li> </ul> </li> <li>▪ Garantir um futuro de qualidade para o concelho, através da defesa dos interesses dos municípios e agentes económicos.</li> </ul>
<p><b>Plano Diretor Municipal de São Brás de Alportel (PDM São Brás de Alportel)</b></p> <p>Resolução de Conselho de Ministros n.º 71/1995, de 19 de julho, com a 1.ª Alteração publicada pelo Aviso n.º 26039/2007, de 27 de dezembro, e a 1.ª Retificação publicada pelo Aviso 10012/2009, de 22 de maio</p>	<p>O PDM São Brás de Alportel tem por objetivos (Artigo 1.º) com importância para o PRGP SC:</p> <p><i>“...estabelecer as regras a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do território municipal e definir as normas gerais da gestão urbanística a utilizar na implementação do Plano, tendo em vista o desenvolvimento socioeconómico do concelho, a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população.”</i></p>
<p><b>Plano Diretor Municipal de Tavira (PDM Tavira)</b></p> <p>Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/1997, de 19 de junho, com a 4.ª Alteração publicada pela Declaração n.º 82/2021, de 28 de julho, e a Suspensão da Iniciativa do Município pelo Aviso 23798/2022, de 19 de dezembro</p>	<p>O PDM Tavira tem por objetivos (Artigo 1.º) com importância para o PRGP SC:</p> <p><i>“a) Concretizar uma política de ordenamento do território que garanta as condições para um desenvolvimento socioeconómico equilibrado;</i></p> <p><i>b) Definir princípios e regras de uso, ocupação e transformação do solo que consagrem uma utilização racional do espaço;</i></p> <p><i>c) Promover uma gestão criteriosa dos recursos naturais que assente na salvaguarda dos seus valores e na melhoria da qualidade de vida das populações;</i></p> <p><i>d) Compatibilizar as diversas intervenções sectoriais;”</i></p>

Considerando o carácter vinculativo do PRGP SC no que se refere às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, importa ainda analisar o conteúdo regulamentar e as restrições mais relevantes dispostas nos planos diretores municipais (PDM) dos concelhos abrangidos pela sua área de intervenção, tendo em vista a atualização ou adequação dos mesmos.

No Anexo II apresenta-se para cada classe e categoria de espaço estabelecido em cada PDM, os respetivos conteúdos regulamentares e restrições mais relevantes.

De uma forma geral, o PRGP SC procura a compatibilização com os demais IGT em vigor, enquadrando as políticas e as orientações constantes dos mesmos, definindo as normas e diretrizes para a transformação da paisagem a incorporar nos planos territoriais (em particular nos PDM), a transpor e aplicar nos programas territoriais (como o PROF Algarve e SGIFR) e para os instrumentos de financiamento elegíveis.

No que se refere ao PROTAL, as orientações gerais e específicas para as Unidades Ecológicas que compõem a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), integradas na área de intervenção do PRGP SC (Azinhais, Sobreirais e Castinçais; Bosques Ripícolas e Cursos de Água; Matagais e Medronhais; Matos; Pinhais (de pinheiro manso); e Prados e Formações Arvenses Naturais) foram consideradas e estão em linha com os objetivos e as propostas formuladas no presente Programa, bem como nas diretrizes e normas para a transformação da paisagem apresentadas no capítulo seguinte. Esta articulação tem particular relevância ao nível da conservação de habitats da flora e fauna, proteção dos recursos naturais (solo e água) e promoção de usos múltiplos (mosaico) que conduzam à valorização da paisagem e a redução do risco de incêndio rural. Além disso, as ações estabelecidas neste Programa, são ainda enquadradas na lógica das medidas de fomento que têm por base investimentos públicos e parcerias previstas no PROTAL.

No que se refere ao PROF Algarve, o PRGP SC incorpora na sua estratégia e no seu Desenho da Paisagem Proposto, as opções de ordenamento florestal, as aptidões florestais e as funções gerais dos espaços florestais, bem como as espécies florestais a privilegiar nas sub-regiões homogéneas “Barrocal”, “Nordeste” e “Serra do Caldeirão” integradas na área de intervenção do mesmo.

Desta forma, o PRGP SC não identifica alterações ao PROF Algarve decorrentes da sua proposta, definindo, no entanto, diretrizes de transposição deste programa para os PDM.

No que se refere aos PDM, o PRGP SC define as diretrizes a incorporar nestes instrumentos, por forma a auxiliar a integração dos macro sistemas da paisagem, definidos no Desenho da Paisagem Proposto, nos conteúdos regulamentares das diferentes categorias de espaço rústico (espaços agrícolas, florestais e naturais e paisagísticos), no que se refere à ocupação, uso e aproveitamento do solo.

## 1.2 DIRETRIZES E NORMAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

Atendendo os objetivos e ao papel que desempenha no quadro de interação coordenada no sistema de gestão territorial, deve o PRGP SC estabelecer as diretrizes e normas que irão vincular diretamente todas as entidades públicas, sem prejuízo de vincularem direta e imediatamente os particulares, relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, como disposto n.º 2 do Artigo 7.º do RJRP e no n.º 3 do Artigo 3.º do RJIGT.

Esse conteúdo normativo é estruturado segundo Diretrizes de Planeamento e Gestão que se dividem em:

### 1. Diretrizes de Planeamento e Gestão

- a) Diretrizes a incorporar nos Planos Diretores Municipais (PDM), associadas à transposição, intervenção e gestão das macroestruturas e macro sistemas da paisagem;
- b) Diretrizes de transposição/aplicação do PROF Algarve e do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR);
- c) Diretrizes a articular com o Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR) e os Planos de Gestão Florestal (PGF), quando existirem;
- d) Diretrizes para os Instrumentos de Financiamento.

### 2. Orientações para a transformação da paisagem.

### 1.2.1 Diretrizes de Planeamento e Gestão

O PRGP SC visa a transformação da paisagem através de ações que promovam a resiliência do território aos riscos de incêndio e que criem simultaneamente uma nova economia para o território de baixa densidade que abrange, definindo para tal as diretrizes a integrar nos processos de alteração e revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM) dos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira.

#### 1.2.1.1 Diretrizes a incorporar nos PDM

Considerando a Organização do Desenho da Paisagem Proposto do PRGP SC (macroestruturas e macro sistemas da paisagem) e as Áreas e Ações Prioritárias, sistematizam-se em seguida as principais diretrizes de importância estratégica para o reordenamento do solo rústico nos PDM, designadamente:

**D1.** As macroestruturas da paisagem definidas no Desenho da Paisagem do PRGP SC devem ser consideradas na planta de ordenamento dos PDM dos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e

Tavira, atribuindo-lhe uma qualificação do solo compatível com as funções de conectividade ecológica e/ou de resiliência ao fogo, conforme definido no PRGP SC. As áreas e corredores de conectividade ecológica preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SC devem também ser integradas nas respetivas Estruturas Ecológicas Municipais.

**D1.1.** Para as áreas e corredores da conectividade ecológica preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SC, o regulamento dos PDM deve contemplar para as categorias de solo rústico:

- A arborização de espécies nativas melhoradoras do solo (revoluções longas), bem como técnicas de engenharia natural, tendo em vista o controlo da erosão nas bacias hidrográficas, em particular nas zonas de cabeceira, encostas declivosas e na envolvimento de cursos de água de regime torrencial.
- A valorização da rede hidrográfica e a continuidade das galerias ripícolas associadas.

**D1.2.** Para as outras estruturas da paisagem associadas à resistência e resiliência ao fogo preconizadas no Desenho da Paisagem do PRGP SC, os PDM devem integrar as estratégias complementares da gestão dos regimes de fogo e as servidões associadas.

**D2.** Os macro sistemas definidos no Desenho da Paisagem e presentes na matriz de transição do PRGP SC devem ser considerados no conteúdo regulamentar das diferentes categorias de espaço do solo rústico dos PDM (em particular nos regimes de uso do solo aplicáveis aos espaços agrícolas, florestais e naturais e paisagísticos), adaptados à escala do planeamento municipal com base em critérios técnicos de maior detalhe (salvaguardando as especificidades territoriais e da paisagem, nomeadamente a utilização de muros de pedra seca ou sebes na limitação das parcelas, estruturas de valorização da paisagem e de descontinuidade à propagação do fogo, ou o património arquitetónico, p.e.).

**D2.1.** Para os sistemas florestais preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SC, os PDM devem integrar normas nas respetivas categorias de solo rústico (em particular para os espaços florestais) que garantam:

- Erradicação de florestas de espécies invasoras, transformando estas áreas em mata de proteção e contribuindo para o mosaico com áreas abertas.
- Melhoria da vitalidade e da produtividade dos povoamentos de quercíneas existentes.
- Transformação de florestas de pinheiro-bravo, no termo da sua exploração, em culturas permanentes nos locais compatíveis, quando implantadas em áreas com declives inferiores a 30%.
- Proteção de florestas de pinheiro-manso, assegurando as funções de proteção do solo e da água, permitindo a eventual diversificação produtiva.
- Promoção da gestão integrada das propriedades por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos.
- Gestão das populações de espécies cinegéticas, considerando o seu potencial na gestão de combustíveis.

**D2.2.** Para os sistemas agrícolas preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SC, os PDM devem para as categorias de solo rústico (em particular para os espaços agrícolas):

- Expandir as áreas de agricultura para áreas inseridas na Reserva Agrícola Nacional (RAN), para áreas contíguas a parcelas existentes e com potencial agrícola e para as áreas afetadas aos aproveitamentos hidroagrícolas;
- Potenciar a criação de mosaicos agrícolas heterogéneos, através da reconversão de áreas de matos com declives inferiores a 30% e integradas em Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis (AEGC);
- Promover a gestão integrada das propriedades por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos;
- Condicionar a expansão de culturas regadas de exploração intensiva.

**D2.3.** Para os sistemas de mosaicos agro-silvo-pastoris preconizados no Desenho da Paisagem do PRGP SC, os PDM devem para as categorias de solo rústico:

- Reconverter áreas de matos em mosaicos agro-silvo-pastoris, integradas em Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis (AEGC) e com potencial para tal;
- Reconverter áreas de matos com declive inferior a 30% em mosaicos agro-silvo-pastoris, constituídos por áreas heterogéneas de matos geridos, culturas permanentes e áreas abertas, contribuindo para o fomento da pecuária de pequenos ruminantes, sendo que esta reconversão deve privilegiar áreas com declive inferior a 20%;
- Manter as áreas de pastagens existentes e expandir as mesmas para áreas de matos com declive inferior a 30%, contribuindo para o fomento da pecuária de pequenos ruminantes;
- Instalar novas culturas em solos com melhor aptidão agrícola;
- Promoção da gestão integrada das propriedades por forma a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos.

- Gestão das populações de espécies cinegéticas, considerando o seu potencial na gestão de combustíveis.

**D2.4.** Para os macro sistemas específicos da paisagem preconizados no PRGP SC, os PDM devem, para as categorias de solo rústico, promover a constituição dos mosaicos agro-silvo-pastoris, dos mosaicos agrícolas heterogéneos e a gestão das áreas de matos mediante promoção de fogos controlados e/ou de gestão, pastoreio e cortes seletivos, contribuindo desta forma para a constituição do mosaico com áreas abertas.

**D2.5.** Os PDM devem ainda para as categorias de solo rústico:

- Garantir o reforço das galerias ripícolas existentes com espécies autóctones, o controlo da propagação de espécies invasoras e a constituição de galerias ripícolas ao longo dos corredores hídricos estruturantes.
- Revitalizar os aglomerados populacionais por forma a promover a dinamização do território e a fixação de pessoas.
- Controlar o crescimento do povoamento disperso, prevenindo a ocupação de áreas de elevado risco de fogos rurais.
- Estruturar a rede de percursos pedestres enquanto ativo turístico e económico, por forma a desenvolver atividades associadas ao turismo de natureza.
- Prever a recuperação e valorização do património arqueológico, histórico e natural.

**D3.** Nas áreas identificadas como gestão de matos integradas nas AEGC, os PDM devem prever o uso e transformação do solo rústico compatível com as funcionalidades associadas a sistemas culturais de resiliência ao fogo.

**D4.** Os PDM devem prever a regulamentação adequada à revitalização dos aglomerados urbanos como estruturas organizadoras da paisagem, dando resposta à ponderação do seu papel no sistema urbano municipal e à salvaguarda dos seus elementos singulares como fatores diferenciadores da paisagem.

**D5.** Os PDM devem acautelar a regulamentação de atividades admitidas em solo rústico de suporte à economia rural, permitindo a instalação de estruturas necessárias à recriação de mosaicos agro-silvo-pastoris, mosaicos agrícolas heterogéneos e mosaicos florestais, como abertura de pontos de água para acumulação de águas à superfície, a instalação de pequenas centrais de compostagem para aproveitamento dos resíduos florestais e produção de composto.

**D6.** Os PDM devem acautelar a regulamentação necessária, por forma a interditar o depósito de madeiras e outros produtos resultantes de exploração florestal ou agrícola, de outros materiais de

origem vegetal e de produtos altamente inflamáveis, no interior ou nos 20 m contíguos das faixas de gestão de combustível.

#### **1.2.1.2 Diretrizes de transposição/aplicação do PROF Algarve e SGIFR**

Atendendo ao papel do PRGP SC no reordenamento da paisagem rústica, em particular da ocupação e utilização dos espaços florestais, importa assegurar a sua articulação setorial e temática com o PROF Algarve e o SGIFR, designadamente:

**D7.** O PRGP SC orienta as Câmaras Municipais na transposição orientações do PROF Algarve para os PDM dos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira, devendo a qualificação do solo rústico identificar e salvaguardar mosaicos de usos.

**D7.1.** Os PDM devem assegurar nas categorias de solo rústico, as funções gerais a desenvolver nos espaços florestais e as espécies florestais a privilegiar nas sub-regiões homogéneas “Serra do Caldeirão”, “Barrocal” e “Nordeste” previstas no PROF Algarve, tal como considerado no Desenho da Paisagem Proposto do PRGP SC.

**D7.2.** As normas de silvicultura e gestão estabelecidas no PROF Algarve devem ser consideradas na disciplina de ocupação e utilização do solo rústico definida pelos PDM e nas atividades a desenvolver nestes espaços.

**D8.** O desenho da rede primária de Faixas de Gestão de Combustível, no que se refere à sua evolução ou afinamento, concretiza-se no âmbito do SGIFR atendendo aos objetivos do PRGP SC, designadamente no que se refere ao desempenho de resiliência ao fogo e das funções ecológicas da macroestrutura da paisagem.

**D9.** A área de intervenção das AEGC pode ser ajustada em função dos instrumentos do SGIFR, devendo os PDM de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira, prever usos compatíveis, privilegiando o uso agrícola, agro-silvo-pastoril e de pastagens ou áreas abertas que contribuam para a criação de descontinuidades e criação de orlas verde/verde.

#### **1.2.1.3 Diretrizes de articulação com o Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR) e os Planos de Gestão Florestal (PGF)**

A aplicação do PRGP SC deve estar articulada com o RJAAR e com os PGF, quando existirem, no que se refere às ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, devendo ser considerado que:

**D10.** Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, independentemente da dimensão da área de intervenção da ação e tendo em conta a arborização envolvente, deve garantir-se a descontinuidade nos povoamentos monoespecíficos e equiênicos, através da gestão dos cortes e de redes (faixas de gestão de combustível, rede divisional, usos do solo com baixa perigosidade de incêndio rural, linhas de água temporárias ou permanentes e respetivas faixas de proteção, entre outros).

**D11.** Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, deve igualmente garantir-se a identificação e intervenção adequada nos pontos de abertura de incêndio, numa área de raio mínimo de 125m (correspondente à largura mínima da rede primária), sendo que em cada intervenção no local deve ser avaliada em função da sensibilidade ou especificidade:

- a) Quando localizados exclusivamente em vales com habitats ripícolas, as intervenções a realizar incidem sobre a estrutura vertical dos combustíveis e no aumento da superfície com vegetação herbácea.
- b) Quando localizados em zonas de encosta, a intervenção visa a obtenção de um mosaico com as seguintes características:
  - i) mais de 30 % da superfície com vegetação herbácea;
  - ii) máximo de 30 % da superfície ocupada por matagal;
  - iii) máximo de 60 % da superfície ocupada com a soma das superfícies de matagal e povoamentos florestais deduzidos dos povoamentos de espécies ripícolas;
  - iv) no mínimo 50 % das orlas devem incluir zonas abertas.

**D12.** Nas áreas com declive superior a 25 % qualquer projeto de arborização ou rearborização deve assegurar a manutenção de zonas abertas, em mosaico, em pelo menos 15 % da superfície e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:

- a) Baseado em atividades como a silvo pastorícia e/ou gestão cinegética, desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível;
- b) Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação;
- c) Uma combinação eficaz das alíneas anteriores.

#### **1.2.1.4 Diretrizes para os Instrumentos de Financiamento**

Atendendo à execução do PRGP SC, no âmbito deste Programa são definidas diretrizes para alguns dos possíveis Instrumentos de Financiamento, tendo em vista orientar os financiamentos das ações nele preconizadas, designadamente:

**D13.** As operações apoiadas pelo PEPAC devem atribuir coeficientes de majoração nas áreas abrangidas pelo PRGP SC, incentivando as ações relativas ao aumento atividade agrícola, às boas práticas agrícolas e florestais, às ações de gestão ativa certificada do território, ao aumento da silvo pastorícia e da fileira agropecuária associada e às áreas de pastagens permanentes.

**D14.** As ações apoiadas pelo Programa Regional do Algarve devem atribuir coeficientes de majoração à valorização ambiental e gestão polivalente das áreas florestais, às ações de gestão ativa certificada do território e às intervenções nos aglomerados rústicos que contribuam para a valorização do património cultural como fator de desenvolvimento e dinamização económica.

**D15.** Os financiamentos que tenham lugar em solos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN), devem prever a discriminação de incentivos a conceder aos proprietários que promovam uma gestão ativa para a sua conservação e continuidade do desempenho das funções ecológicas.

### **1.2.2 Orientações para a transformação da paisagem**

Para além das diretrizes de planeamento e gestão foram ainda estabelecidas orientações para a transformação da paisagem que visam a gestão ativa do solo e são aplicáveis à totalidade da área do PRGP SC, podendo ser replicáveis à totalidade da unidade homogénea.

Estas orientações têm, para a área de intervenção, relação direta com práticas culturais a promover, ações de gestão da biomassa, ações de defesa contra incêndios, ações de gestão da propriedade, entre outras, passíveis de serem integradas em regulamentos administrativos nacionais e municipais e aplicáveis em decisões administrativas.

De seguida são sistematizadas as orientações para a transformação da paisagem estabelecidas no PRGP SC:

- O1.** Assegurar que a gestão do território da área do PRGP SC aplica os regimes de gestão preconizados no mesmo, nomeadamente o Regime de Gestão de Combustíveis, o Regime de Gestão dos Povoamentos de Sobreiro, o Regime de Gestão dos Povoamentos de Pinheiro-Manso, o Regime de Gestão Cinegética, o Regime Silvo-Pastoril e o Regime de Gestão da Floresta Ripícola.
- O2.** Valorizar o património natural e cultural enquanto ativo territorial e produto turístico, garantindo a execução e cumprimentos das normas de gestão aplicáveis (Plano de Gestão das ZEC Caldeirão e Barrocal e da ZPE Caldeirão).
- O3.** Valorizar os produtos endógenos e tradicionais (cortiça, medronho, mel, alfarroba, etc.) e promover a cerâmica de construção tradicional, viabilizando a sua dinamização através de apoios e subsídios a atividades económicas de pequena escala.

- O4.** Recuperar e valorizar o património histórico e cultural, tendo em vista a sua visitação e usufruto.
- O5.** Incrementar e apoiar as atividades turísticas (turismo de natureza, cinegético, científico e criativos e das atividades desportivas), tradicionais e gastronómicas.
- O6.** Estruturar a rede de rotas pedestres existentes, enquanto ativo turístico e económico a promover e valorizar.
- O7.** Estruturar e melhorar a oferta de produtos turísticos, apostando na sua divulgação.
- O8.** Promover o regime silvo-pastoril através de incentivos ao investimento, manutenção da atividade e remuneração de serviços dos ecossistemas.
- O9.** Promover ações de capacitação em técnicas de silvo-pastorícia (prevenção dos fogos rurais, produção pecuária e pastoreio e proteção da regeneração do sobreiro, azinheira e espécies arbóreas ripícolas, assim como de matos compostos por vegetação autóctone, essenciais à manutenção da biodiversidade).
- O10.** Apoiar a gestão de populações cinegéticas, em particular do veado, do coelho-bravo pela necessidade de fomento da população do lince-ibérico e do javali pela necessidade de controlo da população cinegética.
- O11.** Promover ações de capacitação nas formas de aproveitamento e gestão da biomassa.
- O12.** Promover incentivos junto das entidades gestoras e proprietários para aproveitamento e gestão da biomassa.
- O13.** Promover a articulação com as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) existentes no território, para a melhoria da gestão e valorização da floresta.
- O14.** Revitalizar e expandir mosaicos agrícolas heterogéneos, promovendo a diversidade de usos em função, em áreas com potencial agrícola.
- O15.** Realizar intervenções no terreno, incorporando as Faixas de Gestão de Combustível e Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis estabelecidas de acordo com o enquadramento dado pelo Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro (Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais), garantindo a gestão ativa das mesmas, nomeadamente no que se refere às redes de defesa e ao uso do fogo.
- O16.** Promover a capacitação das entidades gestoras e dos proprietários na operacionalização do regime de gestão do fogo, para a sua efetiva articulação, no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e com o ICNF na concretização das ações previstas.
- O17.** Promover ações de capacitação e de sensibilização das entidades gestoras e proprietários de parcelas confinantes para as vantagens do emparcelamento.
- O18.** Promover incentivos junto das entidades gestoras e proprietários para as ações de gestão agregadas das propriedades rústicas.
- O19.** Promover o restauro ecológico e a continuidade das galerias ripícolas, utilizando nas novas plantações espécies autóctones conforme previsto no PROF Algarve.
- O20.** Controlar a presença e propagação de espécies exóticas e espécies invasoras em galerias ripícolas e núcleos arbóreos e arbustivos.

# PARTE V - ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

---

## 1 ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

### 1.1 ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)

As Áreas Integradas de Gestão de Paisagem (AIGP), integram no contexto dos PRGP, as Áreas de Intervenção Prioritária, definindo as primeiras, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020 de 24 de junho, na sua redação atual, um modelo de gestão agrupada dirigido a contextos microterritórios específicos, operacionalizado através de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP).

Estas visam aumentar a dimensão da área florestal e agrícola gerida, de modo a alcançar uma escala que promova a resiliência aos fogos rurais e a valorização do capital natural, criando condições necessárias ao desenvolvimento e execução das OIGP.

O modelo das AIGP é orientado para comunidades locais concretas, dado que a sua constituição depende da mobilização e da iniciativa local, sendo o envolvimento dos interlocutores locais nestes contextos rurais despovoados e envelhecidos, um fator determinante para credibilizar e convencer os proprietários a aderirem a modelos de gestão coletiva. Além disso, as AIGP terão um papel fundamental na implantação e operacionalização do conteúdo do presente Programa no terreno.

As AIGP são preferencialmente inseridas nos PRGP, com escala adequada para uma gestão ativa e racional, contando com financiamentos à constituição e funcionamento das entidades responsáveis pela administração e gestão das AIGP, mediante a celebração de contratos-programa.

A disponibilização de instrumentos financeiros surge assim como elemento diferenciador do modelo das AIGP, por forma a garantir rentabilidades previsíveis e estáveis a médio prazo, incluindo estes apoios a curto prazo, o financiamento à constituição e funcionamento das entidades responsáveis pela administração e gestão das AIGP, mediante a celebração de contratos-programa.

As propostas de AIGP a integrar no PRGP decorrerão assim da conjunção dos seguintes critérios:

- i Identificação de iniciativas locais de mobilização de produtores e proprietários;
- ii Identificação de entidades gestoras;
- iii Maximização da utilidade para o reordenamento proposto, tendo em atenção a prioridade das ações e das UGP abrangidas;

iv Maximização da utilidade para o reordenamento proposto, coordenando o lançamento da OIGP com o cronograma do PRGP.

Na área do PRGP SC não existem de momento AIGP constituídas. No entanto, foi contemplada a proposta de criação da AIGP ZIF Carrasqueiro, no concelho de Loulé, apresentada pela APFSC – Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão. Além desta proposta, foram ainda apontadas duas localizações possíveis para o posicionamento dessas AIGP a constituir.

A AIGP ZIF Carrasqueiro possui uma área aproximada de 1.080 ha, parcialmente integrada nas UGP 1 e 4, será localizada entre as povoações de Fornalha, Cabeça da Vaca e Carrasqueiro (concelho de Loulé), abrangendo áreas de Matos, Florestas de sobreiro e Superfícies Agroflorestais (SAF).

Relativamente às restantes AIGP a criar, a seleção das suas localizações potenciais, prende-se com o facto de serem locais com maior presença humana no contexto da AI e, por isso, com maior potencial para a dinamização do território, e de conseguirem abranger e refletir as várias particularidades do carácter desta paisagem, considerando para isso as UGP em presença.

A AIGP denominada **AIGP A**, integrada na UGP 2a e 2b, poderá vir a localizar-se na envolvente da aldeia de Cachopo (concelho de Tavira), abrangendo uma maior diversidade de ocupações do solo, tais como Matos, Florestas de sobreiro, Florestas de pinheiro manso e Agricultura, que permitiriam englobar um maior número de intervenções a serem levadas a cabo no âmbito das OIGP, designadamente no que respeita à constituição de mosaicos agrícola heterogéneos e agro-silvo-pastoris.

A AIGP denominada **AIGP B**, integrada na UGP 3, poderá vir a localizar-se na envolventes das aldeias de Parizes, Cabanas e Lajes (concelho de São Brás de Alportel), abrangendo aqui essencialmente área de Matos e Florestas de sobreiro.

Nestas áreas selecionadas para a constituição de AIGP, o Programa concretizará as OIGP nos termos do Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, definindo, no espaço e no tempo, as intervenções de transformação da paisagem de reconversão de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operativo, os recursos financeiros e o sistema de gestão e de monitorização a implementar.

Dessa forma, as AIGP constituirão áreas de teste para a aplicação das orientações estratégicas e das ações práticas estabelecidas no presente Programa, em virtude das especificidades territoriais das UGP definidas.

Na figura seguinte são apresentadas as localizações das áreas estabelecidas como potenciais para a criação das AIGP mencionadas.

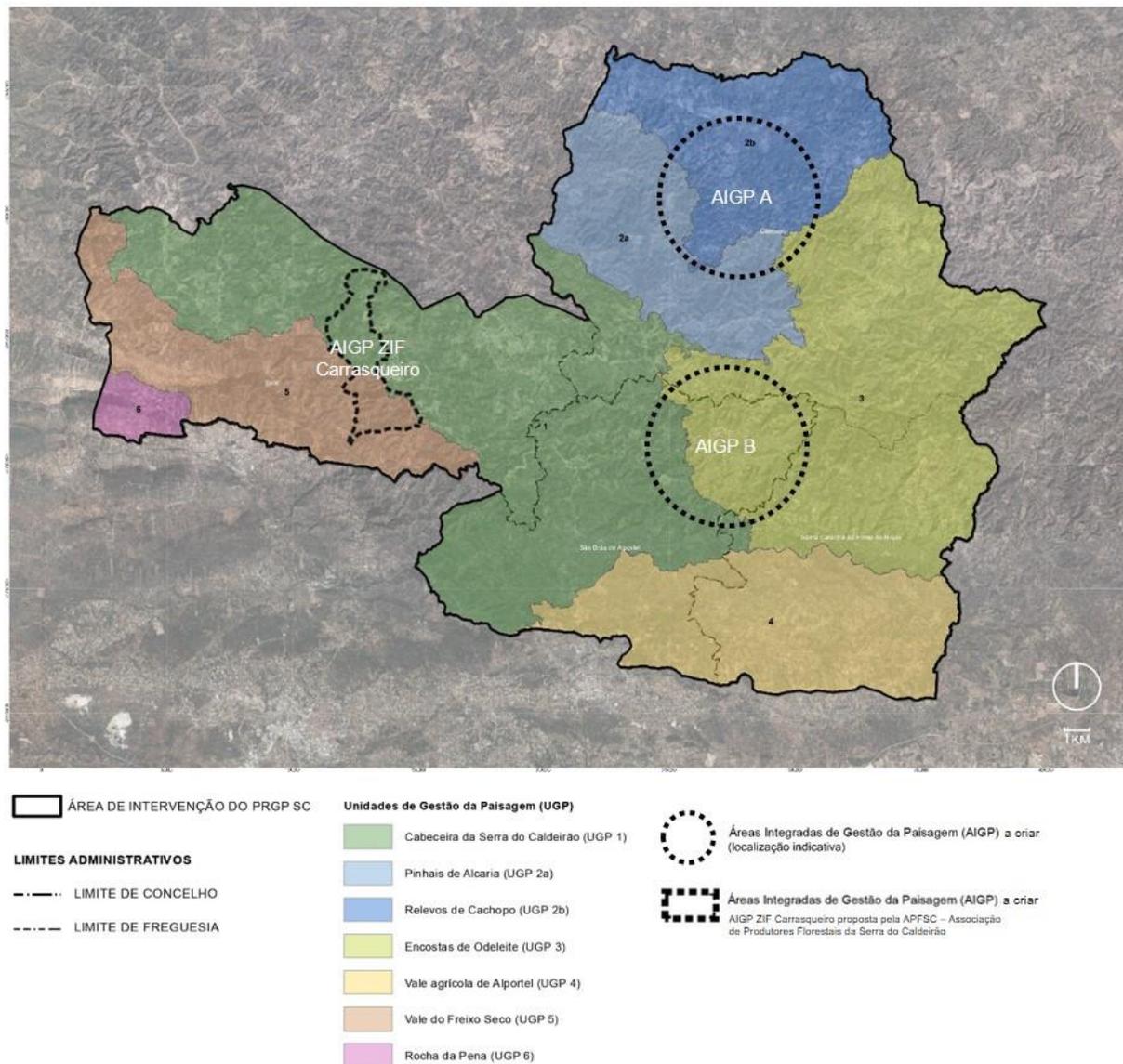


Figura 27 – Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) a criar na área de intervenção do PRGP SC

## 1.2 SÍNTESE DAS ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS A IMPLEMENTAR

Com o objetivo de operacionalizar a implementação da Proposta do PRGP SC, no horizonte dos próximos 10 anos, apresentam-se no Quadro 18, as áreas e ações prioritárias que foram consideradas mais relevantes na transformação da paisagem, alinhadas com os objetivos do PTP.

Estas ações encontram-se segmentadas entre as Áreas Prioritárias Específicas do PRGP SC e as Ações Complementares a desenvolver no âmbito do PTP e do SGIFR.

**Quadro 18 – Áreas e ações prioritárias do PRGP SC**

AÇÕES PRIORITÁRIAS ESPECÍFICAS DO PRGP SC		Área (ha)	% da área do PRGP SC	
MACROESTRUTURAS DA PAISAGEM	VEGETAÇÃO RIPÍCOLA	A criar (Plantação) <sup>1</sup>	201,78	0,4%
		Existente (Valorização) <sup>2</sup>	675,48	1,2%
	ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL <sup>3</sup>		6.191,86	11,0%
MACRO SISTEMAS ESPECÍFICOS DA PAISAGEM (transformação diferenciadora mais relevante para os objetivos do PTP)	SISTEMAS DE MOSAICOS AGRO-SILVO-PASTORIS E SISTEMAS AGRÍCOLAS <sup>4</sup>		11.202,23	22,3%
AÇÕES COMPLEMENTARES NO ÂMBITO DO PTP E SGIFR		Área (ha)	% da área do PRGP SC	
MACROESTRUTURAS DA PAISAGEM	FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) (Rede Primária) <sup>5</sup>		1.872,14	3,3%
	FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) (Rede Secundária) - PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS <sup>6</sup>		1.126,82	2,0%
	FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) (Rede Secundária) - INTERFACE DE ÁREAS EDIFICADAS (Condomínios de Aldeia) <sup>7</sup>		2.080,52	3,7%
AIGP a constituir <sup>8</sup> (valor de referência 15% da área do PRGP com novas AIGP)	Capacitação e programação da OIGP		8.452,23	15,0%
	Desenvolvimento da OIGP			
<b>ÁREA TOTAL DO PRGP SC</b>		<b>56.348,19</b>	<b>100%</b>	

**Notas:**

<sup>1</sup> Os valores referentes à plantação visam a implantação ou reconstrução de galerias ripícolas nos cursos de água que não possuam galerias ripícolas constituídas ou que possuam galerias ripícolas interrompidas, respetivamente e que integram as principais sub-bacias hidrográficas existentes na área de intervenção, assegurando dessa forma a conectividade ecológica destes corredores. Para a determinação da faixa das galerias ripícolas a implantar, foi adotada uma largura mínima de 12m em cada margem, de acordo com a Orientação Técnica Específica para a operação “Manutenção de galerias ripícolas” enquadrada no PDR 2020 e estabelecida pelo ICNF. Estão integrados troços do Rio Arade, Ribeira de Alportel, Ribeira do Freixo Seco, Ribeira dos Moinhos, Ribeira do Vascanito, Ribeira do Vascão, Ribeira de Vasconcelhos, Ribeira da Fornalha, Ribeira de Odeleite, Barranco de Marrocos, Barranco Grande, Ribeira da Fronteira, Ribeiro do Leiteijo, Ribeira da Foupanilha, Ribeira da Foupána e Ribeirinha (fonte: Massas de água Rios reportadas à Comissão Europeia no âmbito da Diretiva Quadro da Água (DQA), 2.º Ciclo de Planeamento 2015-2021 (PGRH-2) - APA), constantes da Macroestrutura da Paisagem, subtema Áreas e Corredores de Conectividade Ecológica / Vegetação ripícola a criar, bem como dos Macro Sistemas da Paisagem, subtema Vegetação ripícola, ambas presentes na Carta do Desenho da Paisagem Proposto.

<sup>2</sup> Foram identificadas as áreas de Vegetação ripícola existente a partir da análise da informação referente às Florestas de Outras Folhosas (COS 2018) que acompanham os cursos de água da área de intervenção, com recurso à fotointerpretação dos Ortofotos de 2018 (DGT). Estas áreas constam da Macroestrutura da Paisagem, subtema Áreas e Corredores de Conectividade Ecológica / Corredores Húmidos / Vegetação Ripícola, bem como dos Macro Sistemas da Paisagem, subtema Vegetação ripícola, ambas constantes da Carta do Desenho da Paisagem Proposto. Foram excluídas desta contabilização as áreas referidas que integram

as ZEC e/ou as AEGC definidas (523,25 ha de 1.369,18 ha totais), por forma e evitar a duplicação das mesmas áreas já contabilizadas no ponto anterior.

<sup>3</sup> Foram consideradas as Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis (AEGC) definidas no âmbito do PRGP SC, que incluem áreas de Gestão de matos, Mosaico agrícola heterogéneo e Mosaico agro-silvo-pastoril.

<sup>4</sup> Foram considerados os Sistemas de Mosaicos Agro-Silvo-Pastoris, que incluem as tipologias de ocupação propostas de Mosaico agro-silvo-pastoril e de Matos geridos, bem como os Sistemas Agrícolas no que se refere à tipologia de ocupação proposta dos Mosaicos agrícolas heterogéneos, ambos os sistemas presentes na Carta de Desenho da Paisagem Proposto. Foram excluídas desta contabilização as áreas referidas que integram as AEGC definidas (1.369,18 ha de 12.571,41 ha totais), por forma e evitar a duplicação das mesmas áreas já contabilizadas no ponto anterior.

<sup>5</sup> Foi considerada a Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (RPFGC) de acordo com a informação disponibilizada pelo ICNF.

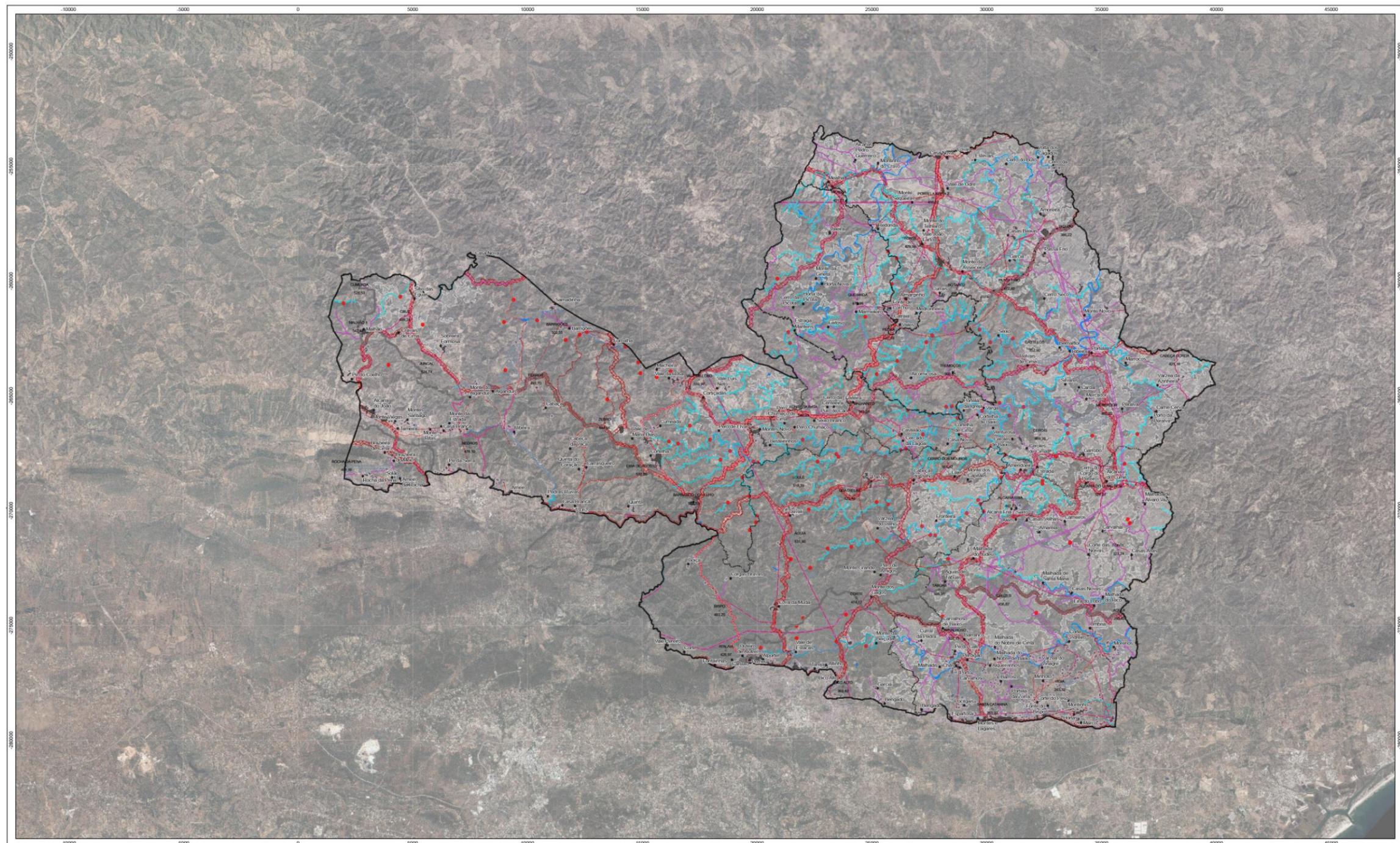
<sup>6</sup> Foram consideradas as Faixas de Gestão de Combustível (Rede Secundária) associadas à Rede Viária Florestal (faixa de proteção de 10m) e infraestrutura de distribuição e transporte de energia elétrica em média (faixa de proteção de 7m), alta tensão (faixa de proteção de 10m) e muito alta tensão (faixa de proteção não inferior a 10m), integradas nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) dos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira (fonte: Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível (RDFGC) – PMDFCI Loulé, São Brás de Alportel e Tavira - ICNF).

<sup>7</sup> Foram consideradas Faixas de Gestão de Combustível associadas às faixas de proteção na envolvente de aglomerados populacionais (faixa de 100m) e de edificações integradas em espaços rurais (faixa de 50m). A informação de base para a determinação destas faixas foi a carta das Áreas Edificadas (2018), disponibilizada pela DGT e a informação contemplada nos PMDFCI em vigor quanto à classificação de aglomerados e edificações. Desta forma, foi possível estimar as faixas de proteção a esses aglomerados e edificações que incluem as interfaces urbano-rurais diretas e indiretas (fonte: Áreas Edificadas 2018 – DGT e PMDFCI Loulé, São Brás de Alportel e Tavira - ICNF).

<sup>8</sup> Foi considerada a proposta de criação da AIGP ZIF Carrasqueiro, que possui uma área de 1.080,95ha. No entanto, a área total para o desenvolvimento de AIGP no território do PRGP SC, segue o valor de referência de 15% da área total do Programa. Desta forma, a diferença de área resultante entre esse valor de referência e a área atribuída à AIGP ZIF Carrasqueiro, deverá ser repartida pelas restantes AIGP a constituir.

Na figura seguinte encontra-se representado o Desenho da Paisagem Proposto – Áreas Prioritárias, para a área de intervenção do PRGP SC.





ÁREAS DE INTERVENÇÃO E ELEMENTOS DE REFERÊNCIA	ÁREAS EDIFICADAS	AÇÕES PRIORITÁRIAS ESPECÍFICAS DO PRGP	AÇÕES COMPLEMENTARES NO ÂMBITO DO PTP E SGIFR
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Toponímia</li> <li>▲ Vértices geodésicos</li> <li>Área de intervenção do PRGP</li> <li>Área de intervenção</li> <li>UNIDADES E SUB-UNIDADES DE GESTÃO DA PAISAGEM</li> <li>Unidades de gestão da paisagem</li> <li>Sub-unidades de gestão da paisagem</li> <li>LIMITES ADMINISTRATIVOS</li> <li>Freguesia</li> <li>Concelho</li> <li>NUTIII</li> <li>NUTII</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas edificadas</li> <li>REDES DE ACESSIBILIDADE</li> <li>Rede rodoviária nacional e regional</li> <li>Rede rodoviária municipal e vicinal</li> <li>REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA</li> <li>Rede de distribuição de eletricidade</li> <li>REDE HIDROGRÁFICA</li> <li>Linhas de água</li> <li>Planos de água</li> <li>REGIME DE FOGO</li> <li>Pontos de abertura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MACROESTRUTURAS DA PAISAGEM</li> <li>ÁREAS E CORREDORES DE CONNECTIVIDADE ECOLÓGICA</li> <li>Vegetação ripícola existente</li> <li>Vegetação ripícola a criar</li> <li>ESTRUTURAS DE RESILIÊNCIA AO FOGO</li> <li>Áreas estratégicas de gestão de combustível</li> <li>MACRO-SISTEMAS DA PAISAGEM</li> <li>MACRO-SISTEMAS ESPECÍFICOS DA PAISAGEM</li> <li>Macro-sistemas específicos da paisagem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ESTRUTURAS DE RESILIÊNCIA AO FOGO</li> <li>Faixas de gestão de combustível - FGC RPrimária</li> <li>FGC RSecundária - Proteção de infraestruturas</li> <li>FGC RSecundária - Interface de áreas edificadas</li> <li>ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)</li> <li>AIGP ZIF Carrasqueiro a criar *</li> <li>Localização indicativa</li> <li>Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) a criar</li> </ul> <p>* AIGP proposta pela APFSC - Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão</p>

Figura 28 – Desenho da Paisagem Proposto – Áreas Prioritárias para a área de intervenção do PRGP SC



# PARTE VI – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E GOVERNANÇA

## 1 PROGRAMA DE EXECUÇÃO E GOVERNANÇA

O Programa de Execução e Governança estabelece a programação da transformação no horizonte temporal de 10 anos, discriminando as ações previstas, respetiva estimativa de investimento, os atores chave envolvidos e as fontes de financiamento.

O financiamento previsto no Quadro 19 para as Ações Prioritárias Específicas do PRGP SC integra uma componente de investimento, necessário à transformação da paisagem, e uma componente relativa ao valor mínimo previsto para pagamentos de manutenção e de remuneração dos serviços dos ecossistemas.

O financiamento previsto para as Ações Complementares no Âmbito do PTP e do SGIFR integra a estimativa total os custos necessários à execução das ações, os quais serão apenas conhecidos e discriminados por tipologias quando forem definidas e aprovadas as OIGP.

A programação da execução das ações tem em consideração a necessidade de contribuir para a avaliação a ser efetuada de 4 em 4 anos, nos termos do Capítulo VIII do RJGT, materializada num Relatório de Estado do Ordenamento do Território.

O Programa de Execução do PRGP SC integra o Quadro de Financiamento, com os respetivas Fontes de financiamento por tipologia de apoios (Quadro 19), o Quadro global de financiamento das áreas e ações prioritárias do PRGP SC (Quadro 20) e os Montantes totais e por financiamento (período de 10 anos) (Quadro 21).

**Quadro 19 – Fontes de financiamento por tipologia de apoios**

Tipologias de apoios	PRR	FEADER	FEDER	Fundo Ambiental
Investimentos necessários à transformação da paisagem	X	X	X	X
Manutenção, gestão e remuneração dos serviços dos ecossistemas		X		X

Quadro 20 – Quadro global de financiamento das áreas e ações prioritárias do PRGP SC

ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS DO PRGP SC					MODALIDADES DE FINANCIAMENTO			
AÇÕES PRIORITÁRIAS ESPECÍFICAS DO PRGP SC			Área (ha)	% da área do PRGP SC	PRR	FEADER	FA	TOTAL
<b>MACROESTRUTURAS DA PAISAGEM</b>	<b>VEGETAÇÃO RIPÍCOLA</b>	A criar (Plantação)	201,78	0,4%	-	807 120,00 €	-	<b>807 120,00 €</b>
		Existente (Valorização)	675,48	1,2%	-	-	1 351 000,00 €	<b>1 351 000,00 €</b>
	<b>ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL</b>		6.191,86	11,0%	7 349 904,00 €	-	-	<b>7 349 904,00 €</b>
<b>MACRO SISTEMAS ESPECÍFICOS DA PAISAGEM</b> (transformação diferenciadora mais relevante para os objetivos do PTP)	<b>SISTEMAS DE MOSAICOS AGRO-SILVO-PASTORIS E SISTEMAS AGRÍCOLAS</b>		11.202,23	19,9%	-	6 166 827,62 €	6 166 827,62 €	<b>12 333 655,23 €</b>
AÇÕES COMPLEMENTARES NO ÂMBITO DO PTP E SGIFR			Área (ha)	% da área do PRGP SC	PRR	FEADER	FA	TOTAL
<b>MACROESTRUTURAS DA PAISAGEM</b>	<b>FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) (Rede Primária)</b>		1.872,14	3,3%	1 731 729,50 €	-	-	<b>1 731 729,50 €</b>
	<b>FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) (Rede Secundária) - PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS</b>		1.126,82	2,0%	450 728,00 €	-	-	<b>450 728,00 €</b>
	<b>FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) (Rede Secundária) - INTERFACE DE ÁREAS EDIFICADAS</b> (Condomínios de Aldeia)		2.080,52	3,7%	832 208,00 €	-	-	<b>832 208,00 €</b>
<b>AIGP</b> (valor de referência 15% da área do PRGP com novas AIGP)	Capacitação e programação da OIGP		8.452,23	15,0%	180 000,00 €			
	Desenvolvimento da OIGP				6 000 000,00 €	-	-	-
<b>TOTAL</b>					<b>10 364 569,50 €</b>	<b>6 973 947,62 €</b>	<b>7 517 827,62 €</b>	<b>31 036 344,73 €</b>

**Quadro 21 – Montantes totais e por fonte de financiamento**

	2024	2025	2026	2026-2033	TOTAL
Financiamento Nacional	500 000,00 €	620 000,00 €	620 000,00 €	5 750 000,00 €	7 490 000,00 €
Financiamento Europeu	3 280 000,00 €	4 280 000,00 €	5 640 000,00 €	10 580 000,00 €	23 720 000,00 €
<i>Total</i>	<i>3 780 000,00 €</i>	<i>4 900 000,00 €</i>	<i>6 260 000,00 €</i>	<i>16 330 000,00 €</i>	<i>31 210 000,00 €</i>

O Programa de Governança inclui ainda os indicadores de execução financeira, organizacional e territorial, apresentados no Quadro 22.

**Quadro 22 – Programa de Governança e respetivos indicadores de execução financeira, organizacional e territorial**

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Meta	Fonte	Responsável
<b>GOVERNANÇA</b>						
<b>Execução Financeira</b>	Taxa de execução do quadro financeiro aprovado para o PRGP SC (€)	Input	Anual	Aplicação dos apoios Multifundos (FEADER e Fundo Ambiental) e da PAC 2023-2027	Relatórios de monitorização da aplicação dos apoios	
	Volume de financiamento (por fundo e/ou mecanismo de financiamento) aplicado na área de intervenção do PRGP SC e respetivas atividades de transformação e manutenção da paisagem	Input	Anual			
	Área abrangida por financiamento dos serviços dos ecossistemas	Input	Anual			
<b>Organizacional</b>	Ações de capacitação e de sensibilização de atores locais* (N.º)	Input	Anual	Cumprimento dos efeitos esperados “Reforço da capacitação técnica das instituições e dos agentes na gestão do território” e “Aumento da qualificação em competências digitais e competências sectorialmente e territorialmente especializadas” cf. PNPOT (até 2030)	DGT, AGIF/SGIFR e Municípios	Fórum Intersetorial
	Atores que beneficiaram de ações de capacitação e de sensibilização* (N.º)	Output	Anual			
<b>Territorial</b>	Áreas emparceladas ou agregadas* (ha)	Output	Trienal	Cumprimento do efeito esperado “Incremento do conhecimento sobre os limites da propriedade e dos seus proprietários” relativas à medida de ação “Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício” cf. PNPOT (até 2030)  Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030)	DGT e IFAP - Parcelário	

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Meta	Fonte	Responsável
Territorial	AIGP implementadas por fase (N.º)	Output	Anual	3 AIGP	DGT, AGIF/SGIFR, ICNF e Municípios	
	Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) (N.º e extensão em ml)	Output	Anual	---		
	Áreas com gestão associativa/agregada (ha)	Output	Anual	Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPOT (até 2030)		

\* Indicadores comuns ao Programa Seguimento da AAE

# PARTE VII – PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

---

## 1 MODELO DE ACOMPANHAMENTO E REPORTE DE RESULTADOS

### 1.1 MODELO DE ACOMPANHAMENTO, REPORTE E MEDIÇÃO DE RESULTADOS

A implementação do PRGP SC, em particular das áreas e ações prioritárias consideradas mais relevantes na transformação da paisagem, deve ser acompanhada desde o início pela definição e operacionalização de um programa de monitorização e avaliação que possibilite a análise dos resultados alcançados, face aos objetivos definidos, no horizonte temporal de 10 anos.

O modelo de acompanhamento, reporte e medição dos resultados do PRGP SC, previsto no Anexo I do diploma que publica o regime jurídico da reconversão da paisagem, que assenta no chamado modelo lógico de avaliação, preconiza que a avaliação e acompanhamento de um programa deve compreender a avaliação dos inputs, ou seja do esforço realizado na sua implementação (e.g. recursos financeiros alocados), outputs, que se referem aos resultados das atividades/ações realizadas (e.g. área florestada) e outcomes ou impactes, que medem os efeitos dessas ações (e.g. redução do risco de erosão).

Para além do acompanhamento e medição da execução do Programa, suportados nos indicadores de Governança, considerados na Parte VI do Relatório do Programa, são estabelecidos os indicadores de monitorização e de avaliação dos resultados para as 3 grandes áreas temáticas definidas, que se alinham com os objetivos principais da Proposta do PRGP SC:

- **Resiliência do território**, mediante a redução da sua vulnerabilidade aos fogos rurais;
- **Valorização do território**, promovendo a valorização da aptidão dos solos e a melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas;
- **Impulsionar uma nova economia**, através do aumento do valor dos ativos territoriais e da dinamização da economia.

No Quadro 23 apresentam-se os indicadores seleccionados para cada uma destas áreas temáticas, segundo o modelo input-output-outcome e estabelecidos, sempre que adequado, em articulação com indicadores do Programa de Seguimento da Avaliação Ambiental ao PRGP SC, indicando ainda a periodicidade de recolha, a fonte e os responsáveis pelo apuramento e verificação.

O Fórum Intersetorial, coordenado pela DGT, tem a competência de efetuar a monitorização do PRGP SC, sendo também responsável por compilar os dados oriundos de fontes já existentes e promover ações para obtenção dos dados ainda não monitorizados, interagindo com as entidades relevantes em cada setor.

Propõe-se ainda que o acompanhamento do PRGP SC seja assegurado por parte de todos os representantes e entidades, sem prejuízo do disposto no PTP, alargando este processo a outros atores de âmbito local e regional, identificados durante a elaboração do Programa como tendo um papel efetivo na atual dinâmica do território e na potencial transformação da paisagem.

**Quadro 23 – Monitorização e avaliação da implementação do PRGP SC**

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Situação de Referência (SR) / Meta (M)	Fonte	Responsável
<b>RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO</b>						
<b>Fogos rurais</b>	Área ardida (ha)	Output	Anual	SR - 30.708,48ha área ardida (últimos 20 anos)	ICNF	Fórum Intersetorial
	Área ardida por fogos superiores a 1000 ha* (ha)	Impacte	Anual	M - Diminuição em 100% da área afetada por fogos que se propagam em áreas contínuas superiores a 1000 ha, cf. PRGP SC	DGT - COS DGT, AGIF, ICNF e Municípios	
	Área ardida em macroestrutura da paisagem (ha)	Output	Anual	---	ICNF e DGT	
	Área ardida por uso da COS (ha)	Output	Anual	SR – 2004 a 2022 (COS): 759,43ha áreas agrícolas; 150,11ha pastagens; 498,22ha azinheira; 15611,60ha sobreiro; 94,07ha eucalipto; 1030,65ha outras folhosas; 439,85ha pinheiro bravo; 2244,38ha pinheiro manso; 10002,30ha matos	ICNF e DGT-COS	
	Reincidência de áreas ardidas (ha)	Output	Anual	---	ICNF	
	Áreas classificadas como alta e muito alta perigosidade de fogo rural* (%), cf. cartografia ICNF	Output	Anual	SR - alta perigosidade em 29.057ha e muito alta perigosidade em 5.815ha M- Redução de 25% da área classificada como alta e muito alta perigosidade de fogo rural	ICNF	
	Área ardida reabilitada de acordo com o desenho da paisagem (ha)	Impacte	Anual	M - Intervenções em 50% da área afetada por incêndios rurais superiores a 1000 ha (e.g., estabilização de emergência, cortes, re-arborizações)	DGT-COS AGIF, ICNF e Municípios	
<b>Gestão estratégica de combustíveis</b>	Fogos de Gestão Classificados (N.º)	Output	Anual	---	DGT, AGIF, ICNF e ANEPC	
	Área ardida por Fogos de Gestão (ha)	Output	Anual	---	DGT, AGIF, ICNF e ANEPC	
	Área de fogo controlado executada (ha)	Output	Anual	---	DGT, AGIF, ICNF	

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Situação de Referência (SR) / Meta (M)	Fonte	Responsável
<b>Gestão estratégica de combustíveis</b>	Perímetro de incêndios contidos nos mosaicos e faixas de gestão de combustível	Impacte	Decenal	M - 30% da área foi efetivamente extinta em mosaicos e faixas de gestão de combustível	DGT – COS, AGIF, ICNF e Municípios	Fórum Intersetorial
	Área de mosaicos agrícolas, silvo-pastoris e de áreas abertas criados* (ha)	Output	Trienal	M - 15.251,25 ha de mosaicos criados, cf. PRGP SC	DGT - COS	
	Área de florestas de sobreiro, azinheira e SAF valorizadas* (ha)	Output	Trienal	M - 13.611,29 ha de floresta valorizada, cf. PRGP SC	DGT - COS	
	Áreas emparceladas ou agregadas* (ha)	Output	Trienal	M - Cumprimento do efeito esperado “Incremento do conhecimento sobre os limites da propriedade e dos seus proprietários” relativas à medida de ação “Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício” cf. PNPT (até 2030) Cumprimento do efeito esperado “Incremento de formas de gestão agrupada na exploração florestal” relativa à medida de ação “Ordenar e revitalizar os territórios da floresta” cf. PNPT (até 2030)	Sistema Nacional de Informação Cadastral – DGT Sistema de Identificação Parcelar - IFAP	
<b>Área afetada por incêndios rurais</b>	Transições floresta-mato na sequência de incêndios rurais	Impacte	Decenal	M - Menos de 10% das áreas arborizadas transitam para matos em resultado de incêndios rurais	DGT – COS, DGT, ICNF, AGIF e Municípios	
	Perímetro de incêndios contidos nos mosaicos e faixas de gestão de combustível	Impacte	Decenal	M - 30% da área foi efetivamente extinta em mosaicos e faixas de gestão de combustível		
	Danos e prejuízos causados por incêndios rurais	Impacte	Anual	M - Ausência de fatalidades e danos causados em edificado de 1ª habitação		
<b>Proteção de pessoas e bens</b>	Condomínios de aldeia (N.º)	Output	Anual	---	DGT e Municípios	
	Área de Rede Primária Executada (ha)	Output	Anual	M - 2.913,48 ha de Rede Primária, cf. PRGP SC	DGT, ICNF, AGIF	

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Situação de Referência (SR) / Meta (M)	Fonte	Responsável
<b>VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO</b>						
<b>Regulação hidrológica e controle de erosão</b>	Extensão de linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas ou valorizadas* (ha)	Output	Trienal	M - 1.400,51 ha de linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas ou valorizadas Cumprimento da meta relacionada com a “Manutenção e recuperação das galerias ribeirinhas” cf. ENF2030	DGT _ COS, Plataforma SNIRH ICNF, APA, Municípios	Fórum Intersetorial
	Pontos de água superficial (N.º)	Output	Trienal	SR – 147 pontos	APA	
	Taxa de perda de solo (%)	Impacte	Trienal	M - Cumprimento das metas definidas no P-3AC e no PIAAC AMAL	Plataforma SNIAmb Portal do Clima	
	Área intervencionada com ações para a minimização da erosão do solo* (ha)	Impacte	Trienal		ICNF, APA, Municípios	
<b>Biodiversidade</b>	Indicador de vitalidade dos povoamentos de sobreiro (conforme IFN)	Impacte	Trienal	M - A definir depois de diagnóstico (>80% “Bom”)	DGT - COS	Fórum Intersetorial
	Áreas de regime de gestão cinegética – RG4 (ha)	Output	Anual	---	Entidades gestoras de AIGP, outras Entidades gestoras de zonas de caça	
	Riqueza e abundância de aves nidificantes	Impacte	Anual	---	ICNF	
<b>Dinâmica e diversidade da paisagem</b>	Fluxos de alteração de uso do solo globais e específicos (nível 4 COS)	Output	Trienal	---	DGT - COS	Fórum Intersetorial
<b>Carbono</b>	Captura e sequestro de carbono (CCS)	Output	Trienal	---	APA, ICNF	

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Situação de Referência (SR) / Meta (M)	Fonte	Responsável
<b>IMPULSIONAR UMA NOVA ECONOMIA</b>						
<b>População e emprego</b>	População residente, por grupo etário* (N.º)	Output	Trienal	<p>SR – Quadro 11 do Diagnóstico prospetivo. Fonte: Censos 2021 (INE 2023)</p> <p>M - Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade residencial, económica, ambiental, cultural e de lazer das áreas rurais e dos territórios de baixa densidade” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPOT (até 2030)</p> <p>Cumprimento do efeito esperado “Minimização das situações de perda demográfica nos meios rurais” relativa à medida de ação “Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030)</p> <p>Cumprimento do efeito esperado “Atração de novos residentes e empresas” relativo à medida de ação “Fortalecer as articulações rurais-urbanas” cf. PNPOT (até 2030)</p>	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve, ERTAlgarve, CCDR Algarve	Fórum Intersetorial
	População empregada por setor de atividade económica, por grupo etário* (N.º)	Output	Trienal	<p>SR – Quadro 14 do Diagnóstico prospetivo. Fonte: Censos 2021 (INE 2023)</p> <p>M - Cumprimento do efeito esperado “Criação de emprego e desenvolvimento do tecido empresarial nas áreas rurais” relativa à medida de ação “Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica” cf. PNPOT (até 2030)</p> <p>Cumprimento do efeito esperado “Atração de novos residentes e empresas” relativo à medida de ação “Fortalecer as articulações rurais-urbanas” cf. PNPOT (até 2030)</p>	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve, ERTAlgarve, CCDR Algarve	

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Situação de Referência (SR) / Meta (M)	Fonte	Responsável
Turismo	Unidades de turismo local apoiadas (N.º)	Output	Anual	M - Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento de atividades económicas geradoras de valor para as economias locais” e “Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais” cf. PNPOT (até 2030)	ERTAlgarve, Municípios	Fórum Intersetorial
	Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico (N.º)	Impacte	Anual	SR – Quadro 24 do Diagnóstico prospetivo. Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve 2021 (INE 2022)	Anuários estatísticos – INE ERTAlgarve	
	Utilizadores de percursos e atividades de turismo de natureza (N.º)	Impacte	Anual	M - Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” cf. PNPOT (até 2030)	ICNF, Municípios	
	VAB de turismo*	Impacte	Trienal	M - Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento de atividades económicas geradoras de valor para as economias locais” e “Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais” cf. PNPOT (até 2030)	Anuários estatísticos – INE ERTAlgarve	
Economia rural	VAB agricultura*	Impacte	Trienal	M - Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento de atividades económicas geradoras de valor para as economias locais” e “Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais” cf. PNPOT (até 2030)	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve	Fórum Intersetorial
	VAB produtos lenhosos e não lenhosos	Impacte	Trienal	M - Cumprimento dos efeitos esperados “Incremento de atividades económicas geradoras de valor para as economias locais” e “Criar novas atividades económicas de valorização e regeneração de ativos locais” cf. PNPOT (até 2030)	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve	
Agricultura e floresta	Efetivo pecuário em regime silvo-pastoril	Impacte	Trienal	M - Cumprimento do efeito esperado “Alinhamento com princípios da economia circular” cf. PNPOT (até 2030)	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve	Fórum Intersetorial

Área temática	Indicador	Tipo	Periodicidade	Situação de Referência (SR) / Meta (M)	Fonte	Responsável
Agricultura e floresta	Explorações agrícolas instaladas (N.º)*	Impacte	Trienal	M - Cumprimento do efeito esperado “Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos e Surgimento de novas iniciativas económicas de valorização e regeneração de ativos locais” relativas à medida de ação “3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural” cf. PNPOT (até 2030)	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve	Fórum Intersetorial
	Efetivos pecuários de raças autóctones instalados (N.º)	Impacte	Trienal	M - Cumprimento do efeito esperado “Alinhamento com princípios da economia circular” relativas à medida de ação “Reforçar a competitividade da agricultura” cf. PNPOT (até 2030)	Anuários estatísticos – INE DGADR, DRAP Algarve	
	Área agrícola e florestal abandonada	Impacte	Trienal	M - Cumprimento do efeito esperado “Incremento da multifuncionalidade e da diversidade de espécies florestais” cf. PNPOT (até 2030) Cumprimento da meta relacionada com “Promover a resiliência da floresta” cf. ENF2030	DGT - COS ICNF, DGADR, DRAP Algarve, Municípios	
	Evolução de áreas de uso florestal com financiamento tipo (ha)	Output	Trienal	---	COS - DGT	

\* Indicadores comuns ao Programa Seguimento da AAE

## 1.2 MODELO DE PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL

O Programa de Transformação da Paisagem (PTP) criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, é um programa estratégico para uma intervenção integrada em territórios com vulnerabilidades decorrentes da conflitualidade entre a perigosidade de incêndio rural e a ocupação e o uso do solo, e integra um conjunto de medidas programáticas de intervenção, nomeadamente os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP). Considerando que todas as medidas programáticas do PTP são financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2022 adapta o PTP ao PRR.

Neste enquadramento legal, o número 9.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020 vem determinar que a monitorização e avaliação global do PTP e, portanto, dos PRGP, será assegurada pelo Fórum Intersetorial do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, coordenado pela Direção-Geral do Território, conforme disposto no Artigo 11.º do RJRP, e com a composição apresentada na alínea b, do n.º 5 do PNPO. O Artigo 10.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2022, designa o ICNF, I. P., e a Direção-Geral do Território como as entidades responsáveis pelo acompanhamento e apoio técnico à implementação das medidas programáticas do PTP.

Propõe-se ainda que o acompanhamento do PRGP SC seja assegurado por parte de todos os representantes e entidades, sem prejuízo do disposto no PTP, alargando este processo a outros atores de âmbito local e regional, identificados durante a elaboração do PRGP SC como tendo um papel efetivo na atual dinâmica do território e na potencial transformação da paisagem.

## PARTE VIII – PROCESSO PARTICIPATIVO

---

### 1 ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS NO ÂMBITO DO PRGP SC

A transformação territorial resultante da proposta de PRGP SC terá subjacente um processo integrado de desenvolvimento sustentável, suportado na participação pública ativa envolvendo atores locais relevantes e diversos (e.g. instituições públicas, empresas, organizações sociais e económicas e cidadãos), contribuindo para a construção de uma visão conjunta dos objetivos do reordenamento e gestão da paisagem e de uma nova economia rural, que garanta resiliência, rendimento das atividades e qualidade de vida das populações locais.

O envolvimento das partes interessadas, ao longo de todo o processo de desenvolvimento de uma proposta de programa de reordenamento e gestão da paisagem, é essencial na medida em que permite integrar informação, conhecimento e experiências que complementam a informação existente e publicada e o conhecimento estritamente técnico-científico. Simultaneamente, torna-as parte ativa na formulação de soluções e no processo de tomada de decisão, incentivando a sua adesão e coresponsabilização na execução do PRGP SC, possibilitando ainda o eventual estabelecimento de parcerias desde a sua conceção. Adicionalmente, a implementação de um processo aberto e transparente de participação assegura que todos os atores com um papel relevante na área de estudo têm uma oportunidade para manifestar as suas preocupações e pontos de vista, conferindo assim uma legitimidade acrescida a todo o processo.

O acompanhamento do PRGP SC é efetuado nos termos do disposto no Artigo 48.º do RJIGT, estando sobre a coordenação da DGT, que neste âmbito identificou nove entidades territorialmente competentes, previstas no n.º 12 do Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março, a saber:

- Câmara Municipal de Tavira;
- Câmara Municipal de São Brás de Alportel;
- Câmara Municipal de Loulé;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;
- Administração da Região Hidrográfica do Algarve;
- Comunidade Intermunicipal do Algarve;
- Região de Turismo do Algarve;
- Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Algarve;
- Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P.

Foram indicados interlocutores/representantes de todas estas entidades para acompanharem o processo. Além destas entidades de acompanhamento, importa também identificar e envolver outras partes interessadas, como instituições públicas e privadas de vários âmbitos territoriais e setoriais, organizações socioeconómicas e a população, que pela sua presença e influência no território podem contribuir ao longo dos diferentes momentos participativos. Por essa razão, foi elaborada uma lista inicial de partes interessadas, a qual irá sendo atualizada e expandida durante a elaboração do Programa, à medida que vão decorrendo os diversos momentos de interação.

## 2 ABORDAGEM DURANTE A FASE PROSPECTIVA

Na primeira fase do processo participativo procedeu-se a uma identificação dos atores a operar no território, que pela sua atividade, autoridade ou dinamismo são de especial interesse para o desenho e execução do Programa. O grupo inicial de atores foi identificado com base na literatura e informação pública disponível, com foco nos concelhos integrados na área de intervenção (Tavira, São Brás de Alportel e Loulé), incluindo instituições, empresas, entidades, associações e grupos.

Com base neste primeiro mapeamento das partes interessadas, foram contactadas, via email e telefone, todas as Entidades de Acompanhamento (EA) do PRGP SC, sinalizadas pela DGT, mas também outros atores locais/regionais identificados como podendo ter um papel efetivo na atual dinâmica e na potencial transformação do território.

Esse contacto visou marcar uma primeira reunião, que teve como agenda:

- (1) apresentar a equipa e a estratégia de envolvimento das partes interessadas a implementar ao longo do PRGP SC;
- (2) conhecer o papel e dinâmica desse ator no território; e
- (3) obter a leitura que o ator faz das principais tendências de evolução do território, e a identificação das principais pressões e oportunidades na área de implementação do Programa.

Nestas reuniões foi também solicitado que fossem indicados outros atores considerados relevantes para este Programa, o que permitiu progressivamente validar e expandir o mapeamento das partes interessadas na área em estudo, numa abordagem de 'bola de neve'. No Anexo I estão listados todos os atores identificados, sendo que, como anteriormente referido, não é ainda uma lista final, uma vez que o processo de reuniões com atores locais irá continuar, pelo que este mapeamento pode ainda ser atualizado.

Na primeira ronda de contactos foi possível agendar doze entrevistas (ver Quadro 24), sete delas realizadas com elementos designados pelas EA do Programa (de um total de dez) e com outras cinco empresas e organizações de âmbito regional (Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental

do Algarve, a Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão, a Associação In Loco, a empresa Proactivetur e a Cooperativa para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade – QRER). Efetuou-se posteriormente mais uma entrevista com a ANP|WWF.

Este conjunto inicial de contatos permitiu ter uma visão abrangente das principais dinâmicas do território, uma vez que incluiu atores regionais, dos três concelhos, de diferentes setores e combinando atores com uma dimensão mais política/estratégica e outros de maior ação/operacionalização no território.

As reuniões foram realizadas entre os dias 13 de fevereiro e 30 de março de 2023, através da plataforma Zoom e foi ainda realizada uma nova entrevista no dia 6 de junho. Foi partilhada a AI do Programa, para enquadrar a reunião e contextualizar os atores entrevistados, divulgando ainda os seus objetivos.

**Quadro 24 – Lista de entidades entrevistadas**

Entidade	Categoria	Escala de atuação	Temática(s) de Intervenção
Câmara Municipal de Tavira	Entidade de Acompanhamento	Municipal	Transversal
Câmara Municipal de São Brás de Alportel	Entidade de Acompanhamento	Municipal	Transversal
Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF)	Entidade de Acompanhamento	Nacional	Florestas e desenvolvimento florestal
Região de Turismo do Algarve	Entidade de Acompanhamento	Regional	Turismo, recreio e património
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve	Entidade de Acompanhamento	Regional	Sistemas agro-silvopastoris
Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	ONG	Regional	Turismo, recreio e património
Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão	Associação social ou empresarial	Regional	Florestas e desenvolvimento florestal
Associação In Loco	ONG	Regional	Turismo, recreio e património
Proactivetur	Empresa	Regional	Turismo, recreio e património
Cooperativa para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade (QRER)	Associação social ou empresarial	Regional	Transversal
Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve/ICNF	Entidade de Acompanhamento	Regional	Valorização de ecossistemas naturais
Administração da Região Hidrográfica do Algarve/APA	Entidade de Acompanhamento	Regional	Valorização de ecossistemas naturais
ANP WWF	ONG	Regional	Valorização de ecossistemas naturais

### 3 REUNIÕES COM AS ENTIDADES DE ACOMPANHAMENTO

No dia 17 de março de 2023 pelas 15h teve lugar, em São Brás de Alportel, a Sessão de Lançamento do PRGP Serra do Caldeirão, na qual foi realizada uma breve apresentação do enquadramento, dos objetivos e da abordagem prevista pela equipa responsável pela elaboração do programa, sendo posteriormente recolhidos os comentários e as preocupações das entidades presentes.

Estiveram presentes 34 participantes de 16 entidades diferentes (ver Quadro 25). De um modo geral, as diferentes entidades vêem o PRGP SC como uma oportunidade para o território e para as comunidades da região.

**Quadro 25 – Entidades presentes na sessão de lançamento do PRGP SC**

Entidade
Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF)
Altri Florestal
ANP/WWF
APA / ARH Algarve
Associação In Loco
Biond
Câmara Municipal de Loulé
Câmara Municipal de São Brás de Alportel
Câmara Municipal de Tavira
Direção Geral de Agricultura e Pesca do Algarve
Direção Regional de Cultura do Algarve
Federação de Caçadores do Algarve
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve
Cooperativa QRER
Região de Turismo do Algarve
The Navigator Company

As principais preocupações levantadas prendem-se com a necessidade de se promover uma efetiva articulação entre os diferentes instrumentos de gestão e planeamento que atuam no território, bem como com a necessidade de se garantir a existência de financiamento e de instrumentos que permitam a realização das soluções que venham a ser preconizadas.

Foi ainda referido que é fundamental que o Programa corresponda às expectativas das populações locais, bem como às especificidades do território e à diversidade de contextos biogeográficos e

socioeconómicos que nele coexistem, propondo estratégias que sejam suficientemente flexíveis para poderem ser ajustáveis a cada caso.

Para tal é essencial o envolvimento e sensibilização das diferentes partes interessadas, em particular os proprietários e comunidades locais, bem como atores com experiência de intervenção no território, para transmitir a importância do PRGP SC e potenciar o seu impacto.

No Quadro 26 sintetizam-se os principais aspetos discutidos na reunião.

**Quadro 26 – Principais contributos recolhidos na sessão de lançamento do PRGP SC**

<b>Entidade</b>	<b>Principais contributos</b>
<b>Altri Florestal</b>	É fundamental sensibilizar a população para estes programas. Em Monchique a população não conhece os planos. Só criando riqueza é que se protege o território, se não, há abandono.
<b>ANP/WWF</b>	É essencial que existam financiamentos plurianuais e de longo prazo.
<b>APA / ARH Algarve</b>	É importante recuperar as linhas de água. Existe um problema relevante ligado à propriedade, muito fragmentada e de escala muito pequena. É necessário promover a agregação de proprietários.
<b>Associação In Loco</b>	A visão integrada e holística é uma mudança face ao passado. O envolvimento das pessoas é fundamental, mas a participação tem de ser ativa e tem de haver mecanismos de envolvimento permanente da comunidade. Saber incorporar os contributos das pessoas. É na monitorização e implementação do programa que, normalmente, as coisas falham. É necessário perceber isso para que o programa seja eficaz.
<b>Biond</b>	É necessário contemplar a capitalização, que não está prevista nos programas, mas é necessário se não forem os consórcios a fazê-lo, ninguém o fará. É necessário fazer uma paisagem social.
<b>Câmara Municipal de Loulé</b>	Ao fim de dez anos deve ser feita uma reavaliação do projeto. Como realizar as ações de inspeção? Não basta ser proativo para ações de desenvolvimento. É essencial atrair pessoas para o interior, organizando um sistema para isso. Não pode ser tudo utilizado como iniciativa. Saber viver com menos pessoas, mas com mais atividade. Promover a gestão integrada da propriedade e reabilitar os ecossistemas.
<b>Câmara Municipal de São Brás de Alportel</b>	É muito importante que este seja um processo participado pelas pessoas que vivem no território. O Programa deveria explorar a possibilidade de viabilizar projetos das pessoas. É necessário ter pessoas para executar as ações, e com escala suficiente para o fazerem.
<b>Câmara Municipal de Tavira</b>	Importante contactar as juntas de freguesia, todas as entidades e conciliar os diferentes planos. Saber integrar todos os planos para que haja uma boa estratégia. Essencial que se veja o território na íntegra. Necessidade de ordenar a floresta para evitar incêndios e tornar a floresta produtiva.
<b>Direção Geral de Agricultura e Pesca do Algarve</b>	Tem de haver diferenciação positiva do interior. Estratégia para realizar a produção e valorização da fileira do medronho e da alfarroba.
<b>ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas</b>	O abandono do espaço rural é o principal problema deste território. A solução pode passar por incentivar pessoas que vivem no litoral a ir para o interior, mesmo que seja 2ª habitação. ICNF não tem culpa das condicionantes, aplica apenas o que está regulamentado.

Entidade	Principais contributos
Cooperativa QRER	<p>As mudanças no território têm de passar, fundamentalmente, por fixar população. Essa deve ser a questão primordial: como é que se fixam pessoas no território, e é o principal dilema da região há já décadas. Só respondendo a essa questão é que se conseguem ultrapassar os diversos desafios.</p> <p>As aldeias têm de ser as unidades de estruturação e de intervenção no território. Tem de se identificar quais podem ser as aldeias que funcionem como “pontos de atividade humana” com capacidade de despontar ações de intervenção na gestão da paisagem. Trata-se de locais onde ainda existe significativa atividade humana com papel ativo na dinamização do território, sejam pastores, agricultores, etc., a partir dos quais podem irradiar mais ações de gestão da paisagem.</p>

## 4 DIAGNÓSTICO DAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PRESSÕES NA ÁREA DE INTERVENÇÃO

As entrevistas realizadas com os intervenientes indicados permitiram identificar as grandes tendências socioeconómicas e biofísicas no território do PRGP SC. Foi ainda identificado um conjunto de fragilidades e de pressões que constituem fatores críticos a considerar nas opções preconizadas para o desenho da paisagem no âmbito do PRGP SC, sendo alguns deles de ordem mais transversal e outros mais específicos de diferentes setores ou áreas geográficas.

A área de intervenção do PRGP SC é um território de **baixa densidade populacional e progressivamente mais despovoado**, com uma **população residente muito envelhecida**. A reduzida natalidade associa-se a uma fraca capacidade de atração e retenção de jovens que se deslocam para o litoral à procura de qualificações e emprego e não regressam, em grande parte devido à falta de oportunidades de emprego, limitações no acesso a infraestruturas ou serviços essenciais, e incapacidade de aquisição de habitação ou terrenos para desenvolver os seus projetos. Esta tendência de perda e envelhecimento populacional tem conduzido a uma degradação da capacidade de gestão e manutenção dos terrenos, mas também a um progressivo abandono da atividade agrícola e florestal em muitas propriedades. Observa-se assim uma tendência generalizada de redução da atividade económica.

A Serra do Caldeirão é um território caracterizado por **solos pobres e uma orografia acidentada, com reduzida precipitação** e consequentemente com recursos hídricos limitados. Historicamente a exploração da cortiça era a atividade económica mais relevante na Serra, onde as áreas de sobreiral e montado coexistiam com alguma atividade agrícola e silvo-pastoril, ainda que em reduzida escala. Estes usos promoveram uma paisagem natural equilibrada e com uma gestão ativa. Os **grandes fogos florestais e as doenças que têm vindo a afetar o sobreiro** vieram trazer alterações significativas nas últimas décadas. Tendencialmente, a existência de sobreirais é cada vez menor, devido à falta de diligência no combate às doenças dos sobreiros, havendo cada vez menor capacidade de regeneração

dos mesmos face à menor precipitação e aos fogos que frequentemente arrasam as áreas de sobreiral. Estes fatores têm vindo a desincentivar os proprietários a apostar nesta espécie, até pelo largo horizonte que implica para obter rentabilidade. Estima-se que a produção da cortiça tenha sofrido uma redução de cerca de 70% ao longo de uma década. Tal tem contribuído profundamente para reduzir a gestão ativa do território, mas também acentuar a perda de património natural. Na paisagem, onde outrora dominavam os sobreiros, vêm-se agora, pequenas manchas residuais e com mau estado fitossanitário.

Os cenários previstos em termos de alterações climáticas, nomeadamente a **redução de precipitação, o aumento risco de erosão do solo, a desertificação e a perda da biodiversidade**, também são uma ameaça significativa ao território e ao seu potencial para usos produtivos. A escassez de água será cada vez mais um fator limitante para as pessoas, mas também para os ecossistemas, pelo que é central gerir de forma eficiente os recursos hídricos disponíveis, bem como a rede de linhas de água. Nas linhas de água tem  **aumentado a presença de invasoras**, como canaviais (*Arundo donax*) e manchas de acácias (*Acacia spp.*), com impactos significativos sobre o ecossistema, incluindo a alteração dos padrões de fluxo de água e a diminuição da qualidade da água.

Observa-se atualmente uma **ocupação territorial dispersa e uma elevada fragmentação da propriedade**, havendo um predomínio da micro propriedades que restringem o potencial de rentabilidade. Com o perpetuar do **êxodo rural e o não regresso das novas gerações às suas terras** de origem, estes terrenos de pequena dimensão, são cada vez mais votados ao abandono e não atraem investimentos no setor agro-silvopastoril ou florestal. A divisão das propriedades em processos de heranças tem tido um impacto muito significativo na gestão do território, não só por subdividir cada vez mais as propriedades para micro dimensões que inviabilizam uma exploração rentável, mas também porque dificultam a venda/aluguer das propriedades com vista a potenciar a sua rentabilidade. Nem sempre é possível identificar os atuais donos dos terrenos e, quando identificados, os donos de 2ª e 3ª geração, já não residem nestes concelhos e não conseguem (ou não pretendem) localizar as propriedades que herdaram ou nem mesmo os seus limites.

**Os terrenos têm vindo a perder potencial de exploração produtiva** e constituem-se apenas como um passivo para os proprietários, nomeadamente dadas as obrigações legais para a sua manutenção e limpeza. Os custos de gestão e de limpeza em propriedades não produtivas representam um encargo significativo para proprietários destes terrenos, tipicamente com baixos rendimentos e geralmente sem acesso a apoios, ou residentes em regiões distantes e focados noutras atividades económicas, que não conseguem ou não pretendem, suportar esse custo. Esta realidade conduz a uma falta de limpeza e de manutenção de algumas áreas, aumentando assim, a presença de combustível fino e, como tal, aumentando o risco de incêndio e os custos do seu combate.

Esta área tem sido fustigada por **incêndios recorrentes**, fogos esses que têm afetado fortemente os sobreirais e que, conseqüentemente, fomentam o abandono dos terrenos e aumentam o crescimento dos matos. Em última instância, os incêndios geram apreensão no que diz respeito a riscos de segurança, não só para residentes, mas também para turistas que visitam as rotas pedestres e cicláveis que atravessam este território, em alguns locais bastante isolados e sem rede de telecomunicações.

A pouca rentabilidade das propriedades constitui-se assim como um elemento-chave para a **falta de investimento e dinamização florestal e agrícola**, com exceção de algumas propriedades de grande dimensão que ainda existem no território.

Em sentido contrário, o turismo, em particular **turismo de natureza**, tem vindo a crescer, com esta área a ser cada vez mais valorizada como espaço de recreio e visitação. O crescimento deste sector tem sido restringido pela **falta de condições infraestruturais, mas também de estruturação das ofertas turísticas, recreativas e de lazer**, que promova a identidade cultural do território e valorize os recursos endógenos e práticas tradicionais. Falta de oferta de alojamento para turismo e de restauração, não há serviços com dimensão média, sendo caracterizado pela existência de poucas microempresas. Existem diversas iniciativas e projetos que visam estimular o empreendedorismo local, principalmente ligado ao turismo, artesanato ou valorização de produtos endógenos, mas que precisam ganhar dimensão e ser articuladas, para potenciar uma maior dinamização do território.

A **falta de infraestruturas** é também um fator que limita as oportunidades de uso produtivo e a qualidade de vida nesta área da Serra. As limitações no acesso a serviços básicos de abastecimento de água e saneamento, serviços de saúde ou educação, serviços de telecomunicação e a fraca acessibilidade que implica demoradas deslocações, contribuem para acentuar a pouca atratividade do território. A falta de acesso a internet é, por exemplo, uma forte limitação à fixação de empresários turísticos pois impossibilita a gestão de clientes/reservas. A **falta de habitação** é também uma condicionante muito relevante, uma vez que tem vindo a inviabilizar a fixação de jovens e empresas, que não conseguem adquirir um espaço habitacional ou comercial pelos elevados preços, e pelas limitações existentes à construção de novas edificações.

Este território é também caracterizado por uma **reduzida dinâmica de empreendedorismo e uma fraca tradição de cooperação e associativismo**. Ambas são fundamentais nestes territórios de pequena propriedade e reduzida margem de rentabilidade, sendo a sua falta um fator crítico limitante ao desenvolvimento de atividade económica e que acentua a tendência da perda de população e motiva os habitantes a abandonarem os territórios e a deslocarem-se, tendencialmente, para as regiões do litoral onde as atividades comerciais e oportunidades de emprego são mais abundantes. A incapacidade de promover ou criar agrupamentos/associações, faz com que proprietários dificilmente consigam ter escala para aceder a financiamento ou apoios à exploração de atividades produtivas e desenvolvimento dos seus negócios.

**A falta de renovação geracional e o consequente despovoamento** da Serra, entram em contraste com o **aumento da procura de habitação por estrangeiros**. Existe por parte de cidadãos estrangeiros um crescente interesse em residir neste território, contudo o objetivo é quase exclusivamente residencial. Na sua maioria, são de um escalão etário fora de idade ativa, não existindo, por parte desses indivíduos particular interesse na compra de terrenos para produção florestal ou agrícola. Assim, esta tendência migratória não contribui para dinamizar a gestão ativa do território, podendo no limite contribuir para a perda de identidade cultural da região, e para o aumento da sua vulnerabilidade social.

Existem, na região, um conjunto de planos e instrumentos de gestão territorial implementados ou em implementação a articular com o PRGP SC, de forma a coordenar estratégias, atividades e medidas, potenciando a criação de valor na região e minimizando conflitos e ineficiências. Contudo, importa destacar alguma dispersão de atuação das entidades públicas, com reduzida coordenação e interligação entre os diversos sectores de atividade, o que não tem contribuído para promover uma gestão efetiva e integrada do território. Estes instrumentos são por um lado motores de desenvolvimento e atividade, e que têm sido bem acolhidos pelos proprietários e entidades locais e regionais, como as ZIF, mas também podem constituir limitação e entraves ao investimento e dinamização desta área, como por exemplo as condicionantes existentes à construção de novo edificado. Têm sido implementados diversos programas de apoio e incentivo à dinamização da exploração agrícola e florestal nesta área, contudo a complexidade dos processos, os reduzidos horizontes temporais dos apoios, os custos burocráticos associados e as curtas janelas de candidatura, têm sido fatores limitantes do seu sucesso. No entanto, têm vindo a ser implementados, com sucesso, projetos ambientais que visam o restauro da Serra e promoção de emprego verde na região. É disso exemplo o projeto “Plantar Água”, numa parceria de entidades públicas e privadas, que entre 2019-2022 se focou no restauro ecológico de áreas ardidas na Serra do Caldeirão, e interveio em 100 hectares com a instalação de mais de 50 000 árvores e arbustos mediterrânicos. Pretendeu-se reverter a degradação da paisagem e dos ecossistemas afetados pelo incêndio e recuperar as suas importantes funções e serviços, fundamentais para o equilíbrio ambiental e bem-estar das comunidades, mas também a recuperação de mais e melhor água para todos os usos e milhares de utilizadores.

Todos estes fatores anteriormente descritos reduzem o investimento e a gestão ativa do território e contribuem para a perda de património natural e da sua identidade cultural. Os habitantes estão expostos a uma crescente vulnerabilidade territorial que desencadeia uma maior suscetibilidade aos impactos das alterações climáticas e dos recorrentes fogos, e uma crescente incapacidade de gerir ativa e rentavelmente as suas propriedades. Há, paralelamente a todos estes constrangimentos, dificuldades de implementação de políticas públicas que sejam eficazes, transversais e consistentes beneficiando, de forma abrangente e estratégica, todo o território.

## 5 IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE FUTURO E ÁREAS/ELEMENTOS COM INTERESSE PARA VALORIZAÇÃO E GESTÃO NO ÂMBITO DO PRGP

Complementarmente a este diagnóstico das principais tendências e desafios da área de intervenção do Programa, as entrevistas aos atores locais permitiram identificar um conjunto de oportunidades e áreas/recursos considerados estratégicos para o futuro da região que devem ser incorporados na proposta de desenho da paisagem do PGRP SC e ser alavancados pelos instrumentos e medidas preconizados neste Programa. O PRGP SC pela sua lógica de paisagem pode ter um papel chave para dar escala aos projetos desenvolvidos e em desenvolvimento na Serra, mas também para promover uma continuidade temporal e ligação espacial dos mesmos, promovendo assim uma maior conectividade e complementaridade no território.

Uma ideia chave que surgiu da interação com diferentes partes interessadas foi de que o futuro deste território tem de passar pela promoção e incentivo de uma **gestão multifuncional das propriedades**, que permita combinar diferentes atividades económicas, como a produção florestal, pequena agricultura, pastoreio e/ou turismo que, em conjunto, consigam gerar mais-valias suficientes para garantir rentabilidade aos proprietários e assim estimular uma gestão ativa e maior atratividade.

Outro aspeto central foi o de que desenvolvimento do PRGP SC é um desafio importante e complexo que exigirá um compromisso a longo prazo por parte de várias gerações. Para isso, é necessário considerar uma **abordagem inter-geracional** para garantir a continuidade e a sustentabilidade do processo de recuperação deste território, uma vez que os resultados não serão visíveis a curto prazo. É preciso adotar uma **perspetiva holística que considere a relação entre o ambiente, a economia e a sociedade, bem como as necessidades e os desafios das gerações futuras**. Este processo exigirá um esforço conjunto de várias gerações, e que implica o compromisso dos decisores políticos, o envolvimento de técnicos e profissionais especializados, mas também a sensibilização das comunidades.

Neste enquadramento diferentes oportunidades foram identificadas ao longo das várias entrevistas com as partes interessadas, tendo sido agrupadas em quatro áreas temáticas chave: (I) Florestas; (II) Agricultura e pastorícia; (III) Turismo, Recreio e Património e (IV) Valorização dos ecossistemas naturais. Estas áreas temáticas servirão para estruturar as próximas ações de envolvimento dos atores locais com o objetivo de encontrar formas de transformar estas oportunidades em soluções, medidas ou instrumentos de ação que este Programa poderá fomentar.

## I. Florestas

A área de estudo é ocupada maioritariamente por floresta, com um predomínio do sobreiro. No entanto tem-se verificado uma redução da área de sobreiral com uma progressiva substituição por pinheiro. Com a perda de rentabilidade e uma menor aposta na sua regeneração natural identifica-se uma oportunidade de **compartimentação do território e proteção da floresta**, numa lógica integrada e desenvolvida à escala da paisagem. Face à topografia da região, é necessário **criar mosaicos estratégicos** integrados no território, de forma estruturada, **promovendo descontinuidades, numa lógica de interrupção de fogo**. Estes mosaicos agrícolas e de pastoreio extensivo são também uma oportunidade de valorização do território. Ainda assim a Serra do Caldeirão é uma área de excelência de produção de cortiça, pelo que é possível, e existe potencial para tentar recompor o potencial produtivo do sobreiral e montado de sobreiro para **valorização da cortiça**.

Para além da cortiça existe potencial na exploração de pinheiro manso, medronheiro e alfarrobeira. A **aposta na alfarrobeira e medronheiro** começa a reaparecer com a subida do valor de mercado, e geram dois produtos tradicionalmente usados no Algarve, quer na gastronomia quer em outros produtos derivados como a aguardente de medronho. O território não tem, ainda, produtos ou setores demarcados e rentáveis, mas poderá fomentar estas fileiras e tentar obter certificação de denominação de origem geográfica de alguns destes recursos.

A crescente **aposta no pinheiro manso** também apresenta algum potencial, no caso de propriedades com média e grande dimensão, para a produção de madeira, mas potencialmente também de resina – existindo interesse em **desenvolver um projeto piloto para resinagem**. Do ponto de vista de recuperação ecológica e da paisagem, a introdução do pinheiro pode funcionar como espécie pioneira para depois ser substituída pelas autóctones, como o sobreiro, contudo é necessário analisar bem as espécies a introduzir, por causa das alterações do clima, tanto temperatura como precipitação, muitas espécies autóctones da Serra começam a migrar para norte. Por exemplo a plantação do sobreiro e azinheira, tal como feita antigamente agora é quase inviável pela falta de precipitação.

Foi evidenciada a importância de **estimular os grandes proprietários na implementação de medidas de gestão e projetos piloto**, para que sirvam como exemplo. Nesta região os proprietários aderem em maior volume se verificarem casos de sucesso em propriedades vizinhas.

Importa ainda destacar o papel das ZIF que foram alvo de um grande esforço de dinamização e sensibilização juntos dos proprietários, e são identificadas como instrumentos de grande potencial para promover uma melhor gestão e valorização da floresta, mas que não estão ainda a ter o efeito prático desejado no território. Importa, na medida do possível **fomentar a articulação do PGRP com as ZIF** e estimular as diversas entidades, em particular as Câmaras Municipais a dinamizarem a sua implementação no terreno.

## II. Agricultura e silvopastorícia

A exploração agrícola e silvo pastoril, historicamente, não eram as principais atividades geradoras de rendimento de uma propriedade na Serra do Caldeirão, mas sim atividades complementares ou de subsistência. Como anteriormente referido, o progressivo envelhecimento e abandono populacional gerou uma grande redução destas atividades. A **revitalização da agricultura e da pastorícia**, constitui assim uma oportunidade de dinamização desta área permitindo aumentar o rendimento das propriedades, e a longo prazo, promover o crescimento económico e social do território. Estas atividades devem ser promovidas como parte do potencial que o território oferece aos jovens proprietários e empreendedores, numa lógica de gestão integrada da paisagem, que permita a dinamização do sector agrícola, ao mesmo tempo que se promove a sustentabilidade ambiental do território. A agricultura de sequeiro em pequena escala ou de subsistência, combinada com a silvopastorícia ou apicultura, podem e devem constituir a estrutura base da exploração da propriedade “tipo” nesta área, que aliada à produção florestal ou turismo podem gerar, no seu todo, níveis de rentabilidade assinaláveis para os proprietários.

A dinamização da atividade agrícola e silvo pastoril, constitui também um alicerce para a **recuperação e valorização de produtos/recursos endógenos e tradicionais**, que sendo num volume incipiente têm muito interesse para incluir no modelo de gestão de paisagem da Serra. A valorização destes produtos ou recursos exige também maior conhecimento e sensibilização dos proprietários. Tal implica uma aposta na criação de fileiras de produtos endógenos, promovendo-se estudos detalhados e definição de boas práticas para estimular a sua implementação no terreno. Adicionalmente, a exploração de ervas aromáticas e a apanha de cogumelos foi identificada enquanto oportunidade de valorização para os proprietários, para a qual não existe, ainda, regulamentação, contudo, o seu potencial no território é relevante.

**Criação de manchas agrícolas e pastoreio que promovem descontinuidades**, teriam um impacto muito positivo na gestão desta paisagem, tanto para o equilíbrio dos ecossistemas, mas também para a redução do risco de incêndio de grande magnitude. Um grande impulso à sua dinamização seria o **emparelamento fundiário para uma gestão mais eficiente dos recursos, aumento da produtividade e da competitividade dos produtores**. Uma gestão agregada das propriedades, a criação de bancos de terras, ou maior facilidade no aluguer dos terrenos, poderiam ser importantes ferramentas para estimular a atividade agrícola dos atuais proprietários e gerar maior atratividade para novos agricultores.

## III. Turismo, Recreio e Património

O setor do turismo na área de intervenção do Programa tem uma capacidade e oferta reduzida, contudo sendo a região litoral algarvia fortemente desenvolvida no setor turístico, torna-se fundamental dinamizar a região norte do Algarve enquanto estratégia de rentabilização do território e, inclusivamente, enquanto método de contenção de incêndios. Desta forma, as oportunidades

identificadas visam conciliar o **turismo e a preservação do território** numa lógica integrada de oferta de valor.

Enquanto paisagem natural, a Serra do Caldeirão é um destino turístico que pode ser repensado enquanto espaço idílico para **turismo de natureza**. Para isso, é fundamental que esta atividade seja encarada enquanto oferta competitiva da região. O **birdwatching**, por exemplo, tem muito potencial na área, e tem vindo a ser um atrativo cada vez maior, a par de **atividades de caminhada e BTT**. Este grande potencial para turismo de natureza poderá ser o elemento estruturante na dinamização do território, e deverá ser articulado com outros nichos. A aposta no desenvolvimento de espaços integrados na Serra para a prática de **atividades desportivas, dinamização da gastronomia local, turismo científico, turismo criativo e atividades tradicionais** (o saber fazer) enquanto pacote de ofertas local, são algumas das mais-valias para integrar a identidade cultural da própria região, num destino com pouca densidade e, por isso, capaz de proporcionar tranquilidade a quem o visita. Paralelamente é essencial uma maior promoção que possa dinamizar de forma consistente o turismo e captar investimento em infraestruturas. Neste sentido, a **recuperação de património, de pequenas rotas de caminhada e o desenvolvimento de um centro de acolhimento ou centro de interpretação ambiental** na serra poderia ser uma peça chave para dinamização turística, integrado numa estratégia de preservação dos ecossistemas e da identidade local. A hipótese de **criação de um corredor turístico ao longo da estrada N2** e a sua promoção, juntamente com a estrada 270, poderá também atrair mais visitantes.

Também, a **atividade cinegética** está ligada à natureza humana e evoluiu de uma atividade indispensável à sobrevivência para uma prática de recreio e lazer, mas também para uma gestão dos territórios rurais. Embora pouco aproveitada atualmente, pode constituir-se enquanto atividade recreativa neste território, com benefícios colaterais nomeadamente na gestão de combustível, sendo necessário, para isso, enquadrá-la como elemento relevante para a gestão e valorização da área de intervenção do Programa.

Dispondo atualmente de uma conhecida infraestrutura de percursos de caminhada e cicláveis (BTT), a promoção e valorização deste destino turístico tem de compatibilizar esta atividade económica com a preservação dos valores naturais. Nesse sentido, é essencial coordenar esforços entre entidades e empresas para que se possam desenvolver atividades de recreio e lazer em espaços naturais, com a devida atenção à capacidade de carga do território e às melhores práticas.

Foi identificada a importância de apostar na visibilidade e divulgação da região, por via de eventos em épocas específicas, mas também através de uma maior **digitalização** da oferta e da própria região. Muitos dos operadores da região não dispõem ainda das melhores ferramentas para divulgar os seus serviços e por vezes apresentam limitações ao nível da rede de telecomunicações em algumas áreas, o que por um lado restringe a visita de indivíduos que necessitem de internet, por exemplo para

teletrabalho, mas também em termos da própria segurança dos visitantes uma vez que o isolamento pode colocar turistas em risco durante as suas experiências na região.

#### IV. Valorização dos ecossistemas naturais

A **recuperação e revitalização dos solos** da Serra foi identificada enquanto uma oportunidade estratégica, uma vez que se verifica um progressivo empobrecimento dos solos, que conduz a um aumento dos processos de erosão e desertificação. Esta área é caracterizada por solos pouco produtivos, contudo é necessário contrariar esta degradação, pelo que o PRGP poderá ser uma oportunidade de implementar uma estratégia que promova a recuperação dos solos em determinadas áreas e com isso possa regenerar algum potencial produtivos dos mesmos.

Esta estratégia de transformação pode ser também uma oportunidade para identificar um conjunto de espécies autóctones que possam repovoar a Serra, tendo por base os cenários futuros para região, em termos de precipitação, temperatura, risco de incêndio, entre outras variáveis, numa tentativa de promover uma adaptação do território e da própria paisagem a uma alteração que será cada vez mais acelerada e inevitável.

A gestão da escassez de água é uma questão fundamental para as partes interessadas na serra do Caldeirão, uma vez que a não existência de água dificulta a fixação de pessoas, o desenvolvimento de explorações produtivas e ameaça a integridade dos ecossistemas, funcionando assim como um fator limitante a qualquer estratégia para esta área. Uma oportunidade que se apresenta passa por explorar o potencial da **rede de pontos de água** bem identificados (pequenas barragens de terra, executadas no âmbito de diversas atividades como caça, agricultura, ou combate a incêndio). Estes pontos de água e barragens podem ser usados em favor dos residentes e das atividades económicas a desenvolver, nomeadamente agrícola, importando por isso integrar esses elementos na definição do Programa.

Contudo a principal oportunidade que este Programa pode alavancar é a introdução efetiva da **remuneração pelos serviços de ecossistema** prestados pelos proprietários. Como já identificado anteriormente esta área é caracterizada por solos muito pobres e propriedades muito pequenas que muito dificilmente geram rentabilidade quando exploradas, mesmo que de forma ativa e profissional. No entanto, seria possível aumentar o nível de rentabilidade até valores viáveis e atrativos, se os proprietários fossem remunerados pelo conjunto de serviços de ecossistemas que as suas propriedades geram, com benefícios múltiplos, quer seja para o controlo de erosão, sequestro de carbono ou para o valor estético da paisagem, com impacto positivo à escala local, mas também regional e nacional. A oportunidade de introduzir este mecanismo de financiamento seria um complemento chave para que a desejada gestão multifuncional da propriedade fosse uma realidade a médio e longo prazo.

A construção de uma paisagem natural viva e equilibrada tem necessariamente de ser uma paisagem vivida, a presença humana ativa será fundamental para o sucesso deste PRGP. Foi referido por diversas partes interessadas que é fundamental para a concretização das propostas apresentadas anteriormente, identificar “pontos de atividade humana” com capacidade para catalisarem ações de intervenção na gestão da paisagem, eventualmente associadas a propostas de AIGP. Tal requer a identificação de aldeias onde ainda existe significativa atividade humana com papel ativo na dinamização do território, a partir dos quais podem associar-se mais ações de gestão da paisagem. Foram inclusivamente propostas pela associação QRER, a aldeia de Montes Novos, freguesia de Salir, e duas aldeias da Freguesia do Ameixial, que não estão incluídas na área de estudo: Aldeia do Ameixial, sede da freguesia, e Aldeia de Vermelhos.

## 6 REUNIÕES DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA ALARGADA

O envolvimento dos atores locais no desenvolvimento deste Programa foi essencial no diagnóstico das pressões e desafios da área de intervenção do PRGP SC, mas também, como anteriormente aprofundado, para a identificação de oportunidades de futuro que permitem estruturar a transição da paisagem. Este envolvimento foi, no entanto, sustentado numa abordagem individualizada, essencialmente expositiva das visões e perceções do cada ator local/regional. Importa por isso criar momentos participativos orientados para uma lógica colaborativa através da organização de sessões públicas alargadas de partilha e cocriação de conhecimento. Estas sessões permitem uma troca de experiências e conhecimento, no sentido de validar e enriquecer a proposta de paisagem do PRGP, mas também fomentar sinergias entre estes atores que serão essenciais para a sua implementação no território.

Para esse efeito foi organizada uma 1ª Reunião de Participação Pública alargada, no dia 6 de junho de 2023 entre as 14h30 e as 18h, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em Tavira. Estas reuniões que se pretendem participadas e colaborativas beneficiam grandemente da sua realização num espaço físico que promova uma maior interação entre os participantes.

O objetivo desta 1ª Reunião de Participação Pública alargada foi apresentar e debater os princípios orientadores e a visão estratégica, já estruturada pela equipa do PRGP SC, para o território. Pretende-se assim que os diversos atores locais e regionais sejam parte ativa na formulação do desenho da paisagem proposto, através de uma reflexão sobre os eixos estratégicos que devem orientar a transformação da paisagem atual, bem como os constrangimentos e soluções para a sua implementação.

Esta sessão pública foi estruturada em três partes (ver programa no Anexo III), a primeira com uma apresentação síntese dos aspetos mais relevantes do Diagnóstico Prospetivo do PRGP SC bem como

os princípios orientadores definidos para a proposta de paisagem. Uma segunda parte dedicada à construção de uma Visão de um Futuro Sustentável para a Serra do Caldeirão, através de um exercício colaborativo em diferentes grupos, seguida de uma reflexão sobre os serviços dos ecossistemas na área de intervenção e votação dos mais prioritários para o desenho da paisagem, no âmbito do PRGP SC.

Após um breve intervalo, a terceira parte da sessão decorreu em grupos de trabalho, onde se debateram diferentes áreas temáticas chave para a definição deste Programa, nomeadamente (1) Revitalização e recuperação da paisagem: florestas e sistemas agro-silvopastoris; (2) a Fixação de população, ocupação do território e dinamização da economia local; (3) Valorização do capital natural e do património cultural; e (4) a Gestão de combustível e aumento da resiliência do território aos fogos rurais.

A sessão encerrou com um relato e síntese das áreas temáticas debatidas.

Foram convidados, via email, todos os atores locais, regionais e nacionais considerados como relevantes para este PRGP, tendo inclusivamente o convite sido estendido a pequenos proprietários e/ou empresários com atividade na área de intervenção do Programa, previamente identificados ou por convite informal via entidades/associações locais.

Pretendeu-se obter a maior representatividade possível dos diferentes setores de atividade e das entidades com responsabilidade na gestão do território.

Estiveram presentes na sessão 41 participantes de 22 entidades diferentes, incluindo entidades públicas, sector privado, associações, organizações não governamentais e particulares, tal como identificado no Quadro 27.

**Quadro 27 – Lista de entidades participantes na sessão**

<b>Entidade</b>	<b>Categoria</b>
<b>Administração de Região Hidrográfica do Algarve / APA</b>	Entidade Acompanhamento
<b>AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais</b>	Entidade Acompanhamento
<b>AltriFlorestal</b>	Empresa
<b>Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão</b>	Associação social ou empresarial
<b>Associação IN LOCO</b>	ONG
<b>Associação Natureza Portugal / WWF</b>	ONG
<b>Bosque, LDA</b>	Empresa
<b>CM Loulé</b>	Entidade Acompanhamento
<b>CM São Brás de Alportel</b>	Entidade Acompanhamento
<b>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve</b>	Entidade Acompanhamento
<b>Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL)</b>	Entidade Acompanhamento

Entidade	Categoria
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve	Entidade Acompanhamento
Direção Regional de Cultura do Algarve	Instituição
Federação de Caçadores do Algarve	Associação social ou empresarial
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	Entidade Acompanhamento
Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo	Instituição
Serviço Municipal de Proteção Civil de Tavira	Instituição
Serviço Municipal de Proteção Civil de Loulé	Instituição
Serviço Municipal de Proteção de Castro Marim	Instituição
Região de Turismo do Algarve	Entidade Acompanhamento
Suberpinus	Empresa
The Navigator Company	Empresa

A sessão teve início com a apresentação dos fundamentos e princípios que orientam as opções tomadas para definir a visão estratégica para o território e o desenho preliminar da paisagem. Este desenho será baseado na aptidão e sustentabilidade do território, nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial, cultural e de valorização do aproveitamento do solo.



**Figura 29 – Apresentação síntese dos aspetos mais relevantes do Diagnóstico Prospetivo**

Neste processo, foram elementos estruturantes as aptidões biofísicas, os princípios ligados à ecologia do fogo e gestão de fogos rurais, mas também os contributos do processo participativo implementado. Esta análise de diagnóstico apresentada é suportada pelo desenvolvimento de uma base de dados geográfica, que inclui um vasto conjunto de variáveis estatísticas, biofísicas, entre outras, que permitem não só caracterizar o território, mas também cenarizar e testar diferentes opções de transição de paisagem.

## I. Construção de uma Visão partilhada para a Serra do Caldeirão

O primeiro momento colaborativo da sessão foi de construção de uma Visão partilhada de um Futuro Sustentável para a Serra do Caldeirão, através de um exercício em que os participantes se dividiram em 5 grupos e em conjunto idealizaram a Serra do Caldeirão em 2050, tendo sido pedido a cada grupo que escrevesse um texto a sumarizar essa visão ou o título de uma notícia de um jornal publicado em 2050 sobre a Serra do Caldeirão.

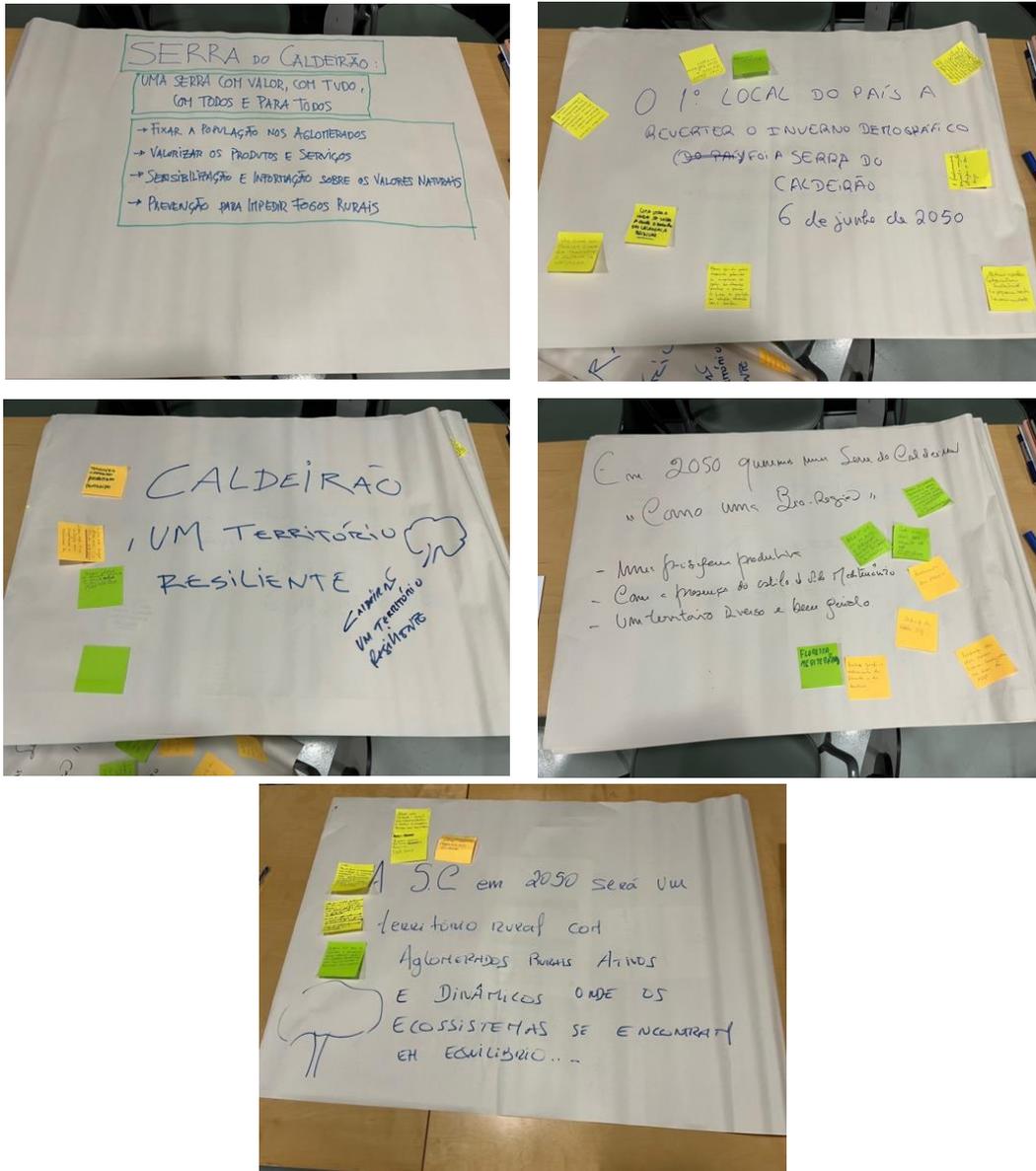
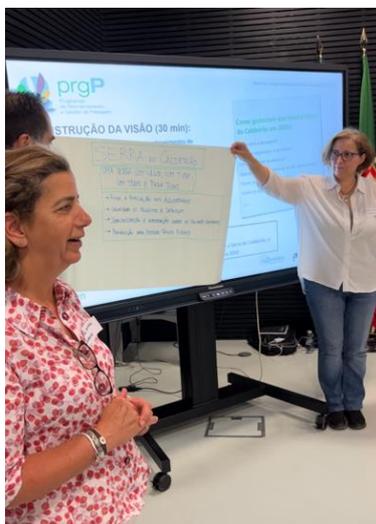


Figura 30 – Visões produzidas pelos grupos de trabalho

Os participantes dos diferentes grupos conseguiram alinhar as suas perspetivas e prioridades culminando num texto síntese que compõe a Visão desejada para 2050 de cada grupo. Alguns grupos adicionaram um conjunto de ideias e prioridades (em post-its) como notas complementares à Visão.

O Quadro 28 organiza esses contributos de cada grupo, e que permitem compreender com maior detalhe a ambição ou expectativas sobre como deverá ser o futuro da Serra do Caldeirão.

A visão de cada grupo foi apresentada, pelo porta-voz do grupo, a todos os presentes na sessão, de forma a partilharem as diferentes perspetivas de futuro para a Serra do Caldeirão. Foi possível identificar pontos em comum e aspetos-chave, transversais a todas as visões.



**Figura 31 – Apresentação plenária das visões produzidas por cada grupo**

**Quadro 28 – Visões construídas por cada grupo de trabalho**

Grupo	Visão	Notas adicionais
1	Serra do Caldeirão: uma Serra com valor, com tudo, com todos e para todos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fixar a população nos aglomerados;</li> <li>▪ Valorizar os produtos e serviços;</li> <li>▪ Sensibilização e informação sobre os valores naturais;</li> <li>▪ Prevenção para impedir fogos rurais.</li> </ul>
2	O 1º Local do país a reverter o Inverno demográfico foi a Serra do Caldeirão (Notícia a 6 de junho de 2050)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Uma Serra com presença humana que transforme e usufrua da natureza;</li> <li>▪ Uma Serra onde se volte a ouvir o barulho das crianças a brincar;</li> <li>▪ Mosaico agro-silvo-pastoril diversificado e potenciador da minimização dos efeitos das alterações climáticas e promotor da fixação da população com sensibilidade relacionada com o território;</li> <li>▪ Políticas agrícolas – agricultura sustentável, pequena escala, proximidade;</li> <li>▪ A biodiversidade animal e vegetal atingiu o seu auge;</li> <li>▪ O coberto vegetal ser constituído por árvores, extrato arbustivo, estrato herbáceo nos declives e cabeceiras;</li> <li>▪ As pessoas dedicadas ao turismo produção;</li> <li>▪ Paisagem livre de espécies invasoras;</li> <li>▪ Recursos hídricos;</li> <li>▪ Criar bons acessos e boas telecomunicações;</li> <li>▪ Território sustentável, salvaguarda do património natural e cultural através de práticas ambientalmente sustentáveis e valorizadoras das características diferenciadoras do território.</li> </ul>

Grupo	Visão	Notas adicionais
3	Caldeirão um território Resiliente	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Território conhecido, respeitado, protegido;</li> <li>▪ Paisagem adaptada às condições resultantes das alterações climáticas e sociais com novas oportunidades e atores;</li> <li>▪ Uma área geográfica em estudo pela Ciência.</li> </ul>
4	Em 2050 queremos uma Serra do Caldeirão como uma Bio-região, uma paisagem produtiva, com a presença do estilo de vida mediterrâneo e um território diverso e bem gerido,	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Floresta Mediterrânea;</li> <li>▪ Difusão de rede 5G;</li> <li>▪ Melhorar gestão e ordenamento da floresta e do território;</li> <li>▪ Recuperação dos vários canais hídricos localizados na área da AIGP;</li> <li>▪ Povoamento das Aldeias;</li> <li>▪ Pela 1ª vez em 20 anos, a população residente na Serra do Caldeirão aumentou;</li> <li>▪ Toda essa área ser objeto de um Centro de Ciência Viva Serra do Caldeirão território heterogéneo onde as componentes ecológica e económica coexistem em harmonia.</li> </ul>
5	A Serra do Caldeirão, em 2050, será um território rural com aglomerados rurais ativos e dinâmicos onde os ecossistemas se encontram em equilíbrio.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A Serra como local de visita e travessia entre regiões onde as pessoas interagem com os visitantes e praticam suas vivências;</li> <li>▪ Território ecologicamente equilibrado e economicamente viável com aglomerados rurais ativos e dinâmicos e infraestruturas gerais que os suportam;</li> <li>▪ Será uma “cidade” rural com oportunidades para todos e ecossistemas em equilíbrio;</li> <li>▪ Paisagem serrana resiliente e produtiva;</li> <li>▪ Uma paisagem plena de aglomerados nucleares.</li> </ul>

Estas cinco visões dos grupos foram posteriormente trabalhadas pelo equipa do PRGP para combinar as suas diferentes prioridades e perspetivas, no sentido de obter um texto comum que reflita a visão de todos os participantes para este território.

Tal resultou na seguinte Visão para 2050:

**“Em 2050, a Serra do Caldeirão será um território rural atrativo e resiliente, com aglomerados rurais dinâmicos, integrados numa paisagem produtiva, bem gerida, onde os ecossistemas se encontram em equilíbrio.”**

## II. Serviços dos Ecossistemas

Após concluídas as visões foram apresentados os serviços dos ecossistemas, identificados pela equipa responsável pelo plano, como os mais relevantes na área do PRGP da Serra do Caldeirão. Esta identificação técnica resultou numa lista de 15 serviços dos ecossistemas prioritários (ver Quadro 29), cinco serviços de aprovisionamento, cinco serviços de regulação e cinco serviços culturais, de acordo

com o referencial europeu CICES – Common International Classification of Ecosystem Services ([www.cices.eu](http://www.cices.eu)), que define Serviços dos Ecossistemas como os contributos diretos e indiretos dos ecossistemas para o bem-estar humano.

**Quadro 29 – Lista de serviços de ecossistema prioritários**

Secções/categorias	Serviços
<b>Serviços de aprovisionamento</b>	Produção agrícola
	Pecuária
	Plantas silvestres e outros produtos
	Fibras e outros materiais
	Caça
<b>Serviços de regulação e manutenção</b>	Conservação de habitats
	Controlo do risco de incêndio
	Polinização
	Sequestro de carbono
	Conservação do solo e regulação dos fluxos hídricos
<b>Serviços culturais</b>	Recreio e ecoturismo
	Identidade cultural
	Informação para a ciência e educação
	Características estéticas da paisagem
	Valor de existência e legado

Pretendeu-se apresentar esta identificação aos participantes e aferir a sua sensibilidade para este conceito, através de posters ilustrativos de caracterização dos diferentes serviços dos ecossistemas.

Pretendeu-se também validar com os participantes esta lista de 15 serviços prioritários, e aferir em que medida, dentro da própria lista, os diferentes serviços são percecionados como de maior ou menor importância, do ponto de vista do desenho da paisagem, para a PRGP SC.

Foi por isso solicitado aos participantes para assinalarem os serviços dos ecossistemas prioritários para a paisagem do futuro da Serra do Caldeirão, utilizando etiquetas coloridas, tendo cada participante 6 votos para alocar aos serviços que considera mais relevantes, podendo colocar mais do que um voto no mesmo serviço, se assim desejar (ver Figura 32).

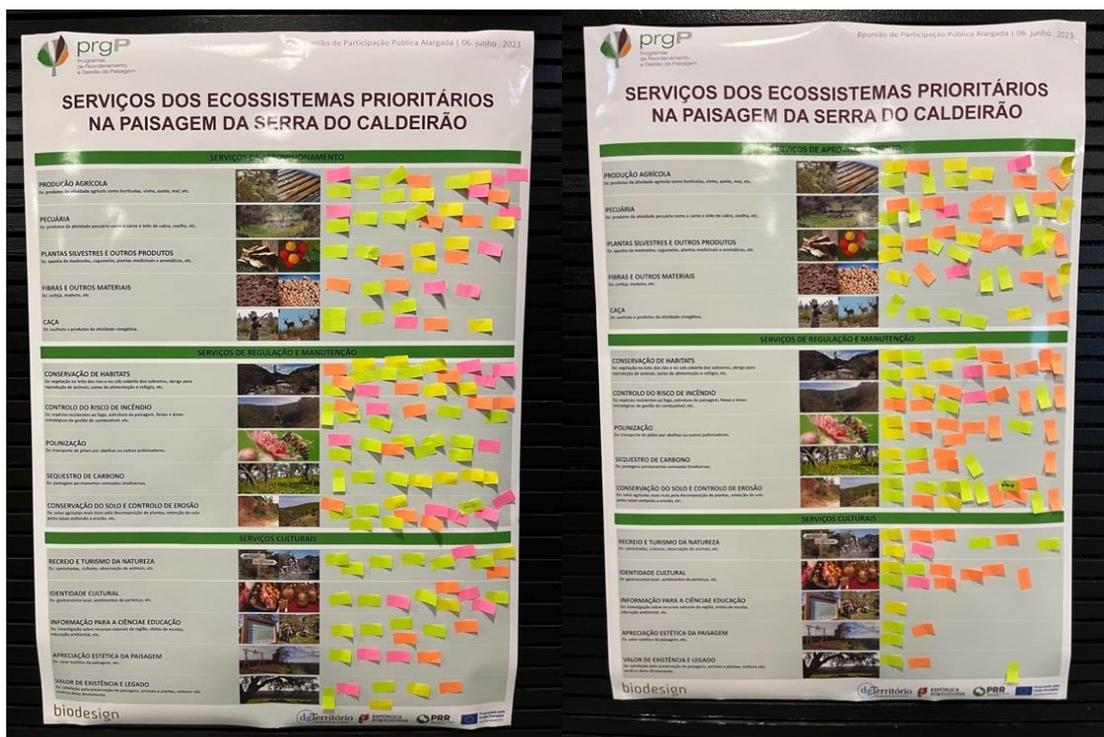


Figura 32 – Votação pelos participantes nos serviços de ecossistemas prioritários

Desse exercício foi possível estabelecer um ranking dos serviços considerados mais relevantes, por categoria e por serviço (ver Quadro 30).

Nos cinco serviços classificados como mais relevantes podemos encontrar dois de regulação e três de provisão. Analisando por serviço, é possível verificar que a conservação dos habitats e a conservação do solo e regulação dos fluxos hídricos são considerados os dois mais relevantes para a área do PRGP SC.

Tem também uma valorização muito elevada os serviços de produção agrícola, pecuária e plantas silvestre e outros produtos. No extremo oposto as características estéticas da paisagem e a Informação para a ciência e educação surgem como os menos prioritários.

Quadro 30 – Ranking dos serviços de ecossistemas prioritários

Secção/categoria	Serviço	Votos
Serviço de regulação e manutenção	Conservação de habitats	29
Serviço de regulação e manutenção	Conservação do solo e regulação dos fluxos hídricos	27
Serviço de provisão	Produção agrícola	24
Serviço de provisão	Pecuária	22
Serviço de provisão	Plantas silvestres e outros produtos	22
Serviço de regulação e manutenção	Controlo do risco de incêndio	21
Serviço de regulação e manutenção	Polinização	19

Secção/categoria	Serviço	Votos
Serviços culturais	<b>Identidade cultural</b>	18
Serviços culturais	<b>Recreio e ecoturismo</b>	17
Serviço de regulação e manutenção	<b>Sequestro de carbono</b>	15
Serviço de aprovisionamento	<b>Fibras e outros materiais</b>	13
Serviço de aprovisionamento	<b>Caça</b>	13
Serviços culturais	<b>Valor de existência e legado</b>	9
Serviços culturais	<b>Informação para a ciência e educação</b>	7
Serviços culturais	<b>Características estéticas da paisagem</b>	7

Esta classificação ilustra a importância relativa que o conjunto de participantes, representativos de diversas atividades e interesses na gestão do território, atribuem aos diferentes benefícios garantidos pelos serviços dos ecossistemas.

Sendo esta uma área reconhecida pela baixa intensidade produtiva e reduzida atividade socioeconómica, tal foi traduzido num maior peso de priorizar a existência de serviços de aprovisionamento na paisagem futura da Serra, no sentido de esta ser um território com presença humana e dinâmica socioeconómica. A elevada priorização dos serviços de regulação e manutenção fornecidos pelos ecossistemas, resultam também de um reconhecimento de valorizar os habitats, o solo e os recursos hídrico da Serra, que têm vindo a estar cada vez mais vulneráveis.

Estes dados permitem mais uma vez informar sobre quais os eixos de intervenção prioritários para o Plano, mas também evidenciam os desafios de gerar oportunidades de rendimento e mecanismos de remuneração, uma vez que partes destes serviços considerados mais relevantes são tipicamente bens públicos e não têm o seu valor económico incorporado no mercado por intermédio de um sistema de preços.

### III. Caminhos para Alcançar a Visão – Grupos focais

A fase seguinte da sessão passou por uma divisão dos participantes em quatro grupos de trabalho, subordinados às seguintes temáticas:

1. Revitalização e recuperação da paisagem: florestas e sistemas agro-silvopastoris;
2. Fixação de população, ocupação do território e dinamização da economia local;
3. Valorização do capital natural e do património cultural;
4. Gestão de combustível e aumento da resiliência do território aos fogos rurais.

A dinâmica do trabalho em grupo seguiu o formato de World Café, no qual os grupos tiveram um período para debater e validar o diagnóstico e tendências de evolução já apresentados pela equipa do PRGP SC, seguido de uma discussão sobre questões/desafios específicos dentro de cada temática.

Foi entregue a cada grupo de trabalho uma Ficha de Trabalho (ver Anexo IV) que permitiu estruturar o trabalho dentro dos grupos, existindo em cada grupo um relator responsável pelo registo dos principais pontos debatidos e conclusões retiradas.

Cada grupo selecionou um porta-voz, que uma vez terminados os trabalhos, tal como o relator, ficou fixo no seu grupo temático enquanto os restantes participantes circularam por outros grupos, para se inteirarem e contribuírem para a discussão de outras áreas temáticas. O porta-voz teve como função principal apresentar aos “visitantes” os assuntos debatidos no grupo e o relator de registar novos contributos provenientes desta rotação de participantes.

Concluído o período de rotação, os participantes voltaram ao seu grupo original, tendo feito uma reflexão final e validação das conclusões retiradas sobre esta área temática. Em seguida estão descritas as principais ideias e conclusões de cada grupo temático, e que constituem valiosos contributos para o desenho deste PRGP.

- **Grupo I** - Revitalização e recuperação da paisagem: florestas e sistemas agro-silvopastoris;

#### Validação do diagnóstico e tendências de evolução apresentados pela equipa do PRGP SC

A descrição dos valores naturais apresenta-se resumida, deviam ter sido usados os planos das ZEC e as fichas da RN2000. Foi também apontado que existem dados climáticos mais desagregados que deveriam ter sido usados neste diagnóstico.

Foi referido que este estudo, quando definido o seu âmbito geográfico, deveria incluir mais freguesias contíguas à área escolhida.

Uma das grandes ameaças no território passa pela identificação e estrutura da propriedade privada, nomeadamente a sua dimensão. O território é considerado hostil a atividades produtivas, que tenham rendimento. A realização do PRGP SC é uma oportunidade, pelo tipo de programa que é, para contribuir para mudar o rumo atual, nomeadamente, através da preservação dos valores naturais da Serra e valorização dos produtos endógenos específicos e decorrentes da ecologia deste território.

## Temáticas específicas

### **Economia e estado de conservação dos sobreirais**

Observa-se uma tendência de diminuição de 30%-50%, em resultado dos incêndios, seca, problemas fitossanitários e também algum declínio causado pela má gestão. Ter-se-á perdido uma fração de árvores até 30%, mas a perda de vitalidade e a morte súbita afeta principalmente as plantas mais jovens e mais velhas.

O rendimento da exploração da cortiça tendencialmente já não compensa, com receitas a descer e os custos a subir. Não compensa e por essa razão não existe gestão (os tiradores da cortiça responsabilizam-se pelos caminhos de extração e nada mais). Passou a tirar-se cortiça em cada 10-12 anos para ter dimensão. Anteriormente o rendimento compensava os custos de gestão, por causa da muito maior produtividade. São intermediários que compram a cortiça, no mato (90%), vendida na árvore, e são os intermediários que organizam e apresentam os tiradores. Não é o proprietário que controla a qualidade do trabalho de extração. Em árvores já com pouca vitalidade pode até haver alguma falta de cuidado dos tiradores que contribua para piorar a situação. Também não são os proprietários que controlam as quantidades, o intermediário faz a sua oferta que será ou não aceite.

### **Economia e futuro do pinheiro manso**

Não há forma de continuar a gerir os povoamentos de pinheiro-manso sem apoios. Não foi feita enxertia para que pudessem produzir pinha, nem os desbastes necessários. De forma geral, tem-se verificado uma má gestão, a tendência será para que os Pinheiros venham a ser cortados. Não existem experiências de resinagem na área do Programa.

### **Novas áreas de gestão agro-florestal**

Existe motivação de utilização das terras ainda em condições para ter acesso aos pagamentos englobados no Pedido Único. As culturas são principalmente pomar tradicional de sequeiro. Observa-se uma tendência crescente, mas com baixa taxa de crescimento, não necessariamente estrangeiros, mas sim proprietários locais. O medronhal bravo chega para sustentar a procura logo não há tendência para a constituição de pomares. A produção de aguardente é muito controlada. Se estiverem legalizados, a procura de medronho crescerá.

### **Pecuária**

Não é razoável, porque ninguém quer ser pastor e porque são necessários investimentos em cercas para poder controlar o pastoreio das cabras. Não existe matadouro no Algarve, tinham de ir ao Alentejo, o que aumenta muitos custos. A venda do leite e dos queijos, sem certificação, não é viável. A CM de Loulé tem um protocolo com a ANCCRAL para apoio à produção da Cabra Algarvia: inventário dos animais existentes, levantamento de necessidades, procura de apoios, etc. Do ponto de vista ambiental onde há cabras não há regeneração natural de sobreiro, pelo que importa também ponderar este aspeto.

- **Grupo II** - Fixação de população, ocupação do território e dinamização da economia local;

#### Validação do diagnóstico e tendências de evolução apresentados pela equipa do PRGP SC

É muito importante reforçar a questão do esvaziamento rural, humano, e conseqüentemente económico e produtivo deste território. Esta tem sido uma das principais tendências do território e das principais causas do seu declínio como um todo. Alguns participantes alertaram para o uso, durante a apresentação, do termo desertificação humana, que deverá ser substituído pelo termo desumanização ou desocupação.

A estrutura fundiária, caracterizada por propriedades de reduzida dimensão, mas também a própria estrutura e dimensão das empresas que operam neste território, tem um impacto significativo na capacidade de evolução do território, não existe massa crítica capaz de o alavancar. A falta de infraestruturas de telecomunicações, de mobilidade, abastecimento de águas, entre outras, constituem uma forte limitação ao investimento e fixação de empresa e negócios.

As alterações climáticas terão um impacto mais forte e mais a curto prazo do que se antecipava, gerando um aumento da pressão sobre um território já bastante vulnerável, principalmente do ponto de vista dos recursos hídricos.

Foi destacada a importância de existir um estímulo ou incentivo ao associativismo e gestão conjunta do território, que tem um histórico de reduzida cooperação. Existem abordagens mais impositivas ou voluntárias, tendo-se concluído que será necessária uma combinação de estratégias que promovam a cooperação entre instituições, empresas e comunidades.

#### Temáticas específicas

##### **Dinâmicas populacionais**

A Serra do Caldeirão necessita de uma aposta e investimento na promoção de divulgação nacional e internacional dos seus valores naturais, paisagísticos e endógenos. Apesar disso, observa-se um fluxo de novos rurais, nacionais e internacionais, o que tem gerado um elevado aumento da procura de terrenos e habitação, muito escassos na Serra, e que tem criado muitas dificuldades de fixação às comunidades locais, sem capacidade financeira para competir com os novos rurais. Durante os anos da pandemia de Covid19 a dinâmica participativa diminuiu muito, mas tem vindo a recuperar com a chegada deste novos rurais.

Os investimentos na Serra têm sofrido alguns constrangimentos gerados pela legislação e regulamentos existentes, que limitam a implementação de projetos e que nem sempre são claros, seria por isso importante uma maior clarificação das restrições e/ou limitações para evitar problemas que

têm sido recorrentes, com novos proprietários que depois se vêm impedidos de concretizar os seus projetos. Foi apontada a necessidade de criar condições especiais para apoiar os aglomerados rurais existentes, estruturando instrumentos específicos e conferindo maior flexibilidade aos existentes. Este processo de definir mecanismos de financiamento deve contar com o envolvimento dos atores locais, para que sejam eficazes e bem ajustados às características deste território.

## **Economia**

Existem um conjunto de atividades, tradições e recursos endógenos que permitem ambicionar uma maior dinâmica socioeconómica na Serra, onde se destacam:

- Turismo rural e ecoturismo;
- Festas e romarias;
- Gastronomia;
- Destilarias;
- Lagares de azeite;
- Melaria (30% dos apicultores da Serra são profissionais);
- Telheiros e fornos a cal.

Existem também potencial para recuperar fileiras de produtos tradicionais que dependam de conhecimento específico (ex: tomate de sequeiro).

A população residente na Serra está distribuída por diferentes aldeias, mas também de forma dispersa pelo território. Para uma gestão mais eficiente da paisagem e que permita dinamizar a economia rural da Serra a aposta deverá focar-se no desenvolvimento dos aglomerados rurais mais relevantes, que têm uma estrutura, dimensão e presença humana capaz de funcionar como âncoras do território, nomeadamente:

- Cachopo;
- Cortelha;
- Montes Novos;
- Barranco do Velho;
- Santa Catarina;
- Vale Maria;
- Vale da Rocha;
- Parizes;
- Javali.

Foi identificada a necessidade de apoios à recuperação do edificado das aldeias, e analisar a legislação para turismo de aldeia, atualmente o regime de alojamento local tem grande facilidade de licenciamento e gera elevados rendimentos, pelo que compete fortemente contra o aluguer tradicional ou mesmo com o turismo rural.

- **Grupo III** - Valorização do capital natural e do património cultural;

#### Validação do diagnóstico e tendências de evolução apresentados pela equipa do PRGP SC

Existe uma carência de acessos de qualidade à Serra bem como infraestruturas de telecomunicações, que limitam a fixação de pessoas e negócios. É fundamental criar condições para fixar pessoas no território, por exemplo através da facilitação de processos e licenciamento a projetos de recuperação de antigas habitações.

Do ponto de vista produtivo há condições para uma aposta estratégica na alfarroba, medronho, pastoreio extensivo, sobreiral, apicultura e agricultura regenerativa, tendo em consideração os impactos das alterações climáticas na viabilidade destas atividades produtivas, em particular para o sobreiral. A produção de sobreiro que já enfrenta declínio e doença, sendo necessário um investimento na componente fitossanitária.

O PRGP SC deve considerar as estratégias e planos já existentes para este território, em particular os Planos de Gestão da Rede Natura 2000. Foi sugerido também que possa promover medidas que valorizem a paisagem biodiversa e uma estrutura de paisagem assente em mosaicos que altere efetivamente o regime de fogo.

#### Temáticas específicas

##### **Valorização do capital natural**

Os recursos hídricos são um fator chave na Serra do Caldeirão, e tem funcionado como limitação à resiliência e produtividade deste território. Foi por isso considerado essencial recuperar elementos de água, fontes, azenhas, chafarizes, apoiar pequenas barragens e pontos de água, para promover maior disponibilidade de água, importando também sensibilizar para uma melhor gestão da mesma. Seria assim importante que o Programa possa promover a retenção de água, mas também mecanismos de limpeza e reabilitação da rede hidrográfica, uma vez que atualmente não há prestadores para fazer esse serviço.

O turismo de natureza constitui-se como uma das grandes oportunidades deste território, onde já existe alguma visitação e infraestruturas e serviços turísticos, contudo ainda algo reduzidos, até face à procura já existente. A melhoria das infraestruturas de visitação, de sinalética, maior promoção dos percursos pedestres e de jipe, bem como a recuperação do património edificado podem dar um impulso relevante para este sector de atividade. É também necessário promover a recuperação do património arquitetónico e do património natural, tornando as aldeias como os grandes pontos de dinamização da Serra, ligados por serviços e infraestruturas de visitação como a Via Algarviana.

Foram ainda referidos o potencial da pastorícia e de explorar fontes de financiamento inovadoras como os mercados de carbono, contudo os Programas Operacionais Regionais ainda são o melhor apoio neste momento.

### **Caça**

No contexto da dinamização da atividade cinegética na Serra do Caldeirão, foi identificado o declínio do coelho neste território acompanhado do aumento descontrolado do javali, situação que tem vindo a gerar cada vez mais problemas aos proprietários e visitantes. Seria assim desejável uma gestão eficaz da problemática do javali, bem como a introdução do veado e uma aposta na melhoria dos habitats para a perdiz e para o coelho, potenciando assim um maior equilíbrio ecológico e melhores atrativos para a atividade cinegética. Foi referido o potencial de se implementar um matadouro móvel, pois verificou-se que um matadouro fixo não é viável.

### **Envolvimento das partes interessadas na remuneração dos serviços ambientais**

Existe um consenso de que os mecanismos de remuneração devem fazer parte da solução para este território, no entanto para a sua implementação é necessário criar condições e estímulo à adesão dos proprietários. Foi destacada a importância de simplificação de procedimentos, criar maior facilidade nos mecanismos de monitorização dos resultados e apoiar a criação de empresas especializadas no fornecimento de serviços de gestão da paisagem. É fundamental encontrar soluções para viabilizar a atividade de pequenos proprietários da Serra, e a remuneração dos serviços ambientais pode ser um passo importante nesse sentido.

- **Grupo IV** - Gestão de combustível e aumento da resiliência do território aos fogos rurais.

### Validação do diagnóstico e tendências de evolução apresentados pela equipa do PRGP SC

Não foram apresentados dados de diagnóstico sobre o risco de incêndio rural, nem indicadores de comportamento do fogo. Faltou também apresentar a infraestrutura viária, que deveria ser dividida em tipologias para avaliação da acessibilidade a vários pontos e capacidade de escoamento de produtos ou de acesso a bens e serviços prestados pelos proprietários privados.

Foi ainda referido que teria interesse apresentar as dinâmicas populacionais – atual situação e tendências evolutivas à escala da BGRI – e outros indicadores demográficos (e.g., população no setor primário). Foram ainda salientados outros elementos como a dispersão do edificado e a representação das infraestruturas de armazenamento e distribuição de água, incluindo aquela que é dirigida ao consumo humano ou para apoio ao combate a incêndios rurais. A delimitação da Rede Primária (planeada) e a necessidade de juntar valor à gestão de combustíveis foram aspetos mencionados que poderiam ter sido apresentados.

O abandono das áreas agrícolas foi consensual. Já os fatores que determinam o abandono não, uns salientaram como causa as políticas e o modelo económico assente no turismo, e outros a baixa capacidade produtiva dos solos. Atualmente, a floresta ocupa os lugares que a agricultura abandonou. Também foi referido que os quadros comunitários de apoio não têm contribuído para a coesão territorial.

Há necessidade de investir mais e, principalmente melhor, em floresta, ajustando espécies e técnicas às condicionantes locais e às suas dinâmicas mais expectáveis. A mortalidade por más práticas, seca, incêndios rurais, doenças e pragas faz com que, mesmo quem produz floresta, não volte a reinvestir. A competição com o setor do turismo é desequilibrada, e afasta prestadores de serviços e trabalhadores, porque o rendimento resultante das atividades rurais nas primeiras etapas da cadeia de valor dos produtos e serviços.

### Temáticas específicas

#### **Relativamente à implementação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais**

Não se consegue proteger a floresta sem uma agricultura ativa, e dessa forma a “lavoura” é crítica neste contexto. O turismo não contribui nada para a prevenção, direta ou indiretamente. Há dificuldade em dar escala a algumas das medidas elencadas. Os programas direcionados para a proteção de pessoas são complementares e deveriam juntar-se (condomínio de aldeia + aldeia segura).

Os custos de gestão de combustíveis deveriam ser partilhados entre todos os beneficiários das ações. É ainda relevante direcionar incentivos aos proprietários orientados tecnicamente para os sistemas silvo-pastoris. Foram mencionados diferentes tipos de compensações, quer relacionadas com restrições de usos (e.g., nas APPS, decorrentes da instalação de infraestruturas que ocupem espaços de vocação agrícola e florestal, como as centrais solares ou barragens, ou da prestação de serviços de ecossistema, como os mercados de créditos de carbono e de biodiversidade).

Cadastro ainda não concluído e as dificuldades decorrentes de heranças indivisas continuam a constituir-se como entraves à gestão em espaço rural. Por fim, foi consensual que a Rede Primária (RP) não é eficaz em grandes incêndios ou perante fogos com comportamento extremo. Contudo, a visão entre os presentes sobre o que fazer em resultado desta constatação é diferente: a) diminuir a área de RP e apostar mais em mosaicos; b) adensar a RP; c) complementar a RP com mosaicos. A RP tem um elevado custo de manutenção e tem revelado a sua utilidade no combate aos flancos dos incêndios, ou como oportunidade se coincidente com o desagramento da meteorologia. Houve quem sugerisse concessionar a exploração da RP, e que uma vez constituída servidão, poderiam definir-se as ações que lá são permitidas tal como se faz na REN

### **Técnicas de gestão de combustível**

Faltam de técnicos de fogo controlado, apesar do aumento em resultado do curso promovido recentemente pela AMAL. Há intenção de estabelecer um plano regional de fogo controlado no Algarve, e o PRGP poderia também ter um associado.

Relativamente ao pastoreio salientou-se a falta de matadouro. A pastorícia é uma atividade exigente, e que tem que ter um pastor sempre presente (deveria estabelecer-se a Escola de Pastores, tal como no Norte), mesmo que se instalem cercas elétricas solares ou cercas virtuais. Há pouco conhecimento sobre modelos de pastoreio dirigidos para o controlo de combustíveis.

#### **IV. Relato e síntese dos grupos temáticos**

A sessão culminou com uma apresentação plenária para todos os participantes das principais reflexões de cada grupo, resumizando os elementos-chave para o território que são transversais a este Programa. Os restantes participantes puderam comentar e validar as perspetivas e conclusões de cada grupo, permitindo assim, que todos contribuam e se revejam nos resultados produzidos pelos diferentes grupos temáticos.

Importa destacar a unanimidade à volta do argumento de que o principal foco do PRGP SC deve ser o de atrair, fixar e melhorar a qualidade de vida das pessoas, por via de uma revitalização da capacidade produtiva da Serra combinada com uma reorganização da paisagem que valorize e preserve a estrutura ecológica e hídrica da Serra.

Este Plano deverá também promover a estruturação do território em mosaicos que fomentem a sustentabilidade do território e resiliência ao fogo, permitindo conciliar a atividade produtiva e valorização dos recursos endógenos com a conservação dos ecossistemas naturais e da identidade cultural da região.



**Figura 33 – Apresentação plenária das principais reflexões de cada grupo, pelo relator**

Foi também destacado o papel central que os aglomerados populacionais existentes na Serra poderão ter no desenho e implementação deste PRGP, devendo estas aldeias ser potenciadas para que se constituam como polos agregadores de população e como peças chave para alavancar os espaços naturais e produtivos nas suas imediações.

Reconhece-se a existência de desafios estruturais no território, como a questão da dimensão da propriedade, cadastro, envelhecimento populacional ou falta de infraestruturas, que não poderá ser resolvida pelo PRGP SC, mas que esta visão estratégica e ao nível da paisagem criada pelo Programa pode contribuir para a discussão e análise destas problemáticas, à luz da evolução que se pretende para este território.

Após esta apresentação e validação coletiva foi encerrada a Reunião Pública, com os devidos agradecimentos pela presença e compromisso de todos os participantes durante a sessão.

#### V. Avaliação da sessão

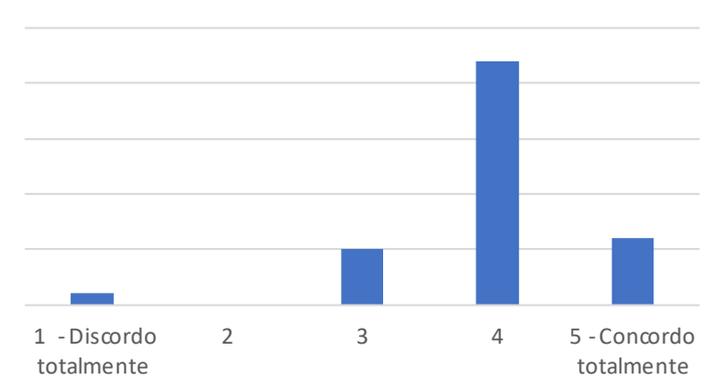
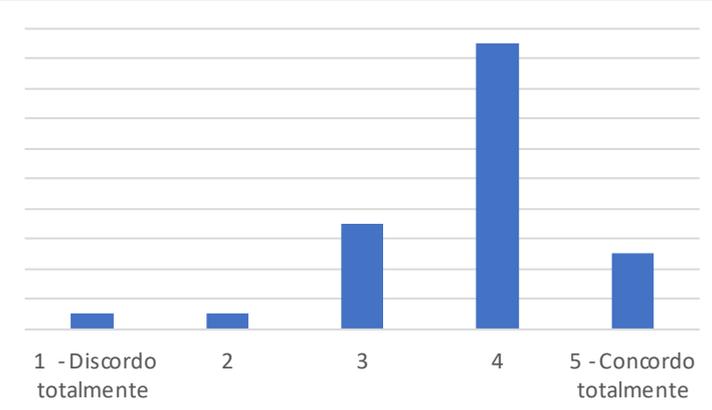
No final da sessão foi entregue aos participantes um questionário de avaliação da Reunião Pública, tendo sido pedido para classificarem seis afirmações numa escala entre 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente), seguido de quatro perguntas de resposta aberta.

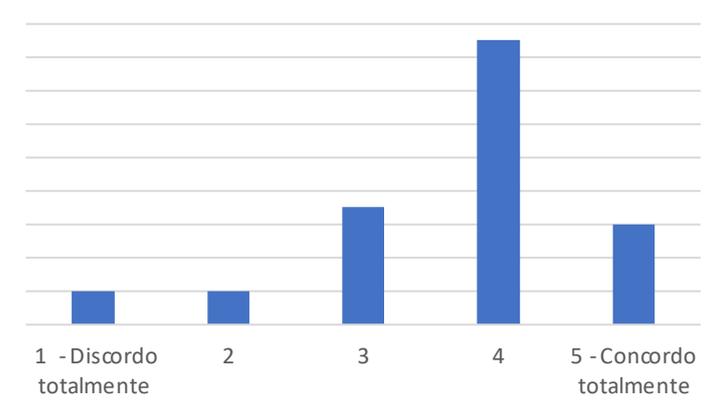
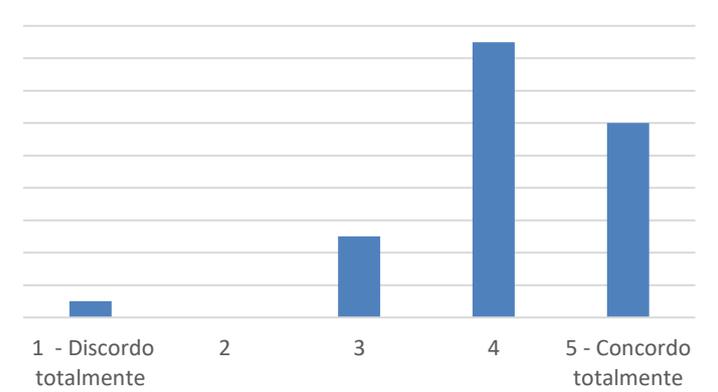
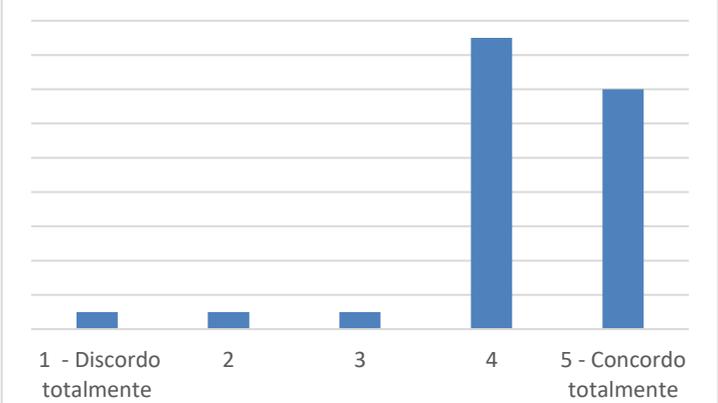
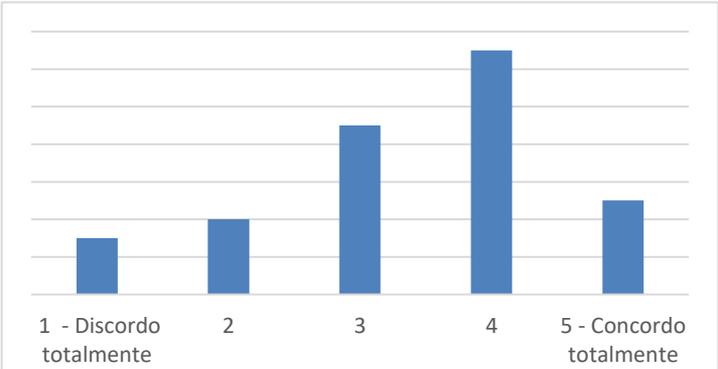
Os resultados obtidos, apresentados nas tabelas seguintes, permitem inferir que a sessão teve uma avaliação positiva, onde se destaca ter sido uma sessão bastante participada e que permitiu a troca de ideias e experiências entre os diferentes participantes. A multidisciplinaridade e diversidade dos

participantes permitiu introduzir e discutir diferentes perspetivas sobre o mesmo tema, o que enriqueceu a discussão e permitiu desenvolver resultados com um contributo pertinente para o desenho deste PRGP. Uma das perguntas abertas do questionário de avaliação era sobre qual o aspeto mais importante que foi identificado durante a Reunião Pública, as respostas a esta pergunta permitem identificar e reforçar as ideias e soluções que geraram maior impacto e consenso nos participantes, e que se devem repercutir no desenho deste PRGP.

A sessão foi considerada bastante bem estruturada e dinâmica, tendo sido sugerido mais tempo de discussão e a utilização de espaços mais amplos ou diferentes espaços para as dinâmicas de grupos, pois gerou-se muito ruído durante as sessões de trabalho o que dificultou a discussão dentro de cada grupo. Foi também sugerido que de futuro devem ser envolvidas as populações locais e existir oportunidade para discutir outras temáticas para além das definidas para a sessão.

**Quadro 31 – Classificação das afirmações dispostas no inquérito de avaliação**

Afirmações	Respostas												
<p>Os exercícios permitiram discutir de uma forma estruturada os diferentes desafios da Serra do Caldeirão</p>	 <table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Barras (Primeira Afirmação)</caption> <thead> <tr> <th>Resposta</th> <th>1 - Discredo totalmente</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5 - Concordo totalmente</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quantidade</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>2</td> <td>5</td> <td>2</td> </tr> </tbody> </table>	Resposta	1 - Discredo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente	Quantidade	1	0	2	5	2
Resposta	1 - Discredo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente								
Quantidade	1	0	2	5	2								
<p>Os exercícios permitiram identificar uma visão e identificar caminhos para alcançar essa visão de um futuro sustentável para a Serra do Caldeirão</p>	 <table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Barras (Segunda Afirmação)</caption> <thead> <tr> <th>Resposta</th> <th>1 - Discredo totalmente</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5 - Concordo totalmente</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quantidade</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>3</td> <td>5</td> <td>2</td> </tr> </tbody> </table>	Resposta	1 - Discredo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente	Quantidade	1	1	3	5	2
Resposta	1 - Discredo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente								
Quantidade	1	1	3	5	2								

Afirmações	Respostas												
<p>Os exercícios permitiram identificar ideias e ações que posso introduzir/aplicar na minha atividade/função</p>	 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Resposta</th> <th>1 - Discordo totalmente</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5 - Concordo totalmente</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1 - Discordo totalmente</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>3</td> <td>5</td> <td>2</td> </tr> </tbody> </table>	Resposta	1 - Discordo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1	1	3	5	2
Resposta	1 - Discordo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente								
1 - Discordo totalmente	1	1	3	5	2								
<p>Todos os participantes contribuíram para a discussão e para os resultados obtidos.</p>	 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Resposta</th> <th>1 - Discordo totalmente</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5 - Concordo totalmente</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1 - Discordo totalmente</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>2</td> <td>5</td> <td>3</td> </tr> </tbody> </table>	Resposta	1 - Discordo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1	0	2	5	3
Resposta	1 - Discordo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente								
1 - Discordo totalmente	1	0	2	5	3								
<p>O formato da reunião proporcionou um espaço para a troca de percepções e experiências entre participantes</p>	 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Resposta</th> <th>1 - Discordo totalmente</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5 - Concordo totalmente</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1 - Discordo totalmente</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>5</td> <td>3</td> </tr> </tbody> </table>	Resposta	1 - Discordo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1	1	1	5	3
Resposta	1 - Discordo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente								
1 - Discordo totalmente	1	1	1	5	3								
<p>A reunião permitiu identificar aspectos que anteriormente desconhecia</p>	 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Resposta</th> <th>1 - Discordo totalmente</th> <th>2</th> <th>3</th> <th>4</th> <th>5 - Concordo totalmente</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1 - Discordo totalmente</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>3</td> <td>5</td> <td>2</td> </tr> </tbody> </table>	Resposta	1 - Discordo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente	1 - Discordo totalmente	1	1	3	5	2
Resposta	1 - Discordo totalmente	2	3	4	5 - Concordo totalmente								
1 - Discordo totalmente	1	1	3	5	2								

## Quadro 32 – Síntese das respostas abertas do inquérito de avaliação

### Quais os aspetos mais positivos e mais negativos da sessão

#### Negativo

- A reunião teve muita descrição;
- Não me revejo neste tipo de trabalho;
- O ruído criado por ter todos os grupos na mesma sala dificulta a discussão;
- Pouco tempo para as discussões;
- Ausência de população local;
- Faltou um facilitador na construção da visão;
- Nos grupos focais as discussões nem sempre foram bem conduzidas;
- Espaço pequeno.

#### Positivo

- Diálogo entre diferentes partes interessadas;
- Ideias de vários quadrantes;
- Participação alargada de várias partes interessadas;
- Diversidade de temas abordados;
- Troca de experiências;
- A entrega dos participantes;
- Debate de ideias;
- Multidisciplinaridade presente, permitiu ter diferentes perspetivas sobre o mesmo tema;
- Duração adequada para a sessão;
- Sessão muito dinâmica.

### A discussão realizada trouxe algum elemento novo à forma como percecionava a gestão da paisagem da Serra do Caldeirão? Se sim, qual(is)?

- Sim, algumas ideias novas que poderão ser efetivamente implementadas.

### Na sua opinião, e no âmbito desta temática, qual considera ser o aspeto mais importante que foi identificado durante a Reunião Pública?

- Acessos de rede viárias e telecomunicações são essenciais para o desenvolvimento da Serra;
- Valor da Serra do Caldeirão;
- Necessidade de fixação da população para revitalizar a Serra;
- A proposta de criar uma Bio-região para este território;
- Potenciar os aglomerados existentes;
- Integrar estudos, planos e reflexões anteriores para desenhar este PRGP, para não se perder o trabalho anterior;
- Preservar as características naturais da Serra;
- Diversidade do território;
- Visão integrada de valorização e agregação do território;
- Falta de dados concretos sobre a região;
- Existência e criação de mosaicos.

### Comentários/sugestões para a próxima sessão

- Ter mais tempo para discutir mais temas;
- Participação da população e proprietários rurais;
- Grupos em salas diferentes;
- Grupos mais pequenos.

## 7 PRÓXIMOS PASSOS DOS MOMENTOS PARTICIPATIVOS

Na sequência da **Sessão de lançamento do Programa**, que teve lugar no dia 17 de março, foi dada continuidade à realização de reuniões individuais com as partes interessadas, de forma a concluir o mapeamento e envolver um maior número de atores relevantes diferentes no Programa, garantindo assim que são abrangidos os diversos desafios, interesses e oportunidades do território.

Uma vez concluída esta abordagem individual, os próximos momentos participativos são orientados para uma lógica colaborativa com a organização de sessões públicas alargadas de partilha e cocriação de conhecimento. Uma participação alargada e organizada sem prejuízo e para além do estrito cumprimento dos requisitos legais de consulta pública, confere maior robustez à proposta do Programa e assegura o compromisso dos atores locais e regionais, essenciais para a prossecução deste processo, que deverá culminar com a implementação do PRGP SC no território.

A realização da **1.ª Reunião de Participação Pública alargada** no dia 6 de junho, teve uma abordagem mais direcionada para a discussão de uma visão estratégica do território e definição de linhas de ação prioritárias que suportem a implementação dessa estratégia, teve uma elevada participação e permitiu recolher contributos muito válidos para a elaboração do PRGP SC. Nesta Reunião Pública foi valorizada esta abordagem de interação com as partes interessadas, tendo sido referido a importância de reuniões subsequentes que permitam dar conhecimento dos progressos do Programa, criando um espaço para discussão e validação do mesmo.

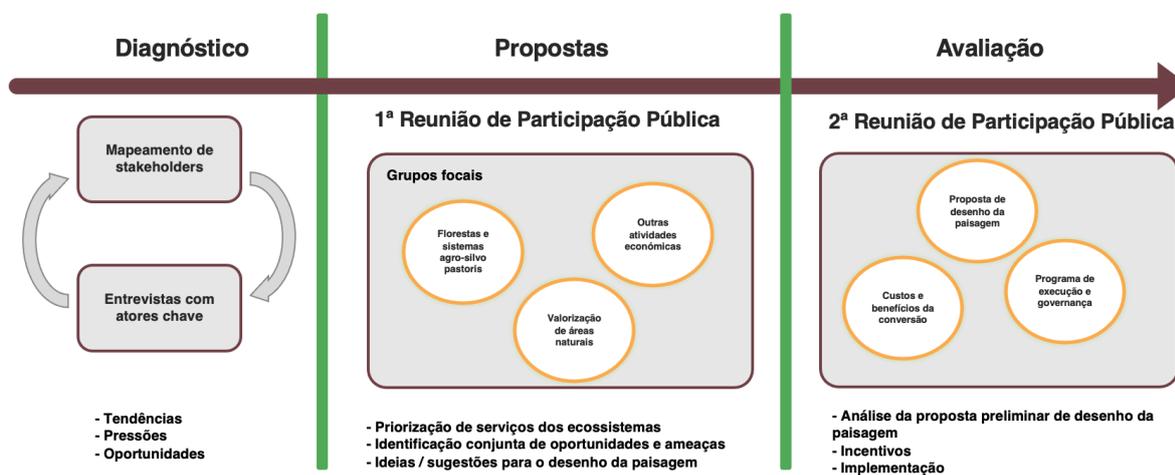


Figura 34 – Faseamento dos momentos participativos

Propõe-se, assim, a realização da **Sessão de Participação Pública alargada**, durante o período de Discussão Pública, que integrará momentos expositivos, de debate e validação, uma vez que servirá para apresentar a proposta de desenho da paisagem e validar e ajustar as opções preconizadas no

PRGP SC, sob as temáticas “Proposta de desenho da paisagem”, “Custos e benefícios da conversão” e “Programa de execução e governança”, que tem como objetivo debater e formular soluções, medidas e/ou instrumentos que permitam sustentar a transição para o desenho da paisagem proposto, alavancando uma nova economia rural, que garanta resiliência, rendimento das atividades e qualidade de vida das populações locais.

# PARTE IX – BIBLIOGRAFIA

---

## 1 BIBLIOGRAFIA

**Abreu, A.C.; Correia, T.P.; Oliveira, R. (coord.), 2004.** Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Volume III - Grupos de Unidades de Paisagem G (Beira Interior). Direcção- Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Coleção Estudos 10. Lisboa. ISBN: 972-8569-28-9

**Acácio, V., Holmgren, M., Jansen, P.A., Schrotter, O., 2007.** Multiple recruitment limitation causes arrested succession in Mediterranean cork oak systems. *Ecosystems* 10: 1220–1230.

**Acácio, V., Holmgren, M., Rego, F., Moreira, F., Mohren, G.M.J., 2009.** Are drought and wildfires turning Mediterranean cork oak forests into persistent shrublands? *Agroforestry Systems* 76: 389–400.

**Aparicio, A., Albaladejo, R.G., Olalla-Tárras, M.Á., Carrillo, L.F., Rodriguez, M.Á., 2008.** Dispersal potentials determine responses of woody plant species richness to environmental factors in fragmented Mediterranean landscapes. *Forest Ecology and Management* 255: 2894–2906.

**Baeza, M.J., Santana, V.M., Pausas, J.G., Vallejo, V.R., 2011.** Successional trends in standing dead biomass in Mediterranean basin species. *Journal of Vegetation Science* 22: 467–474.

**Blondel, J., Aronson, J., Bodiou, J.Y., Boeuf, G., 2010.** The Mediterranean Region. *Biological Diversity in Space and Time*. 2nd ed. Oxford University Press, Oxford.

**Caldeira, C., Nogueira, C., Bencatel, A., Santos Silva, C. & Nunes, J. 2021.** Vitalidade do montado: recomendações para uma gestão adaptativa. UNAC.

**Caldeira, D., 2012.** Incêndio florestal em Tavira e São Brás de Alportel – Período de 18 a 22 de julho de 2012. Liga dos Bombeiros Portugueses, Lisboa.

**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), 2006.** Plano Regional de Ordenamento do Território. Caracterização e Diagnóstico. Volume II.

**Comissão Nacional do Ambiente (CNA), 1982.** Carta de Capacidade de Uso do Solo. Atlas do Ambiente. Escala 1:1.000.000. Secretaria de Estado do Ambiente.

**Costa, A., Madeira, M., Plieninger, T., 2014.** Cork oak woodlands patchiness: a signature of imminent deforestation? *Applied Geography* 54: 18–26.

**Costa, J., Aguiar, C., Capelo, J. & Lousã, M., 1998.** *Biogeografia de Portugal Continental*. Quercetea. ISSN 0874-5250.

**Cruz, C.S., Monteiro-Alves, A.A., 1987.** Ecological fire influences on *Quercus suber* forest ecosystems. *Ecologia Mediterranea* 13(4): 69–78.

**Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro.** Diário da República n.º 30/2023, Série I. Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.

**Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.** Diário da República n.º 164/2019, Série I. Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.

**Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro.** Diário da República n.º 181/2015, Série I. Ministério da Agricultura e do Mar, Lisboa.

**Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro.** Diário da República n.º 184/2009, Série I. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa.

**Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março.** Diário da República n.º 63/2009, Série I. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

**Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março.** Diário da República n.º 65/1990, Série I. Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.

**Fernandes, P.M., 2001.** Fire spread prediction in shrub fuels in Portugal. *Forest Ecology and Management*. 144: 67–74.

**Fernandes, P.M., 2009.** Combining forest structure data and fuel modelling to classify fire hazard in Portugal. *Annals of Forest Science* 66: 415.

**Fernandes, P.M., Gonçalves, H., Loureiro, C., Fernandes, M., Costa, T., Cruz, M.G., Botelho, H., 2009.** Modelos de combustível florestal para Portugal. In: *Actas do 6º Congresso Florestal Nacional*, SPCF, Lisboa, pp. 348–354.

**Fernandes, P.M., Guiomar, N., 2017.** Os incêndios como causa de desarboreização em Portugal. *AGROTEC* 22: 28–32.

**Godinho, S., Guiomar, N., 2022.** Avaliação das capacidades das imagens Sentinel para gerar mapas de modelos de combustíveis. Entregável: “C.1.1.5” da Ação 4.1 do projeto POCTEP CILIFO, Universidade de Évora.

**Godinho, S., Guiomar, N., Machado, R., Santos, P., Sá-Sousa, P., Fernandes, J. P., Pinto-Correia, T., 2016.** Assessment of environment, land management, and spatial variables on recent changes in montado land cover in southern Portugal. *Agroforestry Systems* 90: 177–192.

**Guiomar, N., Godinho, S., Fernandes, P. M., Machado, R., Neves, N., Fernandes, J.P., 2015.** Wildfire patterns and landscape changes in Mediterranean oak woodlands. *Science of the Total Environment* 536: 338-352.

**Guiomar, N., Palheiro, P., Loureiro, C., Carvalho, C.R., Tomé, J., Fernandes, J.P., 2011.** Manual de boas práticas de gestão dos espaços florestais na bacia drenante da albufeira de Castelo do Bode. Projeto Nascentes para a Vida–Volume V, EPAL, Asseisseira.

**ICNF, 2017.** Programa Regional de Ordenamento Florestal - Centro Interior. Documento Estratégico (Capítulo B). Autores: Tomé, M., Rio Carvalho, C., Capelo, J., Mesquita, S. et al. Lisboa

**Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto.** Diário de República n.º 161/2016, Série I. Assembleia da República, Lisboa.

**Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.** Diário da República n.º 249/2005, Série I-A. Assembleia da República, Lisboa.

**Madeira, M., Monteiro, F. & Sousa, E., 2004.** A Base de Referência para os Solos do Mundo e a Classificação dos Solos de Portugal. *Revista de Ciências Agrárias*. Instituto Superior de Agronomia.

**Naveh, Z., Carmel, Y., 2004.** The evolution of the cultural Mediterranean landscape in Israel as affected by fire, grazing, and human activities. In: Wasser, S.P. (Ed.), *Evolutionary Theory and Processes: Modern Horizons, Papers in Honour of Eviatar Nevo*. Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, pp. 337–409.

**Ne’eman, G., Izhaki, I., 1999.** The effect of stand age and microhabitat on soil seed banks in Mediterranean Aleppo pine forests after fire. *Plant Ecology* 144: 115-125.

**Nunes, M.C.S., Vasconcelos, M.J., Pereira, J.M.C., Dasgupta, N., Alldredge, R.J., Rego, F.C., 2005.** Land cover type and fire in Portugal: do fires burn land cover selectively? *Landscape Ecology* 20: 661–673.

**Pausas, J.G., Ribeiro, E., Dias, S.G., Pons, J., Beseler, C., 2006.** Regeneration of a marginal *Quercus suber* forest in the eastern Iberian Peninsula. *Journal of Vegetation Science* 17: 729–738.

**Pereira J.M.C., Silva P.C., Melo I., Oom D., Baldassarre G. Pereira M.G., 2022.** Cartografia de Regimes de Fogo à Escala da Freguesia (1980-2017). *ForestWISE* (Coord.) - Projetos AGIF 2021 (P32100231), Vila Real, 29 pp.

**Pereira, M. M. D., Guiomar, N., 2019.** Recuperação das comunidades de *Arbutus unedo* L. no Alentejo e Algarve sujeitas a ciclos e características de incêndios florestais distintos. *Quercetea* 12: 91–101.

**Pereira, M.M.D., Guiomar, N., Martins, M., 2011.** Post-fire regeneration of *Quercus* sp. ecosystems in Alto Alentejo after 2003 wildfires. *Global Strategy for Plant Conservation, First International Symposium of the FIP*, Valencia.

**Portal do Clima, 2021.** Média das temperaturas médias, máxima, mínima e média da precipitação para a série 1971-2000 e para os dois cenários considerados, nas séries 2011-2040 e 2041-2070, por NUT III. IPMA-FCUL, Lisboa.

**Ramírez, J.A., Díaz, M., 2008.** The role of temporal shrub encroachment for the maintenance of Spanish holm oak *Quercus ilex* dehesas. *Forest Ecology and Management* 255: 1976–1983.

**Rivest, D., Rolo, V., López-Díaz, L., Moreno, G., 2011.** Shrub encroachment in Mediterranean silvopastoral systems: *Retama sphaerocarpa* and *Cistus ladanifer* induce contrasting effects on pasture and *Quercus ilex* production. *Agriculture, Ecosystems and Environment* 141: 447–454.

**Roy, J., Sonié, L., 1992.** Germination and population dynamics of *Cistus* species in relation to fire. *Journal of Applied Ecology* 29: 647–655.

**Sequeira, A. C., Nunes, L., Caetano, M., Marcelino, F., Castro Rego, F., 2022.** Mapa Agrícola e Florestal de Portugal Continental 1951-1980 (MAF1951-80). Relatório técnico. Centro de Ecologia Aplicada “Prof. Baeta Neves”, CEABNInBIO – Instituto Superior de Agronomia, ISAPress, Lisboa.

**Thanos, C.A., Georghiou, K., Kadis, C., Pantazi, C., 1992.** Cistaceae: a plant family with hard seeds. *Israel Journal of Botany* 41: 251–263.

**Trindade, M., Moreira, A., Cardillo, E., Costa e Silva, F., Santos Silva, C., Gonçalves, C., Ribeiro D.,**

**Santos, G.; Rodríguez-Molina, M.C & Soares David, T..2019.** Gestão e Prevenção da Doença Causada por *Phytophthora cinnamomi* em Montados e Dehesas.INIAV.

**UNAC, 2013.** Estudo de determinação dos pontos de valor acrescentado da fileira da cortiça. Lisboa

**Viegas, D.X., Ribeiro, L.M., Figueiredo, A.R., Viegas, M.T., Almeida, M.A., Oliveira, R., Reva, V., Raposo, J.R., 2012.** Relatório do incêndio florestal de Tavira/São Brás de Alportel. ADAI/LAETA, Universidade de Coimbra.

## PARTE X – ANEXOS

---

Anexo I – Lista das Partes Interessadas

Anexo II – Análise da compatibilidade do Desenho da Paisagem Proposto e o conteúdo regulamentar dos IGT em vigor na área do PRGP SC

Anexo III – Programa da 1.<sup>a</sup> Reunião de Participação Pública Alargada

Anexo IV – Fichas de Trabalho da 1.<sup>a</sup> Reunião de Participação Pública Alargada



## **ANEXO – I**

---

### **Lista das Partes Interessadas**



<b>Partes interessadas</b>	<b>Categoria</b>
Câmara Municipal de Tavira	Entidade Acompanhamento
Câmara Municipal de São Brás de Alportel	Entidade Acompanhamento
Câmara Municipal de Loulé	Entidade Acompanhamento
Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo	Instituição
Junta de Freguesia de Cachopo	Instituição
Junta de Freguesia de São Brás de Alportel	Instituição
Junta de Freguesia de Salir	Instituição
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	Entidade Acompanhamento
Administração de Região Hidrográfica do Algarve / APA	Entidade Acompanhamento
Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL)	Entidade Acompanhamento
Região de Turismo do Algarve	Entidade Acompanhamento
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	Entidade Acompanhamento
Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Algarve	Entidade Acompanhamento
AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais	Entidade Acompanhamento
ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	Instituição
Universidade do Algarve	Universidade / Academia
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve	Entidade Acompanhamento
Direção Regional de Cultura do Algarve	Instituição
Zero	ONG
Centro Pinus	Associação social ou empresarial
Associação Natureza Portugal / WWF	ONG
Altri Florestal	Empresa
Anefa - Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente	Associação social ou empresarial
CEAL - Confederação dos Empresários do Algarve	Associação social ou empresarial
NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve	Associação social ou empresarial
ANJE - Associação Nacional dos Jovens Empresários (Núcleo regional do Algarve)	Associação social ou empresarial

<b>Partes interessadas</b>	<b>Categoria</b>
Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve - ACRAL	Associação social ou empresarial
Associação Empresarial de Tavira	Associação social ou empresarial
Associação IN LOCO	ONG
Associação De Produtores Florestais da Serra do Caldeirão	Associação social ou empresarial
ASCAL - Associação de Criadores de Gado do Algarve	Associação social ou empresarial
ANCCRAL - Associação Nacional dos Criadores De Caprinos da Raça Algarvia	Associação social ou empresarial
Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	ONG
MELGARBE - Associação de Apicultores do Sotavento Algarvio	Associação social ou empresarial
Associação Turismo do Algarve (ATA)	Associação social ou empresarial
Viver Serra - Associação para a Proteção e o Desenvolvimento das Serras do Barlavento Algarvio	ONG
Federação de Caçadores do Algarve	Associação social ou empresarial
GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território	ONG
ATBG – Associação Terras do Baixo Guadiana	Associação social ou empresarial
CUMEADAS – Associação Proprietários Florestais das terras do baixo Guadiana	Associação social ou empresarial
Suberpinus	Empresa
Associação Interprofissional para o Desenvolvimento da Produção e Valorização da Alfarroba	Associação social ou empresarial
Proactivetur	Empresa
Cooperativa QRER	Associação social ou empresarial
Associação de Cabeça do Velho	Associação social ou empresarial
Cooperativa - Centro Cultural Montes Novos	Associação social ou empresarial
BIOND	Associação social ou empresarial
The Navigator Company	Empresa

## **ANEXO – II**

---

**Análise da compatibilidade do Desenho da Paisagem Proposto e o conteúdo regulamentar dos IGT em vigor na área do PRGP SC**



Quadro 1 – Análise do conteúdo regulamentar dos PDM aplicáveis na área de intervenção do PRGP SC

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
<b>PDM LOULÉ</b>		
<b>Ordenamento</b>		
Solo Urbano	---	---
<p>Espaço Urbano – Aglomerado Urbano – tipo C</p>	<p>Ocupação, uso e transformação do solo</p> <p>CAPÍTULO III Artigo 25.º Âmbito e usos</p>	<p>1- Os espaços urbanos são caracterizados pelo elevado nível de infra-estruturação e concentração de edificações, destinando-se a solo predominantemente à construção;</p> <p>2- Os espaços urbanos destinam-se a uma ocupação com fins predominantemente habitacionais, podendo integrar outras funções, como atividades terciárias, indústria ou turismo, desde que, pelas suas características, sejam compatíveis com a função habitacional;</p> <p>3- Os espaços urbanos subdividem-se nas categorias: (...) c) <i>Agglomerados urbanos tipo C: (...)</i> Freguesia de Salir: Alcaria do João, Alganduro., Barranco do Velho, Barrosas, Besteirinhos, Cortelha, Corte Neto, Covões, Macheira, Montes Santiago, Palmeiros, Pena, Quintã, Vale Maria Dias.</p>
	<p>Edificabilidade nos espaços urbanos</p> <p>Artigo 29.º</p>	<p>Nos espaços urbanos é possível o loteamento urbano e a construção destinados a habitação, comércio ou serviços, equipamentos e empreendimentos turísticos. As infra-estruturas de abastecimento de água e drenagem de esgotos deverão ser ligadas às redes públicas. Nas operações de loteamento será observado o disposto no Decreto-Lei 448/91 e no Decreto Regulamentar 63/91, ambos de 29 de Novembro, e na Portaria 1182/92, de 22 de Dezembro. Nos empreendimentos turísticos será observado o disposto no Decreto-Lei 328/86, de 30 de Setembro, e no Decreto Regulamentar 8/89, de 21 de Março. Para além das acções de mera renovação e preenchimento de espaços intersticiais, conforme o artigo 27.º, as acções de transformação do uso do solo serão em geral definidas em outros planos municipais de ordenamento do território, na sequência dos quais não poderão ser excedidos os seguintes parâmetros:</p> <p>(...)</p> <p>3) Espaços urbanos tipo C: Densidade bruta máxima - 75 habitantes por hectare; Índice de utilização máximo - 0,3; Número máximo de pisos acima da cota mais desfavorável do terreno - três pisos; Área média de construção por habitante - 40 m2;"</p>

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
Solo Rústico	---	---
Espaços Agrícolas	Espaços agrícolas CAPÍTULO VIII Objectivo e categorias Artigo 43.º	1 - Os espaços agrícolas têm como objectivo a preservação dos solos de maior aptidão agrícola que contribuem para o desenvolvimento da agricultura e para o equilíbrio biofísico. 2- Os espaços agrícolas, dividem-se em três categorias (das quais aplicam-se na área do PRGP SC): Áreas da RAN; Área de agricultura condicionada II.
Espaços Agrícolas – Áreas da Reserva Agrícola Nacional (RAN)	Áreas da RAN Artigo 44.º	1 - O regime de solos da RAN encontra-se definido nos Decretos-Leis 196/89, de 14 de Junho e 274/92, de 12 de Dezembro. 2 - As utilizações não agrícolas de solos integrados na RAN só podem ser concedidas de acordo com os artigos 9.º dos Decretos-Leis n.os 196/89 e 274/92, sem prejuízo do Decreto Regulamentar 2/91, de 24 de Janeiro
Espaços Agrícolas – Área de Agricultura Condicionada II	Áreas de agricultura condicionada Artigo 46.º	2 - Áreas de agricultura condicionada II: a) As áreas de agricultura condicionada II correspondem a áreas da RAN coincidentes com zonas ameaçadas pelas cheias; b) Nestas áreas, quaisquer novas intervenções agrícolas devem obedecer a planos de drenagem a submeter à aprovação das entidades competentes; c) A utilização de agroquímicos deverá ser efectuada limitadamente, de modo a não se ultrapassarem os valores máximos de exploração das culturas.
Espaços Florestais	Espaços florestais CAPÍTULO IX Objectivo e categorias Artigo 47.º	1 - Os espaços florestais visam a exploração e a salvaguarda do equilíbrio ambiental. 2 - Os espaços florestais dividem-se em duas categorias (das quais se destaca a que tem aplicação na área do PRGP SC): Categoria I - espaços florestais de produção-protecção que se localizam a norte da EN 125;
Espaços florestais de produção-protecção	Usos Artigo 48.º	2 - Nos espaços florestais de categoria II (Categoria I - espaços florestais de produção-protecção) são permitidos os usos expressos nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do presente artigo, sem prejuízo do disposto no Decreto Regulamentar 2/91, de 24 de Janeiro.
Espaços Naturais	Espaços naturais CAPÍTULO X	1 - Os espaços naturais têm como objectivo a conservação de valores naturais, a promoção do repouso e do recreio ao ar livre e a preservação da qualidade ambiental. 2 - Os espaços naturais definidos nas plantas de condicionantes e de ordenamento dividem-se nas seguintes categorias (das quais se destaca a que tem aplicação na área do PRGP SC):

<b>Classes e Categorias de Espaços do PDM</b>	<b>Art.º PDM</b>	<b>Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes</b>
	Objectivo e categoria Artigo 51.º	Grau I - Reserva Ecológica Nacional;
Espaços Naturais Grau I (Reserva Ecológica Nacional)	Espaços naturais de grau I Artigo 52.º	Esta categoria de espaços está sujeita ao regime constante no artigo 4.º do Decreto-Lei 93/90, de 19 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 213/92, de 12 de Outubro.
<b>PDM SÃO BRÁS DE ALPORTEL</b>		
<b>Ordenamento</b>		
Solo Urbano	---	---
Espaços urbanos	Dos espaços urbanos SECÇÃO V Âmbito e objectivos Artigo 39º	<p>1 — Os espaços urbanos são caracterizados pelo elevado nível de infra-estruturação e concentração de edificações, desempenhando um papel polarizador em relação às áreas envolventes.</p> <p>2 — Os espaços urbanos integram as seguintes categorias (das quais se destaca a que tem aplicação na área do PRGP SC):</p> <p style="margin-left: 20px;">a) Espaços urbanos estruturantes;</p> <p style="margin-left: 20px;">c) Espaço urbano não estruturante.</p>
Espaços urbanos – Espaços Urbanos Estruturantes II	Dos espaços urbanos estruturantes SUBSECÇÃO I Âmbito e usos Artigo 40º	<p>1 — Os espaços urbanos estruturantes, delimitados na planta de ordenamento síntese, são constituídos por malhas urbanas existentes com ocupação edificada consistente, dispendo de infra-estruturas urbanísticas e de equipamentos e serviços que garantem um papel polarizador no território.</p> <p>2 — Os espaços urbanos estruturantes destinam-se a uma ocupação com fins predominantemente habitacionais, podendo integrar outras funções, como actividades terciárias, indústria ou turismo, desde que, pelas suas características, sejam compatíveis com a função habitacional.</p> <p>3 — Os espaços urbanos estruturantes são constituídos, quanto ao tipo de intervenção, pelas seguintes categorias (dos quais se destaca o que tem aplicação na área do PRGP SC):</p> <p style="margin-left: 20px;">b) Espaço urbano estruturante II (Alportel).</p>

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
	Espaços urbanos estruturantes II Artigo 43º	<p>A construção nos espaços urbanos estruturantes II fica sujeita ao disposto nas alíneas seguintes:</p> <p>a) É permitido o loteamento urbano destinado a habitação, comércio, serviços e equipamento, desde que seja precedido de plano de pormenor ou estudo de conjunto que abranja uma área envolvente de 100 m em torno da parcela e se conforme com as seguintes regras:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Densidade mínima de 20 e máxima de 40 fogos/ha;</li> <li>Índice de utilização bruto: <math>\leq 0,5</math>;</li> <li>Cércea máxima: dois pisos;</li> <li>Infra-estruturas: ligadas às redes públicas;</li> <li>Estacionamento: um lugar de estacionamento por 100m<sup>2</sup> de superfície de pavimento;</li> <li>Afectação dos terrenos para equipamentos colectivos ou outros serviços urbanos que sejam exigidos pela ocupação prevista para o terreno;</li> </ul> <p>b) É permitida a construção, reconstrução, ampliação ou alteração de edifícios em parcelas já constituídas ou em parcelas resultantes de destaque nos termos da legislação em vigor, destinada a habitação, comércio, serviços e equipamentos, em conformidade com as seguintes regras:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Frente mínima da parcela: 7 m;</li> <li>Índice de utilização líquido: <math>\leq 0,8</math>, aplicável a uma profundidade máxima de 30 m;</li> <li>Cércea máxima: dois pisos; Têm de ser garantidos os alinhamentos estabelecidos pelas construções existentes ou os que venham a ser fixados pela Câmara Municipal; Infra-estruturas: ligadas à rede pública.</li> </ul>
Espaços Urbanos – Espaço Urbano Não Estruturante	Do espaço urbano não estruturante SUBSECÇÃO III Âmbito Artigo 46º	O espaço urbano não estruturante, delimitado na planta de ordenamento síntese, corresponde ao loteamento do Cerro das Árvores, com alvará, consolidado e com infra-estruturas e habitações construídas.
	Edificabilidade Artigo 47º	A construção no espaço urbano não estruturante fica sujeita às regras constantes do respectivo alvará de loteamento.
Solo Rústico	---	---

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
Espaços Agrícolas	Dos espaços agrícolas SECÇÃO II Âmbito, objectivo e usos Artigo 31º	<p>1 — Os espaços agrícolas têm como objectivo a preservação da estrutura de produção agrícola, integrando áreas de edificação dispersa cujo crescimento e alastramento deverá ser contido.</p> <p>2 — Os espaços agrícolas correspondem às áreas rurais do concelho, integram solos com potencialidades de uso agrícola, incluindo áreas da RAN, e destinam-se à exploração agrícola e instalações de apoio à agricultura e, subsidiariamente, à manutenção dos valores paisagísticos enquanto espaços rurais, sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes.</p> <p>3 — Os espaços agrícolas subdividem-se nas seguintes categorias, identificadas na planta de ordenamento síntese (com aplicação na área do PRGP SC):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Agrícola indiscriminado, que abrange espaços agrícolas integrados ou não na Reserva Agrícola Nacional, que apresentam boas condições para o desenvolvimento das práticas agrícolas, sem estarem sujeitos a condicionamentos específicos de protecção a recursos aquíferos;</li> <li>b) Agrícola condicionado, que abrange espaços onde se verificam condicionamentos às práticas agrícolas, com o objectivo de protecção de recursos aquíferos, incluindo captações públicas de água subterrânea e áreas abrangidas pelos respectivos cones de rebaixamento.</li> </ul>
	Actividades interditas Artigo 32º	<p>Nos espaços agrícolas, sem prejuízo do disposto na legislação que regula a RAN nas áreas em que a mesma é aplicável, são interditas as seguintes actividades e acções:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A construção destinada a habitação, à excepção dos casos previstos no artigo seguinte;</li> <li>A instalação de lixeiras;</li> <li>A instalação de indústrias ou actividades não especificamente ligadas à agricultura;</li> <li>Exploração de inertes com área superior a 500 m2</li> </ul>
	Edificabilidade — regra geral Artigo 33º	<p>1 — Nos espaços agrícolas a edificabilidade fica sujeita às regras constantes nos artigos 23.º-A, 23.º-B, 23.º-C, 23.º-D e 23.º-E.</p>
Espaços Agrícolas – Espaços Agrícolas Condicionados	Artigo 35º Espaços agrícolas condicionados	<p>1 — Nos espaços agrícolas condicionados são aplicáveis as regras estabelecidas nos artigos da presente secção, ficando as actividades de exploração agrícola condicionadas a restrições à utilização intensiva de fertilizantes químicos e orgânicos, de biocidas e à rega com águas residuais, sem tratamento prévio adequado, nos termos a definir pelas entidades competentes, designadamente Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais e Administração Regional de Saúde.</p> <p>2 — Para efeitos do disposto no número anterior considera-se utilização intensiva de fertilizantes químicos e orgânicos quando aplicados em quantidades superiores ao valor das exportações das culturas.</p> <p>3 — Nestes espaços qualquer uso ou construção que implique impermeabilização do solo está sujeito a parecer prévio da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais.</p>

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
		4- Sem prejuízo da legislação específica aplicável, nos espaços agrícolas condicionados a edificabilidade, fica sujeita às regras constantes dos artigos 23.º-A, 23.º-B, 23.º-C, 23.º-D e 23.º-E.
Espaços Agrícolas – Espaços Agrícolas Indiscriminados	---	---
Espaços Agro-Florestais	Dos espaços agro-florestais SECÇÃO III Objectivo e usos Artigo 36º	1 — Os espaços agro-florestais têm como objectivo a defesa do meio ambiente, o equilíbrio biofísico e a exploração e conservação das espécies florestais, integrando áreas de edificação dispersa, cujo crescimento e alastramento deverá ser contido. 2 — Os espaços agro-florestais destinam-se à exploração agro-florestal e pecuária e instalações de apoio às explorações.
	Edificabilidade Artigo 37º	1 — Nos espaços agro-florestais é permitida: a) A edificação de acordo com as regras constantes dos artigos 23.º-A, 23.º-B, 23.º-C, 23.º-D e 23.º-E; c) A exploração pecuária.
Espaços Rurais da Serra	Dos espaços rurais da serra SECÇÃO IV Objectivo e uso Artigo 38º	1 — Os espaços rurais da serra, delimitados na planta de ordenamento síntese, constituem espaços não condicionados pela REN nem pela protecção a espécies florestais, onde se pretende viabilizar a instalação de actividades diversas que permitam contrariar a desertificação. 2 - Nos espaços rurais da serra a edificabilidade rege-se pelo disposto dos artigos 23.º-A, 23.º-B, 23.º-C, 23.º-D e 23.º-E. 8 — A implantação de equipamentos e infra-estruturas especiais não integráveis nos espaços urbanos ou urbanizáveis, designadamente por serem incompatíveis com os usos residenciais e de serviços, nomeadamente desportivos e recreativos, cemitérios, instalações militares ou de segurança, instalações de telecomunicações, estações de tratamento de águas e de esgotos, estações de tratamento de resíduos sólidos, subestações eléctricas, estabelecimentos de saúde, estabelecimentos de ensino e formação e estabelecimentos prisionais, observará o disposto nas alíneas seguintes: a) A construção de estabelecimentos de saúde, prisionais ou de ensino e formação fica sujeita às seguintes regras: i) Índice máximo de utilização líquido: $= / < 0,1$ ; ii) Índice de ocupação: $= / < 0,04$ ; iii) Infra-estruturas: admitem-se sistemas privados de acordo com legislação específica; b) A instalação de outros equipamentos fica sujeita às regras da legislação específica aplicável e em conformidade com o interesse público.

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
Espaços Naturais e Culturais	<p>Dos espaços naturais e culturais  <b>SECÇÃO I</b>  Objectivo e âmbito  Artigo 24º</p>	<p>1 — Os espaços naturais e culturais identificados na planta de ordenamento síntese têm como objectivo a preservação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dos sistemas naturais e do equilíbrio biofísico;</li> <li>Da qualidade do meio ambiente;</li> <li>Da fauna e do coberto vegetal;</li> <li>Da paisagem;</li> <li>Das linhas de água e de drenagem natural;</li> <li>Do património construído;</li> <li>Dos recursos de subsolo.</li> </ul> <p>2 — Os espaços naturais são constituídos pelas seguintes categorias (dos quais se destaca a que tem aplicação na área do PRGP SC):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas de protecção e valorização;</li> <li>Espaços florestais de protecção;</li> </ul>
	<p>Artigo 25º  Actividades interditas</p>	<p>Sem prejuízo do disposto na legislação que regula a REN, nas áreas nela incluídas, nos espaços naturais e culturais são interditas as seguintes acções:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A instalação de qualquer tipo de indústria transformadora;</li> <li>A instalação de aterros sanitários, parques de sucata, lixeiras, nitreiras e de depósitos de materiais de construção ou de combustíveis.</li> </ul>
	<p>Dos espaços naturais  <b>SUBSECÇÃO I</b>  Artigo 26º  Âmbito e objectivo</p>	<p>1 — Os espaços naturais abrangem linhas de água, afloramentos rochosos, áreas com riscos de erosão elevados e muito elevados e áreas com recursos de subsolo de interesse económico a preservar.</p> <p>2 — Os espaços naturais têm por objectivo a protecção da qualidade ambiental, do revestimento florestal, do equilíbrio biofísico e dos recursos de subsolo.</p>
Espaços Naturais e Culturais – Áreas de Protecção e Valorização	<p>Áreas de protecção e valorização  Artigo 27º</p>	<p>1 — As áreas de protecção e de valorização incluem, para além de solos sujeitos ao regime da Reserva Ecológica Nacional, faixas non aedificandi de 20 m para cada lado das linhas de água ou faixas superiores quando se trata de áreas ameaçadas pelas cheias e zonas de especial interesse cénico e paisagístico que interessa preservar.</p> <p>2 — Nas áreas de protecção e valorização, com excepção das áreas ameaçadas pelas cheias e de protecção às linhas de água, sem prejuízo do disposto na legislação que regula a REN na parte aplicável, é permitida a reconstrução, alteração e ampliação da edificação existente de acordo com o disposto no artigo 23.º-E.</p>

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
Espaços Naturais e Culturais – Áreas Florestais de Protecção	Espaços florestais de protecção Artigo 28º	<p>1 – Os espaços florestais de protecção integram-se na Reserva Ecológica Nacional e abrangem áreas que devem ser reconvertidas para usos florestais com funções predominantes de protecção contra a erosão.</p> <p>2 – Nos espaços florestais de protecção, sem prejuízo do disposto na legislação que regula a REN, é permitida:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A reconstrução, alteração e ampliação da edificação existente de acordo com o disposto no artigo 23.º-E;</li> <li>b) A exploração agrícola;</li> <li>c) A florestação, com excepção de espécies de crescimento rápido.</li> </ul>
<b>PDM TAVIRA</b>		
<b>Ordenamento</b>		
Solo Urbano	---	---
Espaços Urbanos e Urbanizáveis – Áreas Urbanas e Urbanizáveis	Espaços urbanos e urbanizáveis CAPÍTULO II Caracterização Artigo 9.º	O conjunto dos espaços urbanos e urbanizáveis determina o perímetro urbano de um aglomerado urbano.
	Hierarquia urbana Artigo 10.º	<p>De acordo com a densidade populacional, concentração, diversificação e especialização de equipamentos colectivos e actividades económicas dos aglomerados, ficou definida a seguinte hierarquia urbana (com aplicação da área do PRGP SC):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>b) C2 – centros concelhios de nível 2, com uma área de influência que se reporta à população residente nas respectivas freguesias e em alguns casos às freguesias vizinhas: Cachopo;</li> <li>c) C3 – pequenos aglomerados, centros concelhios de nível 3, com uma área de influência que se reporta ao lugar, estabelecendo relações de dependência funcional com centros de ordem superior, do concelho ou de concelhos limítrofes: <ul style="list-style-type: none"> <li>Freguesia de Cachopo – Currais, Feiteira, Garrobo, Grainho, Mealha, Vale João Farto, Amoreira, Casas Baixas, Vale do Odre e Cabeça Gorda;</li> <li>Freguesia de Santa Catarina – Alcaria do Cume, Alcaria Fria, Bengado, Carvalhal, Fonte do Bispo, Montes e Lagares, Porto Carvalhoso, Espartosa, Marco Alcarias, Várzea do Vinagre, Umbria e Morenos;</li> </ul> </li> </ul>

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
	Edificabilidade Artigo 11.º	<p>1 — Nas áreas sujeitas a unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG), quando existam planos municipais de ordem inferior, a edificação rege-se pelo disposto nos respectivos planos.</p> <p>3 — Na ausência de planos municipais de ordem inferior, a edificação nos espaços urbanos, urbanizáveis e industriais incluídos nas UOPG fica sujeita às seguintes disposições:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Nos casos dos previstos Planos de Pormenor de Pêro Gil, Livramento e Cachopo não serão permitidas operações de loteamento que possam comprometer ou condicionar as UOPG previstas;</li> <li>b) Deverão ser mantidas e preservadas as características dominantes da malha urbana da arquitectura do lugar;</li> <li>c) A implantação dos edifícios deverá respeitar os alinhamentos das construções adjacentes ou os que venham a ser estabelecidos pela Câmara Municipal;</li> <li>d) Deverá manter-se a cêrcea dominante do conjunto onde se insere a edificação, respeitando a morfologia e volumetria dos edifícios envolventes;</li> <li>e) A profundidade dos edifícios para habitação, comércio e serviços não poderá exceder os 15m;</li> <li>f) Em caso algum serão permitidos novos acessos à estrada nacional n.º 125, com o objectivo de servir directa ou indirectamente novas edificações;</li> <li>g) Todas as edificações terão obrigatoriamente acesso directo para a via pública ou serão servidas por arruamento ou faixa de terreno de largura não inferior a 3m.</li> </ul>
	Áreas urbanas SECÇÃO I Artigo 12.º Caracterização	As áreas urbanas caracterizam-se por um elevado nível de infra-estruturas e edificação, onde é permitida a edificação tendente à colmatação e consolidação do espaço urbano.
	Índices urbanísticos Artigo 13.º	<p>Os índices urbanísticos a seguir discriminados são considerados máximos, não devendo ser ultrapassados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>2) C2 — centro concelhio (nível 2): <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Índice de ocupação do solo (IOS): 0,5;</li> <li>b) Índice de construção (IC): 1,5;</li> <li>c) A altura máxima dos edifícios não poderá ultrapassar três pisos;</li> </ul> </li> <li>3) C3 — pequenos aglomerados (nível 3): <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Índice de ocupação do solo (IOS): 0,4;</li> <li>b) Índice de construção (IC): 1;</li> <li>c) A altura máxima dos edifícios não poderá ultrapassar dois pisos.</li> </ul> </li> </ul>

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
	Áreas urbanizáveis SECÇÃO II Caracterização Artigo 15.º	As áreas urbanizáveis destinam-se à expansão dos aglomerados urbanos, onde a estrutura urbana é ainda incipiente ou inexistente.
	Índices urbanísticos Artigo 16.º	Os índices urbanísticos a seguir discriminados são considerados máximos, não devendo ser ultrapassados: 2) C2 — centro concelhio (nível 2): a) Índice de ocupação do solo (IOS): 0,4; b) Índice de construção (IC): 1,2; c) A altura máxima dos edifícios não poderá ultrapassar três pisos; 3) C3 — pequenos aglomerados (nível 3): a) Índice de ocupação do solo (IOS): 0,4; b) Índice de construção (IC): 0,8; c) A altura máxima dos edifícios não poderá ultrapassar dois pisos.
	Regime de cedências Artigo 17.º	Em qualquer operação de loteamento, deverão ficar garantidas as cedências e a execução das infra-estruturas, tendo em conta o fim a que se destinam e a legislação específica: 1) Perfil mínimo do arruamento: a) Níveis 1 e 3: faixa de rodagem de 6,5m e passeios laterais com 1,5m; b) Nível 2: faixa de rodagem de 5,5m e passeios laterais com 1,2m; 2) Estacionamento automóvel: a) Níveis 1 e 3: 1,5 lugares por fogo ou por 120m2 de área bruta de construção; b) Nível 2: 1 lugar por fogo ou por 120m2 de área bruta de construção; 3) Espaços verdes e de utilização colectiva: 20m2 por fogo ou por cada 120m2 de área bruta de construção.
Solo Rústico	---	---
Espaços Agrícolas	Espaços agrícolas CAPÍTULO V	Os espaços agrícolas são constituídos pelas áreas do território destinadas a assegurar a produção agrícola alimentar ou não, integrando os solos incluídos na Reserva Agrícola Nacional (RAN) e outros solos cultivados com interesse local, subdividindo-se em áreas agrícolas preferenciais, áreas agrícolas condicionadas (I e II) e áreas agrícolas complementares.

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
	Caracterização Artigo 30.º	Todas aplicam-se à área de intervenção do PRGP SC.
	Regime Artigo 35.º	<p>1 — Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, ficam interditos nos espaços agrícolas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A destruição do revestimento vegetal, do relevo natural e da camada de solo arável desde que não integradas em práticas de exploração agrícola devidamente autorizadas pelas entidades competentes;</li> <li>b) O derrube de árvores não integrado em práticas de exploração florestal;</li> <li>c) A instalação de lixeiras, aterros sanitários ou outras concentrações de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, tais como parques de sucata;</li> <li>d) O depósito de adubos, biocidas, combustíveis e outros produtos tóxicos e perigosos, à excepção dos situados nas explorações agrícolas e destinados à utilização das mesmas;</li> <li>e) São interditas quaisquer acções que criem riscos de contaminações dos aquíferos.</li> </ul> <p>2 — As práticas agrícolas deverão ter em conta a presença de valores naturais e paisagísticos que interessa preservar e manter, preconizando-se novas tecnologias com utilização de menores quantidades de biocidas e fertilizantes, tendendo para a mobilização mínima do solo e utilizando técnicas de agricultura biológica e protecção integrada.</p> <p>4 — Nas zonas de protecção às captações públicas de água subterrânea aplica-se regulamentação própria, ficando as actividades de exploração agrícola condicionadas a restrições à utilização intensiva de fertilizantes químicos e orgânicos e de biocidas à rega com águas residuais sem tratamento prévio adequado, nos termos a definir pelas entidades competentes, designadamente a Direcção Regional de Ambiente e Recursos Naturais (DRARN) e Administração Regional de Saúde.</p> <p>5 — Para efeitos do disposto no número anterior considera-se utilização intensiva de fertilizantes químicos e orgânicos a sua aplicação em quantidades superiores ao valor de exportação das culturas.</p> <p>6 — Nas áreas agrícolas condicionadas qualquer uso ou construção que implique a impermeabilização do solo está sujeito a parecer prévio da DRARN.</p>
	Edificabilidade Artigo 36º	<p>1 — Verificadas as condições de excepção previstas no n.º 3 do artigo 8.o do presente Regulamento, as edificações ficam ainda sujeitas aos seguintes condicionamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A área máxima de implementação da construção destinada à habitação é de 200m<sup>2</sup>;</li> <li>b) O índice máximo de ocupação do solo é de: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) 0,01 nas áreas agrícolas preferenciais;</li> <li>ii) 0,02 nas áreas agrícolas condicionadas;</li> <li>iii) 0,05 nas áreas agrícolas complementares;</li> </ul> </li> <li>c) A área máxima de impermeabilização do solo é de: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) 2% da área da parcela, com um máximo de 500m<sup>2</sup>, nas áreas agrícolas preferenciais e condicionadas;</li> </ul> </li> </ul>

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
		<p>ii) 5% da área da parcela, com um máximo de 1000m<sup>2</sup>, nas áreas agrícolas complementares;</p> <p>d) A altura máxima dos edifícios, com excepção de silos, depósitos de água ou instalações especiais tecnicamente justificáveis, é de 6,5m num máximo de dois pisos, não podendo o segundo exceder 60% da área do piso inferior;</p> <p>e) O afastamento das edificações aos limites da parcela não poderá ser inferior a 20 m;</p> <p>f) O abastecimento de água e a drenagem de esgotos deverão ser assegurados por sistema autónomo, que, no caso de coincidência com áreas de máxima infiltração, deverá possuir uma adequada depuração prévia à infiltração no solo, salvo se o interessado financiar a extensão das redes públicas e esta for também autorizada;</p> <p>g) Todas as construções deverão ter uma integração adequada na paisagem.</p> <p>2 — A impossibilidade ou inconveniência da execução de soluções individuais para as infra-estruturas poderá ser motivo de inviabilização da construção.</p>
Espaço Agrícola – Espaço Agrícola Preferencial	Áreas agrícolas preferenciais Artigo 31.º	<p>1 — As áreas agrícolas preferenciais são constituídas por solos incluídos na Reserva Agrícola Nacional (RAN), no Perímetro de Rega do Sotavento, onde não ocorrem sobreposições com a Reserva Ecológica Nacional (REN) ou com zonas de protecção às captações públicas de água subterrânea.</p> <p>2 — Sem prejuízo das normas estabelecidas neste Regulamento, sempre que estejam incluídas na área do PNRF, estão sujeitas ao regime específico estabelecido pelo Decreto Regulamentar n.º 2/91, de 24 de Janeiro.</p>
Espaço Agrícola – Espaço Agrícola Condicionada I	Áreas agrícolas condicionadas I Artigo 32.º	<p>1 — As áreas agrícolas condicionadas I são constituídas por solos incluídos na RAN ou no Perímetro de Rega do Sotavento, bem como por outros solos com aptidão e uso actual agrícola, onde ocorrem sobreposições com áreas de máxima infiltração (REN), outras áreas de vulnerabilidade hidrogeológica e ou com zonas de protecção às captações públicas de água subterrânea.</p> <p>2 — Sem prejuízo das normas estabelecidas neste Regulamento, sempre que estejam incluídas na área do PNRF, estão sujeitas ao regime específico estabelecido pelo Decreto Regulamentar n.º 2/91, de 24 de Janeiro.</p>
Espaço Agrícola – Espaço Agrícola Condicionada II	Áreas agrícolas condicionadas II Artigo 33.º	As áreas agrícolas condicionadas II são constituídas por solos incluídos na RAN ou no Perímetro de Rega do Sotavento, bem como por outros solos com aptidão e uso actual agrícola, onde ocorrem sobreposições com zonas ameaçadas pelas cheias (REN), que resultam em condicionamentos aos usos, com o objectivo de protecção das áreas adjacentes aos cursos de água no sentido de manter as melhores condições de drenagem.
Espaço Agrícola – Espaço Agrícola Complementar	Áreas agrícolas complementares Artigo 34.º	<p>1 — As áreas agrícolas complementares são constituídas por solos que, não estando incluídos na RAN nem na REN, possuem um uso actual agrícola, constituindo áreas que contribuem para o equilíbrio ecológico e paisagístico.</p> <p>2 — Sem prejuízo das normas estabelecidas neste Regulamento, sempre que estejam incluídas na área do PNRF, estão sujeitas ao regime específico estabelecido pelo Decreto Regulamentar n.º 2/91, de 24 de Janeiro.</p>

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
Espaços Florestais	Espaços florestais CAPÍTULO VI Caracterização Artigo 37.º	Os espaços florestais integram áreas cujo uso preferencial é a floresta, quer seja de produção quer seja de protecção, com uso condicionado.
	Regime Artigo 40.º	<p>1 — Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, ficam interditos nestes espaços:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A destruição do revestimento vegetal, do relevo natural e da camada de solo arável, desde que não integradas em práticas de exploração agrícola devidamente autorizadas pelas entidades competentes;</li> <li>b) O derrube de árvores não integrado em práticas de exploração florestal;</li> <li>c) A instalação de lixeiras, aterros sanitários ou outras concentrações de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, tais como parques de sucata;</li> <li>d) O depósito de adubos, biocidas, combustíveis e outros produtos tóxicos e perigosos, à excepção dos situados nas explorações agrícolas e destinados à utilização das mesmas.</li> </ul> <p>2 — Nas áreas florestais de uso condicionado apenas são permitidas plantações com espécies autóctones ou tradicionalmente adaptadas às condições ecológicas locais, não sendo permitidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A execução de terraceamentos ou mobilizações profundas com reviramento da leiva nas áreas com declive superior a 25%;</li> <li>b) As operações de preparação do solo com fins agrícolas ou silvopastoris que incluam mobilizações segundo a linha de maior declive.</li> </ul>
	Edificabilidade Artigo 41.º	<p>1 — Verificadas as condições de excepção previstas no n.º 3 do artigo 8.º do presente Regulamento, as edificações ficam ainda sujeitas aos seguintes condicionamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A área máxima de implantação da construção destinada à habitação é de 200 m<sup>2</sup> ;</li> <li>b) O índice máximo de ocupação do solo é de: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) 0,05 nas áreas florestais de produção;</li> <li>ii) 0,005 nas áreas florestais de uso condicionado;</li> </ul> </li> <li>c) A área máxima de impermeabilização do solo é de: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) 5% da área da parcela, com um máximo de 1000m<sup>2</sup>, nas áreas florestais de produção;</li> <li>ii) 2% da área da parcela, com um máximo de 300m<sup>2</sup>, nas áreas florestais de uso condicionado;</li> </ul> </li> </ul>

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
		<p>d) A altura máxima dos edifícios, com excepção de silos, depósitos de água ou instalações especiais tecnicamente justificáveis, é 6,5m num máximo de dois pisos, não podendo o segundo exceder 60% da área do piso inferior;</p> <p>e) O afastamento das edificações aos limites da parcela não poderá ser inferior a 20m;</p> <p>f) O abastecimento de água e a drenagem de esgotos deverão ser assegurados por sistema autónomo, salvo se o interessado financiar a extensão das redes públicas e esta for também autorizada;</p> <p>g) Todas as construções deverão ter uma integração adequada na paisagem.</p> <p>2 – A impossibilidade ou inconveniência da execução de soluções individuais para as infra-estruturas poderá ser motivo de inviabilização da construção.</p>
Espaços Florestais – Área Florestal de Produção	Áreas florestais de produção Artigo 38.º	As áreas florestais de produção são constituídas pelos solos com uso ou aptidão florestal onde não ocorrem condicionantes biofísicas no âmbito da REN.
Espaços Florestais – Área Florestal de Uso Condicionado	Áreas florestais de uso condicionado Artigo 39.º	São constituídas por áreas com riscos de erosão onde o objectivo fundamental é a protecção do relevo e da diversidade ecológica, identificadas no âmbito da REN, áreas de mata climática e montados de sobro e azinho.
Espaços Naturais e Culturais	Espaços naturais e culturais CAPÍTULO VII Caracterização Artigo 42.º	Os espaços naturais e culturais são constituídos por áreas de elevado valor patrimonial, com reconhecido interesse histórico, cultural, natural ou paisagístico, que pelas suas características merecem um estatuto de protecção, conservação e reabilitação.
	Regime Artigo 43.º	<p>Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, ficam interditos nestes espaços:</p> <p>a) A destruição do revestimento vegetal, do relevo natural e da camada do solo arável, desde que não integradas em práticas de exploração agrícola devidamente autorizadas pelas entidades competentes;</p> <p>b) O derrube de árvores não integrado em práticas de exploração florestal;</p> <p>c) A instalação de lixeiras, aterros sanitários ou outras concentrações de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, tais como parques de sucata;</p> <p>d) O depósito de adubos, biocidas, combustíveis e outros produtos tóxicos e perigosos, à excepção dos situados nas explorações agrícolas e destinados à utilização das mesmas.</p>

Classes e Categorias de Espaços do PDM	Art.º PDM	Conteúdo regulamentar e restrições mais relevantes
Espaços Naturais e Culturais – Áreas de Proteção aos Sistemas Aquíferos	<p>Áreas de protecção natural e paisagística</p> <p>SECÇÃO I</p> <p>Áreas de protecção aos sistemas aquíferos</p> <p>Artigo 45.º</p>	<p>1 — São áreas que, devido à natureza do solo, substrato geológico e condições morfológicas do terreno, apresentam características hidrogeológicas específicas de elevada permeabilidade favorecendo a infiltração das águas e contribuindo para a alimentação dos aquíferos.</p> <p>2 — Foram delimitadas no âmbito da REN como áreas de máxima infiltração ou como zonas ameaçadas pelas cheias.</p> <p>3 — São proibidas as acções de iniciativa pública ou privada susceptíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico destas áreas.</p> <p>4 — São interditas quaisquer acções que criem riscos de contaminação dos aquíferos, nomeadamente a rega com águas residuais sem tratamento prévio e a utilização intensiva de biocidas e fertilizantes químicos e fertilizantes químicos ou orgânicos.</p> <p>5 — As práticas agrícolas deverão ter em conta a presença de valores naturais e paisagísticos que interessa preservar e manter, preconizando-se novas tecnologias com utilização de menores quantidades de biocidas e fertilizantes, tendendo para a mobilização mínima do solo e utilizando técnicas de agricultura biológica e protecção integrada.</p>



## **ANEXO – III**

---

### **Programa da 1.ª Reunião de Participação Pública Alargada**





prgP

Programas  
de Reordenamento  
e Gestão da Paisagem

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E  
GESTÃO DA PAISAGEM  
DA SERRA DO CALDEIRÃO (PRGP-SC)

## Reunião de Participação Pública Alargada

**Dia 6 de junho**

**14h30**

Biblioteca Municipal Álvaro de Campos  
**Tavira**

## Programa

### 14h30 | Abertura

Boas vindas: o processo participativo do PRGP Caldeirão | Paula Antunes  
Síntese dos Aspetos mais Relevantes do Diagnóstico prospetivo | Jorge Cancela

### 14h50 | Construção de uma Visão de um Futuro Sustentável para a Serra do Caldeirão | Paula Antunes

Grupos de trabalho

### 15h30 | Pausa para Café e Votação nos Serviços dos Ecossistemas | Pedro Clemente

### 16h00 | Caminhos para Alcançar a Visão | Rui Santos

Grupos focais em torno de quatro áreas temáticas num formato world-café

1. Revitalização e recuperação da paisagem: florestas e sistemas agro-silvopastoris;
2. Fixação de população, ocupação do território e dinamização da economia local;
3. Valorização do capital natural e do património cultural;
4. Gestão de combustível e aumento da resiliência do território aos fogos rurais.

### 17h15 | Relato e síntese das áreas temáticas | Rui Santos & Relatores dos Grupos de Trabalho

### 17:45h | Encerramento | Paula Antunes, Jorge Cancela

Promovido por:

biodesign

Com o apoio de:



Associação  
**tavira**



## **ANEXO – IV**

---

### **Fichas de Trabalho da 1.ª Reunião de Participação Pública Alargada**



## **Ficha de Trabalho**

### **Grupo Temático 1 - Revitalização e recuperação da paisagem: florestas e sistemas agro-silvopastoris**

---

#### **1. Diagnóstico e tendências de evolução**

**1.1 O diagnóstico apresentado traduz os principais problemas e tendências de evolução da Serra do Caldeirão?**

**Há algum aspeto relevante que não tenha sido abordado?**

**1.2 Quais são os principais determinantes da evolução futura da área?**

**Quais são as oportunidades e ameaças que se avizinham?**

**Quais são as perspetivas de futuro?**

## 2. Questões específicas

### 2.1. Economia e estado de conservação dos sobreirais

- Nos últimos 30 anos qual a tendência global da produção de cortiça na área? Quais as causas?
- Nos últimos 30 anos, qual a fração de árvores que se terá perdido? 10% ?20%30%?
- Pode dizer-se que o rendimento da exploração da cortiça diminuiu com a perda de árvores?
- Neste contexto, pode dizer-se que o rendimento da exploração da cortiça compensa os custos com a gestão dos povoamentos?
- No caso de o rendimento não compensar na situação atual, pode dizer-se que, no passado, terão existido condições onde esse rendimento compensava os custos de gestão? Que condições eram essas?
- Quem compra a cortiça? Na pilha, ou no mato? É fácil encontrar tiradores? Para onde vai a cortiça?

### 2.2 Economia e futuro do pinheiro manso

- Os povoamentos de pinheiro-manso têm sido geridos com base, em grande medida, em pagamentos de apoio à manutenção e perda de rendimento. No futuro será possível continuar a gerir esses povoamentos num contexto de ajudas diferente? Quais os requisitos a cumprir?
- Existe alguma experiência de resinagem de pinheiro-manso com resultados económicos relevantes na área na Serra do Caldeirão?

### **2.3 Novas áreas de gestão agro-florestal**

Verifica-se em algumas freguesias um aumento de áreas de pomar de medronheiro, de vinha, de outras culturas permanentes e temporárias.

- Qual a motivação e que tipo de agricultores estão a promover esta mudança?
- Trata-se de uma inversão de tendência ou de um fenómeno localizado?

### **2.4 Pecuária**

Nos últimos 20 anos o número de animais diminuiu muito. Apesar de tudo, a cabra, nomeadamente a cabra algarvia, foi a espécie que menos diminuiu.

- Será razoável pensar em reverter, ao menos parcialmente, esta diminuição, aumentando o número e a dimensão das explorações com caprinos da raça algarvia?
- Quais seriam as condições necessárias para essa reversão?

### 3. Comentários adicionais

Por favor, incluir aqui eventuais comentários adicionais que julguem relevantes neste contexto e que não estejam contemplados nas questões anteriores.

OBRIGADO!



## **Ficha de Trabalho**

### **Grupo Temático 2 – População e atividades económicas**

---

#### **1. Diagnóstico e tendências de evolução**

**1.1 O diagnóstico apresentado traduz os principais problemas e tendências de evolução da Serra do Caldeirão?**

**Há algum aspeto relevante que não tenha sido abordado?**

**1.2 Quais são os principais determinantes da evolução futura da área?**

**Quais são as oportunidades e ameaças que se avizinham?**

**Quais são as perspetivas de futuro?**

## 2. Questões específicas

### 2.1. Dinâmicas populacionais

- Quais as dinâmicas populacionais que se têm observado recentemente?
- Quais são as principais forças indutoras dessas dinâmicas?
- Como poderiam/deveriam ser alteradas?

### 2.2 Economia

- Que atividades económicas (outras que não agro-florestais) têm maior potencial de dinamização na área sem conflitar com os objetivos do PRGP?
- Em particular, que perspetivas para:
  - o desenvolvimento de atividades de turismo de natureza (*birdwatching*, percursos cicláveis e de caminhada) na região?
  - o desenvolvimento de atividades relacionadas com o património cultural (e.g. gastronomia, produtos locais como o medronho e o mel, ...)
  - outras atividades turístico-recreativas e atividades económicas tradicionais (e.g. telheiros)
- Que aldeias poderiam ter um papel relevante na dinamização da economia local?

### 3. Comentários adicionais

Por favor, incluir aqui eventuais comentários adicionais que julguem relevantes neste contexto e que não estejam contemplados nas questões anteriores.

OBRIGADO!



## PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA SERRA DO CALDEIRÃO (PRGP SC)

### 1ª Reunião de Participação Pública Alargada

#### Ficha de Trabalho

#### Grupo Temático 3 – Valorização do capital natural

---

##### 1. Diagnóstico e tendências de evolução

**1.1 O diagnóstico apresentado traduz os principais problemas e tendências de evolução da Serra do Caldeirão?**

**Há algum aspeto relevante que não tenha sido abordado?**

**1.2 Quais são os principais determinantes da evolução futura da área?**

**Quais são as oportunidades e ameaças que se avizinham?**

**Quais são as perspetivas de futuro?**

## 2. Questões específicas

### 2.1. Valorização do capital natural

- Que aspetos/elementos do capital natural da Região são mais passíveis de valorização?
- Na qualificação da paisagem, para além da valorização das galerias ripícolas (existentes e a criar) e da erradicação de espécies exóticas, que outras iniciativas devem ser adotadas?
- Que perspetivas para o desenvolvimento de atividades de turismo de natureza (*birdwatching*, percursos cicláveis e de caminhada) na região?
- Quais os principais constrangimentos e oportunidades?

### 2.2 Caça

Existe uma considerável dinâmica das associações de caçadores no Algarve e na região em estudo. A estrutura de mosaicos de habitat com zonas abertas favorece a quase totalidade das espécies cinegéticas sedentárias. Simultaneamente, estas áreas estão associadas à estratégia da gestão de combustíveis e ao fomento da biodiversidade.

- Existem na área de estudo (ou próximo) exemplos práticos, quantificados, que relacionem o aumento de áreas com a tipologia atrás mencionada e o aumento das populações de coelho-bravo e/ou perdiz-vermelha?
- Em que medida um aumento de responsabilidades na gestão do habitat poderia ser sinérgico com o aumento da atividade cinegética e o recrutamento de novos caçadores?

### **2.3 Envolvimento das partes interessadas na remuneração dos serviços ambientais**

- Como podem e devem ser remunerados, pelos serviços ambientais prestados, os gestores diretos dos territórios?
- Como deve ser efetuada a avaliação de desempenho por esses serviços?
- Como deve ser efetuada a participação dos gestores diretos dos territórios na formulação das decisões anteriores?

### **3. Comentários adicionais**

Por favor, incluir aqui eventuais comentários adicionais que julguem relevantes neste contexto e que não estejam contemplados nas questões anteriores.

OBRIGADO!



## PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA SERRA DO CALDEIRÃO (PRGP SC)

### 1ª Reunião de Participação Pública Alargada

#### Ficha de Trabalho

#### Grupo Temático 4 – Aumento da resiliência do território aos fogos rurais

---

##### 1. Diagnóstico e tendências de evolução

**1.1 O diagnóstico apresentado traduz os principais problemas e tendências de evolução da Serra do Caldeirão?**

**Há algum aspeto relevante que não tenha sido abordado?**

**1.2 Quais são os principais determinantes da evolução futura da área?**

**Quais são as oportunidades e ameaças que se avizinham?**

**Quais são as perspetivas de futuro?**

## 2. Questões específicas

### 2.1. Relativamente à implementação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais

- Há ações já em curso que se afigurem como fundamentais para diminuir o potencial de propagação de fogos como observados no passado?
- Quais as ações/projetos que julga serem prioritários para evitar estas grandes ocorrências?
- Quais as ações/projetos em curso ou previstos que julga que não terão qualquer efeito no regime de fogo?

A capacidade instalada na região (recursos financeiros, materiais e humanos) é suficiente para executar as ações de gestão de combustíveis exigidas?

### 2.2 Técnicas de gestão de combustíveis

- Na sua opinião quais as técnicas de gestão de combustíveis (moto-manuais, mecânicas, fogo controlado, pastoreio, uso de químicos) mais ajustadas ao contexto da Serra do Caldeirão? Porquê?
- Que regime de pastoreio poderia eventualmente ter efeitos na redução de combustíveis em matos? (espécies, encabeçamento, distribuição espacial)
- Quais as técnicas (individualmente ou usadas complementarmente) que julga ter custo-benefício mais favorável considerando o tipo de vegetação dominante na região?
- Há experiências na região de uso do fogo para gestão de combustíveis? (fogo controlado)
- Se não, quais as razões para que o fogo controlado não seja mais extensamente aplicado?
- Poderia o fogo controlado ser usado complementarmente com o pastoreio?
- Na impossibilidade de realizar a gestão de combustíveis por falta de recursos, poderiam os “fogos de gestão” (a partir ignições não planeadas, mas que ocorrem em condições meteorológicas que permitem aos recursos de combate fazer a sua gestão em detrimento da sua extinção imediata) constituir-se como uma solução possível?

**2.3 Na gestão de incêndios rurais, a cooperação institucional na co-construção, experimentação e execução de ações é crítica.**

- Em que medida a cooperação existente potencia ou limita a execução de ações no terreno e porquê?
- Quais as soluções que preconizaria para acelerar a execução de ações fundamentais para a diminuição do potencial de propagação do fogo?

**3. Comentários adicionais**

Por favor, incluir aqui eventuais comentários adicionais que julguem relevantes neste contexto e que não estejam contemplados nas questões anteriores.

OBRIGADO!